

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar



Tese

Sucessão na agricultura familiar e juventude rural
sob o prisma de organizações sindicais do Brasil e da Espanha.

Germano Ehlert Pollnow

Pelotas, 2022

Germano Ehlert Pollnow

Sucessão na agricultura familiar e juventude rural
sob o prisma de organizações sindicais do Brasil e da Espanha.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Agronomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas

Coorientadores: Dr. Fernando Garrido Fernández

Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

P771s Pollnow, Germano Ehlert

Sucessão na agricultura familiar e juventude rural sob o prisma de organizações sindicais do Brasil e da Espanha / Germano Ehlert Pollnow ; Nádia Velleda Caldas, orientadora ; Fernando Garrido Fernández, Flávio Sacco dos Anjos, coorientadores. — Pelotas, 2022.

242 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Sucessão geracional. 2. Sucessão rural. 3. Relevô generacional. 4. Instalação de jovens na agricultura. 5. Jovens agricultores. I. Caldas, Nádia Velleda, orient. II. Garrido Fernández, Fernando, coorient. III. Anjos, Flávio Sacco dos, coorient. IV. Título.

CDD : 630.2745

Germano Ehlert Pollnow

**Sucessão na agricultura familiar e juventude rural
sob o prisma de organizações sindicais do Brasil e da Espanha**

Tese aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 17/05/2022

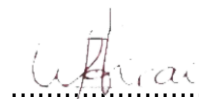
Banca examinadora:



.....
Prof.ª Dr.ª Nádia Velleda Caldas (Orientadora)
Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Pelotas



.....
Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



.....
Prof.ª Dr.ª Wanda Griep Hirai
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



.....
Prof. Dr. Abel Perinazzo Cassol
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico os esforços deste trabalho à minha família,
especialmente ao meu filho, minha companheira,
meus pais e meu irmão.

Agradecimentos

Por maior que seja o sentimento de gratidão, tecer agradecimentos nem sempre é uma tarefa fácil, sobretudo pela dificuldade de nominar tantas pessoas importantes em tantos momentos distintos de uma caminhada que culmina no doutoramento. Apesar disso, não me eximirei desse esforço.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pela vida e pela possibilidade de escolher caminhos em diferentes momentos de minha trajetória.

Agradeço à minha família, por estar ao meu lado em todos os momentos, ainda que a distância física durante o doutoramento sanduíche impusesse inúmeras aflições. Não posso deixar de nominar minha companheira Virgínia, meu filho Gabriel, minha mãe Elaine, meu pai Laércio e meu irmão Henrique.

Aos muitos amigos e amigas, de toda a vida e conquistados durante essa caminhada, pela afetividade, pelos incentivos e pelo apoio.

Grato ao comitê de orientação no Brasil, na figura da Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas e do Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos, pela confiança, pela troca de conhecimentos e pela estima. Ao coorientador espanhol, Dr. Fernando Garrido Fernández, pela confiança e apoio durante a missão internacional. Não menos importante, ao Dr. Eduardo Moyano Estrada, pela contribuição com a pesquisa e pelos contatos prévios com entrevistados. A todos, obrigado pelo apoio e amizade.

Agradecimentos também ao Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky, ao Prof. Dr. Abel Perinazzo Cassol e à Prof.^a Dr.^a Wanda Hirai Griep, membros da banca examinadora da tese, pela avaliação, pelos comentários e pelas valiosas e qualificadas sugestões para aprimorar não apenas este, mas também futuros trabalhos.

Aos entrevistados e entrevistadas brasileiros e espanhóis pela atenção, pelo tempo dedicado e pela confiança na pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPG SPAF) e à Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), pelo apoio acadêmico e institucional durante todo o doutoramento.

Ao *Instituto de Estudios Sociales Avanzados* (IESA) pela recepção e pela oportunidade de desenvolver uma pesquisa de âmbito internacional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt), pela concessão da

bolsa de doutoramento sanduíche e possibilidade antes quase inimaginável de passar um período de estudos no exterior.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de doutorado ao longo de todo o curso.

Gratidão!

“Agricultura familiar: quem não vive dela, depende dela para viver”.

Resumo

POLLNOW, Germano Ehlert. **Sucessão na agricultura familiar e juventude rural sob o prisma de organizações sindicais do Brasil e da Espanha**. Orientadora: Nádia Velleda Caldas. 2022. 241 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

O êxodo rural é um problema que há tempos vem causando preocupação, especialmente quando associado à saída prematura de jovens do campo, ao progressivo envelhecimento da população rural e ao esvaziamento dos espaços rurais. Esse é um problema que assola inúmeros países, incluindo o caso do Brasil e da Espanha. Com a falta de sucessores, há um cenário carregado de incertezas sobre o futuro da agricultura e do setor agrário destas e de outras nações. Nesse contexto, cabe perguntar: como as organizações sindicais representantes da agricultura familiar do Brasil e da Espanha se posicionam em relação a esta instigante e desafiadora questão? Há elementos convergentes entre as realidades brasileira e espanhola? Essa tese busca responder a essas e outras perguntas relacionadas ao tema. Nesse sentido, o objetivo geral é identificar as perspectivas e desafios, no entendimento de organizações sindicais do Brasil e da Espanha, sobre a sucessão geracional na agricultura familiar, buscando cotejar ambas as realidades representadas, respectivamente, pelo sul do estado do Rio Grande do Sul e pela Andaluzia. Os procedimentos metodológicos refletem a natureza do objeto de pesquisa, o qual demandou uma metodologia de cunho qualitativo levada a efeito através de diferentes técnicas e distintas fases de investigação. Em um primeiro momento, foi realizada uma revisão na literatura científica sobre o tema, o que possibilitou a construção do referencial teórico desta tese. Posteriormente, procedeu-se a coleta de dados primários por meio da realização de entrevistas com representantes de organizações sindicais representantes da agricultura familiar do Brasil e da Espanha. Em uma etapa posterior, os depoimentos foram integralmente transcritos para a montagem de um banco de dados, cujo conteúdo das falas sofreu a aplicação da técnica conhecida como análise de conteúdo. Durante o exame do conteúdo das entrevistas, foi utilizado o ATLAS.ti®, programa informático destinado a organizar e classificar as categorias, bem como auxiliar na análise dos depoimentos. À luz dos dados levantados, mediante o uso de fontes primárias e secundárias nos dois âmbitos (Brasil e Espanha), foi possível verificar recorrências e aspectos convergentes. Entre estes, estão as seguintes categorias de análise: políticas públicas, acesso à terra e investimentos iniciais; rentabilidade das unidades produtivas; formação socioprofissional; serviços e infraestrutura no meio rural. Guardadas importantes diferenças, há também elementos que sinalizam para a existência de problemas semelhantes como no caso da tendência progressiva de esvaziamento do meio rural e da crise de oportunidades vivenciada, de modo geral, pelas famílias, pelos jovens e pelas mulheres de um modo particular.

Palavras-chave: Sucessão geracional; sucessão rural; *relevo generacional*; instalação de jovens na agricultura; jovens agricultores.

Abstract

POLLNOW, Germano Ehlert. **Succession in family farming and rural youth through the prism of union organizations in Brazil and Spain**. Advisor: Nádia Velleda Caldas. 2022. 241 f. Thesis (Doctorate in Agronomy). Postgraduate Program in Family Agricultural Production Systems, Agronomy College Eliseu Maciel, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2022.

The rural exodus is a problem that has been causing concern for some time, especially when associated with the premature departure of young people from the countryside, the progressive aging of the rural population and the emptying of rural spaces. This is a problem that plagues many countries, including Brazil and Spain. With the lack of successors, there is a scenario full of uncertainties about the future of agriculture and the agrarian sector of these and other nations. In this context, it is worth asking: how do the union organizations representing family farming in Brazil and Spain position themselves in relation to this instigating and challenging issue? Are there converging elements between the Brazilian and Spanish realities? This thesis seeks to answer these and other questions related to the topic. In this sense, the general objective is to identify the perspectives and challenges, in the understanding of union organizations in Brazil and Spain, on the generational succession in family farming, seeking to compare both realities represented, respectively, by the south of the state of Rio Grande do Sul. and through Andalusia. The methodological procedures reflect the nature of the research object, which demanded a qualitative methodology carried out through different techniques and different investigation phases. At first, a review of the scientific literature on the subject was carried out, which enabled the construction of the theoretical framework for this thesis. Subsequently, the collection of primary data was carried out through interviews with representatives of union organizations representing family farming in Brazil and Spain. In a later stage, the statements were fully transcribed for the assembly of a database, whose content of the speeches underwent the application of the technique known as content analysis. During the examination of the content of the interviews, ATLAS.ti® was used, a computer program designed to organize and classify the categories, as well as assist in the analysis of the statements. In light of the data collected, through the use of primary and secondary sources in both areas (Brazil and Spain), it was possible to verify recurrences and convergent aspects. Among these are the following categories of analysis: public policies, access to land and initial investments; profitability of production units; socio-professional training; services and infrastructure in rural areas. Despite important differences, there are also elements that point to the existence of similar problems, as in the case of the progressive trend towards emptying the countryside and the crisis of opportunities experienced, in general, by families, young people and women in a particular way.

Key words: Generational succession; rural succession; generational change; installation of young people in agriculture; young farmers.

Lista de figuras e quadros

Figura 1. Gráfico com a série histórica da população residente de 1991 a 2010, em porcentagem, por situação do domicílio, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.	22
Figura 2. Mapa representando a diminuição do número de titulares de explorações agrárias na Espanha.	23
Figura 3. Mapa representando o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos municípios do Rio Grande do Sul.	56
Figura 5. Gráfico com a série histórica da população residente, em porcentagem, por situação do domicílio, nos estados da região sul do Brasil e no Brasil.	61
Figura 6. Mapa representativo da União Europeia, Espanha, Andaluzia e suas províncias.	63
Figura 7. Valor da produção do setor agrário andaluz, por província, em milhões de euros.	65
Figura 8. Média da superfície agrária útil (SAU) das explorações agrárias andaluzas, por município.	66
Figura 9. Diagrama de Sankey com a representação gráfica das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.	76
Figura 10. Evolução da estrutura institucional da FETAG-RS e seus sindicatos vinculados.	88
Figura 11. Categorias analisadas a partir das necessidades para jovens agricultores apontadas nos depoimentos dos entrevistados.	94
Figura 13. Diagrama de Sankey com a representação gráfica das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.	143
Figura 14. Categorias construídas a partir das necessidades para jovens agricultores apontadas nos discursos dos entrevistados.	160
Figura 15. Número de explorações agrárias espanholas em regime de titularidade compartilhada, por Comunidade Autônoma e por Província.	189
Quadro 1. Características principais da atividade agropecuária andaluza.	69
Quadro 2. Sistematização das principais informações sobre os entrevistados.	74

Lista de tabelas

Tabela 1. Evolução percentual, de 2005 a 2016, de agricultores com idade inferior a 35 anos e idade superior a 55 anos, na Espanha e na Andaluzia.....	42
Tabela 2. Número de pessoas, por faixa etária e recorte de gênero, que acessaram na Andaluzia os pagamentos diretos do primeiro pilar da PAC.....	50
Tabela 3. Distribuição dos estabelecimentos da microrregião de Pelotas segundo a natureza (familiar, não-familiar e total) dos estabelecimentos rurais.....	58
Tabela 4. Distribuição da área agrícola total segundo a natureza dos estabelecimentos rurais (familiares e não-familiares).	58
Tabela 5. Estrutura do Valor Agregado Bruto (VAB) dos municípios da Microrregião de Pelotas em 2015.	59
Tabela 6. Valor percentual da produção das lavouras temporárias e permanentes em municípios da microrregião de Pelotas.	60
Tabela 7. Série histórica com a população residente, em números absolutos, por situação do domicílio, em municípios da microrregião de Pelotas.	61
Tabela 8. Recorte da população andaluza de acordo com sexo e local de residência.	64
Tabela 9. Número total e relativo de explorações agrárias por província andaluza. .	65
Tabela 10. Área média destinada para os principais cultivos na Andaluzia entre 2014 e 2017.	67
Tabela 11. Quantidade produzida (ton.) dos principais produtos na Andaluzia, em termos médios, de 2014 a 2017.	68
Tabela 12. Número de animais (cabeças) das principais criações na Andaluzia.	68
Tabela 13. Contagem absoluta das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.	75
Tabela 14. Frequências relativas totais, em porcentagem (%), das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.	76
Tabela 15. Frequências relativas às colunas (organizações), em porcentagem (%), das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.	77

Tabela 16. Contagem absoluta das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.	142
Tabela 17. Frequências relativas totais, em porcentagem (%), das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.	143
Tabela 18. Frequências relativas às colunas (organizações), em porcentagem (%), das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.	144

Lista de abreviaturas e siglas

ASAJA	<i>Asociación Agraria de Jóvenes Agricultores</i>
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPES-PrInt	Programa Institucional de Internacionalização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CaVG/IFSul	Campus Visconde da Graça do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
CCOO	<i>Confederación Sindical de Comisiones Obreras</i>
CEJA	Comitê Europeu de Jovens Agricultores
CEJTTR	Comissão Estadual de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
CEOE	<i>Confederación Española de Organizaciones Empresariales</i>
CERES	<i>Confederación de Asociaciones de Mujeres del Medio Rural</i>
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAG	<i>Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos</i>
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTRAF BRASIL	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CSIC	<i>Consejo Superior de Investigaciones Científicas</i>
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DCSA	Departamento de Ciências Sociais Agrárias
DEE	Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
EDUCCAN	Educação do Campo de Canguçu
EFASUL	Escola Família Agrícola da Região Sul

EMATER	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FADEMUR	<i>Federación de Asociaciones de Mujeres Rurales</i>
FAEM	Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
FAG	Frente Agrária Gaúcha
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEE	Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
FETAG-RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FETRAF-RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IESA	<i>Instituto de Estudios Sociales Avanzados</i>
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
<i>Juventudes Agrarias</i>	<i>Federación Juventudes Agrarias de COAG</i>
MAPA/Espanha	<i>Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de España</i>
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NUPEAR	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrária Comum
PDR	<i>Programa de Desarrollo Rural</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCH	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural

PPG SPAF	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAU	Superfície Agrária Útil
SEA	<i>Servicios de Extensión Agraria</i>
SINTRAF-Sul	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de São Lourenço do Sul e Região
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UE	União Europeia
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UGT	<i>Unión General de Trabajadores</i>
UPA	<i>Unión de los Pequeños Agricultores y Ganaderos</i>
<i>UPA Joven</i>	<i>Organización juvenil de la Unión de Pequeños Agricultores y Ganaderos</i>
VAB	Valor Agregado Bruto

Sumário

1.	Introdução	18
1.1.	Problema de Pesquisa	26
1.2.	Objetivos	26
1.3.	Hipóteses	27
2.	Revisão de literatura	29
2.1.	Agricultura familiar e sucessão geracional	29
2.1.1.	Reprodução social e sucessão geracional na agricultura familiar do sul do Brasil.....	32
2.1.2.	O « <i>relevo generacional</i> » e a « <i>instalación de jóvenes</i> » na Espanha e na Andaluzia.....	39
2.2.	As regiões de estudo.....	51
2.2.1.	A região de estudo no Brasil.....	52
2.2.2.	A região de estudo na Espanha.....	62
3.	Procedimentos Metodológicos	71
4.	A pesquisa empírica no Brasil.....	75
4.1.	As organizações sindicais brasileiras representadas na pesquisa	78
4.1.1.	A FETRAF-RS: A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul.....	84
4.1.2.	A FETAG-RS: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul.....	87
4.2.	Preocupação das organizações sindicais brasileiras com a escassez de jovens agricultores	90
4.3.	Necessidades e demandas para jovens agricultores a partir das categorias de análise: o caso brasileiro.....	94
4.3.1.	Políticas públicas, acesso à terra e investimentos iniciais.....	95
4.3.2.	Formação socioprofissional.....	105
4.3.3.	Relações intrafamiliares.....	114
4.3.4.	Relações de gênero.....	122
4.3.5.	Remuneração, estrutura e mecanização das unidades produtivas.....	125

4.3.6.	Serviços e infraestrutura no meio rural.....	129
4.3.7.	Reconhecimento social da agricultura e do espaço rural.....	132
4.4.	Ações das organizações para a juventude rural.....	134
5.	A pesquisa empírica na Espanha	142
5.1.	As organizações espanholas representadas na pesquisa.....	145
5.1.1.	A COAG: Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos.....	150
5.1.2.	A UPA: Unión de los Pequeños Agricultores y Ganaderos.....	152
5.1.3.	O Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação (MAPA/Espanha) e o Comitê Europeu de Jovens Agricultores (CEJA).....	154
5.2.	Preocupação com a escassez de jovens agricultores	156
5.3.	Necessidades e demandas para jovens agricultores a partir das categorias de análise: o caso espanhol.....	160
5.3.1.	Acesso à terra e investimentos iniciais.....	160
5.3.2.	Rentabilidade das unidades produtivas.....	168
5.3.3.	Formação socioprofissional.....	173
5.3.4.	Serviços e infraestrutura no meio rural.....	179
5.3.5.	Reconhecimento social da agricultura e do espaço rural.....	183
5.3.6.	Titularidade compartilhada de explorações agrárias.....	187
5.3.7.	Políticas públicas para a juventude rural.....	191
5.4.	Ações das organizações para a juventude rural.....	201
6.	Conclusões	206
	Referências	214
	Apêndices.....	226

1 Introdução

O tema da presente tese de doutorado se encontra vinculado à linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPG SPAF), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), intitulada “Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável”. Essencialmente, essa linha de pesquisa está relacionada

[...] com a natureza multidimensional (social, econômica, ecológica, ética, política e cultural) da sustentabilidade da agricultura familiar e seus respectivos agroecossistemas, bem como com outros temas relacionados com as distintas formas de saber e de produção de conhecimento vinculadas ao uso e conservação dos recursos naturais. No âmbito dessa linha temática aparecem referidos os processos que afetam à dinâmica da agricultura familiar como protagonista fundamental do desenvolvimento rural, incluindo os inúmeros aspectos atinentes ao impacto de políticas sociais no campo (PPG SPAF, 2020).

Alguns antecedentes fazem parte da minha caminhada que culmina na elaboração desta tese. Como filho de agricultores familiares agroecologistas de São Lourenço do Sul (Rio Grande do Sul), sempre me preocupou o futuro da agricultura familiar, especialmente no que diz respeito às causas e efeitos decorrentes da reiterada saída de jovens do meio rural.

O município de São Lourenço do Sul possuía 44.234 habitantes, onde uma expressiva parcela (43,8%), segundo dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), residia no âmbito rural. No Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019a; 2019b), haviam sido contabilizados 3.850 estabelecimentos rurais no município, dos quais 88,2% eram de caráter familiar, concentrando 44,1% da área agricultável total. É exatamente sobre essa categoria social – a agricultura familiar – que recaem dúvidas e incertezas acerca do futuro no curto e médio prazo, assunto sobre o qual tratarei mais adiante.

Após a conclusão do ensino médio e técnico em agropecuária, tive a oportunidade de cursar o ensino superior. Durante minha graduação em Agronomia (2010-2015), fui bolsista de iniciação científica¹ junto ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR),

¹ Vale registrar aqui agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão das bolsas de iniciação científica no período de 2011 a 2014.

vinculado ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias (DCSA) da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Nesse período, pude ter contato com vários temas de pesquisa relacionados à agricultura familiar, inclusive sobre a temática do envelhecimento e da masculinização da população rural nos estados meridionais do Brasil².

Além disso, após o término de minha graduação em Agronomia, tive a oportunidade de estagiar, voluntariar e trabalhar no Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA/Núcleo Pelotas), organização da sociedade civil com atuação histórica junto a agricultores familiares na região sul do Brasil. Entre 2015³ e 2020⁴, tomei contato direto com a realidade de municípios da Microrregião de Pelotas (Rio Grande do Sul), especialmente com unidades familiares de produção inseridas no contexto da agroecologia e da produção orgânica. Tal experiência fez-me refletir sobre o potencial da agroecologia como um fator que pudesse favorecer a permanência de jovens no campo, principalmente por propiciar uma inserção social diferenciada em grupos, associações e cooperativas identificadas com essa forma de produção, bem como por entender ser esta uma alternativa econômica viável e em consonância com os imperativos da sustentabilidade.

No período de 2016 a 2018, ao cursar o mestrado no PPG SPAF/UFPeL, trabalhei com o tema da certificação de produtos orgânicos e mantive meu vínculo com a agroecologia, apesar do recorte de estudo ter sido outro, em termos de contexto geográfico, social e organizacional (POLLNOW, 2018; 2020). Entretanto, ao cursar a disciplina de Técnicas de Pesquisa Social na Agricultura (código 0188168), a qual desenvolveu uma abordagem sobre metodologias de pesquisa científica, tive a oportunidade de refletir sobre outros temas que afetam a realidade rural. Naquele momento se deu a construção de um anteprojeto sobre a temática da sucessão

² A propósito, ver estudo de Sacco dos Anjos, Caldas e Pollnow (2014).

³ Em 2015, participei como delegado eleito pelo Território Zona Sul do Rio Grande do Sul na 3ª Conferência Nacional de Juventude. Na ocasião, logramos aprovar como prioritária uma proposta da delegação gaúcha para a agricultura familiar e para a juventude rural. Na referida conferência, outras propostas de destaque aprovadas foram a elaboração do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e a garantia de financiamento público para manutenção e ampliação das Escolas Família Agrícola. Ver, a propósito a Resolução Final da 3ª Conferência Nacional de Juventude (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, 2016).

⁴ Neste último período, atuei na coordenação técnica do projeto de assistência técnica e extensão rural intitulado “O Terceiro Passo na Diversificação Produtiva, Econômica e Sustentável em Áreas Cultivadas com Tabaco na Zona Sul do Estado/RS”.

geracional no âmbito da agricultura familiar. O referido anteprojeto alicerçou a construção do projeto de pesquisa para esta tese doutoral.

Como visto, o caminho trilhado sempre esteve ligado a temáticas relacionadas com a agricultura familiar e a agroecologia. Além disso, ao final de 2019, abriu-se a possibilidade de realização de doutorado sanduíche (12 meses) no *Instituto de Estudios Sociales Avanzados* (Córdoba, Espanha) dentro do marco do Programa Institucional de Internacionalização (CAPES-PrInt-UFPel). Tal programa foi criado sob a égide de um edital aberto em 2017 pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a maior agência de fomento à pesquisa e pós-graduação do Brasil. O referido edital, aberto a todas as universidades públicas e privadas do país, tem seu desiderato descrito nos seguintes termos:

Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas; Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação; Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas; Promover a mobilidade de docentes e discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu com cooperação internacional; Fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional; e Integrar outras ações de fomento da CAPES ao esforço de internacionalização (CAPES, 2020).

Em 2018 foi divulgado o resultado do Edital e a UFPel figurou entre os 25 projetos contemplados pelo CAPES-PrInt. O vitorioso projeto se assenta sobre dois grandes eixos⁵. Um deles contempla a área da saúde, sendo liderado por pesquisadores ligados ao Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia. O segundo eixo intitula-se “Produtos Saudáveis em Territórios Sustentáveis” (*“Healthy Food in Sustainable Territories”*), integrando em torno de si oito programas de pós-graduação, entre os quais figura o PPG SPAF.

Assim, por força das circunstâncias, criaram-se as condições para realizar um estudo comparativo de natureza internacional, envolvendo a questão da sucessão na agricultura familiar no extremo sul gaúcho do Brasil e no ambiente meridional espanhol na Andaluzia Ocidental. Tal comparação foi viabilizada pela CAPES sob o amparo do PrInt (processo nº 888887.468275/2019-00).

⁵ A propósito, ver <https://wp.ufpel.edu.br/print/>. Acesso em setembro de 2021.

O *Instituto de Estudios Sociales Avanzados* (IESA)⁶, vinculado ao *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC)⁷, aprovou a proposta de trabalho, tendo como professor tutor o Dr. Fernando Garrido Fernández. Assim, na esteira do referido programa, foi possível desenvolver um estudo comparativo sobre a sucessão geracional na agricultura familiar nos dois contextos de investigação.

Diferentes motivos justificam o desenvolvimento de uma pesquisa dessa dimensão, centrada em estudar os fatores intervenientes na tomada de decisão de jovens, homens e mulheres, em sair ou ficar no espaço rural e na atividade agrária.

Antes de apresentar a justificativa de tal pesquisa, é preciso expor o que aqui se entende, preliminarmente, por sucessão geracional. Nesta tese, quando a expressão for referida, a mesma deve ser entendida como o processo de transmissão de bens, direitos e conhecimentos dos pais para os filhos, de forma a que os herdeiros possam exercer a agricultura como atividade principal de trabalho e geração de renda. Ou seja, trata-se, resumidamente, da transição geracional da titularidade da unidade familiar de produção. Todavia, como a seguir demonstraremos, tal processo há que ser visto como um fenômeno complexo em que há muitos fatores envolvidos, tanto os de natureza econômica e social, como os de natureza cultural.

Nesse sentido, sabe-se que o êxodo rural é um problema que há tempos vem causando preocupação no âmbito acadêmico, científico, da gestão pública, e das organizações representativas da agricultura familiar, especialmente quando consideramos a saída prematura de jovens do campo, o progressivo envelhecimento da população rural e o esvaziamento dos espaços rurais. Sacco dos Anjos, Caldas e Pollnow (2014), ao analisarem o fenômeno da transição demográfica no Brasil, verificaram que nos últimos 50 anos, houve uma redução da população rural em termos absolutos e relativos: a população rural diminuiu de 38,98 milhões de indivíduos na década de 1960 para 29,83 milhões de pessoas na primeira década dos anos 2000, representando no período analisado, em números relativos, uma diminuição de 55% para escassos 15,6% da população total vivendo no meio rural.

Analisando de forma mais restrita os estados que compõem a região sul do Brasil, percebemos que a partir da década de 1990 (Figura 1), em números relativos, a população rural desses estados também diminuiu. No Rio Grande do Sul, enquanto

⁶ A propósito, ver <https://iesa.csic.es/>. Acesso em janeiro de 2021.

⁷ A propósito, ver <https://www.csic.es/>. Acesso em janeiro de 2021.

em 1991 a população rural representava 23,4%, em 2010 somava 14,9%. Em Santa Catarina, em 1991, 29,4% da população figurava no espaço rural, ao passo que em 2010 esse número representava 16%. O estado do Paraná acompanha esta tendência. Em 1991 a população rural representava 26,7%, ao passo que em 2010 esse número representava 14,7%.

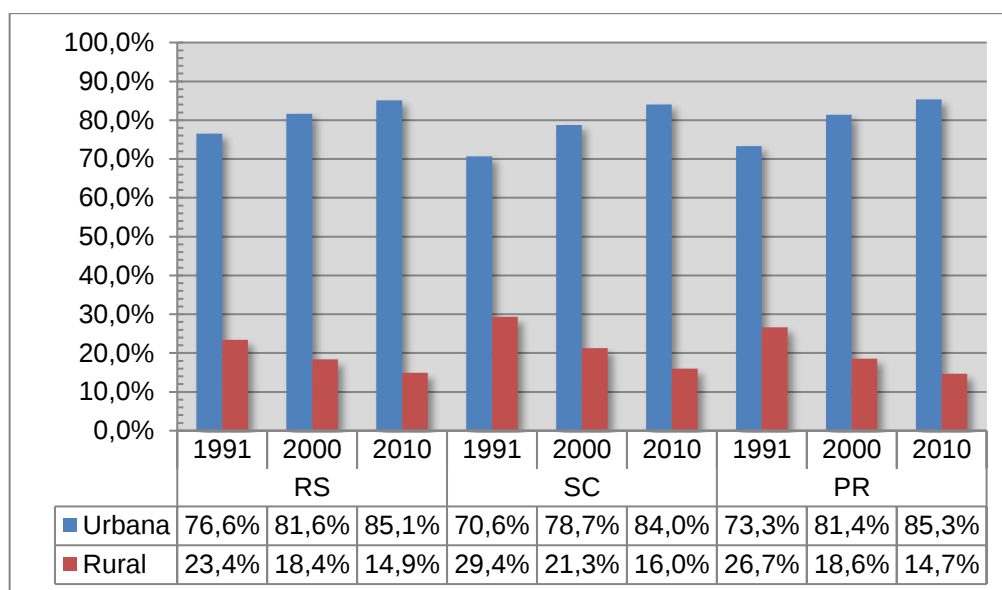


Figura 1. Gráfico com a série histórica da população residente de 1991 a 2010, em porcentagem, por situação do domicílio, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Entrementes, na Espanha, do outro lado do Oceano Atlântico, a situação não se mostra diferente. A problemática da sucessão geracional⁸ também está presente nas mais atuais discussões sobre pautas agrárias. Moyano (2020a) aponta que os agricultores e agricultoras são conscientes de que a atividade agropecuária parece pouco atrativa para seus filhos e veem com pessimismo o avanço do tempo diante do fato de que uma proporção crescente dos jovens não enxerga futuro na agricultura.

Com a falta de sucessores, o número de explorações agrárias vem diminuindo sensivelmente. Entre os anos 2003 e 2013 o número de titulares de explorações agrárias espanholas experimentou uma redução de 17% (Figura 2). Este dado reflete um declínio equivalente a mais de 186 mil estabelecimentos rurais que vivenciaram tal situação (FLAMENT, MACIAS e MONLLOR, 2016).

⁸ *Relevo generacional*, como é referida a expressão no idioma espanhol. Maiores detalhamentos são abordados na seção sobre a revisão de literatura.

Na Andaluzia, a comunidade autônoma mais meridional da Espanha e com maior número de titulares de explorações agrárias (26% em relação ao total espanhol) (MAPA, 2020a), tal retração foi de 11%, representando 28.144 titulares a menos naquele território (FLAMENT, MACIAS e MONLLOR, 2016).

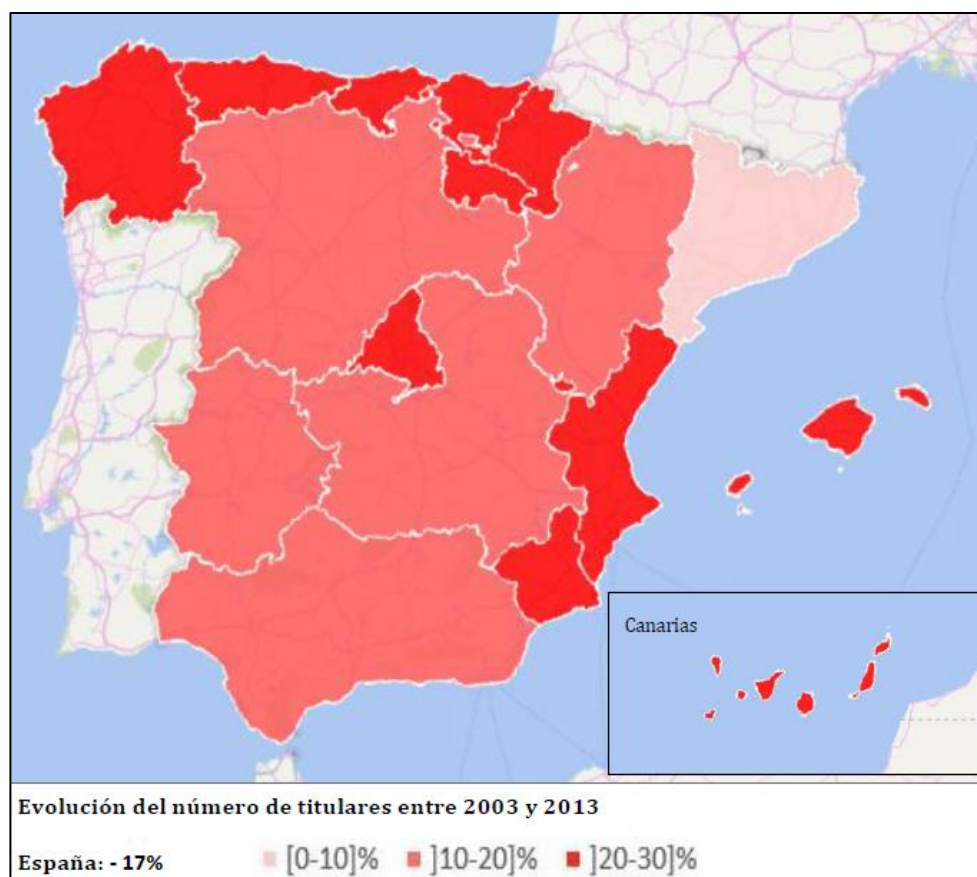


Figura 2. Mapa representando a diminuição do número de titulares de explorações agrárias na Espanha.

Fonte: adaptado de Flament, Macias e Monllor (2016, p. 23).

Nesse sentido, diversos trabalhos acadêmicos já abordaram a temática do êxodo rural e da saída de jovens para os espaços urbanos. Entretanto, para Spanevello (2008), no âmbito brasileiro, grande parte destes estudos trata das perspectivas dos jovens em permanecer ou sair do meio rural, além de retratar as dificuldades em torno da sucessão rural na contemporaneidade. Não obstante, segundo esta autora, a falta de sucessores na agricultura brasileira não tem sido vista com a relevância que a questão representa.

Buscando mapear a produção científica sobre a sucessão geracional na agricultura familiar publicada no período de 2003 a 2018, Vieira, Bahiense e Da Silva (2019) encontraram no banco de dados Periódicos CAPES, 29 artigos científicos ou

trabalhos publicados em anais de congressos sobre a temática. Onze destes foram realizados no estado do Rio Grande do Sul. Os autores indicam ainda que grande parte dos trabalhos trazem a juventude rural como um ator invisível perante as políticas públicas e ações governamentais, e o que realmente percebe-se é que as políticas existem, mas o seu alcance acaba sendo limitado a determinadas regiões do Brasil (VIEIRA, BAHIANSE e DA SILVA, 2019).

Para Brumer (2006, p. 2),

Quando se focaliza a juventude rural, apesar de haver estudos sobre diferentes aspectos, dois temas são recorrentes: a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração.

No caso espanhol, Flament, Macias e Monllor (2016) apontam que a problemática da sucessão geracional é um tema recorrente, ao passo que as mudanças socioeconômicas das últimas décadas arquitetaram um cenário repleto de incertezas sobre o futuro do setor agrário e da produção de alimentos. Tais autores mencionam que

El reto de trabajar por un escenario optimista en relación al relevo generacional de las explotaciones agrarias familiares es un tema recurrente en muchos de los discursos, tanto desde organizaciones sindicales, como políticas o sociales, aunque paradójicamente es un tema poco estudiado (FLAMENT, MACIAS e MONLLOR, 2016, p. 10).

Conjuntamente, tais aspectos colocam em xeque o futuro da produção de alimentos, dado que é esta uma área crucial assumida pela agricultura familiar dos dois países em cena. Assim, o foco desta tese está centrado em estudar os fatores intervenientes nesse processo, com ênfase na percepção de organizações sindicais representantes da agricultura familiar. Baseia-se em estudo de natureza comparativa em dois âmbitos específicos, quais sejam, o extremo sul gaúcho (Brasil) e Andaluzia Ocidental (Espanha).

Dessa forma, entendemos que esta investigação logra relevância diante da necessidade de refletir sobre ações propositivas que se concretizem, por exemplo, em políticas públicas, particularmente no que toca à sucessão geracional nas unidades familiares de produção. Apesar da problemática recorrente, Mello *et al.* (2003, p. 13) entendem que “os agricultores familiares e suas organizações representativas não parecem estar preocupados em discutir os novos desafios dos processos sucessórios e suas implicações para a continuidade da agricultura familiar”.

Nesse sentido, esta investigação poderá contribuir com organizações da agricultura familiar e com as agências de Estado, brasileiras e espanholas, para a formulação e implementação de políticas públicas que visem enfrentar a questão da saída prematura dos jovens no meio rural e do processo de sucessão geracional no âmbito da agricultura familiar.

Finalizando este momento introdutório, sublinha-se que a escrita e organização do conteúdo desta tese foram construídas seguindo as normas acadêmicas da Universidade Federal de Pelotas, valendo-se da estrutura em capítulos (UFPEL, 2019), os quais são interdependentes e diretamente relacionados com os objetivos da tese. Na presente seção introdutória consta ainda o problema de pesquisa, os objetivos e as hipóteses

A segunda seção abriga a revisão de literatura especializada sobre o tema desta tese, tanto no caso da Espanha como do Brasil. Os temas abordados dizem respeito à sucessão geracional na agricultura familiar («*relevancia generacional*» e «*incorporación de jóvenes*» na agricultura, de acordo com os termos espanhóis), além de uma caracterização das duas regiões de estudo.

O terceiro apartado descreve e aborda os procedimentos metodológicos utilizados ao longo do estudo, bem como a forma de sistematização dos resultados da pesquisa de campo.

Já no primeiro capítulo serão apresentados e discutidos os resultados das entrevistas procedidas no Brasil, as quais foram realizadas com representantes de duas federações sindicais brasileiras que compõem esse estudo: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS), juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de São Lourenço do Sul e Região (SINTRAF-Sul, vinculado à FETRAF-RS), e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS), na esfera das diferentes instâncias organizativas da Regional Sul da federação.

O segundo capítulo contém a apresentação e discussão dos resultados das entrevistas realizadas na Espanha. Foram entrevistados representantes de duas organizações profissionais agrárias espanholas que integram este estudo: COAG e UPA. Além disso, fará parte da discussão do referido capítulo as entrevistas realizadas com o então Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação da Espanha, Sr. Luis Planas, e com uma representante do Comitê Europeu de Jovens Agricultores (CEJA).

Por fim, antes dos apêndices constam as conclusões do estudo, apontando para as principais conclusões e considerações finais desta tese.

1.1 Problema de Pesquisa

Apresentados os antecedentes e a justificativa para a realização da investigação que enseja esta tese doutoral, o problema de pesquisa aqui colocado pode ser formulado nos seguintes termos: como se apresenta a questão da sucessão geracional em unidades produtivas da agricultura familiar no âmbito do extremo sul gaúcho no Brasil e da Andaluzia Ocidental na Espanha? Como as organizações sindicais se posicionam em relação a esta instigante e desafiadora questão? Há elementos convergentes entre ambas as realidades? Na percepção das organizações sindicais brasileiras e espanholas, quais as principais necessidades para a juventude rural da agricultura familiar? E, por fim, como e quais políticas agrárias podem influenciar nos processos de sucessão geracional na agricultura familiar?

Para responder a essas questões é necessário entender a realidade socioeconômica e cultural em que os atores envolvidos na pesquisa estão inseridos, além de averiguar a atuação das organizações sindicais que compõem o recorte desta pesquisa. Os objetivos que conduzem o problema de pesquisa estão expostos a seguir.

1.2 Objetivos

O objetivo geral desta tese de doutoramento é no sentido de identificar as perspectivas e desafios, no entendimento de organizações sindicais no Brasil e na Espanha, sobre o tema da sucessão geracional na agricultura familiar, buscando cotejar ambas as realidades representadas, respectivamente, pelo extremo sul do estado do Rio Grande do Sul e pela Andaluzia.

Deste objetivo geral, derivam os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar e analisar quais as principais necessidades, perspectivas e desafios para os jovens no entendimento de organizações sindicais da agricultura familiar no Rio Grande do Sul e na Andaluzia;

- b) Investigar, nos dois âmbitos de estudo, as condições que influenciam a decisão dos jovens em permanecer no meio rural e no exercício da atividade agropecuária;
- c) Mapear as políticas agrárias nos dois âmbitos de estudo que podem facilitar ou dificultar o processo de sucessão geracional na agricultura familiar.

1.3 Hipóteses

Na elaboração desta tese, quatro hipóteses orientam a reflexão, as quais foram construídas não no sentido da lógica hipotético-dedutiva ou do mecanismo usual da aceitação ou refutação. Em verdade, foram elas formuladas com base nas acepções de Deslandes (2002) e de Minayo (1992). Para a primeira autora, as hipóteses podem ser encaradas como uma tentativa do pesquisador em buscar respostas às indagações propostas na pesquisa. Trata-se, portanto, de um diálogo que se estabelece entre a visão do pesquisador e a realidade a ser pesquisada (DESLANDES, 2002).

Para Minayo (1992), as hipóteses são, em suma, afirmações provisórias sobre determinado problema em estudo. Nesse sentido, o estudo toma por base as seguintes hipóteses:

- a) Nos dois âmbitos de estudo, o acesso à terra, principal ativo patrimonial da agricultura familiar, e os altos investimentos iniciais são os principais desafios encontrados pelos jovens para incorporarem-se profissionalmente na agricultura e para garantir a própria reprodução social;
- b) Existem fatores que influenciam a decisão dos jovens da agricultura familiar em se tornarem sucessores de seus pais, os quais transcendem a dimensão econômica, incluindo aspectos socioculturais, jurídicos, estruturais e da formação socioprofissional para o exercício desta atividade produtiva.
- c) As organizações sindicais que fazem parte desta investigação possuem ações voltadas para a juventude rural. Entretanto, ainda são carentes discussões e ações mais aprofundadas e objetivas dessas entidades sobre os novos reveses das dinâmicas sucessórias e seus encadeamentos para o futuro e para o desenvolvimento da agricultura familiar;

- d) Os atores sociais, em ambos os contextos analisados (Espanha e Brasil), em maior ou menor medida, exaltam a importância de políticas específicas que afetam os processos sucessórios na agricultura familiar.

2 Revisão de literatura

Esta seção está destinada a discutir teoricamente o tema da sucessão geracional na agricultura familiar, abordando o sindicalismo rural dentro das regiões de estudo, no âmbito brasileiro e espanhol. Além disso, busca-se caracterizar os dois contextos estudados com ênfase nos aspectos socioeconômicos, históricos e culturais. Para tanto, foram utilizadas informações de fontes brasileiras e espanholas, embasando a discussão dos resultados que será feita nos capítulos subsequentes.

2.1 Agricultura familiar e sucessão geracional

Inicialmente, para a compreensão do processo de sucessão geracional na agricultura familiar, é necessário analisar outros aspectos que envolvem a questão do êxodo rural e da saída de jovens do campo. É crucial abordar a agricultura familiar como categoria social e como objeto de análise dessa investigação, sob a ótica de sua reprodução social no curto e no longo prazo. Para tanto, será revisitada a literatura que trata sobre o tema, principalmente de trabalhos desenvolvidos em contextos socioculturais semelhantes aos das regiões de investigação.

É preciso também, conceituar a agricultura familiar enquanto categoria social e objeto de estudo. Nesse sentido, para Lamarche (1993, p. 15) indica que “a exploração familiar [...] corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”.

Em um estudo realizado por um convênio firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a agricultura familiar foi definida com base em três características centrais:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 1996, p. 4)

Salcedo e Guzmán (2014, p. 26), em uma publicação organizada pela FAO, definem a agricultura familiar nos seguintes termos:

La Agricultura Familiar (incluyendo todas las actividades agrícolas basadas en la familia) es una forma de organizar la agricultura, ganadería, silvicultura, pesca, acuicultura y pastoreo, que es administrada y operada por una familia y, sobre todo, que depende preponderantemente del trabajo familiar, tanto de mujeres como hombres. La familia y la granja están vinculados, co-evolucionan y combinan funciones económicas, ambientales, sociales y culturales.

No âmbito espanhol não existe um marco legal que trate especificamente da agricultura familiar. Por outro lado, no Brasil, de acordo com o Art. 3º do Decreto Federal nº 9.064/2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária e regulamenta a Lei Federal nº 11.326/2006 (a qual por sua vez estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais), para que um empreendimento rural seja categorizado como pertencente à “agricultura familiar”, é necessário atender aos seguintes requisitos:

- I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
- II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
- IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar. (BRASIL, 2017)

Para Almeida (1990), as agricultoras e agricultores familiares deixaram de ser vistos a partir de uma lógica passiva e funcional, ultrapassando o entendimento de que seriam importantes unicamente para a produção de alimentos a baixo custo e adquirentes de bens de consumo. Para este autor, a partir de estudos especialmente de ordem antropológica, algumas questões passaram a ser revalorizadas, sendo uma delas a racionalidade própria dessas famílias, que nada tem a ver com a lógica capitalista. Com efeito, o objetivo dessa categoria social não é a acumulação financeira, mas sim a reprodução social da família (ALMEIDA, 1990). Com esses novos entendimentos, o foco recai na existência de diferentes lógicas familiares dentro do universo diverso da agricultura familiar.

O autor estabelece ainda a existência de dois ciclos dentro das dinâmicas da agricultura familiar. O primeiro deles (ALMEIDA, 1990, p. 67) trata-se de um ciclo “mais curto, podendo ser anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo [...]”. De outro lado, existe o ciclo mais longo, que diz respeito à perpetuação das famílias, sendo um intervalo geracional que se volta a garantir sua

reprodução social ao longo do tempo. É nesse segundo caso que se insere o objeto de que trata esta tese doutoral.

Estudos como os de Chayanov (1974) e de Galesky (1977) apontam que as famílias camponesas controlavam de forma bastante rígida o comportamento dos seus membros, fazendo que os interesses individuais coincidisse com os interesses familiares. Por outro lado, atualmente esse aspecto não é tão evidente, tendo em vista que os interesses individuais nem sempre coincidem com os do grupo familiar, ainda que o principal objetivo das famílias segue sendo sua reprodução social como grupo (DÍAZ MÉNDEZ, 1999).

Nesse sentido, a transferência entre gerações, tanto de conhecimento como de patrimônio material, é um elemento marcante na dinâmica de reprodução social da agricultura familiar. Para Gasson e Errington (1993), para poder consolidar a sucessão geracional, esse processo está definido por três etapas fundamentais: a sucessão profissional através da passagem do trabalho e da gerência do estabelecimento rural familiar para a nova geração; a transferência do patrimônio familiar através da herança, e finalmente; a aposentadoria da geração mais velha, quando esta diminui o trabalho e o poder de decisão sobre a unidade produtiva familiar.

É importante mencionar que este tema é carregado de complexidades. Flament, Macias e Monllor (2016), considerando a complexidade do tema, sobretudo na Espanha e no continente europeu, apontam que para além dos aspectos gerais, a incorporação de novas gerações na atividade agrária necessita de uma perspectiva de aproximação a partir de diferentes enfoques, disciplinas e níveis de análise. Tendo em vista as particularidades desse processo, é necessária uma metodologia de trabalho aberta capaz de entender o sujeito no seu meio de vida (DÍAZ MÉNDEZ, 1999), considerando as diferentes características dos recortes empíricos de estudo.

Assim, devido ao fato de que as duas regiões abarcadas por este estudo serem marcadas por realidades bastante distintas, esta seção se subdivide em duas partes. A primeira centra o foco no âmbito brasileiro; a segunda, no âmbito espanhol. Apesar de se tratarem de realidades distintas, busca-se traçar um paralelo entre ambos os contextos a partir de uma revisão de literatura sobre o mesmo objeto de estudo.

2.1.1 Reprodução social e sucessão geracional na agricultura familiar do sul do Brasil

A complexidade envolvida no debate sobre a sucessão geracional na agricultura familiar já foi mencionada. Um dos aspectos mais sensíveis diz respeito aos conflitos de interesses que podem surgir no seio familiar. Em uma diversidade de possíveis tensões, a disputa pela posse da terra pode ser a principal delas, dado que a área da unidade produtiva representa, ainda hoje, o principal ativo patrimonial da agricultura familiar e invariavelmente é escassa (SACCO DOS ANJOS, CALDAS e COSTA, 2006).

Além disso, podem surgir outros conflitos entre gerações. Stropasolas (2011, p. 27) admite que os principais estão centrados

[...] no modelo de gestão da propriedade centralizado na figura do pai chefe de família; na dificuldade dos pais em aceitar as ideias e as inovações propostas pelos(as) filhos(as); na impossibilidade de os jovens desenvolverem seus próprios projetos e atividades produtivas na propriedade; na pouca participação dos(as) filhos nas tomadas de decisão que afetam a unidade familiar; na falta de autonomia financeira dos filhos e, principalmente, das filhas; na ausência de liberdade ou na pouca mobilidade espacial que é permitida às filhas.

Na esteira dessa discussão, pode haver uma diversidade de arranjos adotados pelas famílias para enfrentar o que se conhece por crise de reprodução social, tomando emprestada a expressão utilizada por Abramovay *et al.* (1998), ao desvelar de forma enigmática como a sucessão geracional e a transmissão de patrimônio se desenham no Brasil e na América Latina em geral (SACCO DOS ANJOS; CALDAS e COSTA, 2006).

Algumas destas estratégias já são conhecidas na literatura:

Com base no resgate da literatura existente acerca do assunto, poder-se-ia estabelecer duas orientações básicas no que afeta às formas de transmissão do patrimônio fundiário no contexto da agricultura familiar. A primeira delas é o que se denomina herança impartível, enquanto a segunda corresponde à herança partilhada entre todos os herdeiros, sejam eles do gênero masculino e/ou feminino. Entre ambas orientações existiriam formas intermediárias, como no caso das situações em que a subdivisão dá-se exclusivamente entre herdeiros do gênero masculino, excluindo as mulheres de uma participação correspondente na transmissão do patrimônio fundiário. Tradicionalmente o dote ou enxoval personificava o mecanismo compensatório decorrente da exclusão feminina da condição de herdeira da terra (SACCO DOS ANJOS, CALDAS e COSTA, 2006, p. 6).

Nesse contexto, Carneiro (2001, p. 23-24) menciona que

No Brasil, apesar do Código Civil estabelecer a igualdade de condições entre todos os filhos no que se refere ao direito sobre a herança, as regras culturais

(os códigos costumeiros) modificam a lei de acordo com os “interesses” de um ator coletivo - a família -, que se impõe aos interesses individuais. Esta prática torna-se realidade principalmente quando o que está em jogo é a manutenção da integridade do patrimônio como condição para o funcionamento da unidade de produção, e para a reprodução de uma identidade social sustentada na propriedade fundiária e no trabalho agrícola. (aspas no original)

É importante considerar que a herança e a transmissão de patrimônio não estão necessariamente relacionadas à sucessão geracional. Em muitos casos, na escolha de estratégias de reprodução social da família, um dos herdeiros assume a propriedade ou a posse da terra para seguir na atividade agrária, enquanto os demais recebem outro tipo de ativo. Assim, “não se trata de regras de transmissão fixas: a regra tanto é manipulada quanto depende de um processo de socialização dos indivíduos para a adesão a elas” (BRUMER e ANJOS, 2008, p. 13). Com isso, o interesse da família sobrepõe-se aos interesses individuais de seus membros, dado que o que está em jogo é a reprodução social do grupo familiar e não dos indivíduos.

No âmbito brasileiro, um trabalho clássico sobre esse tema é o de Giralda Seyferth, desenvolvido na segunda metade do século passado na região do Vale do Itajaí-Mirim no estado de Santa Catarina. Neste estudo, Seyferth (1985) identificou que a reprodução social da agricultura familiar naquela região só foi possível graças a estratégias que evitaram o excessivo parcelamento das colônias que os imigrantes, de origem alemã em sua maioria, tiveram acesso ao longo do século XIX.

Para o entendimento do emprego do termo “colônia”, relevantes são as ponderações que estabelece Sacco dos Anjos (2003, p. 110):

No caso específico da Região Sul do Brasil, o termo “*colônia*” trata-se de uma expressão absolutamente polissêmica. Tanto pode significar uma dimensão agrária (ao redor de 30 hectares), como toda uma região colonizada com imigrantes europeus [...]. Mas além destes aspectos a expressão cobra importância sobretudo no âmbito das comunidades germânicas (“*kolonie*”), considerando [...] que foram estes os primeiros imigrantes não-ibéricos a desembarcar no sul do país. Neste caso há que dizer que a palavra cristaliza o sentido de autonomia que se reproduz como ideal recorrente - inclusive no imaginário de outras etnias - nas práticas adotadas pelas famílias e no discurso dos agricultores. Um colono, em termos objetivos, é um tipo de ator social cuja dependência econômica externa à própria exploração é a menor possível, face às múltiplas atividades que executa em sua unidade de produção, baseada sobretudo na produção de um grande número de artigos (de origem animal e vegetal) que possam atender satisfatoriamente o autoconsumo familiar e na comercialização de tudo aquilo que se converte em produção excedente (destacado no original).

Estes argumentos podem ser generalizados para outras regiões do Brasil em que houve um processo semelhante de imigração de origem germânica. Exemplo

disso é o que ocorre na região de Pelotas, no sul do estado do Rio Grande do Sul, onde os traços da colonização germânica são marcantes⁹.

Seyferth (1985) identificou ainda o caráter fortemente patriarcal na agricultura familiar e a presença do “caixa único” da família, onde eram depositadas todas as rendas do trabalho familiar, as quais eram destinadas à construção das casas dos filhos, após o casamento, bem como à constituição do dote para as filhas. O destino dos filhos era decidido muito antes do casamento, o qual dependia das estratégias reprodutivas estabelecidas pelas famílias. Assim, buscando garantir a reprodução social dos grupos familiares, alguns dos herdeiros podiam ser encaminhados para o exercício de profissões não-agrícolas. Também havia a opção de investir nos estudos (inclusive religiosos) de um dos filhos, que, por conta disso, este abria mão do direito de participar da divisão da terra e do patrimônio familiar (SEYFERTH, 1985).

Sobre o caráter patriarcal da agricultura familiar identificado pela autora, mais recentemente Stropasolas (2011) concorda que realmente a organização do trabalho na agricultura familiar é fortemente marcada por um viés de gênero. Nesse contexto, ao homem é reservado o espaço da produção e da gestão do estabelecimento rural, ao passo que “as mulheres não são preparadas, nem estimuladas a se envolver ou se interessar por essas questões” (STROPASOLAS, 2011, p. 27). Tal fato desvela as questões de gênero imbricadas no processo de sucessão geracional na agricultura familiar e o caráter patriarcal já apontado nos estudos de Seyferth (1985).

Essa autora acrescenta outros elementos igualmente relevantes:

A consciência de que a reprodução do grupo camponês só é possível mantendo indivisível a colônia enquanto unidade de produção faz com que sejam acionados esses mecanismos de redução no número de herdeiros – havendo nítida preferência pela ultimogenitura, embora nem sempre o herdeiro seja o filho mais novo. [...] A ultimogenitura tanto é atribuída à tradição de origem dos imigrantes como à própria lógica do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (SEYFERTH, 1985, p. 22).

Assim, para a autora, a reprodução da agricultura familiar naquela região estava diretamente ligada à herança impartível, que assegurava a condição camponesa ao menos a um dos herdeiros. A principal estratégia para os filhos que não recebiam a terra como herança era a busca pelo trabalho assalariado ou o exercício da pluriatividade¹⁰, sendo que a maior parte do patrimônio fundiário ficava

⁹ Ao longo desta tese, este aspecto será aprofundado.

¹⁰ Sobre esse tema, há uma extensa literatura no Brasil e no exterior. Até meados dos anos 1980, tal expressão era sinônimo de agricultura a tempo parcial, trabalhador de dupla jornada, colono operário, *part-time farming*, *worker-peasant*, *multiple job holding*, etc. (SACCO DOS ANJOS, 1995).

com o herdeiro que seguiria como colono, sendo geralmente o ultimogênito, ou seja, o filho homem mais novo (SEYFERTH, 1985).

Essa preferência pela ultimogenitura para receber o patrimônio fundiário e, conseqüentemente, para a sucessão geracional na unidade produtiva familiar, também é conhecida por *minorato*. Para Woortmann (1994), esta expressão trata-se da instituição pela qual a terra paterna é transferida ao filho mais novo que, em contrapartida, responsabiliza-se por cuidar dos pais durante a velhice.

Para Mello *et al.* (2003), até os anos 1960, predominantemente essa estratégia (ultimogenitura ou *minorato*) assegurava a permanência de pelo menos um dos filhos na agricultura e na mesma unidade produtiva dos pais. Mas os autores mencionam ainda circunstâncias e fatores que possibilitaram a saída de filhos de seus locais de origem, a exemplo de estímulos aos filhos mais velhos para a reprodução de sua condição como agricultores em outras unidades produtivas. Tal aspecto se coloca dentro do dinâmico mercado de terras que havia no sul do país na segunda metade do século passado (MELLO *et al.*, 2003).

No estudo de Seyferth (1985), a autora identificou ainda que havia outras formas de transmissão de herança em que todos os herdeiros – homens e mulheres – recebiam sua respectiva parte do patrimônio familiar. Essa prática estava mais associada aos camponeses de ascendência germânica procedentes do condado de Baden-Württemberg, enquanto entre os camponeses também germânicos, originários do condado de Schleswig-Holstein, a herança impartível era mais comum. Tal assertiva demonstra que a origem cultural e étnica também influencia nas estratégias de reprodução social das famílias, e em última análise, nas formas de transmissão de patrimônio e de sucessão geracional. Essas distintas estratégias geralmente fazem parte das leis hereditárias consuetudinárias de cada grupo familiar e que, por sua vez, refletem particularidades de grupos culturais, étnicos, etc.

Entretanto, nas últimas décadas, surgem mudanças nos padrões sucessórios na agricultura familiar do sul do Brasil, não sendo mais possível transferir e generalizar

A agricultura a tempo parcial e a pluriatividade, apesar de conceitos diferentes, são fenômenos intimamente ligados à agricultura familiar, sendo entendidas como “*estrategias de supervivencia adoptadas por los pequeños agricultores y campesinos para garantizar la reproducción social de sus familias*” (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2007, p. 158). Para Schneider (2003, p. 112), “pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades [...] mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural”.

os tradicionais padrões encontrados na literatura, *vis a vis*, para a atualidade. Para Sacco dos Anjos e Caldas (2003), a masculinização, o envelhecimento e a desagrarização do espaço rural são fenômenos que alteram tais padrões. Ao que parece, ao mesmo tempo em que esses aspectos influenciam, são também consequência das mudanças nos padrões sucessórios.

Mello *et al.* (2003, p. 6) mostraram que a agricultura familiar da região do oeste catarinense conhece problemas nos padrões sucessórios, o que não existia até o final da década de 1960. Nas palavras dos autores, “houve uma espécie de implosão dos critérios sucessórios e hereditários tradicionais” da agricultura familiar da região. Dentre as causas apontadas estão as dificuldades na formação de novas unidades produtivas e o desejo de muitos jovens de não seguirem a profissão de seus pais (MELLO *et al.*, 2003). Além disso, no sul do Rio Grande do Sul, Sacco dos Anjos, Caldas e Costa (2006) apontam outras causas: a redução do número de filhos por casal e, conseqüentemente, de potenciais herdeiros para o patrimônio familiar. Para esses autores,

Há inúmeras mudanças incidentes sobre o meio rural, as quais, de alguma ou de outra forma, podem estar afetando os procedimentos usualmente adotados pelas famílias para conceber seus projetos de futuro do ponto de vista da sucessão em suas propriedades (SACCO DOS ANJOS, CALDAS e COSTA, 2006, p. 7).

Sobre a masculinização da população rural, Ferrari *et al.* (2004, p. 238), argumentam que há “o efeito da diferença de gênero, na medida em que as moças expressam um forte desejo de não continuarem a reproduzir o papel de suas mães como parte fundamental da organização social da unidade de produção familiar”. Essa afirmação vai ao encontro do que constatarem Sacco dos Anjos e Caldas (2003) e Sacco dos Anjos, Caldas e Pollnow (2014). Nesses trabalhos observou-se, nas últimas décadas, uma diminuição do número de moças no espaço rural dos estados meridionais do Brasil.

Ferrari *et al.* (2004) identificaram que, entre as moças que fizeram parte de sua pesquisa, houve uma importante mudança comportamental entre duas gerações com dez anos de diferença: as moças mais jovens, com idade entre 13 e 18 anos, vislumbravam outras possibilidades de vida além daquelas vividas por suas mães. Já entre as moças com idade superior a 25 anos, os autores constatarem maior desejo de permanecer na agricultura, o que pode estar relacionado com a possibilidade mais remota de encontrar alternativas laborais.

Ainda sobre esse aspecto, Abramovay *et al.* (2001) observaram que mais de dois terços dos rapazes que participaram do seu estudo no estado de Santa Catarina desejavam permanecer na agricultura. Já entre as moças entrevistadas, apenas cerca de um terço delas alimentava o mesmo desejo. Tais dados também refletem o panorama demográfico que é encontrado no sul do Brasil demonstrado por Sacco dos Anjos, Caldas e Pollnow (2014).

Em outro estudo realizado em Santa Catarina por Silvestro *et al.* (2001), a investigação revelou que a maior parte dos jovens homens demonstrava vontade de ficar no meio rural e entendia que seu futuro era mais promissor na agricultura. Por outro lado, as moças viam na cidade um futuro mais animador do que no meio rural. Nessa investigação, as respostas dos jovens acerca do desejo de assumir a propriedade paterna variaram proporcionalmente de acordo com o nível de renda. Além disso, os autores concluíram que há “uma forte associação entre a escolha profissional em torno da agricultura familiar e um nível de educação especialmente precário por parte dos que encaram como desejado este futuro” (SILVESTRO *et al.*, 2001, p. 47-48).

Esse fato pode estar ligado ao modelo de educação no espaço rural, sem a devida valorização da agricultura como atividade promissora e fundamental para a sociedade. Nesse sentido, os autores concluíram que,

Em suma, o processo sucessório na agricultura familiar, não é objeto de planejamento sistemático por parte da família, nem recebe qualquer tipo de atenção ou subsídio vindo de instituições públicas ou representativas. Este quadro é coerente com a falta de preparo educacional dos filhos que vão assumir a propriedade (SILVESTRO *et al.*, 2001, p. 100).

Ferrari *et al.* (2004) verificaram que, para os rapazes que ainda estavam cursando o ensino fundamental e médio, a agricultura era vista com uma escolha entre diversas possibilidades. Entre suas escolhas constava migrar para a cidade, inserindo-se no setor da indústria, serviços ou comércio no meio urbano. Para estes autores, “há fortes indícios de que ficam na propriedade paterna os jovens com menor nível educacional, condição essa que, por si só, reduz sobremaneira as possibilidades de inserção deles no mercado de trabalho urbano” (FERRARI *et al.*, 2004, p. 249).

Para Stropasolas (2011, p. 27),

O estudo é associado a percepções que representam mobilidade social, figurando como condição quase que indispensável para garantir uma inserção social mais digna. Parece haver nesse contexto uma oposição: quem estuda quer sair; quem não estuda não tem outra alternativa que não seja ficar.

Cabe abordar ainda que o interesse dos jovens em permanecer na agricultura cresce no caso das famílias agricultoras que possuem maior renda (SILVESTRO *et al.*, 2001). No extremo oposto, há uma forte associação entre buscar melhores condições financeiras fora da agricultura com estabelecimentos imersos na pobreza. Ferrari *et al.* (2004, p. 246) observaram que “os filhos das famílias de maior renda encaram a permanência na agricultura como promissora e isso é bem mais nítido entre rapazes do que entre moças”. Para Abramovay *et al.* (2001, p. 3), de maneira geral, “a aspiração por viver na cidade é tanto maior quanto menos promissor o horizonte de geração de renda no estabelecimento paterno”. Da mesma forma, os autores observaram que a maior parte das famílias incentivava os filhos a permanecerem na agricultura; entretanto, essa disposição declinava sensivelmente na medida em que a renda das famílias era menor.

Sobre relações sociais dos jovens rurais, Abramovay *et al.* (2001, p. 8) afirmaram que “a imagem de isolamento associada à vida no meio rural não é apenas um preconceito”. Silvestro *et al.* (2001) concordam com tal afirmação, ao observar que, em Santa Catarina, apenas os grupos de jovens da igreja católica detinham importantes formas de socialização dos rapazes e moças.

Ademais, estes autores, ao analisarem o liame entre a renda das famílias e as relações sociais dos jovens, concluíram que 44% dos jovens das famílias com menor nível de renda viviam num impressionante isolamento social (SILVESTRO *et al.*, 2001). Esses aspectos se acham diretamente envolvidos na decisão dos jovens de permanecer ou não no meio rural e na unidade familiar de produção.

Todo esse cenário impõe a necessidade de proposição e implementação de políticas públicas para esse fim, especialmente para os segmentos mais vulneráveis. Além de programas fundiários, políticas públicas voltadas à educação, ao crédito, à capacitação e profissionalização, à moradia e a novas oportunidades de renda são fundamentais para o desenvolvimento, não apenas agrícola, mas rural e sustentável (SILVESTRO *et al.*, 2001).

Após analisado o estado da arte dos processos de reprodução social e sucessão geracional na agricultura familiar do sul do Brasil, cabe a seguir analisar como se dão tais dinâmicas no âmbito espanhol e, sobretudo, no cenário da Andaluzia, a partir do prisma de estudos gerais e específicos sobre o mesmo assunto.

2.1.2 O «*relevo generacional*» e a «*instalación de jóvenes*» na Espanha e na Andaluzia

Inicialmente é preciso realizar uma pequena digressão, com o objetivo de explicar o uso na literatura espanhola dos termos «*relevo generacional*» e «*instalación de jóvenes*» no setor agrário. Enquanto o primeiro está muito próximo do conceito de sucessão geracional empregado pela literatura brasileira, ou seja, a substituição das gerações mais velhas pelas gerações mais novas, o segundo pode ser entendido nos termos de Moyano e Fernandez (1990, p. 8):

La «instalación» puede ser definida como el proceso a través del cual un joven, procedente o no del medio rural, se convierte en titular de una explotación, bien de forma individual o asociativa. [...] el concepto de «instalación» ha de significar que el joven acceda de un modo inmediato o gradual a la titularidad de la explotación en que se instala. (destaques no original)

É importante compreender que o conceito de «*instalación de jóvenes*» pode ser de pessoas com origem rural ou urbana, de forma a assumirem a titularidade em um estabelecimento rural e levarem a cabo algum projeto de produção agrária. Além disso, a instalação pode ser de duas formas: imediata ou gradual. A primeira delas pode ser considerada direta e premente, ou seja, por aquisição, usufruto, arrendamento ou outras formas de posse da terra. A outra forma de instalação é considerada gradual nas situações em que, mediante meios de colaboração com o titular do estabelecimento agrário, o jovem vai assumindo parte das responsabilidades civis e de gestão (DIRVEN, 2002). Sem embargo, cada via de instalação possui seus próprios problemas e desafios (MOYANO e FERNANDEZ, 1990).

Destarte, o «*relevo generacional*», como a própria tradução literal do termo indica, diz respeito à substituição de gerações, isto é, a geração mais nova sucede a geração mais velha no trabalho e no gerenciamento da unidade produtiva familiar. Conforme abordado anteriormente, esse processo está mais relacionado com as relações internas das famílias e com suas estratégias de reprodução social. Entretanto, há diferentes fatores envolvidos, os quais são abordados a seguir, a partir de uma revisão de literatura específica sobre o tema. Feita essa pequena digressão, cabe agora voltar ao foco principal desta seção.

No continente europeu, a questão do envelhecimento da população em geral é recorrente em diferentes países, seja pelo aumento da expectativa de vida, seja pela diminuição das taxas de natalidade. No que tange especificamente à população rural,

aspectos como o seu envelhecimento e a diminuição absoluta e relativa não são novos, mas têm crescido nas últimas décadas, sobretudo pela de falta jovens interessados em seguir na atividade agrária (REGIDOR e SÁNCHEZ-REYES, 2012). No caso espanhol, a escassez de jovens no campo possui especial relevância, tendo em vista que é um dos países europeus mais afetados por essa problemática (CASTILLO-QUERO e GUERRERO-BAENA, 2019).

Moyano e Fernandez (1990), já no final do século passado, apontavam a necessidade de pelo menos duas condições básicas para a instalação de jovens na atividade agrária: uma, que existam jovens dispostos a se tornarem agricultores; e outra, que exista disponibilidade de estabelecimentos adequados para que a instalação desses jovens possa tornar-se efetiva e viável.

Essa escassez de jovens nas atividades agrárias espanholas pode ser entendida como consequência de problemas relacionados à entrada de pessoas novas no setor e à saída das pessoas com idade mais avançada. Enquanto os chamados problemas de entrada são associados com as causas da diminuição no número de jovens interessados em ingressar ou manter-se na atividade agrária, os problemas de saída são relacionados à retirada cada vez mais tardia das gerações mais velhas (CASTILLO-QUERO e GUERRERO-BAENA, 2019; FLAMENT, MACIAS e MONLLOR, 2016).

Fisher e Burton (2014) associam ainda a essa problemática os fatores endógenos do desenvolvimento da exploração agrária, as relações intrafamiliares e a falta de identidade do sucessor com o estabelecimento rural. Esse último aspecto também é apontado por Castillo-Quero e Guerrero-Baena (2019), sendo que esses autores o relacionam com a falta de valorização social do trabalho agropecuário.

García Bartolomé (2000) indica ainda que os jovens filhos de agricultores podem herdar dos pais o ofício, capital e inclusive reconhecimento social, mas para que tudo se concretize, é necessário que os pais percam ou deleguem sua condição de proprietário, titular e chefe da unidade produtiva familiar. Essa questão levantada pelo autor está relacionada com os problemas de saída das gerações mais velhas da atividade agrária. Alguns estudos a relacionam com os incentivos diretos pagos pela Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia (UE).

Castillo-Quero e Guerrero-Baena (2019) apontam o sistema de pagamentos diretos da Política Agrária Comum (PAC) da União Europeia para agricultores titulares

de explorações agrárias como uma das razões para o abandono tardio de gerações mais velhas da atividade agrícola. Isso porque essas ajudas financeiras da PAC muitas vezes são consideradas como um complemento de renda às aposentadorias¹¹. Como consequência dessa retirada tardia das gerações mais velhas, tem-se um baixo número de estabelecimentos disponíveis ou aptos à instalação de novas pessoas no setor agrícola, seja através da transferência do patrimônio familiar, seja através da aquisição ou arrendamento de terras.

No que diz respeito ao problema de disponibilidade de jovens candidatos à instalação na atividade agrícola, ou seja, em relação à entrada de novas pessoas no setor, incidem fatores de diferentes naturezas: questões demográficas e questões económicas (MOYANO e FERNANDEZ, 1990).

Sob a lógica das mudanças demográficas ocorridas na Espanha nas últimas décadas, de maneira geral, verifica-se que a população do país envelhece rapidamente como reflexo, essencialmente, do aumento da esperança de vida e da diminuição da taxa de natalidade. Já no final do século passado, enquanto a taxa média nacional de envelhecimento era de 13,8% de pessoas com mais de 65 anos, a média do mesmo índice nos municípios com menos de 2.000 habitantes se situava em 22,7% (GARCÍA BARTOLOMÉ, 2000). Além disso, ainda em municípios essencialmente rurais, com até 10.000 habitantes, a população diminuiu, em termos relativos ao total da população espanhola, de 57% em 1976 para 20% em 2009 (MAPA, 2012).

Camarero e Del Pino (2014) indicam que o envelhecimento maior da população rural espanhola em comparação com a população urbana é motivado essencialmente pelos efeitos do intenso processo de êxodo rural que ocorreu na segunda metade do século passado. Os autores indicam ainda que o esvaziamento de grande parte do território rural espanhol verificado em determinadas faixas etárias possui um consequente impacto sobre as sucessivas gerações (CAMARERO e DEL PINO, 2014). Para Moyano e Fernandez (1990), estes aspectos inerentes às dinâmicas demográficas teriam que ser tomados como dados fixos para as políticas de instalação

¹¹ Apesar da PAC manter medidas de rejuvenescimento da população rural há mais de três décadas, aspectos como este limitam o êxito destas medidas e os problemas do envelhecimento da população rural e a falta de jovens agricultores persistem (PIRAS, 2019). A temática da PAC no contexto da sucessão geracional e da instalação de jovens nos países que compõem a UE é de suma importância. Nesse sentido, este aspecto é abordado na subseção 2.1.2.1, na sequência deste capítulo.

de jovens, sendo necessária uma distinção em cada momento histórico e em cada país, mas considerada a estabilidade temporal com que esses dados se apresentam.

Além das mudanças demográficas inerentes ao rural, também deve ser levado em conta como este espaço tem se tornado pouco atrativo para muitos jovens, fazendo com que uma grande parte deles busque espaço profissional no meio urbano, contribuindo com o envelhecimento da população rural (FLAMENT, MACIAS e MONLLOR, 2016) e sua diminuição. Da mesma forma que no Brasil, o progressivo declínio e envelhecimento da população rural espanhola é bastante evidente e igualmente preocupante.

Em 2016, como indicam Castillo-Quero e Guerrero-Baena (2019), cujos dados são expostos na Tabela 1, apenas 6,9% dos agricultores espanhóis possuíam idade inferior a 35 anos. Na Andaluzia, comunidade autônoma espanhola que se destaca pelo peso socioeconômico da agropecuária, tais dados se mostram ainda mais preocupantes: somente 5,0% dos agricultores estavam nessa faixa etária, enquanto 48,7% possuíam idade superior a 55 anos.

Tabela 1. Evolução percentual, de 2005 a 2016, de agricultores com idade inferior a 35 anos e idade superior a 55 anos, na Espanha e na Andaluzia.

Ano	Agricultores com idade até 35 anos (%)		Agricultores com idade acima de 55 anos (%)	
	Espanha	Andaluzia	Espanha	Andaluzia
2005	10,2	7,4	31,6	49,6
2007	9,5	6,6	31,9	49,3
2010	9,9	7,0	30,4	48,5
2013	7,2	4,5	32,2	50,4
2016	6,9	5,0	33,7	48,7

Fonte: adaptado de Castillo-Quero e Guerrero-Baena (2019).

Além disso, Flament, Macias e Monllor (2016) apontam que, se em 2003, havia 10,3 titulares jovens para cada 100 titulares com mais de 55 anos, dez anos depois esse mesmo índice caiu para 4,5. Nesse sentido, os autores são taxativos ao afirmar que “[...] *el porcentaje de titulares con 55 años o más aumenta al mismo tiempo que el porcentaje de titulares con menos de 35 años va bajando*” (FLAMENT, MACIAS e MONLLOR, 2016, p. 24-25).

Assim como no Brasil, o processo de êxodo rural na Espanha se apresenta de forma seletiva quando se compara os gêneros feminino e masculino. Camarero *et al.*

(2009) apontam que o continuado êxodo rural de jovens mulheres introduz a masculinização da população rural como uma notória diferença entre as áreas rurais e as áreas urbanas, causando um quadro igualmente preocupante. Para Camarero e Sampedro (2008), em grupos com idade entre 20 a 34 anos havia, em média, 110,5 homens para cada 100 mulheres em municípios espanhóis com até 5.000 habitantes. Além disso, os maiores índices de masculinização, à época, se apresentavam nas áreas rurais com maior presença de atividades agrárias familiares (CAMARERO e SAMPEDRO, 2008).

Mais recentemente, Larrubia Vargas e Natera Rivas (2019) analisaram a estrutura por sexo da população rural espanhola e evidenciaram duas situações: a preeminência da população feminina sobre a população masculina em grupos de idade mais avançada (superior aos 65 anos) e descenso feminino nas faixas etária de maior atividade laboral. Esse aspecto aprofunda a tendência de masculinização do campo. No primeiro caso, a relação de um maior número de mulheres sobre homens se dá, sobretudo, pela maior expectativa de vida da população feminina em relação à masculina e pelo predomínio de um maior êxodo rural masculino ocorrido em décadas passadas. Já o segundo caso é consequência dos movimentos atuais de êxodo rural, onde as mulheres em idade laboral deixam o meio rural em maiores taxas que os homens, buscando melhores oportunidades em outros espaços. Tal fenômeno é também resultado da falta de perspectivas das mulheres no espaço rural. Assim,

[...] la masculinización del medio rural se incrementa con la reducción del tamaño poblacional. [...] La razón de estos desequilibrios está nuevamente en los procesos de emigración. Emigración que actualmente está teniendo bastante incidencia en la población femenina en edad laboral. [...] En consecuencia, la población femenina sale, mientras que la masculina permanece o incluso aumenta. Estos datos confirman la tendencia hacia la masculinización de la población rural, que junto al envejecimiento general [...], obstaculiza el necesario relevo generacional (LARRUBIA VARGAS e NATERA RIVAS, 2019, p. 145-146).

Além disso, em geral,

[...] los hijos son orientados hacia estrategias de continuación, mientras que las hijas son inducidas hacia el desarraigo de la explotación a través de los estudios o del matrimonio con personas no agricultores, situación que agudiza la problemática de la soltería de los jóvenes que permanecen en las explotaciones agrarias (GARCÍA BARTOLOMÉ, 2000, p. 18).

Dessa forma, uma das características mais marcantes da estrutura demográfica espanhola é a masculinização nos estratos juvenis e adultos da população e a feminilização nos grupos geracionais mais velhos, principalmente em

zonas de pequenas e médias explorações agrárias e no norte do país (GARCÍA BARTOLOMÉ, 2000), onde os processos de despovoamento rural são mais intensos.

Considerando as dinâmicas demográficas apresentadas, é possível apontar que a concentração da população em espaços reduzidos, e, complementarmente, a aparição de um notório esvaziamento rural (processo que vem sendo chamado de *España vaciada*¹²) são dois dos aspectos mais destacados e considerados como dinâmicas contínuas no cenário da demografia espanhola (SERRANO MARTÍNEZ, 2004).

Além das questões de natureza demográfica, para Moyano e Fernandez (1990), interessa sublinhar que a escassez de jovens interessados pelo setor agrário está relacionada com questões de natureza econômica. Para estes autores, a política econômica global de um país geralmente se distancia do âmbito das políticas agrárias, o que pode influenciar de forma negativa nos processos de sucessão geracional. Muitas vezes, a política econômica geral dos países busca incidir sobre um aumento das taxas de emprego e dos fluxos econômicos de diferentes setores, o que geralmente se dá, de forma incomparavelmente mais incisiva, nos espaços urbanos. Portanto, se a intenção for incentivar a instalação de jovens no setor agrário através de políticas públicas, as políticas econômicas e agrárias deveriam ser concebidas em consonância, umas com as outras. Nesse sentido, para os autores,

Es importante comprender, por tanto, que una política de instalación no puede alterar el sentido de las tendencias generales que se producen en el conjunto de la economía o en el seno de la población de un país [...]. Es decir, nos parece un error que los poderes públicos presenten, por ejemplo, las políticas de instalación como medio para contrarrestar la salida de jóvenes del medio rural o para neutralizar los índices generales de desempleo juvenil, ya que estos problemas pertenecen a un ámbito de la política económica general cuya lógica escapa a las posibilidades reales de actuación de una política sectorial como esta de la instalación de jóvenes. Planteadas así, lo más probable será que las políticas de instalación no arrojen resultados positivos o que estos sean cuantitativamente insignificantes en cuanto que apenas podrán modificar el sentido en que aquellas macromagnitudes evolucionan (MOYANO e FERNANDEZ, 1990, p. 10).

Sem embargo, as mudanças socioeconômicas das últimas décadas na Espanha desenharam um cenário cheio de incertezas sobre quem serão os responsáveis das unidades produtivas agrárias atuais para viabilizar a atividade agropecuária do futuro (FLAMENT, MACIAS e MONLLOR, 2016). Conforme abordado anteriormente, é fundamental considerar que o objetivo central das famílias da

¹² Ver, a propósito, o documentário “*Barbecho, en el corazón del despoblamiento*”, iniciativa da UPA e disponível em: <http://barbecho.es/>. Acesso em setembro de 2021.

agricultura familiar é, e segue sendo, a reprodução social de uma aliança inseparável: a família e a unidade produtiva (DÍAZ MÉNDEZ, 1999). Porém, as mudanças sociais, a exemplo das mudanças demográficas e econômicas, podem afetar essa estratégia, apesar da conhecida capacidade de adaptação dessas famílias apontada por Shanin (1976).

A reprodução social das famílias agricultoras passa pelas condições produtivas, onde o sucesso familiar possibilita que algum sucessor continue o trabalho agrário da família. As ameaças atuais a partir das mudanças socioeconômicas delineadas anteriormente desenharam incertezas. Assim, se no passado o trabalho agrário era desejado pelos jovens, atualmente, em uma sociedade cada vez mais urbanizada, esse mesmo trabalho não resulta tão atrativo para a juventude (GONZÁLEZ, 1993).

Há que pesar também os fatores de tipo estrutural, vinculados às características das estruturas agrárias de cada país, tanto do ponto de vista físico (superfície agrária útil, aproveitamento do solo, orientações produtivas, etc.), como socioeconômico (regimes de posse da terra, tamanho das explorações, preço da terra, grau de envelhecimento da população agrária, etc.) (MOYANO e FERNANDEZ, 1990). Para tais autores, o modo como estes fatores se apresentam pode fazer que os jovens encontrem maiores ou menores dificuldades para a instalação e viabilidade de seu projeto.

Nesse sentido, Castillo-Quero e Guerrero-Baena (2019, p. 79) apontam que o *“acceso a la tierra es una de las principales barreras a las que deben hacer frente los jóvenes agricultores, debido a la escasez o baja disponibilidad del recurso y a su precio [...]”*. Esses autores consideram que a instalação de jovens na agricultura espanhola é mais provável se o estabelecimento rural possuir uma área suficiente para produzir bons resultados econômicos, o que é mais fácil no caso de atividades mais intensivas ou quando estejam presentes estratégias de valorização da produção (CASTILLO-QUERO e GUERRERO-BAENA, 2019). Ou seja, no caso da agricultura familiar, em que o tamanho dos estabelecimentos em geral é reduzido, parece fundamental atrair os jovens através de estratégias que não necessitem de uma área produtiva extensa e que valorem de forma diferenciada a produção, a exemplo da agroindustrialização familiar ou da produção ecológica.

Com todas estas mudanças Flament, Macias e Monllor (2016, p. 10) indicam que o estudo sobre a incorporação de jovens ao setor agrário evoluiu nos últimos anos através de diferentes enfoques metodológicos:

1) el cambio estructural del sector agrario a partir de los años sesenta y la migración de la población agraria a las ciudades, (2) cambios en las sociedades rurales y segregación de la juventud rural por cuestiones de género, (3) evaluación de las políticas públicas en torno a la juventud rural y agraria, (4) barreras de acceso al sector agrario y dificultades por la jubilación de los activos agrarios y (5) nuevos programas de formación y apoyo para agricultores nuevos.

Assim, a aproximação teórica realizada permite supor que os padrões sucessórios que predominavam na Espanha parecem estar passando por alterações. Aspectos como as mudanças socioeconômicas e demográficas parecem influenciar as estratégias de reprodução social das famílias e na decisão dos jovens de permanecer no espaço rural e eleger a agricultura como fonte de renda e de exercício profissional. Nesse sentido, estratégias diferenciadas de produção podem ser interessantes alternativas para superar os desafios colocados para instalação de jovens no setor agrário. Veremos esse aspecto a seguir, mas antes, dada a importância da PAC no contexto da instalação de jovens no setor agrário da União Europeia e da Espanha, é preciso fazer uma pequena digressão sobre esse assunto.

2.1.2.1 A importância da PAC no contexto da instalação de jovens no setor agrário espanhol

Dada a importância da PAC para o conjunto da agricultura europeia e espanhola, inclusive no que toca à instalação de jovens no setor agrário, aqui é necessário sublinhar alguns aspectos relevantes para o objeto da tese. Nascida em um contexto de escassez de alimentos após a Segunda Guerra Mundial, em 1962, a PAC é a primeira política comum da União Europeia e a mais importante (MAPA, 2020b). Alguns autores apontam que, sem ela, provavelmente o projeto de integração europeia falhasse ao converter a União Europeia simplesmente em uma zona de livre comércio (MOYANO e GARCÍA, 2020).

Através da PAC, a União Europeia apoia agricultores com subsídios financeiros, incentiva a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e investe no desenvolvimento rural (UNIÃO EUROPEIA, 2021). Nesse sentido, os objetivos da PAC são: apoiar os agricultores e melhorar a produtividade agrícola, garantindo uma

oferta estável de alimentos a preços acessíveis; salvaguardar os agricultores que integram o bloco a ter uma renda estável; ajudar a combater as mudanças climáticas e apoiar a gestão sustentável dos recursos naturais; manter áreas rurais e paisagens em toda a União Europeia, e; manter a economia rural viva, promovendo postos de trabalho na agricultura, em indústrias agroalimentares e setores associados (UNIÃO EUROPEIA, 2021).

Para alcançar tais objetivos são necessárias medidas tais como: ajudas financeiras mediante transferências diretas para garantir renda estável aos agricultores; subsídios para projetos que apostem na produção ecológica e na preservação do espaço rural; ajudas para afrontar as crises de mercado e estimular o consumo, e, por último; ações visando o desenvolvimento rural para encarar desafios específicos das áreas rurais (PARLAMENTO EUROPEU, 2020).

Ao longo de sucessivas reformas da PAC, foram postas em marcha alterações para torná-la mais eficiente e ajustá-la às mudanças ocorridas no âmbito europeu e mundial, assim como para enfrentar o câmbio climático. Atualmente, o orçamento da PAC é estabelecido para cada septênio e sua estrutura se apoia em dois pilares. O primeiro deles, financiado em sua totalidade pela União Europeia, sustenta os pagamentos diretos aos agricultores e alguns instrumentos de regulação de mercados agrícolas. Já o segundo pilar, co-financiado pela União Europeia e pelos Estados membros, sustenta os processos de desenvolvimento rural, incluindo diversos tipos de ajudas, quais sejam, as destinadas à modernização dos estabelecimentos rurais, as ajudas agroambientais (buscando a sustentabilidade na agricultura), à instalação de jovens no setor agrário (para favorecer a sucessão geracional), programas de apoio à diversificação de renda e de atividades no meio rural, dentre outras medidas (MOYANO e GARCÍA, 2020).

Sobre o primeiro pilar, é importante considerar que os pagamentos diretos aos agricultores estão em debate e são considerados, em certa medida, como um empecilho para favorecer a sucessão geracional. Esse debate se dá porque muitos desses pagamentos estão baseados nos chamados direitos históricos, que são resultado de um acordo firmado em 2003 entre os Estados membros e a União Europeia. O objetivo desse acordo foi facilitar a mudança do sistema então vigente, baseado em ajudas financeiras vinculadas à produção, para um novo sistema desacoplado da produção e baseado na área dos estabelecimentos rurais (MOYANO,

2020). Isso significa dizer que foi assegurado a cada agricultor que já era beneficiário das ajudas da PAC vinculadas à produção desde antes de 2003, o direito de receber uma espécie de bolsa de direitos históricos de pagamentos diretos, associados, no novo sistema, ao número de hectares de cultivo ou de pastos. Esses pagamentos do novo sistema foram estabelecidos com base no valor médio de ajudas recebidas em anos anteriores a 2003. Antes de abordar a relação desses direitos históricos com o tema da sucessão geracional, cabe uma digressão em relação ao segundo pilar da PAC, sobre o qual se apoiam os processos de desenvolvimento rural na União Europeia.

O programa de desenvolvimento rural da PAC no período 2014-2020 previa seis prioridades: i) transferência de conhecimento e inovação; ii) viabilidade e competitividade dos estabelecimentos agrícolas; iii) organização da cadeia alimentar e gestão de riscos; iv) restauração, preservação e melhora dos ecossistemas; v) economia eficiente no uso de recursos naturais e resilientes às mudanças climáticas, e; vi) inclusão social e desenvolvimento econômico. Nesse sentido, cada Estado membro tinha o dever de abordar pelo menos quatro dessas prioridades na concepção dos seus programas nacionais de desenvolvimento rural, os chamados PDR (UNIÃO EUROPEIA, 2021).

O objetivo dos PDR era traçar um plano de utilização dos recursos provindos da União Europeia conjuntamente com o orçamento aportado por cada Estado membro, buscando colocar em prática o programa de desenvolvimento rural da PAC. Era permitido que cada Estado membro apresentasse um programa nacional e um conjunto de programas regionais, desde que garantida a coerência entre as estratégias nacional e regionais (MAPA, 2020c).

Dentro da prioridade de número 2 (viabilidade e competitividade agrícola) do segundo pilar da PAC, a medida 2B foi concebida para facilitar a instalação no setor agrário de agricultores devidamente qualificados, especialmente de jovens, buscando estimular o rejuvenescimento da população rural (UNIÃO EUROPEIA, 2017). É exatamente nesse ponto que se situam as ajudas financeiras para a instalação de jovens no setor agrário. Através desta área de enfoque, os gestores públicos podem fornecer aos jovens agricultores ajudas financeiras iniciais para sua instalação e para investimentos no estabelecimento, juntamente com assessoramento, formação, cooperação e geração de conhecimentos. Os objetivos desta medida são estimular a

sucessão geracional no setor agrário e aumentar a competitividade da agropecuária por meio de empreendimentos inovadores (UNIÃO EUROPEIA, 2016).

Assim, jovens agricultores (definidos pela União Europeia como pessoas com menos de 40 anos de idade) podem receber ajudas financeiras oriundas do segundo pilar da PAC por um período de até cinco anos (UNIÃO EUROPEIA, 2020a). Para que estes recebam ajudas financeiras para sua instalação no setor agrário, devem cumprir determinados requisitos, como, por exemplo, serem agricultores ativos, possuírem ou buscarem qualificação profissional, além de apresentarem e levarem a cabo projetos de incorporação que possuam viabilidade econômica e gerem postos de trabalho (GUERRERO-BAENA e CASTILLO-QUERO, 2019). As mesmas autoras indicam que, geralmente, a importância da ajuda financeira está modulada para impulsionar medidas específicas (agricultura ecológica ou medidas inovadoras de economia de água ou energia), a instalação de mulheres agricultoras ou projetos levados a cabo em zonas mais desfavorecidas ou com limitações ambientais.

Em relação à Espanha, o país optou pela elaboração, além do PDR nacional, de outros 17 PDR regionais, ou seja, um para cada comunidade autônoma. Nesse contexto, o PDR nacional se refere expressamente às dificuldades que podem ser enfrentadas em nível nacional, tendo em conta a divisão de competências políticas e de gestão entre as autoridades nacionais e autonômicas definida na constituição espanhola. Assim, a submedida 2B não está prevista no PDR nacional espanhol, mas sim nos PDR regionais (UNIÃO EUROPEIA, 2020b). Especificamente em relação ao PDR andaluz, o plano tinha por objetivo utilizar 8,44% (204,4 milhões de euros) do total de recursos previstos à comunidade autônoma para dar apoio financeiro a mais de 2.500 jovens agricultores de modo a que estes pusessem em marcha seus planos de incorporação ao setor agrário (UNIÃO EUROPEIA, 2020c).

Esses jovens também têm prioridade e complementos quando se trata de receber os pagamentos diretos aos agricultores (recursos do primeiro pilar da PAC). Entretanto, para tal, é necessário que sejam proprietários titulares de estabelecimentos agrícolas que tenham direito a receber os pagamentos diretos baseados nos direitos históricos, tal como aludido anteriormente. É importante registrar que os pagamentos diretos estão ligados ao estabelecimento agrícola e não ao seu titular, ou seja, em caso de transferência na titularidade do estabelecimento, o novo titular passará a receber as ajudas financeiras.

Agricultores que não recebiam ajudas da PAC acopladas à produção antes de 2003 ficaram fora desse sistema implantado a partir de 2003. Na prática, isso significou “blindar” o sistema de ajudas da PAC, dificultando a entrada de novos agricultores ao mesmo, sobretudo de jovens (MOYANO, 2020c). O que acontece é que nesse caso, agricultores mais velhos que têm direito em receber os pagamentos diretos dificilmente disponibilizam seu estabelecimento para a instalação de jovens agricultores, porque assim perderiam o acesso aos pagamentos diretos.

Os dados a seguir ilustram uma face dessa problemática no caso da Andaluzia. Com efeito, a Tabela 2 mostra que no ano de 2019, 40,6% das pessoas que receberam ajudas diretas do primeiro pilar possuíam 65 anos ou mais. Por outro lado, apenas 8,7% das pessoas que receberam essas mesmas ajudas possuíam idade igual ou inferior a 40 anos. Além disso, é nítido o contraste de gênero, considerando que em todas as faixas etárias, 40,6% do total de pessoas que receberam essas ajudas foram mulheres.

Tabela 2. Número de pessoas, por faixa etária e recorte de gênero, que acessaram na Andaluzia os pagamentos diretos do primeiro pilar da PAC.

Faixa etária	Mulheres	Homens	Total de pessoas
Até 40 anos	5.978 (33,9%)	11.666 (66,1%)	17.644 (8,7%)
41 a 50 anos	12.911 (39,0%)	20.179 (61,0%)	33.090 (16,3%)
51 a 64 anos	28.237 (40,3%)	41.902 (59,7%)	70.139 (34,5%)
65 anos ou mais	35.495 (43,0%)	47.024 (67,0%)	82.519 (40,6%)
<i>Total</i>	<i>82.621 (40,6%)</i>	<i>120.771 (59,4%)</i>	<i>203.392 (100%)</i>

Fonte: elaboração do autor a partir de dados da Junta de Andalucía (2020).

Uma das consequências desse cenário é que no conjunto do território espanhol, há pouca disponibilidade de terras para a instalação de jovens agricultores (esse aspecto será melhor abordado mais adiante, na discussão dos resultados obtidos com a pesquisa de campo). Esse é um dos motivos que colocaram em discussão na agenda da reforma da nova PAC (2021-2027) os pagamentos diretos baseados nos direitos históricos. Atualmente, o *Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación* parece decidido a suprimir o sistema de direitos históricos, buscando uma nova etapa sem ataduras prévias e possibilitando o acesso de novos beneficiários (MOYANO, 2020). Outro fato que indica isso diz respeito ao estudo sobre o acesso à terra na Espanha (MAPA, 2021), uma iniciativa do *Ministerio da Agricultura, Pesca y Alimentación* no marco dos trabalhos de elaboração do plano estratégico

espanhol para a nova PAC, dentro do objetivo de atrair jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento de empreendimentos agrários nas zonas rurais.

Vale dizer que o orçamento da PAC normalmente é construído a cada septênio. Nesse sentido, a partir de 2018 se impõe um complexo processo de discussão e de negociação para uma nova reforma. A nova PAC (2021-2027) não altera sua estrutura de dois pilares, mas introduz importantes mudanças nos instrumentos de intervenção. A principal inovação da nova PAC são os planos estratégicos nacionais, com os quais a União Europeia põe à disposição dos Estados membros um instrumento estratégico para permitir-lhes realizar seus próprios diagnósticos dos distintos subsetores agrários (o estudo mencionado no parágrafo anterior está alicerçado nesse aspecto). Outra inovação da nova PAC se refere à busca por uma agricultura mais sustentável, onde os agricultores podem complementar seus pagamentos diretos com outra ajuda associada ao fomento de práticas agrícolas mais comprometidas com os objetivos ambientais (MOYANO e GARCÍA, 2020).

Até o início de 2021 (período de finalização da pesquisa naquele país), o momento na Espanha era de união de esforços entre governo e sociedade civil para a elaboração do plano estratégico nacional, buscando aglutinar os interesses das diferentes regiões e diferentes setores agrários. Espera-se que as ajudas para a instalação de jovens no setor agrário permaneçam como prioridade na aplicação dos recursos da próxima PAC, com aplicação prevista para o período 2023-2027. Até lá (2021-2022), a distribuição de recursos será baseada em disposições transitórias previamente acordadas e aprovadas pela União Europeia.

Exposto isso, voltamos a atenção agora à caracterização do universo empírico da pesquisa no âmbito dos dois países.

2.2 As regiões de estudo

Esta subseção está destinada a apresentar alguns aspectos relativos às regiões ou contextos que integram esta pesquisa, quais sejam, primeiramente, o extremo sul gaúcho, e, na sequência, a Andaluzia Ocidental.

2.2.1 A região de estudo no Brasil

Os municípios a que corresponde o recorte territorial dessa pesquisa estão inseridos na Microrregião de Pelotas (DEE, 2022). Esta região é considerada uma das primeiras zonas de colonização do estado do Rio Grande do Sul, muito em função da abundância de recursos hídricos. A chegada dos primeiros casais de açorianos estabelece o processo de ocupação do território, bem como a ênfase por estabelecer as bases para um processo de produção de alimentos, surgindo daí as primeiras vilas e assentamentos humanos. Após consolidado o domínio da região pela Coroa Portuguesa, em meados do Século XVIII, militares receberam a concessão de sesmarias, que correspondiam a grandes extensões de terras, com aproximadamente 13.000 hectares. Grando (1984, p. 50) menciona que,

A ocupação do território que forma o município de Pelotas e seus arredores ocorreu em duas etapas. Primeiramente, foram distribuídas as terras de campo em forma de sesmarias. Essas distribuições eram feitas aos homens que houvessem servido de forma importante ao Reino Português e também aos que tivessem dinheiro suficiente para se instalarem e desenvolverem atividade econômica. A primeira das sesmarias que originou Pelotas data de 1758 e foi outorgada a Tomaz Luiz Osório¹³. Chama-se Rincão de Pelotas (atualmente Laranjal). Essas concessões deram-se até o final do século XVIII e nelas portugueses e seus descendentes organizaram as fazendas de criação de gado. Só então teve início a distribuição das terras de mato da serra de Tapes.

A diversidade étnica e cultural deste território, que guarda amplas fronteiras com a República do Uruguai, é marcante. Tal característica reflete as ondas migratórias que marcam o processo de colonização no sul do Brasil, o qual tem forte relação com a decadência do regime escravocrata no país (LANDO e BARROS, 1992). Se, por um lado, havia a necessidade de importação de mão de obra dos países europeus para o Brasil, por outro, havia a necessidade de se povoar novas terras, consolidar fronteiras, além de suprir as necessidades alimentares de um mercado interno em expansão. É por força desse objetivo que o Governo Imperial do Brasil dá início à colonização no sul do Brasil na primeira metade do século XIX, ampliando-se esse processo durante a segunda metade do Século XIX¹⁴.

O primeiro grande ciclo de imigração não-ibérica se dá com a vinda dos imigrantes da Alemanha e alhures, o qual consolida as bases para o que se veio a

¹³ A propósito, ver https://youtu.be/s_MD_KYOU_Y. Acesso em março de 2022.

¹⁴ Os anos 1824 e 1875 correspondem, respectivamente aos marcos da colonização germânica e italiana no estado do Rio Grande do Sul.

chamar “nova economia colonial”, especialmente na região do Vale do Rio dos Sinos. Nesses termos, a expressão destacada

[...] refere-se objetivamente ao período inaugurado a partir da chegada dos imigrantes não-ibéricos, cujo marco fundamental reside na vinda das famílias procedentes da Alemanha e Áustria que desembarcaram no Rio Grande do Sul em março de 1824. Tal como destaca Guimarães (1989: 129), apesar dos enormes obstáculos iniciais, os colonos alemães, assentados em propriedades com cerca de 87 hectares, conseguiram finalmente prosperar, convertendo-se, a despeito de todos os contratempos e do contraditório apoio do Governo Imperial, numa experiência indiscutivelmente “vitoriosa”. A própria incapacidade e desinteresse da agricultura latifundiária e agroexportadora em atender ao incipiente mercado interno dos produtos de subsistência permite desenhar um espaço específico para este tipo de estabelecimento no cenário nacional. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.110-111; destacado no original)

Entretanto, nesse processo, um aspecto merece atenção. Para Grando (1984), a partir da promulgação da Lei de Terras (1850) pelo Governo Imperial brasileiro, a doação de terras não era mais permitida. Desse modo, doravante o acesso à terra dar-se-á apenas através de operações de compra e venda. Esse fato abriu espaço para agenciadores de terras e empresas particulares de colonização, os quais passaram a se interessar pela aquisição de terras devolutas, caracterizando a colonização como um negócio (GRANDO, 1984). Estes agentes buscavam na Europa – que passava por um contexto geral de crise e disputas – contingentes humanos dispostos a migrar para o Brasil, especialmente para a região sul.

Nesse contexto, Grando (1984) menciona que após iniciativas malsucedidas¹⁵, se instalou, no então 4º Distrito do município de Pelotas, uma experiência de colonização privada que apesar de alguns reveses, acaba se consolidando. Jacob Rheingantz, comerciante e administrador, fundou, em 1858, a Colônia de São Lourenço. Nessa colônia, em glebas de 48 hectares de terra por família, imigrantes de origem alemã e pomerana¹⁶ dedicaram-se à produção diversificada de alimentos (SALAMONI, 2001).

Para Grando (1984, p. 49),

A quantidade de terras incultas na serra de Tapes, muito próximas de dois importantes mercados consumidores e exportadores, Rio Grande e Pelotas, favoreceu a expansão da colonização nessa região do Rio Grande do Sul a

¹⁵ Duas iniciativas precursoras de colonização fracassaram em Pelotas. Em ambos os casos (Colônia Pedro II e Monte Bonito). Os colonos eram procedentes da Irlanda e de Liverpool. Segundo Grando (1990, p.70), a maior parte das famílias acabou migrando para Montevidéu, Buenos Aires e para outros municípios próximos de Pelotas. Nesse sentido, o “desaparecimento dessas duas colônias foi atribuído ao fato de os imigrantes serem mais artífices do que agricultores”.

¹⁶ A Pomerânia é uma região específica situada no norte da Polônia e da Alemanha, sendo atualmente pertencente à Alemanha. Muitos pomeranos emigraram para o Brasil durante o século XIX, tendo como principais destinos o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo.

partir do desenvolvimento de São Lourenço. Assim, como São Leopoldo é considerada o fator de crescimento dos núcleos agrícolas que avançaram para o Norte do Estado, São Lourenço é considerada a origem dos núcleos do Sul.

Para Salamoni (2001, p. 7),

Por meio da pequena propriedade familiar e da produção de gêneros alimentícios diversificados, introduziu-se um novo padrão econômico e sociocultural no Sul do Império. Da mesma forma, o fato de os imigrantes terem ocupado a mesma condição de colonos, determinou a estruturação de uma organização social original, nessa mesma porção do território nacional.

Esta mesma autora menciona ainda que,

O extraordinário crescimento populacional do município de Pelotas ocorreu, sem dúvida, em função da colonização sobre as áreas de serras ao norte, uma vez que a faixa litorânea, ocupada pelas estâncias e pelos campos de criação, mantinha-se com uma população escassa. Os estudos mostram, além disso, que a fertilidade biológica presente nas colônias foi um fator determinante para o rápido adensamento populacional e consequente expansão dos imigrantes e seus descendentes (SALAMONI, 2001, p. 13).

Atualmente, diversos municípios da região, entre os quais figuram São Lourenço do Sul, Morro Redondo, Turuçu, Arroio do Padre, Pelotas e Canguçu, ainda conservam traços da cultura germânica, tendo, na agricultura familiar, um grande destaque.

Outros grupos étnicos, como italianos e franceses, também constituíram núcleos importantes na Serra dos Tapes. Conforme Betemps (1999, p. 2), o município de Pelotas “abriga a única colônia francesa existente no Rio Grande do Sul”, onde os imigrantes encontraram condições de se reproduzir socialmente. Tais famílias procediam do atual município de Dom Feliciano (RS). Segundo a mesma fonte, até o final do Século XIX, famílias de origem italiana também se fixaram no meio rural de Pelotas (BETEMPS, 1999). No caso específico do desenvolvimento da colônia francesa, consta que tais famílias “tentaram primeiro o fumo, depois o piretro e em menor quantidade a cana de açúcar. Depois começaram a cultivar a alfafa e a uva e já na década de 1890 a alfafa se torna o primeiro produto a ser explorado comercialmente por toda a colônia” (BETEMPS, 1999, p.10).

A instalação dos imigrantes europeus no município de Pelotas e na região como um todo ocorre, simultaneamente à introdução de diversas produções, com destaque para os cultivos de uva e pêssago. A persicultura resultou em dezenas de pequenas fábricas de compota de pêssago, criadas em grande medida na zona rural, as quais são precursoras das grandes indústrias de conservas de Pelotas.

Toda essa política de colonização originou na região uma grande diversidade étnica, social e cultural, baseada em pequenos estabelecimentos rurais familiares

voltados à produção de alimentos. Tem-se, então, a coexistência, de um lado, da grande propriedade rural, voltada essencialmente para a produção de gado vacum, e de outro, uma pequena produção marcada pela diversificação produtiva e com importante papel no suprimento de alimentos para as necessidades da região.

Para Roche (1969, p. 558),

O aparecimento, no século XIX, de uma classe de agricultores, pequenos proprietários, constituiu, sem dúvida, um fenômeno decisivo na história econômico-social de algumas regiões do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul, em cujas colônias essa classe se formou. A pequena propriedade nele representa uma força essencial, e foi ela que deu originalidade à nova fisionomia do Estado.

Entretanto, fruto do processo histórico de concentração de renda, exploração da mão de obra e invisibilização das categorias sociais subalternas do campo, esta região acumulou Índices de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) abaixo da média da maioria dos municípios do Rio Grande do Sul. O Idese é um parâmetro desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE/RS¹⁷) destinado a medir o grau de desenvolvimento dos municípios gaúchos com base em 12 indicadores divididos em três blocos: educação, renda e saúde (FEE, 2015a). Ao analisar a Figura 3, percebemos que a parte relativa ao extremo sul do Rio Grande do Sul possui valores abaixo da média das outras regiões gaúchas. O esgotamento do padrão de desenvolvimento – centrado na produção agroalimentar – de décadas precedentes, bem como a concentração da terra se situam como causas da estagnação econômica e do seu empobrecimento. Enquanto o Rio Grande do Sul possui um Idese de 0,751, os municípios pertencentes ao recorte geográfico desta pesquisa possuem o Idese abaixo de 0,699.

¹⁷ Com sua extinção em 2018, passou a ser o atual Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

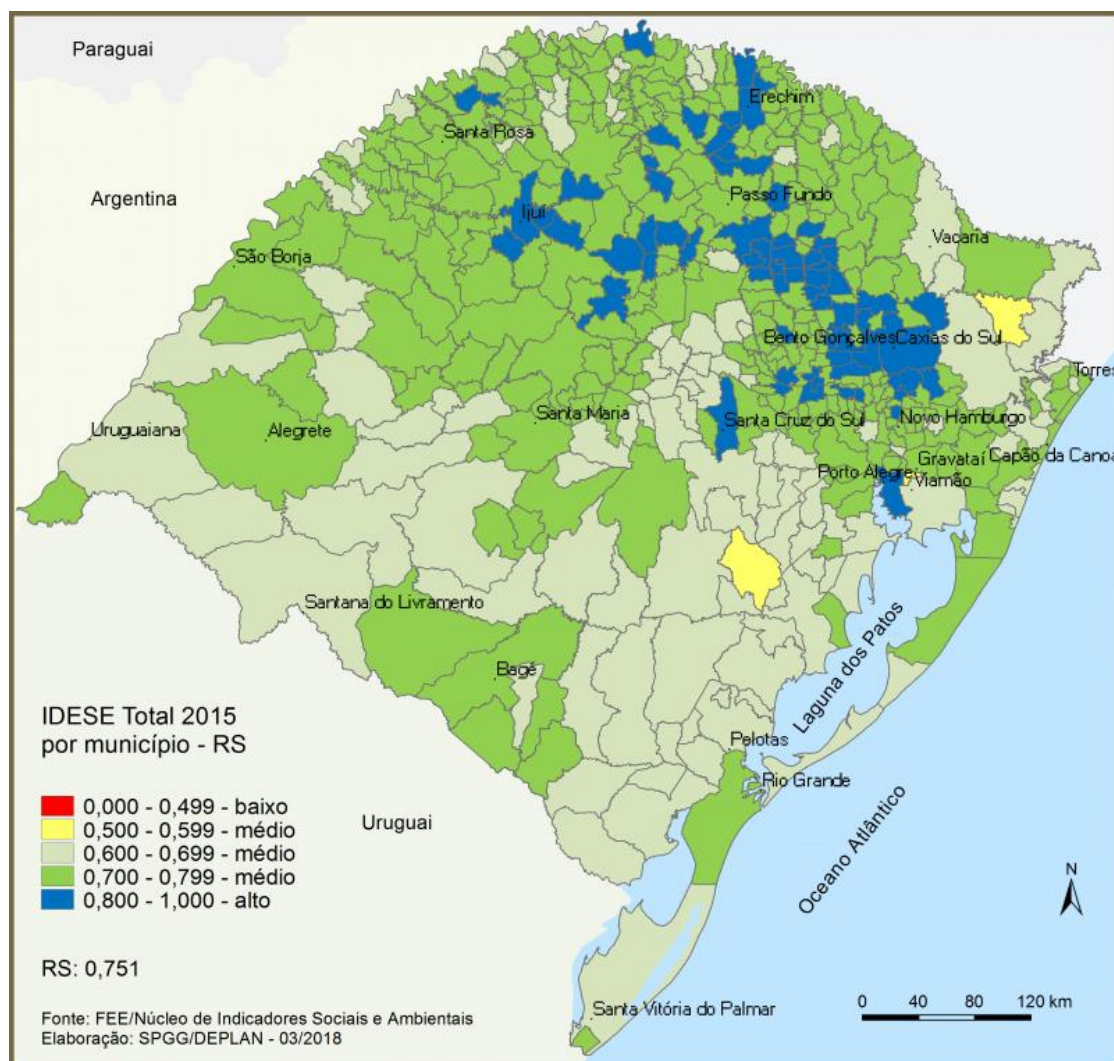


Figura 3. Mapa representando o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos municípios do Rio Grande do Sul.

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2019a).

De forma semelhante, quando analisamos a Figura 4, também percebemos que, com exceção de Pelotas, todos os municípios que compõem essa pesquisa possuem Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média da maioria dos municípios gaúchos, assim como abaixo da média estadual. Vale lembrar as três dimensões que constituem o IDH: (a) Renda - padrão de vida medido pela Renda Nacional Bruta per capita; (b) Saúde/Longevidade - vida saudável e longa medida pela expectativa de vida, e; (c) Educação - acesso ao conhecimento medido pela média de anos de educação de adultos e expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar.

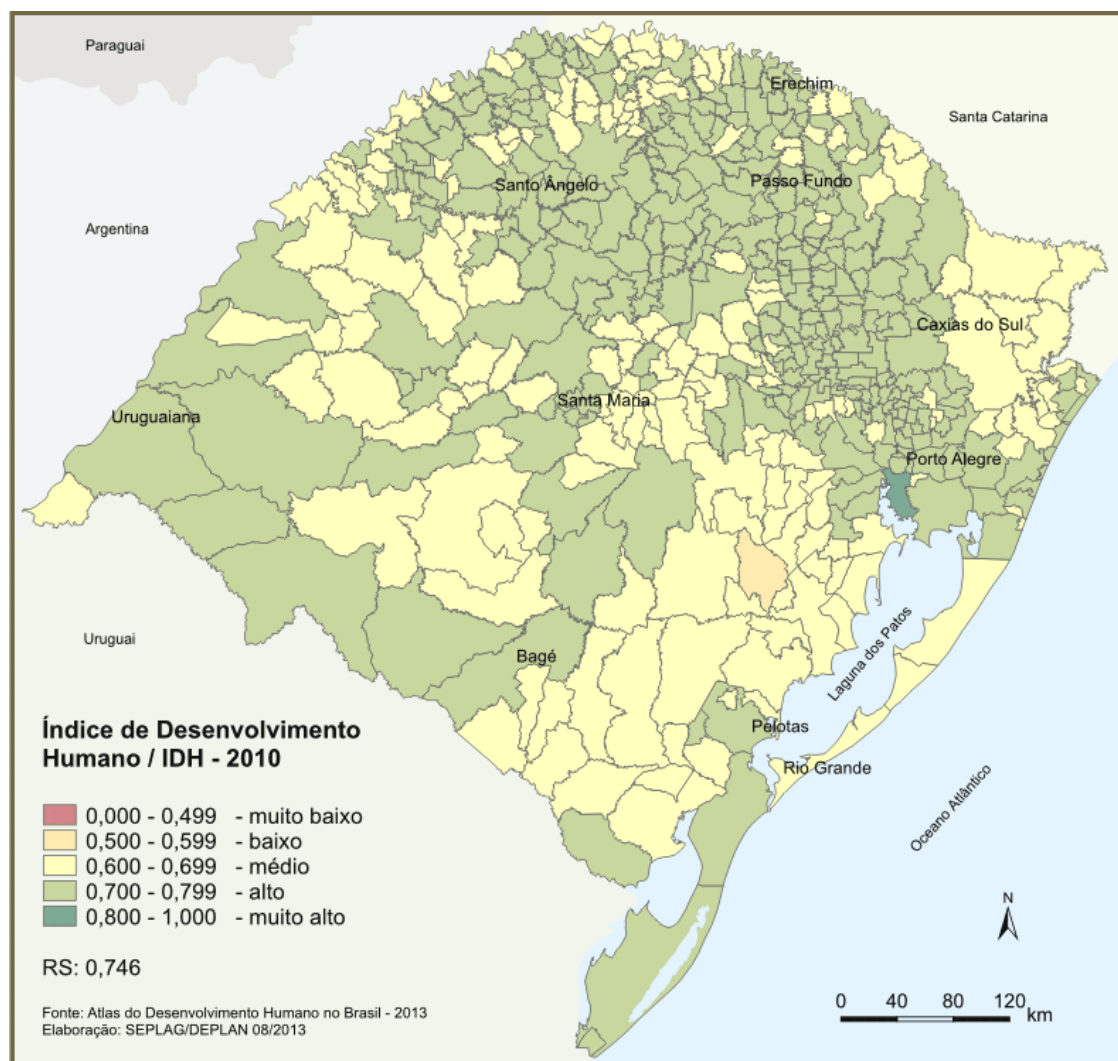


Figura 4. Mapa representando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Rio Grande do Sul.

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2019b).

Atualmente, no que diz respeito à estrutura fundiária, a agricultura familiar, dentro dessa parte da geografia gaúcha, é a forma social de produção dominante. Não obstante, enquanto muitas famílias detêm pouca terra, poucas famílias possuem grandes áreas. Isso fica claro nos dados da Tabela 3, que indicam que, dentro do conjunto de municípios que importam a essa pesquisa, há um total de 18.379 estabelecimentos, sendo que 87,1% são de caráter familiar. Todavia, como mostra a Tabela 4, enquanto os “não-familiares” representam 12,9% do total, são estes responsáveis por concentrar nada menos que 59,0% da superfície agrícola total. Por outro lado, 16.012 estabelecimentos rurais familiares (87,1%) ocupam 255.641 hectares (41,0%) da área agrícola total.

Tabela 3. Distribuição dos estabelecimentos em municípios da microrregião de Pelotas segundo a natureza (familiar, não-familiar e total) dos estabelecimentos rurais.

Município	Estabelecimentos				
	Familiars	%	Não-familiars	%	Total
Arroio do Padre	427	94,1	27	5,9	454
Canguçu	8.075	85,4	1.384	14,6	9.459
Cristal	591	80,0	148	20,0	739
Pelotas	2.697	91,4	253	8,6	2.950
São Lourenço do Sul	3.850	88,2	516	11,8	4.366
Turuçu	372	90,5	39	9,5	411
Total	16.012	87,1	2.367	12,9	18.379

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019a).

Tabela 4. Distribuição da área agrícola total segundo a natureza dos estabelecimentos rurais (familiares e não-familiares).

Município	Área em hectares		
	Familiars	Não-Familiars	Total
Arroio do Padre	7.355	1.124	8.479
Canguçu	118.017	159.155	277.172
Cristal	8.888	44.599	53.487
Pelotas	43.360	58.808	102.168
São Lourenço do Sul	72.375	91.852	164.227
Turuçu	5.646	12.292	17.939
Total	255.641	367.830	623.471

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019b).

Nessa parte da geografia gaúcha, a atividade agropecuária possui uma grande importância econômica. A tabela a seguir (Tabela 5) apresenta a estrutura do Valor Agregado Bruto (VAB)¹⁸, no ano de 2015, dos municípios que compõem a Microrregião de Pelotas. Apesar de existir uma variação do VAB entre os municípios, a média de participação da agropecuária na economia da região é de 31,2%.

Do total de municípios envolvidos nessa pesquisa, cinco possuem valores acima dessa média, com exceção apenas para Pelotas, município esse que possui a

¹⁸ O Valor Agregado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia. Ver a propósito: PESSOA, M. L. (Org.). PIB e VAB do RS. In: _____. **Atlas FEE**. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/>. Acesso em fevereiro de 2019.

grande parte de sua economia baseada no setor de serviços. Dos municípios que integram a pesquisa, o setor industrial é o que logra menor importância na estrutura do VAB, dado que se reflete na conformação do mercado de trabalho na região.

Tabela 5. Estrutura do Valor Agregado Bruto (VAB) de municípios da Microrregião de Pelotas em 2015.

Município	Estrutura do Valor Agregado Bruto (%), em 2015		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
Arroio do Padre	39,51	3,53	56,97
Canguçu	30,56	4,60	64,85
Cristal	40,06	5,91	54,03
Pelotas	3,02	13,22	83,76
São Lourenço do Sul	29,80	7,06	63,15
Turuçu	44,12	4,15	51,73

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da FEE (2015b).

Quanto à produção agrícola dos municípios que compõem esse recorte de pesquisa, exposta na Tabela 6, percebe-se que três produtos se destacam, quais sejam: tabaco, soja em grão e arroz em casca. Estes últimos estão vinculados principalmente a estabelecimentos rurais não-familiares, enquanto o primeiro diz respeito, quase que exclusivamente, a estabelecimentos da agricultura familiar da região. Além disso, produtos como a batata-doce, a batata-inglesa, o milho e o pêssigo são oriundos, em larga medida, de estabelecimentos rurais familiares, o que demonstra a importância da agricultura familiar na matriz agropecuária e econômica da região. Mas apesar de toda a importância que a agricultura, especialmente a de caráter familiar, ostenta para essa região, nas últimas décadas assiste-se a transformações no espaço rural muito importantes. O destaque é o progressivo declínio da população rural.

Como mostram os dados da Tabela 7, a população rural dos municípios envolvidos nesta pesquisa reduziu-se enormemente, no período compreendido entre 1970 a 2010. Municípios como Canguçu viram sua população rural declinar de 57.297 para 33.565 habitantes. Mas o que chama ainda mais a atenção é o descenso abrupto da participação da população rural de municípios como Pelotas, que passou de 25,6% em 1970 para escassos 6,7% em 2010. Parece evidente que o crescimento urbano de Pelotas se deu, também, por conta do esvaziamento da população rural dos municípios de seu entorno.

Esse processo progressivo de diminuição da população rural, e, de forma relacionada, o aumento absoluto e relativo da população urbana pode ser verificado e generalizado no Brasil como um todo, mas especialmente no âmbito dos três estados da região sul. A Figura 5 ilustra esse quadro de forma nítida.

Pode-se verificar que, em relação à totalidade do país, num período de 40 anos (1970 a 2010), a população rural diminui 28,5%, passando de 44,1% para 15,6%. Enquanto isso, a população urbana passou de 55,9% para 84,4%. No que tange à Região Sul do Brasil, englobando os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a população rural passou de 55,7% em 1970 para 15,1% em 2010, representando uma diminuição equivalente a 40,6% no período. Por outro lado, a população urbana da região sul do Brasil passou de 44,3% para 84,9%. Já no estado do Rio Grande do Sul, a população rural diminui 31,8% em 40 anos, passando de 46,7% em 1970 para 14,9% em 2010. Enquanto isso, a população urbana gaúcha aumentou de 53,3% para 85,1% no período analisado.

Tabela 6. Valor percentual da produção das lavouras temporárias e permanentes em municípios da microrregião de Pelotas.

Município	Arroz (em casca)	Batata- doce	Batata- inglesa	Tabaco (em folha)	Milho (em grão)	Pêssego	Soja (em grão)	Total
Arroio do Padre	-	0,6	0,82	91,65	2,13	1,26	2,02	98,48
Canguçu	1,28	1,3	0,61	57,77	6,74	5,27	23,07	96,04
Cristal	38,11	0,59	0,48	24,96	3,58	0,03	31	98,75
Pelotas	17,57	1,54	0,47	29,31	7,79	17,6	21,09	95,37
São Lourenço do Sul	18,97	0,89	0,94	39,76	11,97	0,5	25,3	98,33
Turuçu	23,28	0,57	0,25	30,77	5,36	0,08	38,75	99,06
<i>Média</i>	<i>19,44</i>	<i>0,95</i>	<i>0,60</i>	<i>44,62</i>	<i>6,42</i>	<i>4,41</i>	<i>23,89</i>	-

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da Pesquisa Agrícola Municipal de 2017 (IBGE, 2019c).

Tabela 7. Série histórica com a população residente, em números absolutos, por situação do domicílio, em municípios da microrregião de Pelotas¹⁹.

Município	Situação do domicílio	Ano				
		1970	1980	1991	2000	2010
Arroio do Padre	Urbana	...	...	...	...	454
	Rural	...	...	...	...	2.276
Canguçu	Urbana	5.154	8.855	13.811	17.695	19.694
	Rural	57.297	46.967	36.556	33.752	33.565
Cristal	Urbana	...	...	2.647	4.014	4.077
	Rural	...	...	3.428	2.618	3.203
Pelotas	Urbana	154.742	204.817	265.192	301.081	306.193
	Rural	53.127	55.177	25.908	22.077	22.082
São Lourenço do Sul	Urbana	9.892	14.041	18.918	23.463	24.237
	Rural	29.994	27.556	22.502	20.228	18.874
Turuçu	Urbana	...	...	...	1.638	1.557
	Rural	...	...	...	2.072	1.965
População Total		310.206	357.413	388.962	428.638	438.177

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

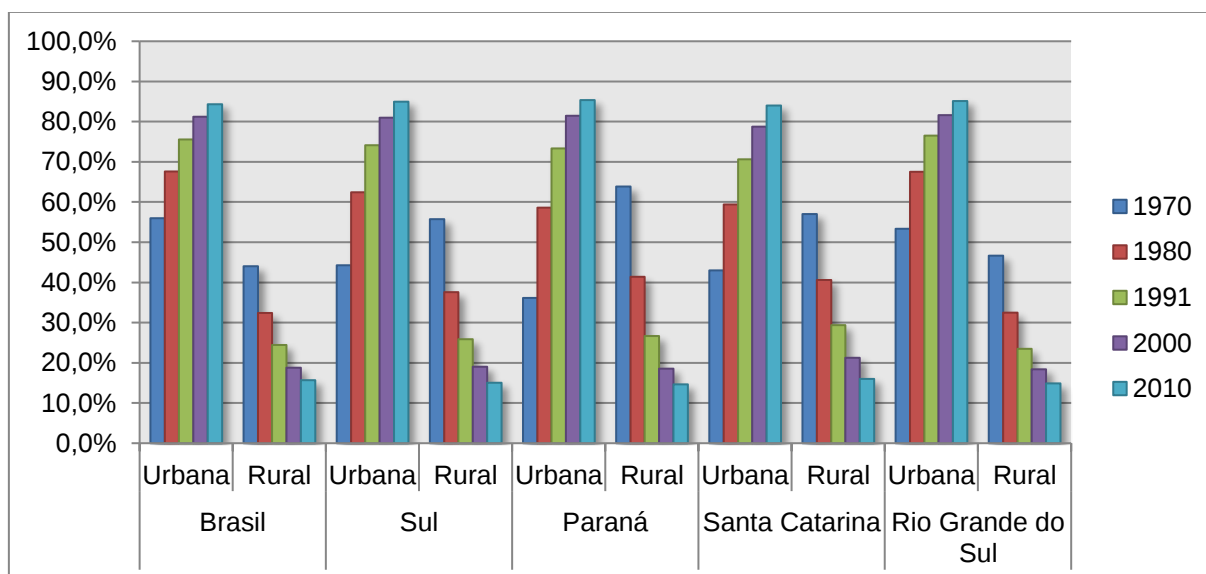


Figura 4. Gráfico com a série histórica da população residente, em porcentagem, por situação do domicílio, nos estados da região sul do Brasil e no Brasil.

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

¹⁹ Nota: os municípios que possuem como legenda “...” não existiam naqueles períodos censitários.

É preciso dizer que o aumento progressivo da população urbana nas unidades federativas e no Brasil como um todo não reflete apenas o êxodo rural. Há outros fatores envolvidos nesse processo, mas estes fogem da discussão aqui proposta. Todavia, é inegável assumirmos a diminuição da população rural, a partir da década de 1970, como reflexo de um câmbio demográfico mais amplo que está diretamente relacionado com as transformações que incidiram no espaço rural e, particularmente, no universo social em que opera a dinâmica da agricultura familiar.

É nesse contexto geográfico, histórico, cultural e econômico que se insere essa pesquisa, logrando importância na medida em que muitas unidades familiares de produção se encontram sem sucessores no interior das famílias.

No capítulo a seguir, será contextualizada a organização social rural no âmbito espanhol, com foco na região envolvida nessa pesquisa. Além disso, buscar-se-á caracterizar tais localidades no que tange a aspectos históricos, socioculturais e econômicos.

2.2.2 A região de estudo na Espanha

A Andaluzia²⁰ é a comunidade autônoma espanhola situada ao sul do país e conformada por oito províncias (Figura 6). Sevilha é a maior província em extensão territorial, com 14.036 km², seguida por Córdoba (13.771 km²), Jaén (13.496 km²), Granada (12.647 km²), Huelva (10.128 km²), Almería (8.775 km²), Cádiz (7.436 km²) e Málaga (7.309 km²).

A atual ocupação do território andaluz é consequência da combinação de vários fatores: a riqueza e diversidade de seus recursos naturais, o clima ameno e sua trajetória histórica. Dessa combinação, resulta uma região rica no que se refere ao patrimônio natural e cultural (JUNTA DE ANDALUCÍA, 2014).

²⁰ O topônimo “Andaluzia” tem origem no gentílico “Al-Andaluz”, nome que receberam todos os territórios da península ibérica que estiveram sob domínio muçulmano desde o início do século VIII até o final do século XV (MASSOT, 2016).

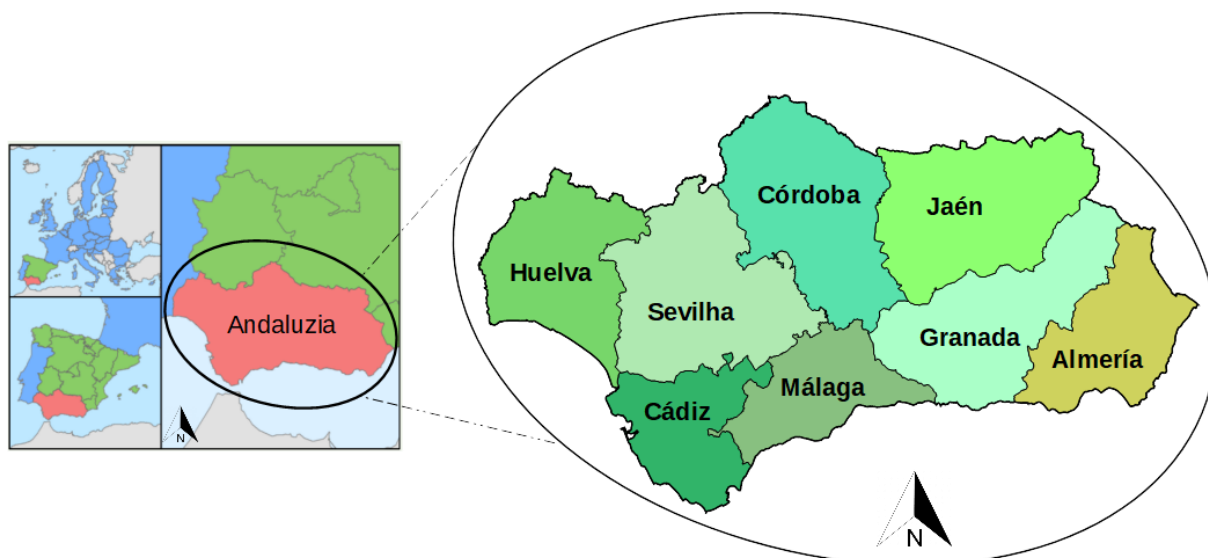


Figura 5. Mapa representativo da União Europeia, Espanha, Andaluzia e suas províncias.
Fonte: elaboração do autor.

De acordo com a metodologia de classificação urbano-rural da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 67,1% do território da Andaluzia pode ser considerado como uma condição intermediária, ou seja, zonas onde a população rural representa entre 20 e 50% do total (MASSOT, 2016). Entretanto, para o mesmo autor, essa metodologia mascara a condição eminentemente rural da comunidade autônoma. Isso porque quase 80% da superfície da Andaluzia era ocupada por municípios “rurais”, com menos de 30.000 habitantes e uma densidade demográfica inferior a 100 habitantes/km² (MASSOT, 2016). Além disso, autoras como Larrubia Vargas e Natera Rivas (2019) apontam que 40% da população vive no meio rural e dos 778 municípios então existentes, 619 possuíam menos de 10.000 habitantes.

A divisão da população andaluza entre sexo e local de residência é apresentada na Tabela 8. Como é possível constatar, se, por um lado, nota-se um número maior de homens (14.120) que mulheres na população rural, por outro lado na população urbana há mais mulheres (130.732) que homens. Tal fato pode ter consequências importantes para o futuro dos territórios rurais (CAMARERO *et al.* 2009; JUNTA DE ANDALUCÍA, 2014).

No que diz respeito ao setor agrário andaluz, este constitui um pilar fundamental da estrutura socioeconômica da região, seja por sua contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB), à taxa de empregabilidade, à coesão e equilíbrio do território pela capacidade de fixar população, seja por sua contribuição como elemento

dinamizador de áreas rurais (JUNTA DE ANDALUCÍA, 2014). Para a mesma fonte, é importante considerar ainda a crescente inter-relação do setor agrário com outras atividades econômicas, sendo este setor a base da indústria agroalimentar, principal exportadora da região.

Tabela 8. Recorte da população andaluza de acordo com sexo e local de residência.

	Homens	Mulheres	População total
Rurais	2.464.826	2.450.706	4.889.237
Não rurais	1.669.072	1.799.804	3.495.171
Total	4.133.898	4.250.510	8.384.408

Fonte: Junta de Andalucía (2020).

Em termos numéricos, o setor agrário e agroindustrial na Andaluzia representa cerca de 8% do PIB espanhol, 10% do emprego na comunidade autônoma e mais de um terço do total de explorações agrárias espanholas (FUNDACIÓN DE ESTUDIOS RURALES, 2018). O Valor Agregado Bruto (VAB) do setor agrário representou, em 2018, 7,7% do VAB total desta comunidade autônoma. No mesmo ano, a renda agrária do território representou 33,1% da renda agrária espanhola (JUNTA DE ANDALUCÍA, 2020).

Em 2017, a Andaluzia foi a comunidade autônoma espanhola que mais exportou produtos agroalimentares, chegando à casa dos 10.937 milhões de euros em suas vendas ao exterior, representando 23,0% do total de exportações de produtos agropecuários na Espanha (FUNDACIÓN DE ESTUDIOS RURALES, 2018). Em relação à produção do setor agrário, em 2019, a cifra alcançou 13.096,14 milhões de euros, com destaque para duas províncias: Almería e Sevilha (Figura 7).

A comunidade autônoma como um todo possui um elevado número de explorações agrárias, totalizando 244.391, com destaque para a participação de Jaén (28,7%), Córdoba (16,2%) e Granada (15,5%) (JUNTA DE ANDALUCÍA, 2020). A média da superfície agrária útil (SAU)²¹ das explorações andaluzas era de 18,16 hectares, sendo que as *“explotaciones de mayor tamaño medio se encuentran en Cádiz y Sevilla, y las más pequeñas, en Almería y Jaén”* (JUNTA DE ANDALUCÍA, 2020, p. 13). Tais dados estão apresentados na Tabela 9. Já a figura 8 apresenta uma representação gráfica, de acordo com o *Censo Agrario* de 2009, da média da SAU

²¹ Superfície agrária útil é a área destinada a cultivos (anuais ou perenes) e a pastos permanentes.

das explorações agrárias andaluzas, por município. De acordo com os dados censitários daquele ano, 59,6% das explorações possuíam uma SAU inferior a cinco hectares (JUNTA DE ANDALUCÍA, 2014).

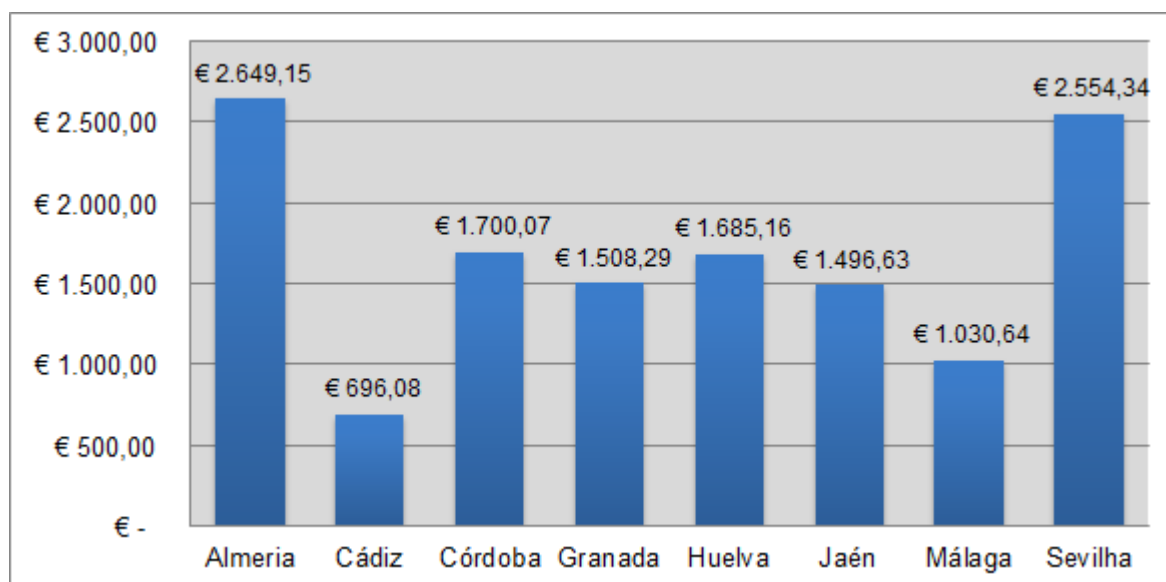


Figura 6. Valor da produção do setor agrário andaluz, por província, em milhões de euros.
Fonte: adaptado de Junta de Andalucía (2020).

Tabela 9. Número total e relativo de explorações agrárias por província andaluza.

Província	Explorações agrárias		SAU	
	nº	%	Hectares	Média
Almería	21.682	8,9%	201.352	9,29
Cádiz	9.643	3,9%	401.026	41,59
Córdoba	39.485	16,1%	869.176	22,01
Granada	37.897	15,5%	608.283	16,05
Huelva	11.673	4,8%	306.240	26,23
Jaén	70.020	28,7%	764.629	10,92
Málaga	22.578	9,2%	289.623	12,83
Sevilha	31.413	12,9%	941.420	29,97
Total	244.391	100,0	-	-

Fonte: elaboração do autor a partir de informações da Junta de Andalucía (2020, p. 13).

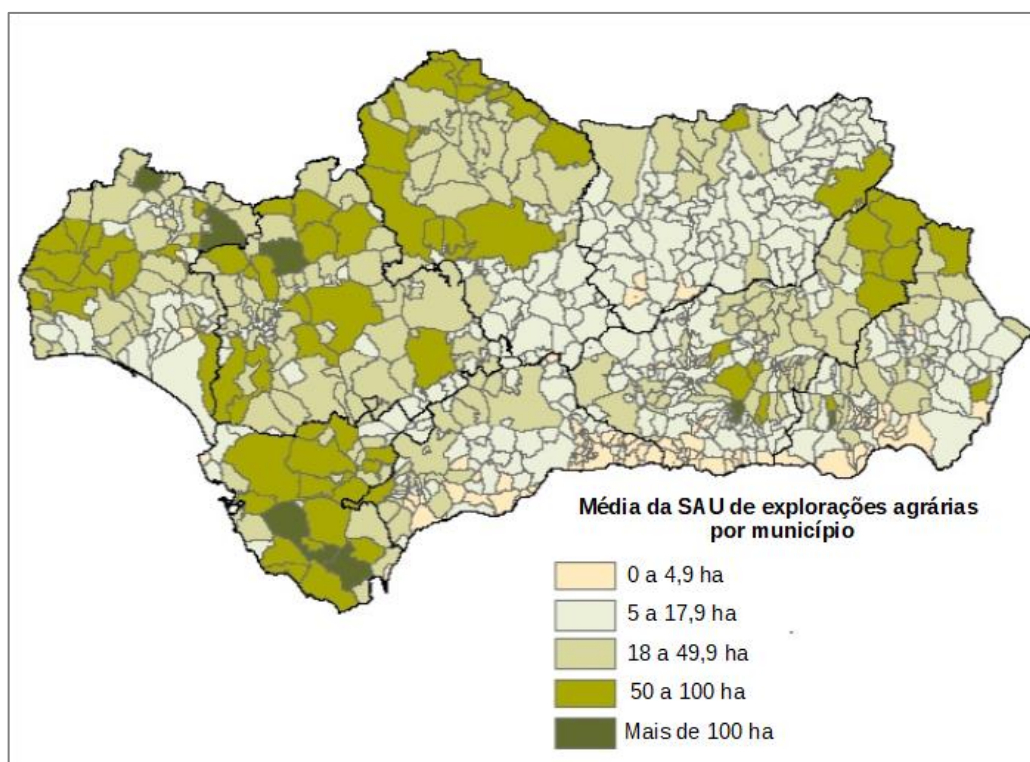


Figura 7. Média da superfície agrícola útil (SAU) das explorações agrícolas andaluzas, por município. Fonte: adaptado de Junta de Andalucía (2014).

As explorações agrícolas de menor tamanho estão localizadas em municípios onde as produções predominantes são a horticultura, a fruticultura (com exceção das frutas cítricas) e a olivicultura. Por outro lado, as explorações mais extensas são frequentemente destinadas à criação animal ou a cultivos extensivos sem irrigação (MASSOT, 2016).

É importante registrar que a mesma tendência que ocorre na maioria dos países desenvolvidos, também se verifica na Andaluzia: a diminuição do número de explorações agrícolas. Em 1999, havia 272.755 explorações, ao passo que em 2016, a mesma cifra era de 244.566 (MASSOT, 2016), ou seja, uma redução de 28.189 explorações (10,3%) em pouco mais de 15 anos. Ao mesmo tempo, tal fato representa uma diminuição do número de titulares de explorações agrícolas e também um aumento na concentração na propriedade da terra. Ou seja, a mesma superfície agrícola está em posse de um número menor de titulares.

Nesse sentido, para Massot (2016, p. 29),

El 56% de las explotaciones tiene una dimensión inferior a 5 Ha [sic.] de SAU (que ocupan solamente un 7,1% de la superficie total). En el extremo opuesto, apenas un 3,5% de las explotaciones tienen más de 100 Ha [sic.] pero acaparan el 50,8% de la SAU total andaluza.

Em relação à utilização da SAU na Andaluzia, até 2014 1.619.180 hectares (36,8%) eram dedicados a cultivos permanentes, seguidos pela área de terras destinada a cultivos anuais (1.564.090 hectares, o que representava 35,5%). O restante da SAU da Andaluzia (1.219.190 hectares, 27,7%) era destinada para pastos permanentes (JUNTA DE ANDALUCÍA, 2014).

Em termos de cultivos, o destaque da região é o olivar para produção de azeite, sendo o setor mais importante da agricultura andaluza, tanto em termos de área como de produção (JUNTA DE ANDALUCÍA, 2020). Na tabela a seguir são apresentados os principais cultivos em termos de superfície média (hectares cultivados, em média) no período de 2014 a 2017.

Tabela 10. Área média destinada para os principais cultivos na Andaluzia entre 2014 e 2017.

Cultivos	Área (ha)
Triticale	48.547
Laranja	59.237
Algodão	65.288
Aveia	94.945
Azeitona de mesa	97.354
Cevada	119.322
Amêndoas	169.824
Girassol	258.574
Trigo	379.084
Oliva para azeite	1.470.076

Fonte: elaboração do autor a partir de dados da Junta de Andalucía (2020).

Em termos de produção, a oliva para elaboração de azeite e os cultivos hortícolas (em seu conjunto) representam maior importância quantitativa. Na tabela 11 estão apresentados os principais produtos em termos da média de toneladas produzidas na comunidade autônoma no período compreendido entre 2014 e 2017.

Já em relação à produção animal, a Tabela 12 apresenta as principais criações em termos do número de animais (cabeças). Percebe-se um destaque para as criações ovina, suína e avícola.

A agricultura ecológica também logra importância na realidade andaluza. Em 2019 foram registrados 1.065.260 ha com agricultura ecológica, representando 19% da superfície agrária total andaluza (JUNTA DE ANDALUCÍA, 2020).

Tabela 11. Quantidade produzida (ton.) dos principais produtos na Andaluzia, em termos médios, de 2014 a 2017.

Produto	Toneladas produzidas
Azeitona de mesa	461.831
Alfafa	515.772
Pepino	598.841
Melancia	629.352
Beterraba açucareira	711.076
Pimentão	766.257
Trigo	1.032.133
Tomate	2.195.271
Oliva para azeite	4.597.528

Fonte: elaboração do autor a partir de dados da Junta de Andalucía (2020).

Tabela 12. Número de animais (cabeças) das principais criações na Andaluzia.

Criação	Nº de cabeças
Bovinos	547.573
Caprinos	1.028.082
Suínos	2.186.279
Galinhas postura	2.256.611
Ovinos	2.299.890
Frango de corte	11.624.779

Fonte: elaboração do autor a partir de Massot (2016).

No que diz respeito à formação dos chefes e chefas de explorações agrárias, é importante registrar que, de acordo com o Censo Agrário de 2009, somente 12,6% contavam com alguma capacitação agrícola básica completa, número que se situava abaixo da média espanhola (13,8%) e bastante abaixo da média europeia (22,5%). No caso de explorações agrárias dirigidas por jovens (até 35 anos de idade), a porcentagem de jovens com alguma formação agrária situava-se em 24,4% (JUNTA DE ANDALUCÍA, 2014).

Nesse contexto, para Martín Cerdeño (2017), é possível destacar algumas características na atividade agropecuária andaluza, as quais estão sistematizadas no Quadro 1. Para este autor, a *“agricultura de Andalucía se caracteriza por la estacionalidad y atomización de la oferta, su dispersión territorial y la búsqueda de empleos complementarios que estén vinculados al medio rural”* (MARTÍN CERDEÑO, 2017, p. 295).

Na Andaluzia são registradas cerca de 245 mil explorações agrárias com titularidade básica de pessoas físicas (94%). Menos de 2,5% dos proprietários são de sociedade mercantil e apenas 0,3% são cooperativas de produção.
A titularidade das explorações agrárias se concentra em pessoas com mais de 50 anos (cerca de 72% do total). Enquanto isso, as explorações agrárias que possuem seus titulares com idade inferior a 35 anos não chegam a 5%.
O aproveitamento das terras agricultáveis se dá com 47,7% de cultivos herbáceos, 44,2% de olivais, 7,1% de fruticultura.
A complementação das tarefas agrícolas com outras atividades que impulsionam o desenvolvimento rural se vincula, principalmente, ao turismo (pousadas e atividades de lazer) e à agroindustrialização (azeite de oliva ou vinho, por exemplo).
Em relação à pecuária, se destaca a especialização das explorações em ovinocultura (35,9%) e suinocultura (21,4%), ainda que a avicultura (18,6%) e a caprinocultura (17,5%) também são representativas.
Em linhas gerais, em 2016, a produção agrária da Andaluzia alcançou 11.772 milhões de euros, com destaque para a produção vegetal (83,8% do total) e para a produção animal (13 % do total).

Quadro 1. Características principais da atividade agropecuária andaluza.

Fonte: elaboração própria a partir de Martín Cerdeño (2017).

Por tudo isso, a Andaluzia é considerada a comunidade autônoma com maior importância agrária na Espanha, aportando uma boa parte de todo o valor da produção agrária nacional, com uma grande diversidade agrícola, pecuária e pesqueira (DÍAZ PACHECO, 2017). A atividade agrária é a principal fonte de emprego para a metade dos municípios andaluzes. Além disso, vale frisar que

De toda la superficie andaluza, el 50% es agraria útil. Nuestra comunidad [Andaluzia] aporta cerca de una quinta parte de toda la superficie agraria útil de España (18,8%), con un equilibrio entre cultivos permanentes y anuales y una destacada presencia del olivar, con alrededor de un millón y medio de hectáreas, y la dehesa²², con algo más de un millón de hectáreas (DÍAZ PACHECO, 2017, p. 276; * inserção nossa).*

Entretanto, apesar das mais de 270 mil famílias vinculadas à agricultura andaluza (SÁNCHEZ HARO, 2017) e de uma população relativamente bem equilibrada e distribuída em diferentes zonas (JUNTA DE ANDALUCÍA, 2014), o

²² A “dehesa” é definida como amplas áreas de bosque aberto com a presença de gado, sobretudo do chamado porco ibérico que consome a “bellota” ou castanhas que caem ao solo de espécies arbóreas, sobretudo das encinas e arcornoques. É também formado de campos de cultivos forrageiros ou de cereais, bem como de aproveitamento de produtos florestais, tal como lenha e cortiça.

despovoamento de áreas rurais e o envelhecimento da população também preocupam a academia e o setor público (DÍAZ PACHECO, 2017).

Para Guerrero-Baena e Castillo-Quero (2019), a cifra de jovens agricultores em 2016, na Andaluzia, chegava a apenas 5%, inferior à média do conjunto da Espanha. Por outro lado, os agricultores andaluzes com mais de 55 anos de idade representavam quase a metade dos titulares de explorações agrárias. Tal cifra supera em 15 pontos percentuais a média espanhola para este mesmo período.

Tudo isso mostra que a problemática da falta de jovens no espaço rural andaluz, apesar de sua importância agrária ímpar, é similar ao que se constata no sul do Brasil. Tal fato impõe a necessidade de formulação de estratégias para mudança dessa realidade, especialmente dentro do universo da agricultura familiar. Além disso, ressalta a importância de trabalhos de investigação, como é o caso da presente tese de doutoramento.

3 Procedimentos Metodológicos

O itinerário metodológico envolveu diversas etapas, as quais estão descritas nesta seção. Os procedimentos adotados são reflexos da natureza do objeto de pesquisa, o qual demanda uma metodologia de cunho qualitativo. Esse tipo de metodologia

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Assim, para conhecimento, estudo do contexto e do estado da arte da temática no âmbito do extremo sul do Brasil e da Andaluzia, na Espanha, foi realizada uma revisão na literatura científica sobre o tema, o que possibilitou a construção do referencial teórico desta tese apresentado anteriormente. Tratou-se de conhecer as estratégias de reprodução social, de transmissão do patrimônio fundiário, de sucessão geracional e de instalação de jovens na esfera da agricultura familiar. Além disso, para a caracterização do universo empírico, também fez parte dessa fase da pesquisa a busca de dados estatísticos e censitários em fontes brasileiras e espanholas.

A coleta de dados primários sempre é uma etapa fundamental de pesquisas, “onde se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas” (MARCON e LAKATOS 1999, p. 34). Nesse sentido, o universo empírico contempla dois campos em diferentes países: Brasil e Espanha.

No Brasil, as organizações sindicais escolhidas foram a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS), o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de São Lourenço do Sul e Região (SINTRAF-Sul, vinculado à FETRAF-RS) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS), na esfera das diferentes instâncias organizativas da Regional Sul da Federação. Tais escolhas permitiram uma análise sobre o objeto de pesquisa a partir de um recorte a nível de municípios, região e estado, buscando olhares cruzados sobre um tema atual e relevante.

Já na Espanha, o recorte empírico envolveu a inclusão de atores sociais tais como: a *Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos* (COAG) e pela

Unión de los Pequeños Agricultores y Ganaderos (UPA), em diferentes instâncias organizativas das duas instituições, com destaque para o âmbito da comunidade autônoma andaluza. Também participaram como entrevistados dessa fase da pesquisa alguns pesquisadores e pesquisadoras espanhóis sobre a temática em tela, incluindo uma representante do Comitê Europeu de Jovens Agricultores (CEJA), além do *Ministro de Agricultura, Pesca y Alimentación* da Espanha, D. Luis Planas.

O objetivo principal das entrevistas foi identificar as perspectivas e desafios no entendimento das organizações mencionadas (no Brasil e na Espanha) para o tema da sucessão geracional na agricultura familiar, buscando traçar um paralelo e cotejar ambas as realidades (extremo sul gaúcho no Brasil e da Andaluzia, na Espanha).

É importante registrar que por ocasião da pandemia de Covid-19, a maior parte das entrevistas foi realizada de forma telemática, com o uso de diferentes ferramentas para efeito de reuniões *online* ou vídeochamadas, tais como: Zoom®, Skype®, Google Meet®, Jitsi Meet®, além do serviço de webconferências da UFPel. Essa conduta esteve de acordo com as orientações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual (CONEP, 2021).

Os roteiros semiestruturados que guiaram a realização das entrevistas estão expostos ao final da tese, na parte correspondente aos Apêndices. Tal instrumento foi elaborado a partir da inclusão de perguntas abertas e fechadas, cujas respostas foram gravadas, sempre com autorização dos interlocutores registrada no próprio arquivo de áudio e/ou vídeo gravado.

Vale sublinhar que durante a realização das entrevistas, foi utilizado um caderno de campo para apontamentos e observações acerca dos depoimentos. Essas anotações serviram como fontes auxiliares de informação no momento de análise dos discursos dos entrevistados.

No quadro abaixo estão sistematizadas as informações essenciais sobre os entrevistados e entrevistadas nos dois âmbitos de estudo. Cabe dizer que, assim como nos capítulos a seguir que contêm a discussão e apresentação dos depoimentos, foi assegurado o anonimato dos entrevistados através do uso de pseudônimos. Conforme o quadro a seguir, foram realizadas 15 entrevistas no Brasil e 12 na Espanha, além de uma entrevista a nível europeu.

Pseudônimo	País	Representação	Dados da entrevista
Informante BR 01	Brasil	FETRAF-RS: Direção estadual	Entrevista telemática realizada em 18/09/2019
Informante BR 02	Brasil	SINTRAF-Sul: Direção regional	Entrevista presencial realizada em 26/09/2019
Informante BR 03	Brasil	SINTRAF-Sul: Direção regional	Entrevista presencial realizada em 11/10/2019
Informante BR 04	Brasil	SINTRAF-Sul: Direção regional	Entrevista presencial realizada em 27/11/2019
Informante BR 05	Brasil	FETRAF-RS: Direção estadual	Entrevista telemática realizada em 27/01/2020
Informante ES 01	Espanha	COAG: Representante de Málaga	Entrevista telemática realizada em 05/06/2020
Informante BR 06	Brasil	FETRAF-RS: Direção estadual	Entrevista telemática realizada em 15/06/2020
Informante BR 07	Brasil	Ex-diretor do SINTRAF-Sul e ex-representante da FETRAF-RS	Entrevista telemática realizada em 26/07/2020
Informante ES 02	Espanha	COAG: Representante de Málaga	Entrevista telemática realizada em 13/07/2020
Informante ES 03	Espanha	COAG: Direção andaluza e nacional	Entrevista telemática realizada em 17/07/2020
Informante ES 04	Espanha	COAG: Direção andaluza CERES: Direção nacional	Entrevista telemática realizada em 23/07/2020
Informante ES 05	Europa	Representante do CEJA	Entrevista telemática realizada em 23/07/2020
Informante ES 06	Espanha	COAG Juventudes Agrárias: Direção nacional COAG: Direção andaluza	Entrevista telemática realizada em 27/07/2020
Informante ES 07	Espanha	COAG e COAG Juventudes Agrárias: Representante de Córdoba	Entrevista telemática realizada em 11/08/2020
Informante ES 08	Espanha	COAG: Direção andaluza e representante de Córdoba CERES: Direção andaluza	Entrevista telemática realizada em 13/08/2020
Informante ES 09	Espanha	COAG e COAG Juventudes Agrárias: Representante de Jaén	Entrevista telemática realizada em 08/09/2020
Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação	Espanha	Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação	Entrevista realizada por e-mail em 22/12/2020
Informante ES 10	Espanha	FADEMUR: Direção nacional	Entrevista telemática realizada em 18/02/2021
Informante ES 11	Espanha	UPA: Representante nacional	Entrevista telemática realizada em 19/02/2021
Informante ES 12	Espanha	UPA: Representante nacional <i>UPA Joven</i> : direção nacional	Entrevista telemática realizada em 10/03/2021
Informante BR 08	Brasil	STR de Canguçu, Regional Sul da FETAG-RS	Entrevista telemática realizada em 21/05/2021
Informante BR 09	Brasil	Regional Sul da FETAG-RS	Entrevista telemática realizada em 28/05/2021

Informante BR 10	Brasil	STR de São Lourenço do Sul, Regional Sul da FETAG-RS	Entrevista telemática realizada em 01/06/2021
Informante BR 11	Brasil	STR de São Lourenço do Sul, Regional Sul da FETAG-RS	Entrevista telemática realizada em 11/06/2021
Informante BR 12	Brasil	Direção da Regional Sul da FETAG-RS	Entrevista telemática realizada em 16/06/2021
Informante BR 13	Brasil	Direção da Regional Sul e Direção Estadual da FETAG-RS	Entrevista telemática realizada em 21/06/2021
Informante BR 14	Brasil	Representante da CEJTTR e Direção estadual da FETAG-RS	Entrevista telemática realizada em 28/06/2021
Informante BR 15	Brasil	SINTRAF-Sul: Direção regional FETRAF-RS: Direção estadual	Entrevista telemática realizada em 07/07/2021

Quadro 2. Sistematização das principais informações sobre os entrevistados.

Fonte: elaboração do autor a partir da pesquisa de campo.

Em uma etapa posterior, os depoimentos foram integralmente transcritos para a montagem de um banco de dados, cujo conteúdo das falas sofreu a aplicação da técnica conhecida como análise de conteúdo. Para Chizzotti (1991), o objetivo da análise de conteúdo é compreender, de forma crítica, o sentido das comunicações, a manifestação ou a latência de seu conteúdo, além dos significados explícitos ou ocultos.

Durante o exame do conteúdo das entrevistas, foi utilizado o ATLAS.ti® (versão *Cloud* e versão 9 para *desktop*), programa informático destinado a organizar e classificar as categorias e auxiliar na análise qualitativa dos depoimentos. Assim, foram construídas categorias de análise (códigos, na linguagem do referido programa informático) compatíveis com o problema de pesquisa, as quais estão apresentadas nos capítulos posteriores desta tese, respectivamente com as discussões correspondentes aos resultados do trabalho de campo no Brasil e na Espanha.

Com base na análise desse conjunto de informações levantadas a campo e integradas ao banco de dados, de informações secundárias, bem como do aporte teórico da revisão bibliográfica, buscou-se alcançar os objetivos gerais e específicos desta tese. Todo o esforço despendido esteve centrado em buscar respostas às questões colocadas no problema de pesquisa a partir da discussão empreendida nos capítulos subsequentes desta tese.

4 A pesquisa empírica no Brasil

Este capítulo tem a finalidade de apresentar e discutir os resultados das entrevistas aplicadas no Brasil, as quais foram realizadas com representantes de duas organizações sindicais brasileiras que compõem esse estudo: a FETRAF-RS, a FETAG-RS e seus respectivos espaços organizativos da região sul do Rio Grande do Sul (a Regional Sul da FETAG-RS e o SINTRAF-Sul no caso da FETRAF-RS).

Nesse sentido, a quantificação das categorias de análise indicadas pelos representantes destas instituições está exposta nas tabelas a seguir. Assim, a tabela 13 apresenta a contagem absoluta de menções destas categorias de análise pelos representantes de cada organização, enquanto a tabela 14 apresenta a frequência relativa (porcentagem) destas mesmas categorias. A figura 09 representa de forma gráfica, na figura de um Diagrama de Sankey, as alusões das categorias de análise também pelos representantes de cada organização.

Tabela 13. Contagem absoluta das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.

Categorias de análise	Organizações		
	FetagRS e RegionalSul	FETRAF-RS e SINTRAF-Sul	Totais
Políticas públicas, acesso à terra e investimentos iniciais	40	23	63
Ações da organização para a juventude rural	41	17	58
Atuação da organização	15	13	28
Formação socioprofissional	20	17	37
Futuro da agricultura familiar	10	10	20
Relações de gênero	6	2	8
Preocupação com a escassez de jovens agricultores	15	10	25
Reconhecimento social da agricultura e do espaço rural	2	4	6
Relações intrafamiliares	26	11	37
Remuneração, estrutura e mecanização das unidades produtivas	19	11	30
Serviços e infraestrutura no meio rural	10	5	15
Totais	204	123	229

Fonte: Elaboração do autor com o uso do programa informático AtlasTi.

Tabela 14. Frequências relativas totais, em porcentagem (%), das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.

Categorias de análise	Organizações		
	FetagRS e RegionalSul	FETRAF-RS e SINTRAF-Sul	Totais
Políticas públicas, acesso à terra e investimentos iniciais	12,2	7,0	<u>19,2</u>
Ações da organização para a juventude rural	12,5	5,2	17,6
Atuação da organização	4,6	4,0	8,5
Formação socioprofissional	6,1	5,2	<u>11,3</u>
Futuro da agricultura familiar	3,0	3,0	6,0
Relações de gênero	1,8	0,6	2,4
Preocupação com a escassez de jovens agricultores	4,6	3,0	7,6
Reconhecimento social da agricultura e do espaço rural	0,6	1,2	1,8
Relações intrafamiliares	7,9	3,3	<u>11,3</u>
Remuneração, estrutura e mecanização das unidades produtivas	6,2	3,3	<u>9,6</u>
Serviços e infraestrutura no meio rural	3,0	1,5	4,6
Totais	62,6	37,4	100,0

Fonte: Elaboração do autor com o uso do programa informático AtlasTi.

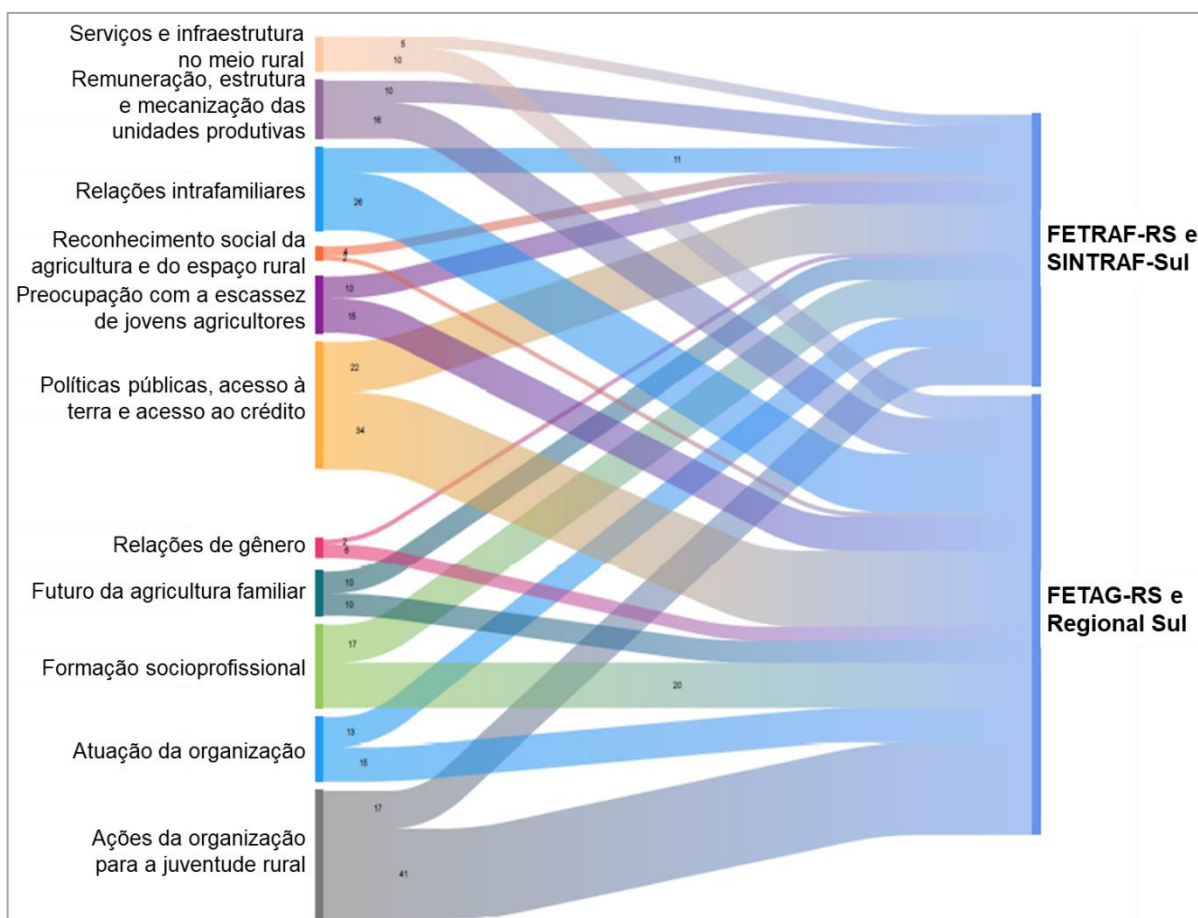


Figura 8. Diagrama de Sankey com a representação gráfica das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.

Fonte: Elaboração do autor com o uso do programa informático AtlasTi.

Com base nos dados apresentados acima é perceptível que, dentre as categorias de análise que refletem as dificuldades para a sucessão geracional na agricultura familiar, na perspectiva dos entrevistados, há um destaque para quatro delas: “políticas públicas, acesso à terra e acesso ao crédito”, “formação”, “relações intrafamiliares” e “remuneração, estrutura e mecanização das unidades produtivas”. Somadas, estas quatro categorias de análise representam 51,4% do total de menções que foram registradas na análise dos depoimentos.

Não obstante, quando analisamos os discursos dos representantes de cada organização, respectivamente, nas colunas da tabela a seguir (tab. 15), percebemos que os representantes de ambas as organizações – FETRAF-RS e FETAG-RS – indicaram estas mesmas categorias de análise como as principais necessidades para jovens agricultores e para a sucessão geracional na agricultura familiar.

Tabela 15. Frequências relativas às colunas (organizações), em porcentagem (%), das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.

Categorias de análise	Organizações	
	FetagRS e RegionalSul	FETRAF-RS e SINTRAF-Sul
Políticas públicas, acesso à terra e investimentos iniciais	17,4	18,2
Ações da organização para a juventude rural	21,0	14,1
Atuação da organização	7,7	10,7
Formação socioprofissional	10,3	14,1
Futuro da agricultura familiar	5,1	8,3
Relações de gênero	3,1	1,7
Preocupação com a escassez de jovens agricultores	7,7	8,3
Reconhecimento social da agricultura e do espaço rural	1,0	3,3
Relações intrafamiliares	13,3	9,1
Remuneração, estrutura e mecanização das unidades produtivas	8,2	8,3
Serviços e infraestrutura no meio rural	5,1	4,1
Totais	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor com o programa informático AtlasTi.

Assim, de maneira geral, essas quatro categorias de análise foram destaque nos discursos dos entrevistados e entrevistadas representantes da FETRAF-RS e da FETAG-RS. Entretanto, além destas, não menos importante, na sequência desta tese serão também discutidas outras categorias, quais sejam, “relações de gênero”, “reconhecimento social da agricultura e do espaço rural”, “serviços e infraestrutura no meio rural”.

Mas, antes disso, cabe apresentar alguns aspectos relativos às organizações que fizeram parte do universo empírico da pesquisa no Brasil.

4.1 As organizações sindicais brasileiras representadas na pesquisa

A primeira organização que integra esta pesquisa é a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS), bem como um de seus sindicatos que a ela está filiado, qual seja, o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de São Lourenço do Sul e Região (SINTRAF-Sul). A segunda organização corresponde à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS) e diferentes esferas organizativas no âmbito da chamada Regional Sul.

É preciso, no entanto, antes de caracterizar especificamente cada uma das organizações citadas, situar estes atores no contexto social e político do sindicalismo rural no Brasil. Nesse sentido, de forma sintética, pretende-se resgatar aspectos da gênese do sindicalismo rural brasileiro, a qual passa pela transição da estrutura tradicional (representada pela CONTAG e seus entes filiados) ao que se veio a chamar novo sindicalismo rural (representado pela estrutura “*cutista*”).

O surgimento do sindicalismo rural no Brasil, na década de 1950, esteve alicerçado no modelo do sindicalismo urbano então existente e na forte orientação para as demandas dos trabalhadores assalariados (PICOLOTTO, 2014). Assim, a origem de sua base social se deu em torno dos trabalhadores rurais sem uma diferenciação em relação ao fato de serem estes atores agricultores ou assalariados rurais (CONTI, 2016; FAVARETO, 2006), desprovidos, neste último caso, do acesso aos meios de produção (terra, maquinários, etc.).

A partir da segunda metade do século passado, alguns eventos foram importantes no cenário brasileiro para a emergência de novos atores sociais rurais “que buscavam organizar arrendatários, posseiros, assalariados e pequenos agricultores ou produtores em torno de políticas agrícolas e agrárias” (CONTI, 2016, p. 91). Um dos frutos desse movimento foi a aprovação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural, estabelecendo regras e reconhecendo o direito dos trabalhadores rurais à sindicalização, estendendo ao meio rural direitos trabalhistas que já existiam para os trabalhadores urbanos (CONTI, 2016).

Dentro de tais circunstâncias, ainda em 1963, se deu a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a partir das federações estaduais então existentes (CONTI, 2016). Esta confederação emergiu como estrutura unitária de representação dos trabalhadores rurais (PICOLOTTO, 2018). Para Conti (2016, p. 100), o

[...] sindicalismo vinculado à CONTAG cumpriu um papel importante, especialmente no período do regime militar, com o fortalecimento da unidade em torno da categoria dos trabalhadores rurais e a criação de estruturas sindicais e de serviços aos agricultores. Porém, as condições de seu nascimento e sua absorção pela administração e gestão da própria estrutura e dos serviços o dificultavam de responder às demandas emergentes, abrindo espaços para o surgimento de um novo sindicalismo.

Nesse sentido, a partir da década de 1970, surgem diversas manifestações que contribuem para o surgimento de um

[...] vigoroso movimento de retomada das lutas e da mobilização social em pleno contexto de ditadura, a emergência de lideranças fortes e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior e, ainda, a explosão no número de trabalhadores filiados (FAVARETO, 2006, p. 29).

Com o progressivo enfraquecimento do regime militar, algumas bandeiras tornaram-se unificadoras na crítica ao Estado opressor e ao sindicalismo tradicional, representado pela CONTAG e sua estrutura organizativa. Reivindicações básicas como reforma agrária, direitos trabalhistas e o fim da violência no campo faziam parte dessa agenda comum, levada a cabo principalmente pelas oposições ao sindicalismo tradicional então arquitetado. Além disso, a crítica à estrutura sindical *contaguiana*, vista como forma de restrição e manipulação dos trabalhadores, completava os temas principais e pautas que orientaram a constituição e a consolidação do que veio a ser chamado de novo sindicalismo rural (FAVARETO, 2006).

As oposições sindicais convergiam na discordância com a CONTAG por considerarem “suas ações assistencialistas, pouco representativas e com baixa capacidade de responder aos conflitos e às novas demandas da pluralidade de atores rurais emergentes” (CONTI, 2016, p. 103-104). Estes sujeitos, juntamente com outros movimentos sociais do campo, foram os protagonistas na gênese do novo sindicalismo rural brasileiro, dando início, em 1984, ao embrião de uma organização interestadual: a Articulação Sindical Sul, a qual foi sucedida anos mais tarde pelo Fórum Sul dos Rurais da Central Única dos Trabalhadores (PICOLOTTO, 2014; 2018).

Esse novo movimento passou a disputar direções sindicais vinculadas à CONTAG, representando uma ruptura em relação às práticas adotadas anteriormente. As críticas estavam calcadas muito mais na defesa de um sindicalismo combativo do que propriamente na continuidade do criticado caráter assistencial (CONTI, 2016). Para a mesma fonte, os elementos centrais que motivaram politicamente essa polarização estavam baseados na confrontação com o Estado autoritário, com o latifúndio e com o capitalismo.

Favareto (2006) menciona que foram estes também os principais elementos que confluíram para o nascimento em 1983 de uma central sindical de expressão nacional: a Central Única dos Trabalhadores (CUT). O autor sinaliza que, apesar de ter sediado várias reuniões e ter participado do processo de articulação para fundação da CUT, a CONTAG não se filiou a essa central sindical justamente por conta das disputas com as oposições sindicais (FAVARETO, 2006).

Em 1988, a CUT criou seu Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) e os Departamentos Estaduais dos Trabalhadores Rurais (DETR), o que para Favareto (2006) e Picolotto (2018), foi o lance mais ousado na confrontação com o sindicalismo tradicional, sinalizando um espaço específico dentro de sua estrutura organizacional para abrigar os trabalhadores rurais. Entretanto, internamente na CUT, surgiu com força a preocupação com os desafios de construir consensos no ambiente rural brasileiro, composto por uma grande diversidade social, com a presença diversos atores como pequenos proprietários, assalariados, posseiros e sem-terra (FAVARETO, 2006).

No início da década de 1990, perante as mudanças econômicas e nas políticas propostas, o novo sindicalismo rural capitaneado pela CUT mudou sua estratégia política e passou a disputar sua incidência “por dentro” da própria CONTAG, de suas federações e sindicatos, logrando importantes conquistas em direções e cargos de liderança (CONTI, 2016). O ponto nevrálgico desse processo se deu, em 1995, na filiação da CONTAG à CUT e na desativação do DNTR *cutista* (PICOLOTTO, 2011; 2014). Para este autor,

Com este processo de unificação formal do sindicalismo [*rural], todo o acúmulo de debates sobre a construção de um *projeto alternativo de desenvolvimento rural* com base na agricultura familiar, discutido amplamente pelos cutistas desde 1993, foi incorporado pela CONTAG. Conjuntamente com a ideia de construção deste projeto estava a perspectiva de passar de um sindicalismo *reivindicatório* (marcado fortemente por mobilizações e reivindicações da década de 1980) para um sindicalismo *propositivo* (que faz mobilizações, mas que tem propostas concretas, um projeto para a agricultura

e para o país) (PICOLOTTO, 2014, p. 210; destacado no original; *inserção nossa).

Com o esforço em dar unidade ao sindicalismo rural, alguns eventos sinalizavam o potencial de união destas organizações e da nova postura mais propositiva. Como exemplos, Picolotto (2018) menciona os Gritos da Terra (a partir de 1994), a participação da CUT e da CONTAG na Comissão Técnica do Pequeno Produtor do Ministério da Agricultura (1993-1994) e a conquista de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995. Assim, a agricultura familiar passou a ser segmento prioritário das bandeiras levantadas pelo sindicalismo unificado (FAVARETO, 2006). Sobre esse novo momento, Conti (2016, p. 107) assevera que

[...] os que antes eram tidos como os pobres e despossuídos do campo passaram a deter uma identidade positiva no sentido de expressar um projeto alternativo à agricultura patronal e latifundiária. Trata-se de uma construção conceitual multidimensional dessa categoria, que resulta de elaborações oriundas do interior do novo sindicalismo, de formulações acadêmicas e de órgãos de Estado e organismos internacionais, com visibilidade e reconhecimento social, político, econômico e cultural.

Apesar de resultados e potencialidades significativas, a unificação do sindicalismo rural na região sul do Brasil não ocorreu de forma harmônica. Para Conti (2016, p. 114), “a discussão e tomada de posições em relação às novas formas de organização sindical e de viabilização de alternativas de produção [...] favoreceu a explicitação de tensionamentos entre a CUT e a CONTAG”. Talvez o ápice dessa disputa tenha sido a derrota da chapa apoiada pelos *cutistas* para a direção da CONTAG no ano de 1999 (PICOLOTTO, 2018). Tal fato culminou na criação pelos *cutistas* da Frente Sul da Agricultura Familiar, sinalizando a retomada do projeto de sindicalismo rural pela CUT, que discordava dos métodos de encaminhamento de pautas pela CONTAG e não viam mais possibilidades de incidência política e ocupação de espaços dentro da confederação (BOLTER, 2013). A Frente Sul da Agricultura Familiar passou a congrega sindicatos, cooperativas e ONGs da região sul do país (PICOLOTTO, 2014; PICOLOTTO e BRANDENBURG, 2015), e tinha por objetivo

[...] construir o reconhecimento da *agricultura familiar* como personagem social e do seu modelo de agricultura que, apesar de ser responsável por boa parte da produção agropecuária nacional, foi historicamente submetido a condições de invisibilidade socioeconômica frente às grandes fazendas de produção e os seus atores de representação [...]. Esta positivação da agricultura familiar objetivava superar o imaginário de precariedade que existia em relação à pequena produção no capitalismo, vista como um setor

social *atrasado, ineficiente e de desenvolvimento incompleto* (PICOLOTTO, 2014, p. 213, destaques no original).

A Frente passava a associar a essa nova identidade coletiva, ideias positivas como produtora de alimentos, moderna, eficiente e sustentável (PICOLOTTO, 2018).

O autor menciona que

[...] a Frente se apropriou da novidade que a categoria agricultura familiar representava num cenário de acirradas disputas do campo sindical, consolidando a especificidade de um segmento de agricultores e construindo um projeto político de valorização deste modelo de agricultura. Colocava-se, assim, como possibilidade de proporcionar maior visibilidade para o movimento que não encontrava o espaço que almejava no sindicalismo sob a hegemonia da CONTAG (PICOLOTTO, 2018, p. 96).

O processo de fortalecimento organizativo da agricultura familiar da Região Sul do Brasil, juntamente com as dificuldades de mudança na correlação de forças nas Federações estaduais da região sul e na CONTAG, reacendeu o debate sobre a possível formação de uma estrutura sindical *cutista* específica de agricultores familiares (PICOLOTTO, 2018). Assim, o trabalho da Frente durante cinco anos embasou a criação da FETRAF-Sul, como proposta aprovada durante o Congresso Sindical da Agricultura Familiar da Região Sul realizado em 2001.

Conforme Picolotto (2007), a FETRAF-Sul foi criada acompanhando os processos contra hegemônicos naquele período do país, buscando obter maior alcance às ações do sindicalismo *cutista*. A partir da criação da FETRAF-Sul, a CONTAG passou a enfrentar concorrência pela representação de trabalhadores rurais, especialmente os agricultores familiares, formando-se assim uma situação de pluralidade sindical no espaço rural brasileiro (PICOLOTTO, 2018).

A FETRAF-Sul precisava se diferenciar do trabalho já desempenhado pelas federações estaduais ligadas à CONTAG. Procurou, assim, romper com a estrutura *contaguiana* corporativista e com a unicidade sindical (sistema STR-FETAG-CONTAG) (PICOLOTTO, 2018). Estruturalmente, a FETRAF-Sul “foi pensada para se diferenciar do formato presidencialista das federações e dos sindicatos da CONTAG (que vinha sendo criticada desde a década de 1980). Optava-se pelas coordenações coletivas nos diversos âmbitos” (PICOLOTTO, 2014, p. 220). A mesma fonte assevera que, com a criação da FETRAF-Sul e de federações parecidas em São Paulo e Mato Grosso do Sul, consolidava-se a dissidência de uma parte *cutista* da CONTAG. Conforme foram iniciados movimentos de fundação de novas federações em outros estados, a ideia de formar uma nova organização nacional da agricultura familiar ganhava corpo (PICOLOTTO, 2014).

Assim, em 2004 foi realizado o 1º Encontro Nacional Sindical da Agricultura Familiar. Nesse momento, foi encaminhada a criação de uma federação nacional voltada para os interesses da agricultura familiar. Já no final de 2005, ocorreu o congresso de fundação da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar, a FETRAF-Brasil (CONTI, 2016), com um viés mais propositivo e de diálogo frente aos governos (BOLTER, 2013) e com objetivos diferentes do sindicalismo rural tradicional no Brasil (BOLTER e HAAS, 2018). Para estes autores, “a criação da Federação significou uma tentativa de propor uma nova forma de atuação sindical rural, com um olhar voltado para a inclusão social e econômica dos pequenos e médios produtores rurais, intitulados agricultores familiares” (BOLTER e HAAS, 2018, p. 62). A criação da FETRAF-Brasil abalou a composição de forças entre os *cutistas* e os *contaguianos*, o que acarretou no desligamento da CONTAG em relação à CUT (FAVARETO, 2006).

Conti (2016, p. 125-126) ressalta que,

O surgimento do novo sindicalismo e a criação da Fetraf-Sul, como parte de um processo crescente de organização dos agricultores familiares que culminou com a fundação da Fetraf-Brasil e no posterior fortalecimento de federações estaduais, contribuiu para explicitar as disputas e evidenciar formas distintas de organização e representação sindical na região Sul e no Brasil. [...] O sindicalismo oficial e o novo sindicalismo produziram e assimilaram mudanças importantes em suas formas de organização e representação da agricultura familiar, de modo que na atualidade diferentes atores sociais disputam espaços de hegemonia na formulação de políticas e nas formas de representação da agricultura familiar.

No mesmo período em que ocorria a nacionalização da FETRAF-Brasil (PICOLOTTO, 2014), a FETRAF-Sul passava por um processo de estadualização (CONTI, 2016). Assim, a criação da FETRAF-RS se deu em agosto de 2014, como encaminhamento do 1º Encontro da Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul. Mais recentemente, em 2016, a FETRAF-Brasil foi transformada em Confederação, dando origem à Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Contraf Brasil), reforçando os ideais do novo sindicalismo rural: a defesa da agricultura familiar, o desenvolvimento rural e a soberania alimentar do país (BOLTER e HAAS, 2018).

É exatamente nesse cenário de disputas, rupturas e conquistas que estão inseridas as organizações sindicais que fazem parte do recorte empírico da pesquisa no Brasil. Assim, feita essa amarração, cabe agora avançar para um detalhamento maior especificamente acerca da FETRAF-RS e da FETAG-RS, respectivamente.

4.1.1 A FETRAF-RS: A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul

A FETRAF-RS se define como uma organização de classe e de luta que atua no estado gaúcho defendendo e promovendo a agricultura familiar, tendo como objetivo a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, alternativo e solidário para o espaço rural (FETRAF-RS, 2019a). Como visto anteriormente, as bases de seu surgimento estão fincadas na década de 1980, durante o período de redemocratização do Brasil, após 21 anos de ditadura militar (1964-1985) quando as oposições sindicais questionavam o sindicalismo rural tradicional (PICOLOTTO, 2007), então representado no país pela CONTAG e no Rio Grande do Sul pela FETAG-RS (BOLTER e HAAS, 2018).

A atuação da federação como um todo se dá na organização, mobilização, formação e capacitação de agricultoras e agricultores familiares, construção de pautas reivindicatórias, articulação de parcerias públicas e privadas, além de proposições de projetos em prol da cidadania, autonomia e melhoria de vida dos homens e mulheres do campo (FETRAF-RS, 2019b). As ações envolvem uma articulação que compreende mais de 60 sindicatos municipais e regionais, presentes em 63 municípios em diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS, 2019a).

Conforme uma das entrevistadas, representante da FETRAF-RS, estes municípios estão distribuídos nas seguintes regiões:

Então, a nossa abrangência acontece na região “Celeiro”, que é a região Noroeste do estado; a região do Alto Uruguai, que é onde temos mais municípios de atuação; temos a região Altos da Serra; a região Serra; a região Centro temos alguma coisa de organização da FETRAF também; e também a região de Sarandi, Constantina; e a região Sul do estado. Então, são as regiões de atuação da FETRAF-RS. (Informação verbal²³)

Em relação ao trabalho desempenhado pela federação, um dos seus representantes mencionou em sua entrevista uma série de questões que vem recebendo especial atenção da entidade. Esse é o caso de assuntos relacionados com a previdência rural, a diminuição do número de produtores de leite no estado, as condições de produção como um todo e a sucessão geracional. De acordo com as palavras desse representante,

²³ Entrevista realizada com a Informante BR 05 em 27/01/2020.

No último período tem um conjunto de questões que tem nos preocupado. Um tema presente e muito importante é o tema da previdência, foi uma das maiores lutas que nós realizamos no último período. Diga-se de passagem, que a FETRAF assumiu o protagonismo na luta contra as mudanças na previdência no Rio Grande do Sul. [...] Para além disso, o tema do leite é uma das questões que tem preocupado. Nós temos redução significativa do número de produtores de leite, então isso tem preocupado também a nossa federação, tem sido motivo de debate, de muita conversa, de muitas reuniões e infelizmente de poucos avanços. [...]. Além disso, há também uma preocupação em relação à produção como um todo. Nós temos um conjunto de atividades que elas têm se concentrado na mão de poucos agricultores. Há uma preocupação da FETRAF de como olhar para que os nossos agricultores familiares tenham oportunidade de continuar produzindo, sobrevivendo, né, e nesse cenário a conscientização, a formação passa a ter um papel importante. [...]. Então são questões pertinentes. Um tema que tá sempre em pauta é o tema da sucessão. Nós no último período também temos tido dificuldade de convencer os governos de que esta é uma questão que precisa ser tratada, que precisa de atenção. (Informação verbal²⁴)

Já a atuação dos sindicatos vinculados à FETRAF-RS se dá localmente, com a realização de trabalhos cotidianos relacionados direta ou indiretamente com as agricultoras e agricultores afiliados. Nesse sentido, um dos entrevistados representantes do SINTRAF-SUL, utilizou os seguintes termos para falar sobre a atuação do sindicato:

Na verdade, temos dois momentos né? Um é questão da sede SINTRAF que é isso, tem a função burocrática dos agricultores, talão modelo 15, DAP, ITR, Incra, toda a Assessoria Jurídica, tudo aquilo que o agricultor precisa pro dia a dia. E outras são as discussões que tu sai para fora da sede, né?, que são os termos hoje relacionados ao Plano Safra que a gente se envolveu na discussão aí junto com a federação, estamos na discussão aí do crédito emergencial né, todo esse debate. O debate da sucessão é isso também, a gente tem esse debate também que a gente faz nas nossas atividades externas com os outros sindicatos aí ligados à Fetraf. Os debates de infraestrutura do interior né, que é estrada, que é rede elétrica, enfim, né? E os debates de política pública, que hoje, de fato, tu só debates elas, não consegue implementar. Nós implementávamos muita política pública também né, como o Pronaf, habitação, crédito fundiário. Luz para Todos, a gente tinha esse envolvimento de ajudar a implementar na propriedade. Os projetos na área da diversificação do tabaco que a gente se envolveu também né, fazendo a discussão e também implementando uma alternativa para o tabaco. De cabeça é isso, são algumas das ações que a gente vinha tocando e que nós temos ainda fazendo o debate. Aposentadoria né, é um debate que em todas as oportunidades a gente senta e conversa sobre o futuro dos nossos agricultores, se haverá ou não mudança, porque a qualquer momento ainda pode ter mudança aí no tempo de trabalho, de contribuição dos agricultores, isso é uma coisa que não se terminou. E o cotidiano, as questões diárias que a gente se envolve aí com os agricultores e tentar fazer que eles tenham o reconhecimento e o respeito pela sociedade. (Informação verbal²⁵)

Não obstante, convém destacar que um dos temas que vem merecendo atenção especial da FETRAF-RS e de seus sindicatos é justamente a questão da

²⁴ Entrevista realizada com o Informante BR 01 em 18/09/2019.

²⁵ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

juventude rural e da sucessão geracional. Nessa perspectiva, foi criado o Coletivo de Jovens da FETRAF-RS como instância responsável pela organização, mobilização e proposição de pautas para a juventude rural (FETRAF-RS, 2019c). A federação entende que alguns pontos são cruciais para possibilitar a permanência de jovens no campo. Tais pontos estão dispostos no Plano de Sucessão para a Agricultura Familiar, criado pela entidade, os quais são elencados nos seguintes termos (FETRAF-RS, 2019c):

- Infraestrutura;
- Investimento em Pesquisa e Inovação Tecnológica na Agricultura Familiar;
- Assistência Técnica;
- Acesso à Internet e melhoramento do sinal de telefonia no campo;
- Acesso ao lazer e cultura;
- Criação de Políticas de Incentivo à Implementação de Complexos de Turismo Rural na Agricultura Familiar;
- Criação de Centros de Comunicação e Educação no Meio Rural;
- Incentivo para Agroindústrias e sistemas cooperativos;
- Garantia de preço mínimo dos produtos;
- Educação no Campo:
- Acesso à educação superior;
- Formação à distância.

Para Grisa e Seminotti (2018), desde o início dessa organização sindical, o tema da juventude faz parte da agenda organizacional, através do trabalho das secretarias da juventude. Entretanto, “a partir de 2007 essa temática passou a ser objeto de uma seção específica e foi ganhando maior espaço” dentro das pautas e ações da entidade para a juventude rural (GRISA e SEMINOTTI, 2018, p. 315). Para esses autores, ainda, as reivindicações para a juventude rural perpassam dimensões produtivas, de infraestrutura, de educação, de cultura, de comunicação e inclusão digital. A partir de 2014, a pauta em questão ganha maior peso, sobretudo porque requer a construção de políticas públicas intersetoriais e multidimensionais (GRISA e SEMINOTTI, 2018, p. 317). Esse aspecto será abordado posteriormente de forma mais detalhada sob o ponto de vista dos próprios entrevistados e entrevistadas representantes da federação.

Passamos agora para uma apresentação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS), outra importante organização sindical com atuação histórica e que se insere dentro do recorte empírico brasileiro da pesquisa.

4.1.2 A FETAG-RS: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul

A FETAG-RS foi fundada na primeira metade da década de 1960, tendo seus antecedentes vinculados à Frente Agrária Gaúcha (FAG)²⁶ que iniciou a mobilização de agricultores para a formação de entidades de representação no Rio Grande do Sul (FETAG-RS, 2021a). A Federação foi criada inicialmente para defender os direitos e interesses dos trabalhadores rurais. Todavia, ao longo de sua história passa a agregar pequenos produtores e o que hoje se conhece como pecuaristas familiares. Atualmente a organização está dividida em duas federações: a FETAG-RS e a FETAR-RS (Federação dos Trabalhadores Assalariados Rurais do Rio Grande do Sul), sendo que a maioria dos sindicatos filiados representam simultaneamente os dois públicos.

Hodiernamente, a FETAG-RS congrega 321 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) filiados, os quais se distribuem em 23 Regionais Sindicais. Com suas extensões de base, a FETAF alcança cerca de 450 municípios de abrangência abrangendo aproximadamente 200 mil associados e associadas (FETAG-RS, 2021a).

No que diz respeito à Regional Sul, a FETAG aglutina em torno de si 14 sindicatos e cinco extensões de base. De acordo com uma das entrevistadas representantes da FETAG-RS e da Regional Sul da federação,

A FETAG, ela é formada por regionais. 23 regionais. E aqui a nossa regional Sul é que abrange desde Cristal, São Lourenço, Pelotas... Pelotas tem extensão de base em Arroio do Padre, Turuçu, Capão do Leão e Morro Redondo. Aí tem também o sindicato de Pinheiro Machado, o sindicato de Arroio Grande que tem extensão de base em Jaguarão, tem o sindicato de Santa Vitória do Palmar, sindicato de Rio Grande, São José do Norte, Piratini, Canguçu, Santana da Boa Vista. Se não me engano são esses. São 14 sindicatos que compõem a Regional Sul. Então têm regionais que têm mais sindicatos, têm regionais que têm menos. Então a FETAG é formada assim aqui na Regional. (Informação verbal²⁷)

²⁶ A FAG foi fundada por iniciativa dos Bispos da Igreja Católica do Rio Grande do Sul com o objetivo de investigar e estudar a questão agrária, formar líderes rurais, desenvolver a educação de base do agricultor, incentivar a sindicalização e cooperativização, etc. A atuação da FAG se espalhou por municípios do interior do estado com a criação dos Sindicatos dos Pequenos Proprietários e/ou dos Sindicatos dos Trabalhadores na Lavoura e em alguns casos também Sindicatos de Assalariados. É nesse período que oito sindicatos (Porto Alegre, Taquari, Veranópolis, Caxias do Sul, Antônio Prado, Santa Rosa, Torres e Farroupilha), então ligados a FAG, fundaram a Federação dos Pequenos Proprietários e Trabalhadores Autônomos do RS, reconhecida em outubro de 1965 como FETAG-RS (FETAG-RS, 2021b).

²⁷ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

A Federação está vinculada à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e sua estrutura está baseada no sistema corporativo sindicatos-federação-confederação, ou seja, STR-FETAG/RS-CONTAG. A figura 10 mostra a evolução da estrutura institucional da FETAG-RS.

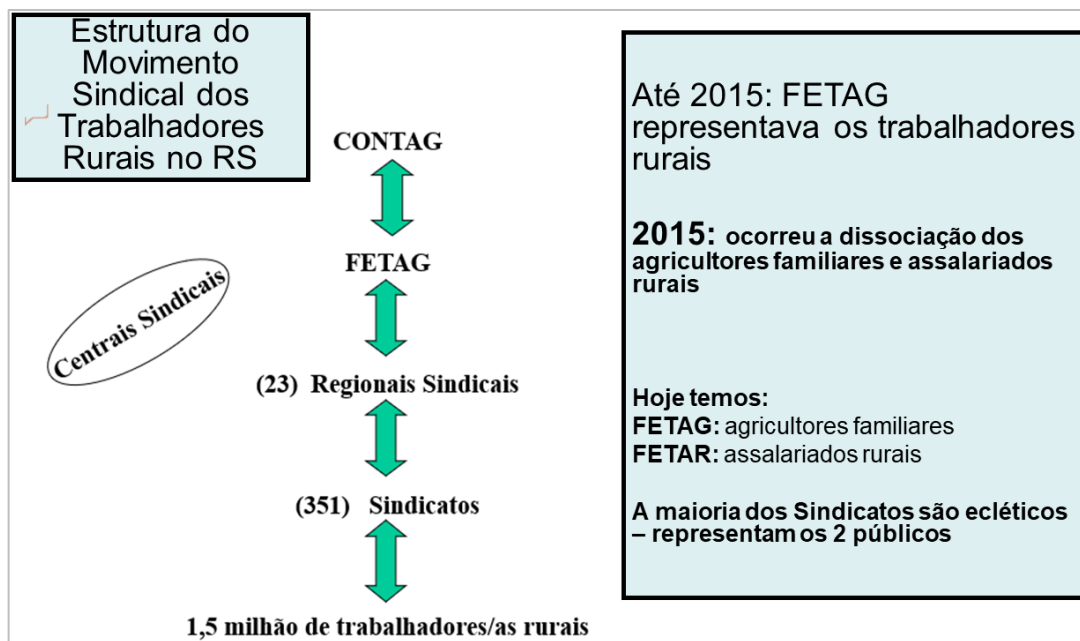


Figura 9. Evolução da estrutura institucional da FETAG-RS e seus sindicatos vinculados.
Fonte: material cedido pela FETAG-RS.

No que diz respeito ao trabalho desempenhado pela FETAG-RS, uma das entrevistadas, representante da federação, mencionou as ações da Regional Sul como exemplos de trabalho da federação como um todo. De acordo com suas palavras,

Assim, tem sindicatos que prestam muitos serviços. Por exemplo, eu vou citar alguns. Pinheiro Machado, Pelotas, Canguçu, São Lourenço, eles prestam serviços médicos, serviços de DAPs²⁸, de financiamentos, têm serviços também de imposto de renda. Tem alguns sindicatos que só representam a categoria. Cristal mesmo tem a sua sedezinha, vende umas sementinhas embaixo e tem atendimento dum dentista. É o básico. Mas tem outros que já vem se aprimorando. Pelotas tem a loja, São Lourenço do Sul também tem uma loja grande. Pinheiro Machado também tem uma loja. Canguçu construiu um prédio novo pra loja. E tem muitos que têm os convênios né, tem advogado, têm especialistas... E tem também toda aquela parte que participam das comissões estaduais também, né, que tem que tá sempre de olho no que vem na região. Incra, ITR²⁹, a questão de encaminhar aposentadoria também é bem procurada. [...] Os serviços prestados mais ou

²⁸ DAPs é a sigla de “Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar” ou simplesmente PRONAF. O serviço de extensão rural e as organizações sindicais são os principais entes responsáveis por credenciar produtores familiares que desejam acessar os créditos dessa fonte de recursos de crédito e de investimento.

²⁹ Imposto Territorial Rural.

menos é isso aí. Agora nossa regional vai ter também, em função do Terra Brasil, tá se contratando um técnico só pra isso, pra regional auxiliar os técnicos dos sindicatos, que tem uma procura grande por terra. Então é uma série de trabalhos oferecidos e também mais a representação da agricultura familiar. Não representa só a agricultura familiar, mas sim todo o pessoal do meio rural. (Informação verbal³⁰)

Outro entrevistado, representante da direção da Regional Sul da FETAG-RS, mencionou ainda algumas outras ações nos seguintes termos:

Nós temos assistência técnica dentro dos sindicatos da regional, de nós dar assistência técnica pro produtor nosso. O produtor vem no sindicato e pode buscar assistência técnica. Falando em trabalho dentro dos sindicatos, estamos em tudo que tu podes imaginar. Nós temos INSS Digital, lança direto aposentadoria dentro do sistema INSS Digital. Faz financiamento pelo Banco do Brasil direto pelo sistema do Banco do Brasil, praticamente o produtor não vai dentro do banco mais, vem só no sindicato. Tamos começando um trabalho com o Sicredi também, dessa mesma forma [...]. (Informação verbal³¹)

Em termos de perspectivas futuras, outro interlocutor comentou que a tendência é de que alguns STR invistam em uma equipe técnica própria para prestar serviços de assistência técnica e extensão rural. De acordo com esse representante,

O nosso grande desafio é o que a gente está buscando hoje é ser a excelência no socorro agricultor em todos os campos seja no campo dos direitos, no campo do trabalho, do assistencialismo ou da prestação de serviços. [...] O quê que é tendência agora para os próximos anos? É investirmos num corpo técnico para fazer assistência técnica e extensão rural. É uma grande tendência e já estamos trabalhando para isso, estamos buscando condições para isso no que tange à legislação, enfim, tudo o que cerca essa questão. Estamos buscando aí um fomento agropecuário que atenda a necessidade do associado com valores diferenciados. (Informação verbal³²)

Cabe sublinhar que a estrutura de trabalho atual da FETAG-RS inclui também comissões estaduais temáticas que reúnem representantes regionais para a discussão de temas específicos, como mulheres rurais, jovens rurais, aposentados rurais, etc. No que diz respeito à juventude rural, existe a Comissão Estadual de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CEJTTR), criada em 1991 (FETAG-RS, 2021c). Nessa lógica, a atuação voltada especificamente para os jovens por parte da FETAG-RS e da CEJTTR será objeto de aprofundamento na sequência desta tese, na seção sobre as ações da organização para a juventude rural.

Apresentadas – a grandes traços – as características das organizações brasileiras que fazem parte do recorte empírico desta tese, na sequência o foco se

³⁰ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

³¹ Entrevista realizada com o Informante BR 12 em 16/06/2021.

³² Entrevista realizada com o Informante BR 08 em 21/05/2021.

orienta à análise do ponto de vista dos representantes destas entidades com relação à questão da escassez de jovens agricultores e do futuro do mundo rural.

4.2 Preocupação das organizações sindicais brasileiras com a escassez de jovens agricultores

Diversos são os estudos que abordam as razões que levam jovens rurais a saírem do campo em busca de oportunidades de inserção profissional. O impacto dessa dinâmica é o progressivo declínio da população rural e o aumento da idade média das pessoas que habitam esse espaço. Na área que corresponde ao contexto empírico dessa pesquisa no Brasil – região sul do Rio Grande do Sul – essa realidade está bastante presente, sendo que tal cenário foi expresso nos depoimentos de entrevistados e entrevistadas representantes da FETRAF-RS e da FETAG-RS.

Nesse sentido, para um dos representantes da direção estadual da FETRAF-RS, a sucessão geracional na agricultura familiar vem sendo vista pela federação com um prisma de preocupação, principalmente pela falta de condições que ampliem as chances de permanência dos jovens no espaço rural, sobretudo no que tange à geração de renda e de um nível aceitável de qualidade de vida. Esse entrevistado relacionou ainda a escassez de jovens agricultores com a reprodução social da agricultura familiar e com a produção de alimentos, sendo, para ele, uma preocupação que deveria ser estendida à sociedade como um todo. De acordo com suas palavras,

A gente enxerga a sucessão como uma preocupação, hoje temos uma diminuição significativa no número de agricultores em decorrência principalmente desse fato, né, a agricultura, ela tem envelhecido e os jovens têm encontrado dificuldade de permanecer no campo. Se entende que há essa dificuldade em função das condições de permanência [...]. Então, acho que é uma preocupação. Ela é uma preocupação para a agricultura familiar, a redução do número de pessoas, mas eu diria que ela é uma preocupação da sociedade, né, se não tiver jovem não terá agricultor e se não terá agricultor quem é que vai produzir os alimentos que hoje abastecem a população e servem também para movimentar a economia? E aí pode-se dizer também que, para além da produção de alimentos, bom, os jovens têm essa condição de estabelecer suas famílias e daí fazer com que a reprodução social da agricultura familiar consiga acontecer (Informação verbal³³).

Além disso, esse mesmo representante mencionou outros aspectos demográficos decorrentes da saída de pessoas jovens do campo, como a concentração da população em espaços urbanos e as dificuldades que isso acarreta, sobretudo, para pequenos municípios. Para ele,

³³ Entrevista realizada com o Informante BR 01 em 18/09/2019.

Em não tendo pessoas no meio rural, os pequenos municípios certamente não terão condições de abrigar estes jovens que saem do campo, né? Isso gera uma concentração da população, e aí começam a vim todos os problemas que uma cidade grande tem. E acaba inviabilizando os pequenos municípios. Então a gente enxerga com muita preocupação esse tema da sucessão, tem trabalhado para tentar reverter esse quadro. (Informação verbal³⁴)

Nesse sentido, uma das representantes da direção regional do SINTRAF-Sul comentou que os estabelecimentos rurais estão envelhecidos e que há um êxodo rural em diferentes regiões do estado. Para ela, a preocupação existe, mas há uma dificuldade de programar ações para além dos diálogos e discussões que vêm ocorrendo no seio da organização. De acordo os termos utilizados por essa interlocutora,

[...] nesse leque com a questão da sucessão, as nossas propriedades tão envelhecidas. Nosso meio rural, algumas regiões mais outra menos, tem se esvaziado. E isso nos preocupa. Não sei estimar tempo, mas acho que em um tempo não muito longo [...], não sei quem vai produzir. Quem vai estar lá no meio rural? Essa preocupação nós temos. E o quê que a gente vai fazer para que tenha gente lá no meio rural? É isso, essa resposta nós não temos. Mas a gente discute, a gente dialoga... (Informação verbal³⁵)

Outrossim, para a FETAG-RS, de acordo com um documento da própria federação cedido para a presente pesquisa, este movimento de saída de boa parte da juventude do espaço rural é revelador da situação e percepção desses jovens sobre a realidade em que vivem, além de evidenciar um acelerado processo de transformação, onde a incerteza parece predominar o futuro da própria agricultura.

Ainda para a FETAG-RS, o meio rural brasileiro sofreu grandes transformações tecnológicas ao longo das últimas décadas, mas inúmeras regiões ficaram aquém do desenvolvimento esperado, onde diversas comunidades rurais permaneceram à margem do processo de modernização agrícola, não apenas nos aspectos relativos à tecnologia de produção, mas também de outras tecnologias e serviços que conferem qualidade de vida e integração entre as pessoas. Tudo isso reflete hoje na escassez de jovens interessados pela agricultura, fazendo com que busquem alternativas de vida e trabalho fora do espaço rural. As dificuldades relativas à sucessão geracional na agricultura familiar podem ser vistas tanto como causa como consequências desse quadro.

Uma das entrevistadas, representante da direção estadual da FETRAF-RS, mencionou que vários aspectos influenciam nessa dificuldade para a sucessão

³⁴ Entrevista realizada com o Informante BR 01 em 18/09/2019.

³⁵ Entrevista realizada com a Informante BR 02 em 26/09/2019.

geracional. Para ela, questões culturais, de infraestrutura no campo ou de geração de renda são fatores cujo impacto é visível. A interlocutora argumentou que

Inclusive a gente ouve muitos discursos por parte dos pais dizendo, “olha, as vezes não me dá ânimo de fazer mais investimentos na propriedade porque eu sei que os meus filhos não vão dar continuidade a essas propriedades”. E essa realidade a gente já enxerga muito forte no meio rural, no campo, né? Por várias questões.... Por questões culturais, por questões de problemas de infraestrutura no campo, por falta de garantia de renda.... Então são vários fatores que geram essa questão, essa dificuldade da sucessão no meio rural. Mas acho que são desafios que precisam ser enfrentados. (Informação verbal³⁶)

Por outro lado, alguns representantes da FETAG-RS que conhecem situações de jovens que estão fazendo o caminho inverso. A situação econômica do país e da região não tem favorecido a ampliação de postos de trabalho na cidade. Nesse sentido, um dos representantes jovens da Regional Sul da federação comentou que “Infelizmente é mais saindo né, apesar de que tem alguns que estão voltando, mas assim, ainda os jovens mais, jovens ainda com muita ideia de sair” (Informação verbal³⁷). Nesse sentido, o representante da direção da Regional Sul mencionou que o êxodo rural de jovens tem diminuído e, para ele, a tendência é que aumente o interesse de jovens pela agricultura:

O jovem tinha ido todo embora. Ficou uma minoria de jovens no campo, mas tinha ido quase todo mundo embora. [...]. Já teve um êxodo que tu saía pro campo e não enxergava mais ninguém novo, era só senhor de 60, 70 anos. Hoje não. E eu acredito que num curto prazo vai pegar a voltar mais gente. (Informação verbal³⁸)

Outra entrevistada, representante da Regional Sul e da direção estadual da FETAG-RS, argumentou que dentro da área de atuação da Regional Sul há uma diferenciação em termos de regiões e atividades produtivas, o que influencia também na permanência ou não de jovens no campo. Apesar de que algumas características de determinadas regiões facilitam a permanência de jovens na agricultura, a federação se preocupa muito com a sucessão geracional. Para ela,

Mas a gente tem notado que tem bastante jovem no meio rural. Às vezes o pessoal diz, “ah, não tem jovem no meio rural”. A regional aqui vê que tem e está procurando fazer um trabalho com os jovens. [...] E assim, São Lourenço, Pelotas, Canguçu, parece que é mais ou menos a mesma linha, assim, as atividades nas propriedades. Agora tu pega ali para o lado de Santana da Boa Vista, Piratini, Pinheiro Machado, que tem mais pecuária, já muda né, então o pessoal acaba indo trabalhar na cidade. Não sei se é porque na pecuária tem menos demanda de mão de obra... Mas a gente se preocupa

³⁶ Entrevista realizada com a Informante BR 05 em 27/01/2020.

³⁷ Entrevista realizada com o Informante BR 10 em 01/06/2021.

³⁸ Entrevista realizada com o Informante BR 12 em 16/06/2021.

muito e tem tido... A FETAG também se preocupa muito com a sucessão. (Informação verbal³⁹)

Para a representante da CEJTTR da FETAG-RS, a comissão entende a dificuldade para a sucessão geracional, sabe que a população rural em geral está bastante envelhecida e avalia ainda que precisa atuar particularmente no diálogo entre pais e filhos, ou seja, entre proprietários e potenciais sucessores. De acordo com suas palavras,

Mas a gente sempre tem essa experiência da dificuldade que é poder fazer a sucessão rural. Por muitas vezes, porque a gente pode dizer né, que os nossos pais ainda têm essa dificuldade [...]. A gente sabe que o nosso meio rural ele é muito envelhecido, mas para que os jovens possam estar lá, a gente também precisa auxiliar nesta primeira conversa com os pais. Porque às vezes só não acontece essa sucessão porque o diálogo não ocorreu da melhor forma possível. (Informação verbal⁴⁰)

Já outro representante da direção estadual da FETRAF-RS e da direção regional do SINTRAF-Sul mencionou alguns fatores que dificultam a sucessão geracional. Esse entrevistado mencionou aspectos ligados às relações intrafamiliares, à falta de atividades de lazer no meio rural, à falta de políticas públicas para a juventude rural e à falta de formação específica para a juventude rural. Esse interlocutor utilizou os seguintes termos para manifestar sua opinião:

Olha, eu vejo ela com uma preocupação. Eu vejo a sucessão hoje, ela está aí, sendo prejudicada por alguns fatores. Eu acho que um fator é o próprio chefe de família, ou os chefes de família, mãe e pai. O segundo é a falta de mais entretenimento, mais atividades no meio rural. Nós temos também uma função que é a falta de autonomia, os jovens não têm autonomia muitas vezes para fazer as coisas. Não tem política pública muitas vezes para fazer a implementação, para dar aí um gás para os jovens. E eu também acho que está faltando uma formação específica para jovens agricultores. Esses são alguns, a gente até pode se lembrar de outros. (Informação verbal⁴¹)

Além disso, outro representante da direção estadual da FETRAF-RS citou aspectos relacionados à geração de renda, à infraestrutura e ao acesso à terra. Este entrevistado sustentou que

Boa parte dos jovens hoje escolhe ir para a cidade por um conjunto de questões. Seja da renda, do ponto de vista da infraestrutura, da proximidade com a educação, que é uma oportunidade acima de tudo. E também em alguns casos mais específicos, da própria relação com os pais, da falta de condições de estabelecer uma família, de ter terra, de ter casa, né, todas essas questões influenciam a sucessão e pesam na hora que o jovem vai definir se ele permanece na propriedade ou se ele vai buscar um novo caminho, vai para a cidade ou enfim, neste sentido, vai migrar do campo para outro lugar. (Informação verbal⁴²)

³⁹ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

⁴⁰ Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

⁴¹ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

⁴² Entrevista realizada com o Informante BR 01 em 18/09/2019.

Os depoimentos refletem a preocupação da FETRAF-RS, da FETAG-RS e suas respectivas instâncias organizativas sobre as dificuldades para a sucessão geracional na agricultura familiar e os problemas dela derivados. Assim, cabe agora avançar na discussão e adentrar, na próxima seção, que trata sobre as necessidades para jovens agricultores apontadas pelos entrevistados e entrevistadas, além de apresentar os resultados do trabalho de campo a partir do prisma das categorias analíticas propostas.

4.3 Necessidades e demandas para jovens agricultores a partir das categorias de análise: o caso brasileiro

Conforme os procedimentos metodológicos empregados nesta tese, a partir dos discursos dos entrevistados e entrevistadas, as necessidades para jovens agricultores foram divididas em diferentes categorias de análise. No caso das entrevistas realizadas no Brasil, essa divisão se deu em sete categorias de análise (figura 11): “políticas públicas, acesso à terra e acesso ao crédito”; “formação socioprofissional”; “relações de gênero”; “relações intrafamiliares”; “remuneração, estrutura e mecanização das unidades produtivas”; “serviços e infraestrutura no meio rural”, e; “reconhecimento social da agricultura e do espaço rural”.

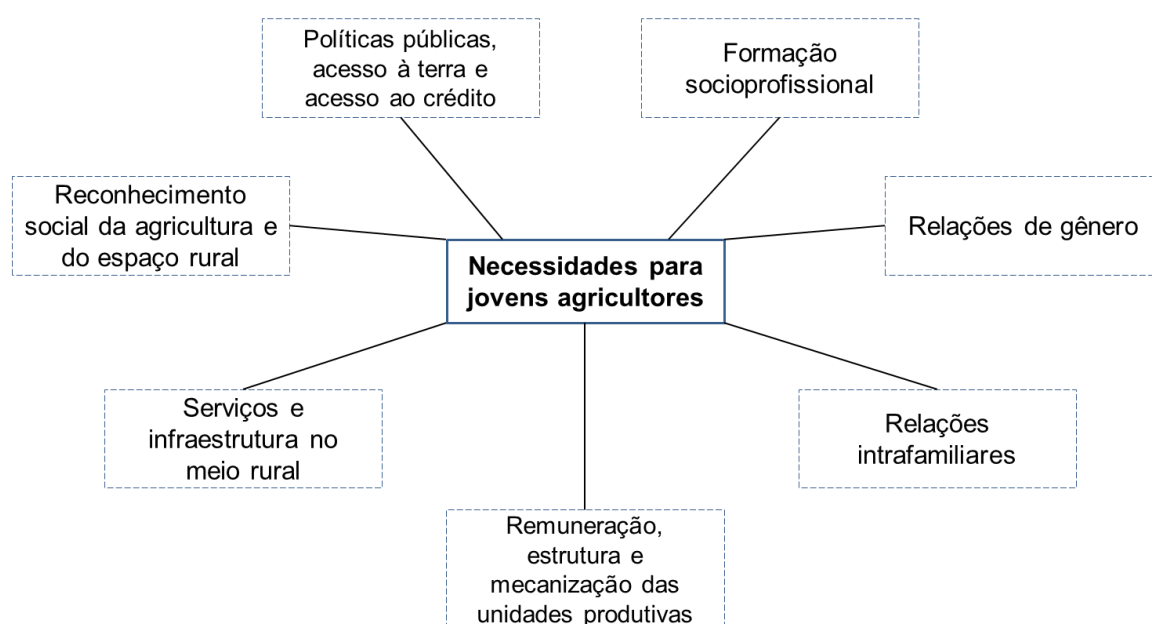


Figura 10. Categorias analisadas a partir das necessidades para jovens agricultores apontadas nos depoimentos dos entrevistados.

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa de campo.

Assim, nas seções subsequentes, cada uma dessas categorias de análise serão objeto de aprofundamento, a começar por “políticas públicas, acesso à terra e investimentos iniciais”.

4.3.1 Políticas públicas, acesso à terra e investimentos iniciais

A revisão de literatura empreendida nesta tese indicou a necessidade de políticas públicas em diferentes áreas no sentido de pôr em marcha processos de desenvolvimento rural e incentivar a sucessão geracional na agricultura (SILVESTRO *et al.*, 2001). Não obstante, esse aspecto também esteve presente nos discursos das entrevistadas e entrevistados representantes da FETRAF-RS e da FETAG-RS, que aqui serão abordados.

Para um dos representantes da direção estadual da FETRAF-RS e da direção do SINTRAF-Sul, incentivos através de políticas públicas são fundamentais para a permanência de jovens no campo. Como exemplo, o interlocutor citou programas que possibilitem a autonomia de jovens através da aquisição de terras, de maquinário ou de veículo para transporte da produção. Além disso, para esse entrevistado, o incentivo à formação específica para a juventude rural também é fundamental, entretanto, faltam ações governamentais para esses fins. Para ele,

E a política pública é algo assim também que é notório, as ações que precisa ter para que os jovens fiquem na sua propriedade. E que criem programas especificamente para jovens para eles poder se animar, né, para ele poder ser dono do projeto dele, ser dono da lavoura, ser dono, quem sabe, do seu trator, da sua camionete, enfim. Hoje não tem especificamente algo que possa.... Até entrar na parte técnica também, tu não tens... Tu pega um exemplo da Escola Famílias Agrícola lá em Canguçu. Esse trabalho que precisa se fazer, mas quem deveria fazer isso era o governo. Hoje tu pega a iniciativa privada ou as associações sem fins lucrativos que fazem esse tipo de trabalho com os jovens agricultores, que é fazer entender que aonde ele está é um local bom de se viver, aonde ele está é onde ele vai tirar a renda dele e nem tudo que se vê na cidade é o melhor. Então é isso, acho que isso falta muito assim, nas ações aí dos governos, tanto municipais, estaduais, federal, que é algo voltado para a juventude. (Informação verbal⁴³)

Uma das representantes da Regional Sul e da direção estadual da FETAG-RS concordou que as políticas públicas disponíveis não são muito animadoras para quem pretende seguir na agricultura. A entrevistada sustentou que,

A gente se preocupa porque infelizmente as políticas públicas do governo, se tu vais olhar, elas não são muito animadoras se tu pretendes ficar às vezes

⁴³ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

na propriedade. Um jovem às vezes para tirar um financiamento, se não tem nada no nome dele, como é que ele vai conseguir tirar. (Informação verbal⁴⁴)

Outro representante da Regional Sul da FETAG-RS argumentou que faltam políticas públicas de qualidade. Para ele, até existem alguns programas, mas a burocracia é tamanha que dificulta o acesso por parte dos interessados. Conforme seus argumentos,

[...]. Falta uma política pública de qualidade. Nós temos linhas de crédito avisadas, anunciadas aí... As políticas até elas existem, mas a burocracia é tanta que acaba que não tem como acessar. Inviabiliza. Os governos lançam as políticas públicas para posar de santinho, de bonzinho, e o errado é quem deveria ser o beneficiado, porque ele que não tem como se enquadrar porque não consegue atingir os requisitos mínimos. Burocratizaram demais a situação. [...] Por exemplo, o quê que acontece para as pessoas, que existe a política e as pessoas não se enquadram? Eles pegam negativas da propriedade por exemplo de 10, 15 anos para trás, a pessoa não pode ter patrimônio mais do que R\$ 80.000,00 e renda de 42 mil por ano, então é extremamente burocrático. A burocracia, a falta de incentivo por parte do governo é que dificulta. (Informação verbal⁴⁵)

Para a representante da CEJTTR da FETAG-RS, as políticas públicas precisam ser diferenciadas para a juventude rural, isso porque os jovens, na maioria das vezes, não têm condições de acessar financiamentos como o Pronaf⁴⁶ com as taxas de juros convencionalmente aplicadas. De acordo com suas palavras,

As políticas públicas, elas precisam ser diferentes para os jovens. O jovem não tem condições financeiras de acessar um Pronaf com juros no que tem hoje. Precisam ser juros diferentes, a forma de pagamento tem que ser diferente, eu acredito que isso também auxiliaria mais a permanência do jovem no campo. Políticas públicas que facilitassem esse trabalho para permanência dele, para ele conseguir se colocar naquela propriedade, conseguir ter uma gestão boa daquela propriedade também. (Informação verbal⁴⁷)

Nesse sentido, uma das principais demandas que os entrevistados mencionaram em seus discursos, principalmente aqueles representantes da FETAG-RS e da Regional Sul da federação, é o acesso ao crédito para a juventude rural. Logo, para uma das entrevistadas, uma redução na taxa de juros nos programas existentes já ajudaria bastante. Essa interlocutora baseou seu argumento na dificuldade que é para qualquer jovem começar em algum ramo da atividade

⁴⁴ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

⁴⁵ Entrevista realizada com o Informante BR 08 em 21/05/2021.

⁴⁶ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) representa a principal política agrícola para a agricultura familiar (em número de beneficiários, capilaridade nacional e recursos aplicados) (GRISA e SCHNEIDER, 2014) e possui diferentes linhas de crédito (subprogramas) para investimento e custeio de atividades produtivas da agricultura familiar, como o Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Agroindústria, Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, etc. (BNDES, 2021a).

⁴⁷ Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

agropecuária, investindo e custeando o que é necessário. Para ela, existem políticas públicas para a juventude rural acessar o crédito, mas as taxas de juros são todas altas. Conforme seus termos,

Eu acho que deveria ter alguma melhora nas [políticas públicas] que já tem, né, eu acho que os juros dessas taxas que já têm, se se elas tivessem uma melhora já ajudaria bastante. Porque tudo é um começo, a juventude tudo é um começo, muitos não têm, ali vão fazer a sucessão e vão começar, então tudo é um começo. Então tudo gera custos. Eu acho que se começasse assim diminuindo as taxas de juros já ajudaria bastante. Porque tem os caminhos, né, têm várias políticas voltadas à juventude, mas tudo é tão caro, né, as taxas estão todas altas. (Informação verbal⁴⁸)

Outro representante da Regional Sul da FETAG-RS apontou para o mesmo sentido, exemplificando que na linha “Investimento” do Pronaf existe uma grande burocracia envolvida. Para ele, ao mesmo tempo que existem algumas facilidades, como solicitar algum financiamento através do aplicativo móvel do banco, também há uma carência no olhar para aquelas famílias descapitalizadas ou que possuem uma pequena área de terra. De acordo com suas palavras,

O crédito Pronaf, o crédito Pronaf investimento, também é extremamente burocrático. Existem ferramentas que facilitam e aí vem o banco, e a gente tem uma briga grande, principalmente com o Banco do Brasil, eles têm lá “mas tu tem o banco na palma da mão, tu consegue do meio da tua propriedade fazer um financiamento”. Beleza! Desde uma vez que a propriedade esteja 100% regulamentada, que o cara tenha um score bom no banco, que tenha as análises do solo tudo certinho, que tenha tudo nos quesitos que eles exigem. Porém aquele jovem, aquele cara que tem 4, 5 hectares de terra, que pegou de herança, muitas vezes não conseguiu regulamentar, não existe uma linha de crédito, uma condição para que ele regularmente para depois ter essa facilidade. (Informação verbal⁴⁹)

Ainda em relação ao Pronaf, existe uma linha de crédito dentro do programa voltada especificamente para a juventude rural, o Pronaf Jovem, com valor máximo financiável de R\$ 20 mil, até três financiamentos por pessoa física condicionados à prévia liquidação do crédito anterior e até dez anos para quitação, incluídos três anos de carência (BNDES, 2021b). Entretanto, a pesquisa de campo apontou que são poucos os jovens que acessam essa linha do programa. A maior parte deles, quando busca crédito através do Pronaf, o faz através das linhas investimento ou custeio que o programa oferece. Uma das representantes da FETAG-RS comentou que “*O jovem tem buscado crédito. Eu conheço vários. O jovem tem acessado financiamentos, mas não exatamente financiamentos direcionados específicos para jovens*” (Informação verbal⁵⁰), o que indica o desconhecimento sobre o Pronaf Jovem. Outra representante

⁴⁸ Entrevista realizada com a Informante BR 09 em 28/05/2021.

⁴⁹ Entrevista realizada com o Informante BR 08 em 21/05/2021.

⁵⁰ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

da Federação (Regional Sul) argumentou que os jovens não têm buscado o Pronaf Jovem, apesar de que a juventude acessa o crédito “convencional” oferecido pelo Pronaf, como linha para custeio ou o subprograma Mais Alimentos. Para ela,

Pronaf Jovem não andou muito, né, então a gente não tem procura dentro da Regional pelo Pronaf Jovem, mais é o Pronaf normal né, mas a juventude acessa bastante. A gente vê pelos municípios maiores, Canguçu, São Lourenço assim, a gente vê que a juventude acessa bastante o Pronaf. A gente tem uma boa divulgação, programas de rádio, Facebook e antes a gente estava conseguindo ir para o interior, a gente estava conseguindo ir nas comunidades, a gente levava todas essas informações, né, então o pessoal já vem acostumado com isso. (Informação verbal⁵¹)

Outro representante da direção da Regional Sul da FETAG-RS argumentou que existem muitas barreiras burocráticas e que, por essa razão, muitos jovens não conseguem acessar crédito. Para ele, essas dificuldades burocráticas são maiores para aqueles jovens com menos de 20 anos, justamente pelas condições exigidas pelos bancos e pelo programa em si. Conforme suas palavras,

Acesso ao crédito, alguns acessam, alguns conseguem derrubar as barreiras, mas é difícil. Porque eles pedem, para ti acessar o crédito, com 18 anos, praticamente tu não tens condições. Porque eles pedem o movimento de um ano, aí tu tens 18 anos. Então para ti comprovar já tem que ter 19 anos. Então, é uns programas que ainda tão um pouquinho prejudicando. Mas existe, mas existe pra aquele jovem de mais idade. Nós temos que conseguir um crédito pra aquele jovem que está saindo, de uns 17 pra 18 anos. (Informação verbal⁵²)

Um dos representantes da direção estadual da FETRAF-RS e da direção regional do SINTRAF-Sul concordou que são poucos os jovens que acessam o Pronaf Jovem, isso porque não existem incentivos do programa em si para essa linha de crédito. Além disso, outro aspecto levantado por esse entrevistado é que, por vezes, os jovens são “usados” pelos pais para que aquela família tenha mais uma fonte de crédito ou para conseguir quitar parcelas de financiamentos anteriores em prazo de liquidação. De acordo com os argumentos desse interlocutor,

Ah, muito pouquinho, o jovem acessa o crédito normal, né, quando ele acessa o crédito é normal. Porque não diferencia muito o Pronaf Jovem para o Pronaf. Eu acho que o Pronaf Jovem tinha que ser subsidiado para o jovem, uma parte dele, uma boa parte. E teria que ter uma regra de justificar todos os anos aquilo que ele for buscar. Porque hoje o jovem ainda às vezes é usado pelo pai para poder fazer mais um crédito, né, porque ele se enrolou lá, então “faz um pra mim pagar o outro”. E nesse sentido assim tem muitos casos, não são poucos. (Informação verbal⁵³)

Esse mesmo entrevistado sustentou ainda que o acesso ao crédito por si só não satisfaz as reais necessidades dos jovens agricultores se não existirem ações

⁵¹ Entrevista realizada com a Informante BR 09 em 28/05/2021.

⁵² Entrevista realizada com o Informante BR 12 em 16/06/2021.

⁵³ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

integradoras com outros programas, como assistência técnica e formação socioprofissional específica para a juventude rural. Para ele, os jovens precisam ser público-alvo de programas que os convertam em protagonistas de seus destinos, ou seja, acessar crédito, realizar formações, receber assistência técnica e assim poder auxiliar e tomar decisões dentro das unidades produtivas familiares. De acordo com os termos desse interlocutor,

Não adianta tu pegar e jogar o crédito para o jovem, “ah, vou jogar o crédito para o jovem e deu, acabou a história. Te vira aí, faz do jeito que tu quiseres”, não. Acho que teria que usar as nossas entidades que hoje prestam assistência técnica e organizar esses jovens, homens e mulheres, e bom, qual é a atividade que tu queres para a tua propriedade? Tu tens um perfil específico? E aí com isso fazer com que ele possa ter um crédito específico para ele, não o crédito normal hoje. O crédito normal hoje infelizmente, ele serve para outros fins. Porque o jovem não é protagonista dele mesmo, ele serve ali como mais um na propriedade que vai usar o crédito para poder fazer o capital de giro da propriedade. E isso às vezes também acaba frustrando o jovem porque é isso, para buscar o crédito ele pode, mas para poder decidir as funções da propriedade... Eu não tô dizendo isso como uma questão geral, entendeu, porque nem todas as propriedades são assim. Tem algumas que é isso, o pai já dá autonomia para o jovem. Mas na maioria dos casos não dá autonomia. (Informação verbal⁵⁴)

Para além do acesso ao crédito, ainda no que diz respeito a políticas públicas para a juventude rural, outro aspecto destacado pelos entrevistados e entrevistadas foi o acesso à terra. Um dos jovens representantes da Regional Sul da FETAG-RS pontuou que “[...] *também faltam políticas públicas que possibilitem o jovem a comprar sua terra e iniciar sua produção e ter sua fonte de renda*” (Informação verbal⁵⁵).

Nesse sentido, uma das representantes do SINTRAF-Sul apontou que muitos jovens acabam buscando oportunidades laborais nas cidades porque não encontram terras disponíveis para desenvolverem suas atividades agropecuárias. Além disso, essa entrevistada exemplificou que muitos estabelecimentos rurais da agricultura familiar possuem uma pequena área de terra, o que, em caso de divisão entre todos os possíveis herdeiros, pode inviabilizar o desenvolvimento do estabelecimento. De acordo com seus termos,

Uma coisa que é bem complicada é essa questão aí das terras. Quantas vezes eu vejo jovens pegar e dizer assim “bah, mas a gente não tem um pedaço de terra pra plantar...”. Têm jovens que praticamente se obrigam a ir procurar outro lugar. Muitas propriedades pequenas com 5, 10 hectares, aí tem 2, 3, 4 filhos, se vai repartir aquilo, vai dar o quê, nem 50 metros de largura para cada um... E todo mundo está no mesmo barco, quase toda a agricultura familiar está assim. (Informação verbal⁵⁶)

⁵⁴ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

⁵⁵ Entrevista realizada com o Informante BR 10 em 01/06/2021.

⁵⁶ Entrevista realizada com a Informante BR 04 em 27/11/2019.

Outra entrevistada, essa representante da direção estadual da FETAG-RS e da Regional Sul, também apontou para esse fato de que, às vezes, as unidades produtivas familiares não têm uma área de tamanho suficiente para que todos os herdeiros desenvolvam seus projetos produtivos. Para ela,

Uma das outras principais dificuldades também é as pequenas propriedades. A gente vê que às vezes as propriedades não têm tamanho para as famílias de todos os filhos trabalhar. As pequenas propriedades às vezes não suportam. Aí tem que sair a fazer contrato, arrendar terra, isso já não é bem assim. (Informação verbal⁵⁷)

Um dos representantes da direção regional do SINTRAF-Sul e da direção estadual da FETRAF-RS utilizou os seguintes termos para interligar os aspectos relacionados ao acesso ao crédito e ao acesso à terra:

Mas isso é um gargalo, um gargalo que precisava aumentar a disponibilidade de crédito, e de crédito específico para o jovem, né? O guri lá que “já que o pai não quer, então vou começar comprando terra para mim, eu vou começar do meu jeito e vamos tocar”. Até tem, mas na prática ele não funciona, é muito restrito a poucas pessoas. Não... é algo amplo, assim. E aí nós temos a questão fundiária né, porque nós temos muitas propriedades que poderiam ser adquiridas por jovens e não conseguem ser adquiridas por dentro dos programas porque ou ela tá lá não foi feito o inventário, aquela coisara toda que existe Rio Grande do Sul a fora, isso não é uma coisa só nossa aqui, isso tem em todo o Brasil aí. Isso é algo que pega bastante. Mas a aquisição de terra é fundamental, dentro de um programa pra jovem. (Informação verbal⁵⁸)

Um dos representantes jovens da Regional Sul da FETAG-RS mencionou que alguém começar do zero na agricultura, sem ter terras, é praticamente impossível. Para ele, algumas formas de acesso à terra estão sendo disponibilizadas: *“Mas apesar do alto preço das terras, vamos dizer se alguém começar do zero, é quase impossível. E através do sindicato, até onde sei, tão se abrindo formas de acesso à terra também para o jovem que quiser ficar no interior”* (Informação verbal⁵⁹).

Nesse sentido, outro representante jovem da Regional Sul da FETAG-RS indicou que essa atual possibilidade de acesso à terra é o Terra Brasil⁶⁰, nova faceta do já conhecido Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Assim, de acordo com as palavras desse interlocutor,

Que nem o antigo Crédito Fundiário, que agora é Terra Brasil que agora vai começar, isso aí é uma coisa importante [...] né, e agora eles [o STR] estão meio que começando a tentar operacionalizar isso de novo. Mas isso é uma coisa importante, porque até então os jovens não tinham mais muito como adquirir terra né, porque tu não tens renda própria, tu não tens nada, e aí como é que tu vais muitas vezes seguir? [...] É bem difícil, a menos que os

⁵⁷ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

⁵⁸ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

⁵⁹ Entrevista realizada com o Informante BR 11 em 11/06/2021.

⁶⁰ Ver, a propósito, <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/credito>. Acesso em agosto de 2021.

pais tenham recursos para comprar terra para o jovem, que às vezes isso é bem difícil, principalmente na agricultura familiar, ou ele vai seguindo na propriedade do pai ou senão, a menos que tenha esse programa tipo Crédito Fundiário, Terra Brasil, não tem muita outra forma de financiamento para terra. Para jovens principalmente não, porque eles, a princípio, não têm muita renda, isso e aquilo, então não... É um ponto assim que eu enxergo que é difícil, né, isso também afasta muito jovem. Porque às vezes o jovem, apesar de às vezes o pai ter a terra, às vezes ele gostaria de ter a própria propriedade. E muitas vezes como ele não consegue acesso à própria propriedade, ele acaba indo para a cidade. Isso são pontos também que influencia nisso. (Informação verbal⁶¹)

Um dos representantes da direção da Regional Sul da FETAG-RS também apontou em seu depoimento para essa dificuldade de jovens, que ainda não possuem experiência e renda própria, para acessarem crédito específico para a compra de terras. Esse entrevistado indicou que o Terra Brasil possibilita que o sindicato forneça alguns documentos para facilitar o acesso ao programa. Nos termos desse interlocutor,

Nós temos um grande trabalho aí para fazer que está meio que contemplando o jovem é o Terra Brasil. Isso aí vai buscar alguma coisa de jovem para o campo. [...] Acesso à terra, tem, mas está difícil. Primeira coisa, pra ter acesso à terra eles pedem experiência, cinco anos de experiência. Tu tens 18 anos, como é que vai ter experiência? Não tem como, tchê. São os entraves, as dificuldades. Mas hoje nós temos esse acesso ao Terra Brasil, melhorou um pouquinho, nós podemos como sindicato dar um documento dizendo que ele tem conhecimento, que ele pode levar os documentos. Mas ainda é uma dificuldade o jovem acessar a terra. Já começa, como eu falei, lá com os pais. Os pais não entregam um pedaço de terra para os filhos trabalhar. (Informação verbal⁶²)

Entretanto, é importante registrar que as expectativas geradas em torno desse programa possuem alguns empecilhos que dificultam sua execução e aplicação dos recursos da melhor maneira. Um desses gargalos é o orçamento disponibilizado para o programa, muito aquém do que seria necessário. Para outro entrevistado representante da Regional Sul da FETAG-RS, de maneira geral, o recurso disponibilizado para o Terra Brasil não é suficiente para a aquisição nem de uma unidade produtiva por município brasileiro:

Hoje existe, por exemplo, o Terra Brasil recém lançado com 1,4 bilhão de reais para o Brasil. Aí tu divides isso nos valores atuais das propriedades, dá uma propriedade por município a nível de Brasil. Na verdade, não dá uma propriedade por município a nível de Brasil. Então isso é uma política pública que não atende. (Informação verbal⁶³)

Outra representante da FETAG-RS mencionou também que há anos não havia financiamento direcionado à agricultura familiar para a aquisição de terras. Além disso,

⁶¹ Entrevista realizada com o Informante BR 10 em 01/06/2021.

⁶² Entrevista realizada com o Informante BR 12 em 16/06/2021.

⁶³ Entrevista realizada com o Informante BR 08 em 21/05/2021.

para essa entrevistada, outros aspectos dificultam o acesso a esse tipo de linha de crédito, a exemplo dos pré-requisitos colocados, tal como renda máxima, posses e bens. Conforme seus termos,

Mas acho que esse também é um empecilho para os jovens, né, de acesso à terra. Mas não sei te dizer exatamente há quanto tempo não saía financiamento para aquisição de terra. Mas é uma série de coisas às vezes também que não ajuda mesmo. Porque se tu tens um trator e maquinário no teu nome, se tu vais olhar, o teu teto já passa. E às vezes como tu vai conseguir... Para ti ter terra tu tens que ter maquinário, não adianta ter maquinário e não ter terra, tem isso, isso é bem complicado. (Informação verbal⁶⁴)

O representante da direção regional do SINTRAF-SUL e da direção estadual da FETRAF-RS converge nessa mesma direção, reforçando que, além de um longo período sem haver a assinatura de contratos de crédito fundiário, outro problema associado ao “novo” Terra Brasil é a execução do programa. Além da limitação de orçamento, o governo federal aplicou exigências para o credenciamento de entidades executoras da política, como, por exemplo, a criação de empresas de assistência técnica. O entrevistado manifestou que,

Ah, existir, existe, o problema é executar, o problema é, de fato, colocar em prática. Passamos um grande período de tempo aí sem assinatura de contrato do crédito fundiário. E tivemos aí, quem sabe, 10 anos, não sei se tivemos 15 famílias, ou 20, em São Lourenço que foram beneficiadas, e nem todas são jovens, né? E aí acho que teria um gancho muito importante especificamente para jovem, tipo jovem casal, coisa assim nesse sentido, só que isso, não tem. E agora foi de novo criado o programa, que é o Terra Brasil aí, que acabou aí dificultando. Tipo assim, o Sintraf hoje não vai fazer porque o governo exigiu que quem fosse organizar o crédito fundiário teria que criar uma empresa de assistência técnica. E aí enfim, começa a inviabilizar para a entidade. Tem informações aí que pode ter um crédito aí para esse ano né, então qual é o volume? Bom, não se sabe se é 4, 5 ou 6 contratos em São Lourenço, né? Nós temos uma leva de mais de três mil propriedades em São Lourenço, então assinar 5 contratos de compra de terra por ano não impacta quase nada. (Informação verbal⁶⁵)

Ademais, outro aspecto mencionado pela representante da CEJTTR da FETAG-RS é que, muitas vezes, os jovens não querem se instalar em outras terras, mas sim produzir nas terras dos pais se seguir na unidade produtiva familiar. E, para isso, são necessários outros incentivos que vão além da aquisição de áreas. A entrevistada sustentou que, *“Mas a juventude em si hoje, muitos não querem nem acessar outras terras e sim poder produzir nas próprias dos pais. E as vezes, para*

⁶⁴ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

⁶⁵ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

isso, eles precisam de maquinário, eles precisam de dinheiro para semente, insumos, nesse sentido” (Informação verbal⁶⁶).

Por conseguinte, apenas políticas públicas voltadas para acesso ao crédito e acesso à terra não dão conta dos anseios e necessidades da juventude rural. Em vista disso, uma das entrevistadas, diretora regional do SINTRAF-Sul, mencionou a importância de políticas públicas que possibilitem a comercialização da produção, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Conforme suas palavras,

[...] mas se não tiver um incentivo do governo, uma garantia de comercialização com preço justo... que não é um processo simples, né, a gente já teve algumas alternativas que funcionou. Claro, não atingiu todo mundo, mas bastante gente conseguiu acessar, tipo a questão do PAA, PNAE, comercialização... [...]. Não adianta o agricultor produzir se ele não tiver pra quem vender o seu produto. Então assim ó: a questão da comercialização é o crucial numa propriedade. (Informação verbal⁶⁷)

Outra representante do SINTRAF-Sul também argumentou que essas políticas públicas foram importantes oportunidades para a agricultura familiar, mas que atualmente falta destinação de orçamento público para sua adequada execução e inclusão de famílias agricultoras: *“E a questão das políticas públicas, a questão de comercialização, né, que nem o PAA e o PNAE, há um tempo atrás funcionava bem melhor do que hoje. [...] E é uma oportunidade que se tem de fazer algo diferente...”* (Informação verbal⁶⁸).

Para um dos representantes da FETRAF-RS, são necessárias políticas públicas que gerem oportunidades para a juventude rural em igual perspectiva que aquelas existentes nas cidades, como acesso à educação de qualidade, lazer e diferentes oportunidades de geração de renda. De acordo com os termos utilizados por esse interlocutor,

Quando falo de oportunidades aqui, não trato simplesmente de oportunidade de emprego, oportunidade de uma condição social um pouco diferente, relações culturais, uma oportunidade inclusive de acesso à Universidade, oportunidades relacionamentos aí, e vai inclusive na questão de namoro e tudo mais, porque é aquela história: tem pouca guria no interior e a piaçada vai mais para a cidade. Então são várias as oportunidades que muitas vezes o campo não tem. Então esse acho que é um dos grandes desafios e que, sem dúvida alguma, a gente precisaria então de muita política pública voltada para reverter esta situação. [...] Precisa de política pública para dar aquela perspectiva para o jovem para dar aquelas oportunidades que ele não tem lá no campo. (Informação verbal⁶⁹)

⁶⁶ Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

⁶⁷ Entrevista realizada com a Informante BR 02 em 26/09/2019.

⁶⁸ Entrevista realizada com a Informante BR 04 em 27/11/2019.

⁶⁹ Entrevista realizada com o Informante BR 06 em 15/06/2020.

No que diz respeito a políticas públicas, é preciso registrar ainda que diversos entrevistados e entrevistadas mencionaram em seus discursos a decadência e o desmantelamento nos últimos anos de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e para a juventude rural. Para um dos representantes da direção regional do SINTRAF-Sul, atualmente o momento é de grandes perdas de políticas públicas já conquistadas em outros períodos:

O momento que estamos vivendo atualmente é um momento assim, de muita preocupação. Justamente dentro desse olhar da pequena propriedade, com as políticas públicas que já conseguimos experimentar algumas coisas, mas estamos vivendo um momento de perdas muito fortes. (Informação verbal⁷⁰)

Para a representante da CEJTTR da FETAG-RS, se, por um lado, a luta por crédito fundiário e outros programas voltados para a agricultura familiar e para a juventude rural já esteve bastante presente na atuação da federação, por outro, as demandas da juventude rural nos últimos dez anos vêm sendo sempre as mesmas. Isso aponta para a decadência nas políticas públicas que existiam até recentemente, bem como da estagnação em favor de mudanças. Conforme as palavras dessa entrevistada,

A gente tem a cada mandato de um diretor que vem aqui para Federação para cuidar dessa pasta, ele opta por lutar por algo. Teve um momento que a Federação era muito em busca de acesso à Terra, porque o Crédito Fundiário funcionava muito bem. A gente teve vários jovens que foram proporcionados por essa política pública e hoje eles dão seus depoimentos e é incrível eles dizendo que por estar na comissão e por ter conhecido essa política pública eles tiveram acesso. A habitação rural também para poder construir sua moradia. Eram políticas públicas que estavam funcionando bem na época. Depois as políticas públicas começaram a cair, decair [...]. A gente fez um resgate, uma linha do tempo e a gente vê que nos últimos dez anos, as políticas públicas, as pautas da Juventude, são sempre as mesmas. (Informação verbal⁷¹)

Para outra entrevistada, representante da direção estadual da FETRAF-RS, é preocupante a diminuição de incentivos para políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, o que pode aumentar a exclusão de jovens do campo e incrementar os índices de êxodo rural desse estrato da população cuja importância é estratégica para o país. De acordo com essa representante,

A diminuição de investimentos em recursos públicos, em políticas públicas para a agricultura familiar, eu acho que isso pode acelerar cada vez mais com que os jovens busquem empregos nos meios urbanos. [...]. Então, com a falta de investimentos, com a falta de políticas públicas, com a forma que tem optado o atual governo tratar a agricultura familiar, eu acho que isso pode

⁷⁰ Entrevista realizada com o Informante BR 03 em 11/10/2019.

⁷¹ Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

aumentar ainda mais a exclusão de jovens do campo e a busca por empregos nos meios urbanos. (Informação verbal⁷²)

Nesse sentido, a própria FETAG-RS sinalizou em um documento disponibilizado para essa pesquisa que a alternativa para que a juventude rural possa seguir no campo é a oferta de melhores condições para a realização de um trabalho digno no meio rural, que permita a geração de renda e a garantia de qualidade de vida para os jovens e suas famílias. O mesmo documento foi taxativo ao afirmar que isso significa que as políticas precisam ser mais eficazes em garantir condições de renda e qualidade de vida, sendo necessárias políticas públicas que promovam ações em cadeia nos territórios, fomentando processos de desenvolvimento rural que incorporem questão da sucessão geracional como objeto privilegiado de atenção do Estado.

Assim, com base no exposto, sobre o crédito para a juventude rural, ainda que no Brasil exista o Pronaf Jovem, os entrevistados e entrevistadas indicaram que é muito baixo o número de jovens que acessa essa linha de crédito. Aparentemente, isso se deve à falta de incentivo por parte das instituições financeiras, entidades prestadoras de serviços de ATER e das próprias organizações representativas para que os jovens acessem esse tipo de financiamento para além do próprio Pronaf. Por outro lado, o baixo valor financiável pelo Pronaf Jovem (até R\$ 20 mil e no máximo três financiamentos por pessoa) pode ser outro aspecto que limite o interesse do público alvo por essa linha de crédito.

Além do acesso ao crédito, é possível apontar para a necessidade de políticas intersetoriais que possam dar conta da complexidade do tema da sucessão geracional e interesse de jovens pela agricultura. Exemplo disso são políticas públicas que incentivem a comercialização da produção a preços justos, como os programas PAA e PNAE, os quais se mostraram muito efetivos. Todavia, os dados mostram que tais programas entraram na esteira do desmonte nos últimos anos, gerando incertezas e novos desafios para as famílias rurais. A formação socioprofissional é a próxima categoria a ser enfocada.

4.3.2 Formação socioprofissional

⁷² Entrevista realizada com a Informante BR 05 em 27/01/2020.

Conforme visto, a categoria de análise “Formação socioprofissional” foi a segunda mais mencionada nos depoimentos dos representantes da FETRAF-RS, da FETAG-RS e suas respectivas instâncias organizativas na região sul do Rio Grande do Sul. Nessa linha, essa seção está destinada a apresentar e discutir os aspectos apontados pelos interlocutores no que tange a essa categoria de análise.

Um dos representantes do SINTRAF-Sul e de sua direção regional destacou com eloquência em sua entrevista que é necessária uma melhor preparação para quem tem aspirações de permanecer na agricultura, sendo, na opinião desse interlocutor, decisiva para a incorporação de jovens ao setor. Conforme suas palavras,

Então, dentro desse olhar, não é, tem que haver uma melhor preparação para quem quiser ficar no campo. Do contrário, nós não vamos permanecer. Então, permanecer no campo, né, com mais informação, com formação, e ainda dentro desse olhar, para o jovem então, [...] para permanência no campo com formação, com formação. [...]. Eu quero claramente dizer que a formação, ela é decisiva, seja em qualquer área que for. (Informação verbal⁷³)

Um dos representantes da Regional Sul da FETAG-RS também tratou como fundamentais os aspectos relacionados à formação para jovens agricultores. Para esse entrevistado, a educação tem papel essencial para a preparação de jovens que dominem os aspectos de produção e comercialização. O interlocutor sustentou que a entidade incentiva a busca pela qualificação socioprofissional:

Lembrando que ele precisa dominar o sistema de produção, precisa dominar o sistema de comercialização e acondicionamento, todos esses passos dentro da produção, dentro da cadeia ele precisa dominar. E eu acredito que isso através de uma educação voltada para esse segmento seria de extrema importância. [...] nos programas de rádio, a gente não cansa de falar para o pessoal, "vamos procurar se qualificar. Temos a Escola Técnica Municipal, tem uma escola família agrícola, tem agora as escolas do campo, vamos buscar a qualificação para que com isso a gente consiga atender esse grande mercado e que a produção de alimentos (Informação verbal⁷⁴).

Não obstante, o entrevistado comentou também sobre a oportunidade que representa a produção de alimentos como a geração de renda para quem optar pela agricultura. Para ele, porém, a qualificação é fundamental para uma produção que tenha qualidade e quantidade adequadas às necessidades da sociedade:

Então quem está ficando no campo, tá ficando aí com uma baita de uma oportunidade de ter essa geração, essa produção de alimentos, esta geração de renda. Porém ele precisa se tecnificar, se qualificar, tanto intelectualmente quanto tecnicamente para produzir com qualidade, volume e o preço acessível para a comunidade. Então a gente cada vez mais vê a necessidade

⁷³ Entrevista realizada com o Informante BR 03 em 11/10/2019.

⁷⁴ Entrevista realizada com o Informante BR 08 em 21/05/2021.

de produzir mais com menos, né, aproveitando melhor o solo, aproveitando melhor a água. (Informação verbal⁷⁵)

Nesse sentido, uma das representantes do SINTRAF-Sul utilizou seu exemplo pessoal para exemplificar a importância da qualificação socioprofissional como fator motivador para a permanência de jovens no campo. Conforme seu exemplo, a oportunidade pela busca de conhecimentos pode motivar os jovens a exercerem o ofício de produtor agrícola e seguir no espaço rural:

Eu fui buscar formação, eu trouxe de volta e hoje eu tenho meus morangos ali, tão já no segundo ano de produção, não precisei usar nada [de agrotóxicos] até hoje. É porque eu consegui buscar informação para poder aplicar em casa. Então de eu ter oportunidade de estudar pra trazer conhecimento pra dentro da propriedade também motiva a ficar. Acho que um dos maiores pontos de motivação, assim, é a questão de tu poder ter a renda dentro da propriedade e gostar do lugar onde mora. (Informação verbal⁷⁶)

Também valorizando a importância da formação, uma das representantes da Regional Sul da FETAG-RS apontou as ações da própria entidade voltadas para a qualificação de jovens. De acordo com essa entrevistada, a entidade realiza cursos, como aqueles que fazem parte do Programa Jovem Saber⁷⁷. Conforme suas palavras,

A gente faz muito curso, ou fazia, né, antes da pandemia, muito curso com os jovens. A gente tem até o Jovem Saber, a gente começou um grupo dentro da Regional do Jovem Saber, a gente não conseguiu terminar ainda, a gente começou ele por videoconferência, estamos no quinto módulo, são oito módulos, a gente pretende terminar até o final do ano. (Informação verbal⁷⁸)

Outra perspectiva abordada durante a pesquisa de campo foi a falta de incentivos públicos para que as organizações sociais, a exemplo das entidades sindicais, possam oferecer atividades formativas para a juventude rural. Para um dos representantes do SINTRAF-Sul e da direção estadual da FETRAF-RS, programas como o Terra Solidária⁷⁹ e o Consórcio Social da Juventude Rural⁸⁰ foram importantes

⁷⁵ Entrevista realizada com o Informante BR 08 em 21/05/2021.

⁷⁶ Entrevista realizada com a Informante BR 04 em 27/11/2019.

⁷⁷ O Programa Jovem Saber é um programa de formação e mobilização da juventude trabalhadora rural. O programa é um instrumento de formação no qual os(as) jovens organizam-se em grupos de estudo em seus municípios e, com o apoio do Sindicato, Federação e CONTAG, se capacitam utilizando cartilhas (virtuais ou impressas) e tarefas de estudo. Ver, a propósito, FETAG-RS (2021d).

⁷⁸ Entrevista realizada com a Informante BR 09 em 28/05/2021.

⁷⁹ O projeto Terra Solidária, realizado no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e pela FETRAF, tinha como proposta a formação de turmas com 40 participantes em cada um dos três estados do sul do Brasil. Cada participante era de um município diferente e deveria conduzir trabalhos de formação como tutor de uma turma no seu município, abordando as mesmas temáticas e organização das turmas estaduais. Para mais detalhes, ver o estudo de Zuanazzi (2018).

⁸⁰ O Consórcio Social da Juventude Rural foi um projeto desenvolvido pela FETRAF na região sul do Brasil, em parceria com os então Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Trabalho e Emprego, tendo como principal objetivo promover espaços coletivos de formação de jovens agricultores familiares em agentes de desenvolvimento, qualificando suas intervenções nas políticas públicas,

momentos no sentido da qualificação socioprofissional de jovens agricultores. Entretanto, atualmente, com o esvaziamento de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, as organizações sociais têm enfrentado dificuldades econômicas e estruturais para desenvolver atividades formativas. De acordo com seus termos,

E nós tínhamos isso num período, mais patrocinado pelo governo federal. Mudou muito, mas um número razoável de formações para agricultores e para agricultores jovens. Como o Terra Solidária, onde ele trabalhava com jovens e adultos juntos na formação do ensino médio voltado às práticas da agricultura. [...] E o Consórcio Social da Juventude com uma formação técnica, mas não uma formação reconhecida pelo MEC ou enfim, qualquer instituto aí. Mas, sim, que ele tinha condições com essa formação aí de conhecer a propriedade dele e se de fato um diagnóstico dele, o que ele faria, se ele permanecesse na lavoura, na roça com a família, se ele daria sequência, se ele queria alguma atividade, buscava meios técnicos pra potencializar essas atividades. Então isso foi um momento muito importante, e claro né, saiu nesse espaço algumas lideranças também que conseguiram dar sequência no projeto da organização sindical e também de organizações cooperativistas ou associativistas. [...]. Infelizmente como as políticas públicas acabaram e hoje nós estamos tentando com as nossas forças, com nossos recursos financeiros, estrutura, estamos aí praticamente fazendo o mínimo de ações voltadas ao jovem do meio rural. Isso eu vejo assim, não só nós do SINTRAF, mas outras organizações também, como MPA, FETAG, MST, tu vê assim muita pouca formação nesse sentido e muito pouca ação para que possa ter aí algumas ações definidas principalmente para a juventude. Já tivemos momentos bons, relevantes, e hoje nós temos grandes problemas pra fazer a sequência desses trabalhos aí. (Informação verbal⁸¹)

Não obstante, vários entrevistados manifestaram também a importância que o sistema formal de educação deveria representar no papel de valorização da agricultura e do espaço rural, sobretudo as escolas rurais ou aquelas que possuem formação técnica-profissionalizante na área agrária. Nesse sentido, um dos ex-coordenadores do SINTRAF-Sul e ex-representante da FETRAF-RS utilizou seu exemplo pessoal para indicar que o ensino técnico em agropecuária da Escola Técnica Santa Isabel (município de São Lourenço do Sul), muitas vezes, deixa a desejar no que diz respeito à valorização e entendimento da agricultura familiar local. Para ele,

Todo o período escolar meu, nunca fui instigado a discutir agricultura nem a realidade local. A gente sempre tem aquela apostila pronta que vem e que não tem um debate da economia local, um debate do que teus pais fazem, um debate nesse sentido né? Eu acho que é necessário fazer uma discussão dos colégios agrícolas do estado, ter um recorte, um material didático sobre agricultura familiar, sobre sucessão familiar, sobre a importância econômica, sobre isso. Aí aquela vivência que eu tive na prática eu acho que não mudou, pelo que eu vejo do colégio agrícola [no caso de São Lourenço do Sul] [...]. Então assim, é de nós ter uma pauta voltada para a realidade local, ter algumas discussões mínimas dentro desses colégios agrícolas. Alguns

para a construção de alternativas de geração de renda e no seu processo de organização social. Para mais detalhes, ver estudo de Albani (2015).

⁸¹ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

professores até fazem, mas por iniciativa própria, não é uma coisa do sistema de educação. (Informação verbal⁸²)

Outra entrevistada, essa representante da Regional Sul e da direção estadual da FETAG-RS, também comentou sobre sua trajetória em um curso técnico em agropecuária (no Campus Visconde da Graça - CaVG/IFSul, município de Pelotas), no qual a agricultura familiar também não era tratada com a devida relevância. De acordo com suas palavras,

[...] agricultura familiar eles tratavam muito pouco. Agricultura familiar, pequena agricultura eram poucas matérias que tratavam. Eles mais te formavam, não sei como está agora, acredito que está a mesma linha, tu te formar e pegar um emprego e trabalhar naquilo. Eu escutei uma vez de vários professores quando eu fui defender meu estágio, ‘por quê tu não arruma um emprego, já que tu estás na propriedade?’ (Informação verbal⁸³)

Outro representante da Regional Sul da FETAG-RS utilizou o exemplo das escolas que possuem ensino técnico em agropecuária ou em agricultura para argumentar que, mesmo nesses casos, não existe uma valorização da agricultura e da sucessão geracional, sendo que a formação está mais voltada para o mercado de trabalho empregatício. O entrevistado manifestou sua percepção da seguinte forma:

[...] dentro das escolas onde também pregam que tu tens que ser mão de obra, tu tens que te preparar, tem que te qualificar, porque a empresa exige isso, o mercado exige isso, então todo sistema de educação ele é voltado a formar mão de obra submissa a alguém e não está voltada ao cidadão ser independente e produzir, conduzir a sua própria vida. (Informação verbal⁸⁴)

Os representantes das duas federações, FETRAF-RS e FETAG-RS e suas respectivas instâncias organizativas, apontaram que o sistema formal de educação básica deveria incorporar nas ementas das disciplinas uma valorização da agricultura e do espaço rural. Nesse sentido, um dos representantes da direção da Regional Sul da FETAG-RS opinou que *“Eu acho que muita coisa deveria partir das escolas, valorizar a agricultura e explicar as coisas. Porque o jovem muitas vezes não tem o conhecimento de toda a agricultura”* (Informação verbal⁸⁵).

Outro entrevistado, representante da direção regional do SINTRAF-Sul e da direção estadual da FETRAF-RS, entende que todo o sistema educacional, desde a educação básica até a técnica-profissionalizante poderia estar mais conectado com a realidade local, agrícola e agrária. Para esse interlocutor, são poucas as atividades e reflexões voltadas propriamente para a agricultura familiar. Ele sustentou que

⁸² Entrevista realizada com o Informante BR 07 em 26/07/2021.

⁸³ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

⁸⁴ Entrevista realizada com o Informante BR 08 em 21/05/2021.

⁸⁵ Entrevista realizada com o Informante BR 12 em 16/06/2021.

Poderia ser diferente desde o início né, lá da escolinha infantil lá, até a Escola Técnica. O sistema de educação está todo fora de uma realidade do agricultor, do pequeno agricultor. Tem alguns professores, até na escola técnica, tem essa percepção, entendeu? Mas hoje, qualquer tipo de aluno, no meu ponto de vista e no ponto que a gente discute como entidade, ele sai formado para outro tipo de agricultura, ele não sai formado para uma pequena agricultura. Para os estagiários aqui do SINTRAF, que fazem estágio aqui, a gente nota que o foco deles não é a propriedade, o foco deles, o ensinamento deles é para o emprego, para a grande multinacional, para poder ser um vendedor, pra poder estar bem na vida dentro de um emprego, essa é a formação. E eu tenho visto isso que isso sai lá da escola né, porque ele desde o fundamental, em vez de tu desenhar um pé de milho, desenhar uma abóbora, alguma coisa assim, os caras mandam desenhar geladeira, TV, avião, para a criança parece que já começa a dizer assim “esse é o mundo que eu vou viver”. Então no estudo, para mim, desde o infantil até o técnico, são raras as ações que são voltadas para a sua propriedade. (Informação verbal⁸⁶)

Uma das representantes da Regional Sul e da direção estadual da FETAG-RS comentou também que a entidade já tem discussões sobre ações junto a Secretaria Estadual de Educação para que as escolas do meio rural tenham um programa educacional diferenciado em relação às escolas urbanas, no sentido de valorizar o espaço rural e a agricultura familiar. Para essa entrevistada,

Esses dias nós até estávamos discutindo na regional, que talvez a federação vai ter que entrar um pouco na secretaria de educação para no meio rural ser diferenciado um pouco o ensino, valorizar o meio rural, a agricultura familiar principalmente. Porque não se ouve falar muito na agricultura familiar. (Informação verbal⁸⁷)

Para um dos jovens representantes da Regional Sul da FETAG-RS, a maioria dos técnicos em agropecuária formados, assim como ele, pelas escolas técnicas, buscam oportunidades profissionais como empregados, sendo poucos os que buscam aplicar o conhecimento nas unidades produtivas familiares. Esse interlocutor sustentou que,

Pois é, aqui as realidades próximas aqui, em sua grande maioria, colegas e amigos que tem se formado técnico, tem realmente corrido agora trabalhando na cidade, como empregado, coisa assim. Não tem, vamos dizer, aproveitado todo esse conhecimento para pôr em prática em sua própria propriedade. Uma coisa incrível, uma possibilidade incrível de ter se formado e aplicar isso na propriedade. [...]. Tem bastante gente se formando em técnico e depois procurando correr atrás de outros cursos superiores, mas como também têm técnicos trabalhando nas lojas agropecuárias aqui da cidade. Tem muitos nessa parte. (Informação verbal⁸⁸)

Outra representante da Regional Sul da FETAG-RS mencionou o interesse da entidade em criar uma escola voltada para a agricultura familiar. Conforme suas próprias palavras,

⁸⁶ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

⁸⁷ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

⁸⁸ Entrevista realizada com o Informante BR 11 em 11/06/2021.

Mas hoje são poucos aqueles que não procuram uma faculdade, que não procuram estudar, são raros esses. A gente até tentou alguma coisa, trazer alguma coisa para Canguçu voltado para a agricultura familiar. A gente tinha um projeto de criar uma escola mais voltada para isso, mas voltando à pandemia, a gente está indo assim, meio que de arrasto, mas a gente tem um projeto para isso também, alguma coisa mais voltada para os agricultores. Porque tirando a EFA e as escolas rurais [do campo] agora, o resto é normal, né? (Informação verbal⁸⁹)

Sobre a EFASUL (Escola Família Agrícola da Região Sul), o projeto de implantação de uma Escola Família Agrícola na região nasceu em 2013, a partir das discussões promovidas pelo Fórum da Agricultura Familiar da Região Sul, entidade da qual fazem parte mais de 100 organizações de 25 municípios do Território Zona Sul (CANGUÇU, 2016). Consiste em um modelo diferenciado de educação, baseada na pedagogia da alternância e responsável por uma metodologia de ensino voltada à formação de filhos e filhas de agricultores⁹⁰.

A EFASUL surgiu como uma proposta de desenvolvimento sustentável, pautada por um conjunto de organizações e movimentos sociais que, historicamente, constituem o Fórum da Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul. Após longo processo de debate e definição de estratégias, a escola foi inaugurada em 2016, ofertando curso Técnico em Agroecologia segundo os princípios da pedagogia da alternância e da educação do campo (PETER e CALIXTO, 2017). Para uma das entrevistadas, representante da direção da Regional Sul e da direção estadual da FETAG-RS, “[...] tem a EFASUL de Canguçu, aqueles ali o modo de ensino é bem diferente. Eles mais trabalham para o aluno ficar na propriedade, desenvolver projetos de continuidade” (Informação verbal⁹¹).

É importante registrar ainda que, apesar das críticas de boa parte dos entrevistados para o sistema formal de educação, o município de Canguçu possui um projeto chamado Educação do Campo de Canguçu (EDUCCAN). Nesse projeto, as escolas do campo, anteriormente citadas em alguns excertos de entrevistas, fazem parte de uma proposta criada pelo município e integrada por dez escolas municipais de ensino fundamental, as quais possuem turno integral; além de trabalhar a grade de currículo nacional, desenvolvem elas projetos de interesse dos alunos do campo,

⁸⁹ Entrevista realizada com a Informante BR 09 em 28/05/2021.

⁹⁰ Convém registrar que no Rio Grande do Sul, além da EFASUL, existem outras três Escolas Família Agrícola: a Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), Escola Família Agrícola de Vale do Sol (EFASOL) e a Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha (EFASERRA).

⁹¹ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

possibilitando a oportunidade de desenvolvimento de atividades nas propriedades junto às famílias (CANGUÇU, 2019).

Nesse sentido, para uma das entrevistadas, representante do SINTRAF-SUL, essa iniciativa pode servir de incentivo no sentido de que a juventude rural permaneça na agricultura, pois existem diferentes atividades de ensino e valorização da agricultura familiar. Conforme essa interlocutora,

Eu acredito que essas crianças que vão estar se formando nesse sistema já vão ter mais vontade de ficar na propriedade do que no outro sistema, né, porque eles fazem dia de campo, e levam as crianças para conhecer as ovelhas, crianças num dia de campo, apicultura, piscicultura.... Tão com um projeto de horta, então tudo ajuda a incentivar as crianças né? E eu acho que isso é tudo ponto positivo assim para a comunidade. (Informação verbal⁹²)

Essa mesma entrevistada, falando sobre a qualificação socioprofissional, indicou ainda ações de formação que vão além do sistema formal de educação, referindo-se exatamente a atividades de assistência técnica e extensão rural, a exemplo daquelas realizadas pelo CAPA e EMATER. Para ela, esse tipo de atividade pode mostrar para os jovens algumas possibilidades alternativas àquelas que a família já desenvolve. Na opinião dela,

Mas eu acho que o que poderia ser feito era o que o CAPA já fazia assim, o CAPA e a Emater também, que é fazer os cursos, os dias de campo, mostrar outras possibilidades, né, por causa que às vezes os jovens não têm vontade de plantar fumo ou fazer aquilo que a família já faz. (Informação verbal⁹³)

Além disso, em algumas entrevistas foi abordada a relação entre o incentivo dos pais para a formação dos filhos e o impulso para que eles busquem oportunidades laborais fora da agricultura. Uma das representantes da direção estadual da FETAG-RS e da Regional Sul mencionou que, apesar de muitos jovens buscarem qualificação profissional na área agropecuária, muitos pais não aceitam que os filhos opinem ou orientem as atividades produtivas da família. Para essa interlocutora,

E tem uns também que os pais não apoiam, porque tem muita gente que diz “meu filho, estuda e vai pra não passar o trabalho que o pai passa”. [...]. Tem gente que a gente sabe que se forma na área [agrícola], às vezes tem também aquela de que tu falas e o pai não dá muita bola. Meu pai tem coisas que até hoje ele não baixa a cabeça, que às vezes eu falava. (Informação verbal⁹⁴)

Outra entrevistada, representante da CEJTTR da FETAG-RS, também mencionou esse aspecto, mas comentou que caso haja espaço, a formação desses

⁹² Entrevista realizada com a Informante BR 04 em 27/11/2019.

⁹³ Entrevista realizada com a Informante BR 04 em 27/11/2019.

⁹⁴ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

jovens pode ser uma oportunidade para aprimorar as atividades produtivas e melhorar a qualidade de vida das famílias. Para ela,

Porque por muitas vezes os pais dizem assim: “não fica aqui porque aqui é difícil, estuda e vai para cidade”. Mas por muitas vezes o filho pode ir até a cidade, buscar conhecimento e trazer esse conhecimento para usar na própria propriedade. Então isso é algo que a gente precisa conversar ainda com os pais desses jovens que têm esse intuito, de não querer que eles passem trabalho, né, mas a gente sabe que o estudo e com a tecnologia a gente não precisa mais passar trabalho. A gente sabe que o meio rural tem muito mais qualidade de vida e ele pode ser cultura, lazer, de bem-estar e também de renda para esses jovens. (Informação verbal⁹⁵)

Um dos entrevistados, ex-presidente do SINTRAF-Sul e ex-representante da FETRAF-RS, comentou que a questão das relações intrafamiliares precisa de discussão, mas também precisa ser alvo de atividades de formação. Para ele, ao longo dos anos, essa pauta avançou pouco no movimento sindical, mesmo considerando que uma formação diferenciada para a juventude da agricultura familiar possa ser estratégica para afrontar os desafios da sucessão geracional. De acordo com suas palavras,

Só que aí eu acho que tem que ser feito de uma forma de, além de discutir sobre as relações familiares, fazer uma formação. Isso é uma das pautas que sempre foi forte, eu acho que tem que continuar. E ela avançou muito pouco. Que é formação da juventude da agricultura familiar, vamos dizer assim. Uma formação diferenciada que leve em consideração as características das famílias. (Informação verbal⁹⁶)

Finalizando essa seção, a partir dos depoimentos é possível depreender que serviços qualificados de assistência técnica e extensão rural (ATER) e escolas do campo com um processo formativo diferenciado, que valorize o rural, a produção de alimentos e a agricultura familiar são fatores apontados pelos entrevistados e entrevistadas que podem favorecer o interesse dos jovens no processo de sucessão.

Há ainda dois aspectos que merecem destaque. O primeiro deles é o entendimento da FETRAF-RS e da FETAG-RS de que o sistema formal de educação é falho na medida em que não há uma educação diferenciada nas escolas rurais que valorize a agricultura e o campo. Apesar disso, é notável a iniciativa do município de Canguçu no afã de implantar o sistema EDUCCAN, na tentativa de colocar em prática um processo formativo diferenciado nas escolas do campo. É preciso registrar também que, de acordo com a opinião de muitos interlocutores, em boa parte das escolas da região sul do Rio Grande do Sul que possuem cursos técnico-

⁹⁵ Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

⁹⁶ Entrevista realizada com o Informante BR 07 em 26/07/2021.

profissionalizantes na área de agricultura e/ou agropecuária (com exceção das Escolas Família Agrícola), a formação não visa a qualificação dos futuros técnicos para serem agricultores. Segundo esse entendimento, ela incentiva a busca por uma inserção profissional fora do espaço agrário/rural.

Nessa lógica, parece pertinente que todo o sistema formal de educação deva incorporar nos programas de ensino uma valorização da agricultura e do espaço rural. É imprescindível que os jovens compreendam a agricultura e a pecuária como oportunidades de geração de renda, qualidade de vida e de autonomia profissional.

Convém mencionar ainda que parece latente a discussão sobre a importância das Escolas Família Agrícola (EFA), ainda que essas escolas comunitárias não gozem dos mesmos financiamentos públicos que outras escolas convencionais. Ao mesmo tempo, parece fundamental um maior reconhecimento social do trabalho desempenhado pelas EFA, que visam a formação socioprofissional de jovens rurais, mas não com o intuito de que ingressem no mercado de trabalho convencional. Para isso, há a necessidade de mais investimentos e fontes de financiamento para essas escolas.

O próximo tópico centra a atenção nas de análise das “relações intrafamiliares”.

4.3.3 Relações intrafamiliares

Durante as entrevistas realizadas no Brasil, um aspecto que surgiu em diversos depoimentos; diz respeito às relações intrafamiliares como um fator que, em maior ou menor medida, interfere na decisão dos filhos e filhas de assumirem o estabelecimento familiar e/ou de seguirem vivendo da agricultura. É o que será visto nos próximos parágrafos.

Nessa perspectiva, um dos representantes da Regional Sul da FETAG-RS comentou que o conflito intergeracional no seio familiar pode ser preocupante para a sucessão geracional. Para esse interlocutor, muitas vezes as gerações mais velhas têm dificuldade de aceitar as propostas ou novos projetos sugeridos pelas gerações mais jovens para a condução da unidade produtiva familiar, o que vem em detrimento do interesse de jovens pela sucessão no estabelecimento. Para esse entrevistado,

[...] preocupa também o conflito geracional. O filho quer botar uma hidroponia o pai quer é plantar a boi, quer plantar em extensão, então tem essas dificuldades [...]. Conflito geracional, ele é bastante intenso. O pai, ele estimula... Muitas vezes ele não consegue enxergar as novas tecnologias

como sendo uma potencialidade e ele acaba estimulando o filho a estudar e sair. Eu já tenho uma visão de “vai, estuda e aprende como conduzir a nossa propriedade”. (Informação verbal⁹⁷)

Outra entrevistada, essa representante do SINTRAF-Sul, também citou o mesmo exemplo. Para ela, a falta de oportunidade para os jovens desenvolverem seus projetos dentro da unidade produtiva familiar pode ser um fator motivador da saída de jovens da agricultura em busca de outras oportunidades laborais fora do espaço rural. Na opinião dessa interlocutora, essa falta de espaço para os jovens é o maior motivador para que não ocorra a sucessão geracional:

Só um exemplo, trabalhar com plantio direto e o pai não acredita naquilo dali. Aí já vai criar um atrito. Aí o quê que o jovem vai querer, vai querer ter a terra dele, para trabalhar. Não vai conseguir comprar a terra dele, o que ele vai fazer? Vai se desgostar e vai embora. Eu acho que principalmente é isso assim. [...] A falta de oportunidade dos pais não darem oportunidade dos pais deixarem um canto pro filho trabalhar ali do jeito que ele acredita que vá dar certo porque o pai já diz “isso aí vai dar errado, não vamos fazer assim”. E aí “eu vou sair de casa porque meu pai não me apoia” [...]. Mas eu acho que é o maior motivador do jovem sair de casa é a falta de espaço para colocar as suas ideias em prática. Talvez até tenha outros. Às vezes também difícil acesso à terra, que nem a gente estava falando. (Informação verbal⁹⁸)

Para um dos representantes da direção regional do SINTRAF-Sul e da direção estadual da FETRAF-RS, esse incentivo dos pais para que os jovens busquem alternativas fora da agricultura parece alimentar, em alguma medida, a saída dos jovens. Conforme os termos pelo entrevistado,

Mas o primeiro, o pai e a mãe dizem “tu estuda porque eu não quero que tu sofra que nem a tua mãe”. Isso é uma coisa que a gente vê em muitas famílias, não são poucas famílias que incentivam os filhos a saírem da propriedade e procurarem emprego, estudar, para que eles tenham uma vida diferente que os pais tiveram até hoje. Isso é algo muito frequente, até vejo assim, aqui no Sintraf, quando chega a mãe, principalmente as filhas mulheres, principalmente as mulheres... “Ah, eu não quero que a filha siga lá como a gente porque a vida é dura lá”, isso existe muito. Isso na prática, no dia a dia assim acontece. Isso é algo que tem tirado muitos agricultores jovens do meio rural. (Informação verbal⁹⁹)

Outro entrevistado, representante jovem da Regional Sul da FETAG-RS, comentou em diversos momentos durante a entrevista sobre como as relações intrafamiliares podem interferir no processo decisório dos jovens seguirem ou não na agricultura. Nos trechos transcritos abaixo, o entrevistado argumenta que a falta de espaço para os jovens dentro das unidades produtivas familiares é um impasse para que ocorra a sucessão geracional.

⁹⁷ Entrevista realizada com o Informante BR 08 em 21/05/2021.

⁹⁸ Entrevista realizada com a Informante BR 04 em 27/11/2019.

⁹⁹ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

Assim, no que eu vejo, jovem que permanece no campo em sua grande maioria é que conquistou um espaço dentro da propriedade. Depois de um tempo o cara acaba se acertando no como seguir dali pra frente.

[...]. Mas questão de se teve o reconhecimento, se permaneceu em casa e os pais veem o serviço da gente, não questão só salarial de ganhar recurso, mas realmente de ser notado, de estar ali vendo questão do cara perceber tudo o que faz, dá um ânimo. A própria sensação boa, gratificante do serviço que a gente faz.

[...]. É questão de entendimento, de ser notado, de ver ali a importância de ter o seu espaço ali já. É um processo longo que vem desde sempre, vamos dizer assim. Quem for incentivado a permanecer tem a tendência muito maior de ficar que aquele outro que já teve aquela velha história: “tu estuda e vai trabalhar fora que é melhor”. Tem tudo isso.

[...]. Um grande conflito entre gerações, entre pais e filhos. Acho que é questão de saber lidar, interagir pra conseguir permanecer assim. Essa questão de diálogo mesmo é bem complicada, às vezes não se entendem num quesito ali, numa coisa. Um quer ir pra um lado e outro pro outro. Nessa acaba se desentendendo, não chegam num acordo e acaba que o jovem procura outra forma, se desagradando de permanecer no campo. (Informação verbal¹⁰⁰)

Um dos representantes da direção da Regional Sul da FETAG-RS também citou, em diversos momentos da entrevista, o mesmo aspecto. Para ele, o patriarcado na agricultura e a falta de espaço para os jovens é um fator cultural na região sul do Rio Grande do Sul, mas os pais precisam possibilitar aos filhos o domínio dos processos produtivos dentro dos estabelecimentos familiares, o que pode favorecer a sucessão geracional e a incorporação de jovens ao setor. Os trechos em que esse entrevistado destacou os aspectos relacionados às relações intrafamiliares estão transcritos a seguir:

Na minha opinião, enquanto nós do campo não largar pro jovem de 16, 17 anos, “olha, tu domina isso aí, as atividades que desenvolvemos”, nós não vamos ter sucessão rural. Porque senão, ele vai ter 18 anos e vai ser mais fácil buscar um emprego na cidade do que ficar no campo. Muitas vezes lá fora ele vai ganhar muito mais do que ele ganha na cidade, mas ele não enxerga isso aí, porque ele não tem domínio da atividade, ele é praticamente um empregado.

[...] O pai domina, está tropeçando, não tem força de trabalhar mais e tá mandando. Muitas vezes a ideia dele não vale mais nada. Aí tu tens um filho de 16 anos que passa mexendo num telefone desses aqui, ele vai ter muito mais conhecimento, muito mais informação. Só que aqui é cultural. Tá lá o velhinho de 60, 70 anos de idade, já ouvi senhor falar com dois filhos em casa: “enquanto eu puder mandar eu vou mandar”, mas não tinha força com os pés. Aí se tu fosses filho desse cara, o quê que tu ias pensar? Se tu tivesses 18, 19 anos de idade, ou 20 anos? “Tchê, aqui eu não tenho espaço”, não é verdade? “Aqui eu não tenho espaço”. Aí tu vais procurar outro lugar.

[...] A sucessão, é muito complicada. Mas é naquele sentido que te falei ali atrás, é que tu não te sentes dentro da propriedade, tu te sentes praticamente como um trabalhador dentro da propriedade.

¹⁰⁰ Entrevista realizada com o Informante BR 11 em 11/06/2021.

[...]. Outra coisa, cultural. Filho de colono tu sabe o quê que é. Tu moras com teu pai, mora com tua mãe, tu produz, mas tu não pega domínio daquilo ali, não é verdade? Não pega domínio. Aí, o quê que acontece? Vai chegar um determinado momento que tu vais dizer “vou me empregar”. Porque... vamos dizer assim, que tenha um grande desenvolvimento em alguma atividade, mas tu és só trabalhador naquela atividade, tu participas dela muito pouco. O jovem, tô falando do jovem. Tu és trabalhador, mas tu não participas. (Informação verbal¹⁰¹)

A representante da CEJTTR da FETAG-RS também destacou a falta de espaço para os jovens nos processos decisórios das unidades produtivas familiares. Para essa interlocutora, se trata de um momento em que o filho pode auxiliar nas decisões, o que pode favorecer na posterior sucessão. Para ela

A dificuldade de entendimento, não é nem pelo fato de dizer que você vai poder tocar a propriedade, mas é se sentir menos que o filho. Ele pode tá querendo fazer a sucessão, mas “ah, mas o filho quer tomar as decisões por mim”. Não, o filho quer poder auxiliar nas decisões. (Informação verbal¹⁰²)

Essa mesma entrevistada comentou ainda que a FETAG-RS pretende fazer atividades conjuntas com pais e filhos, buscando incentivar o diálogo entre gerações para favorecer os processos sucessórios. Ela explicou que,

Há momentos que a gente precisa olhar a juventude com um outro olhar. Que é esse de fazer primeiro ele se sentir pertencente, de tentar auxiliar nesse diálogo com os pais, né, de alguma forma chegar mais próximo dos pais desses jovens que querem fazer a sucessão. Porque por muitas vezes a gente tem a comissão [CEJTTR] aqui, a gente conversa com eles e vendo eles com interesse de permanecer, mas a gente não está lá para auxiliar nesse diálogo com os pais. Então já foram feitos seminários e a gente pretende fazer novos seminários, para poder trazer tanto o filho quanto o pai para uma roda de conversa e explicar da importância [...]. Porque às vezes só não acontece essa sucessão porque o diálogo não ocorreu da melhor forma possível. Então a gente entende que isso também seria uma parte fundamental entre o sindicato, e a FETAG também teria que estar mais próxima para poder também auxiliar e explicar da importância para os próprios pais, da permanência. (Informação verbal¹⁰³)

O depoimento de um dos representantes da direção da Regional Sul da FETAG-RS vai ao encontro do discurso acima, no sentido de que os sindicatos e a federação em si precisam abrir portas de diálogo conjunto entre diferentes as gerações que convivem no seio das unidades produtivas familiares:

Outra coisa assim, se a Fetag, Regional e Sindicatos quiser mudar essa realidade, temos que mudar, ela tem que fazer a reunião com os dois juntos, com os pais e os filhos. O pai ouvir o que o filho quer fazer e o filho ouvir o que o pai quer dizer [...]. O jovem e o pai junto. Se não, nós vamos levar muitos anos. [...] (Informação verbal¹⁰⁴)

¹⁰¹ Entrevista realizada com o Informante BR 12 em 16/06/2021.

¹⁰² Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

¹⁰³ Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

¹⁰⁴ Entrevista realizada com o Informante BR 12 em 16/06/2021.

Conforme já abordado na seção anterior sobre a categoria de análise “Formação socioprofissional”, a Regional Sul da FETAG-RS desenvolve atividades de formação, a exemplo de cursos. No entanto, para uma das representantes da entidade, é perceptível que muitos dos jovens que participam dessas atividades voltam para o estabelecimento familiar com o ímpeto de implementar novas ideias, mas muitas vezes esbarraram nas barreiras colocadas pelos pais. De acordo com essa entrevistada,

Mas o que a gente vê se dentro desses cursos, como a gente fazia mais estado, o jovem volta com muita ideia para casa, né, eles veem muita coisa nesses cursos e voltam com ideias. Muitas vezes chega em casa e o pai não deixa que execute aquilo, né, porque “a gente faz assim há 10 anos, 15 anos, 20 anos, então a gente não vai mudar”, é o medo de mudar né, o medo da mudança. (Informação verbal¹⁰⁵)

Em outro momento da pesquisa de campo, um dos representantes da direção regional do SINTRAF-Sul e da direção estadual da FETRAF-RS também destacou a falta de autonomia dos filhos dentro das unidades produtivas familiares, o que, no entendimento dele, é cultural na região. Esse entrevistado explicou sua percepção da seguinte forma:

E entra na questão também da autonomia dos filhos. Muitos pais, não tô aqui criminalizando os pais, isso é cultural, os pais não dão autonomia pros filhos também. O filho pode tá até os 30 anos na propriedade lá, mas a última palavra é do pai. Quem entende da nova tecnologia, quem entende da cultivar, da plantação, enfim, é o pai. O filho muitas vezes não consegue ter essa inserção assim, “não, eu quero fazer um projeto assim, quero fazer uma lavoura assim”... Tu vê muitas propriedades que isso não acontece e não são aceitas esse tipo de situação. E isso faz também com que o jovem “ah, se é para eu ficar aqui e eu não poder colocar minhas ideias em prática, eu vou fazer outra coisa”, enfim, e vai embora né. E dito isso, isso são algumas dezenas de agricultores todos os anos, filhos de agricultores todos os anos que deixam as propriedades. (Informação verbal¹⁰⁶)

Outra entrevistada, também representante do SINTRAF-Sul, citou que na cultura pomerana é bastante presente a figura do pai como chefe de família, o que coloca mais uma dificuldade no momento em que os filhos buscam seu espaço dentro da unidade produtiva familiar. Nesse sentido, para ela, mesmo quando os filhos buscam uma qualificação na área agrícola, muitas vezes não conseguem implementar novas ideias, causando atritos familiares e afastando os jovens da agricultura. Esta entrevistada ponderou que

Aí o pai tá lá, isso é muito comum da origem de pomeranos assim, falando da nossa região: “é o pai que manda, é o pai que sabe”. Aí vai chegar um jovem que foi, estudou, que fez uma formação técnica, que ótimo, que nem

¹⁰⁵ Entrevista realizada com a Informante BR 09 em 28/05/2021.

¹⁰⁶ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

todos muitas vezes conseguem fazer porque acham que os filhos não precisam estudar, né? E aí vem o filho que estudou, cheio de ideias, quer implementar, mas muitas vezes os pais não permitem. Aí muitas vezes começam os atritos familiares. Então, ele não consegue colocar em prática muitas vezes a sua vontade. Isso também às vezes acaba afastando o jovem do meio rural. (Informação verbal¹⁰⁷)

A representante da CEJTTR da FETAG-RS também citou o fato de que a cultura germânica pode colocar mais empecilhos para os diálogos e para os processos sucessórios:

Aquela propriedade onde já foi feita a sucessão, ela se torna mais fácil porque os pais passaram para os filhos e os filhos vão repassar para os próximos. Mas quando ainda existe uma cultura alemã mais difícil, o alemão é mais complicado de lidar, é mais duro, ele parece que ele não aceita tão bem. O que ele impõe é o que está dito, tanto é que se diz “teimoso é quem teima com alemão”, né? Então a gente vê que um pouco dessa realidade também é expressiva aqui no nosso estado. (Informação verbal¹⁰⁸)

Apesar desses discursos que colocaram em evidência as relações intrafamiliares como dificuldades para a sucessão geracional na agricultura familiar, um dos ex-presidentes do SINTRAF-Sul e ex-representante da FETRAF-RS comentou que esse aspecto tem melhorado e os jovens têm conseguido, em alguns casos, participar de decisões da unidade produtiva familiar. De acordo os termos utilizados por esse interlocutor,

Eu vivenciei isso eu acho que muitos ainda devem vivenciar, que é o teu poder de decisão dentro da propriedade. Conseguir colocar a tua opinião, tua posição, tuas ideias dentro da propriedade, fazer alguma coisa diferente daquele sendo feito hoje. Acho que melhorou bastante, até porque os pais hoje já são mais novos e vivenciaram isso na prática. (Informação verbal¹⁰⁹)

Em outra entrevista, com uma das representantes da Regional Sul e da direção estadual da FETAG-RS, a interlocutora comentou que existem os casos, e são crescentes na visão dela, em que os pais incentivam os filhos a permanecerem na agricultura. De acordo com suas palavras,

Olha, eu vejo que eles [os pais] têm incentivado a ficar. Acredito que tem uns que não queiram que fiquem, né, mas aqui na região eu sei que o pessoal incentiva. Às vezes dão um cantinho e dizem “tu planta, isso pode ser teu”, ou “vamos trabalhar juntos, a gente divide”. Então eu vejo que o pessoal está incentivando. Eu vejo que o cenário está meio que mudando, cada vez vai incentivar mais [...]. Então eu vejo que na regional em si tem incentivo do pessoal ficar. (Informação verbal¹¹⁰)

Dentro dessa categoria de análise, além dos aspectos discutidos até aqui, outro ponto que foi mencionado em algumas entrevistas foi a falta de renda própria para os

¹⁰⁷ Entrevista realizada com a Informante BR 02 em 26/09/2019.

¹⁰⁸ Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

¹⁰⁹ Entrevista realizada com o Informante BR 07 em 26/07/2021.

¹¹⁰ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

jovens agricultores que auxiliam os pais nas atividades da unidade produtiva familiar, mas ainda não possuem sua autonomia produtiva e econômica. Nesse sentido, para um dos jovens representantes da Regional Sul da FETAG-RS, ao mesmo tempo em que existem casos onde os pais incentivam os filhos a permanecer na agricultura e na unidade produtiva familiar, há casos em que os filhos, apesar de trabalharem em conjunto com a família, não são remunerados por isso e não possuem uma renda própria. Assim, de acordo com o interlocutor:

Muitas vezes tem o próprio incentivo dos pais para que os filhos se mudem para a cidade, em busca de uma vida melhor, sem tanto trabalho braçal [...]. Seria cada caso é um caso, mas eu acho que ainda muitas vezes também até os pais incentivar a não ficar. Existem muitos casos disso dali. Ao mesmo tempo claro, que tem os que incentivam a ficar, mas às vezes os jovens também não encontram, como é que eu vou te dizer, dentro da propriedade às vezes um espaço para colocar suas ideias. Isso é outra coisa que afasta também. E aí as vezes a renda, a distribuição de renda também na propriedade acaba ficando concentrada no mais no pai né, e são pontos que acabam afastando o jovem. (Informação verbal¹¹¹)

A representante da CEJTTR da FETAG-RS também mencionou esse aspecto, sendo que, para ela, a falta de remuneração para os jovens dentro da unidade produtiva familiar representa uma das causas para o êxodo da juventude rural. Conforme suas palavras,

E uma coisa muito importante para a sucessão ser bem-sucedida: o filho precisa ser remunerado nesta propriedade. Porque o êxodo acontece também por falta dessa remuneração. Essa oportunidade de eles poder estar utilizando também, eles poder utilizar a terra para produzir o que eles esperam dar certo e poder ser remunerado por isso. Porque todo jovem quer ter o seu o dinheiro para poder comprar suas coisas né, então isso é algo muito importante ainda que a gente vê uma dificuldade muito grande. (Informação verbal¹¹²)

Além disso, o ex-presidente do SINTRAF-Sul e ex-representante da FETRAF-RS que participou da pesquisa apontou para outro importante elemento no que tange à sucessão geracional na agricultura familiar: a baixa permanência de jovens mulheres na agricultura e no meio rural. Na opinião desse interlocutor, se os filhos homens, em geral, já têm pouco espaço dentro dos processos decisórios nas unidades produtivas familiares, o reconhecimento do trabalho e participação das filhas é ainda mais frágil. Nesse sentido, o entrevistado opinou que apesar de existirem os casos em que as jovens mulheres permanecem na agricultura, a masculinização da população rural é um claro reflexo da forma como operam as relações de gênero nos estabelecimentos familiares. De acordo com seus termos,

¹¹¹ Entrevista realizada com o Informante BR 10 em 01/06/2021.

¹¹² Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

E o outro fator que eu ainda acho que ele já era o debate forte na época, e acho que deve ser maior ainda, deveria ser maior ainda, é a permanência das meninas, das agricultoras vamos dizer assim. Por ter menos espaço ainda dentro da propriedade que qualquer outro jovem. Vamos dar um exemplo bem prático, para um produtor de fumo a tarefa dela vai fazer comida, limpar a casa em muitos casos, e aí acaba ela não tendo um espaço, não gostar também muitas vezes da produção que a família tem de produzir fumo. A propriedade não avançar em nenhum debate de diversificação ou de incluso outra forma de sobrevivência, quando ela pode ela ir embora para cidade para estudar, para fazer outra coisa e não ter mais vínculo, é o caminho mais prático, vamos dizer assim. Então eu acho que a masculinização ela aumentou muito. Apesar de haver também bastante meninas permanecendo no meio rural, entende, ficando casando e tal. Mas é um trabalho, é um debate que não avançou como a outra parte, entende? (Informação verbal¹¹³)

A representante da CEJTTR da FETAG-RS utilizou seu exemplo pessoal para demonstrar que muitas vezes, é mais difícil para as jovens meninas encontrarem espaço dentro das unidades produtiva familiares, situação que faz com que busquem oportunidades fora do estabelecimento familiar. Essa entrevistada explicou que

Mas a gente sabe da dificuldade e eu posso te trazer o meu exemplo né, eu sempre fui da agricultura, eu sempre morei no meio rural. Os meus pais sempre tiveram uma atividade relacionada à agricultura familiar e eu não tinha condições de conversar sobre esse assunto né, meu irmão era bem colocado na propriedade e eu não conseguia ter uma condição de dizer “acho que dá para fazer assim ou diferente”. Isso é um relato de muitos dos nossos jovens. (Informação verbal¹¹⁴)

Encerrando por ora a discussão sobre as relações intrafamiliares, pode-se sumarizar que os representantes da FETRAF-RS, da FETAG-RS e suas respectivas esferas organizativas apontaram, em diversos momentos durante as entrevistas, que em larga medida, os jovens precisam lidar com a falta de espaço dentro das unidades produtivas familiares para colocarem suas ideias ou desenvolverem seus próprios projetos produtivos. Essa falta de espaço abrange também o poder de decisão dentro de muitos estabelecimentos rurais. Nesse sentido, parece primordial que esse debate ganhe relevância, seja alvo de mais estudos e faça parte de ações de diferentes organizações sociais da agricultura familiar. Sem espaço à dúvida, é um tema delicado que necessita de especial atenção.

Convém ressaltar aqui o papel desempenhado pelas Escolas Família Agrícola, a exemplo da EFASUL, que visam a formação socioprofissional de jovens rurais com o objetivo principal de que possam suceder seus pais na agricultura e darem conta dos desafios presentes e futuros do setor agrário. Nesse processo, as próprias escolas têm ações de acompanhamento junto às famílias dos estudantes, visando que

¹¹³ Entrevista realizada com o Informante BR 07 em 26/07/2021.

¹¹⁴ Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

esses jovens tenham espaço dentro dos estabelecimentos rurais para desenvolverem seus projetos produtivos. Tal fato tem desencadeado, na maioria das vezes, processos participativos e integradores, no qual estão envolvidos aspectos como a própria formação socioprofissional dos jovens e o espaço dentro das unidades produtivas familiares para colocarem suas ideias e participarem dos processos decisórios.

Entretanto, muitas vezes, o espaço dentro das unidades produtivas familiares para as jovens mulheres é ainda menor que para os rapazes. Nesse sentido, a próxima seção está destinada exatamente a discutir a categoria de análise “relações de gênero”.

4.3.4 Relações de gênero

Apesar de não terem ocorrido muitas menções em relação à categoria de análise “relações de gênero”, os depoimentos que citaram esse assunto foram bastante notórios. Para um dos representantes da direção da Regional Sul da FETAG-RS, a maior parte das jovens mulheres sai da agricultura e do espaço rural em busca de oportunidades de emprego nas cidades, o que também é consequência das relações intrafamiliares e da falta de espaço para elas em muitas das unidades produtivas familiares. Conforme seus termos,

Mulheres, na nossa região aqui, elas praticamente saem 100%. Mas isso aí é como te falei, cultural. O jovem tem uma cultura de com 18 anos sair e arrumar um emprego ou renda própria. E mulheres mais. Porque os pais não dão espaço. (Informação verbal¹¹⁵)

Um dos representantes jovens da Regional Sul da FETAG-RS também opinou nesse sentido, sinalizando que uma maior proporção de jovens mulheres sai do espaço rural em comparação com os jovens homens:

Acho que tem um percentual a mais de mulheres sim que acabam não ficando no interior. Acho que a própria questão social, ou alguma coisa, que vai acabar que a percepção, a realidade delas se encaixando em outro lugar, elas não querendo ficar no interior não. (Informação verbal¹¹⁶)

Para a representante da CEJTTR da FETAG-RS, alguns elementos podem ser a causa para o maior êxodo das jovens mulheres: o entendimento de que elas têm menos força física para o desempenho das atividades, a falta de reconhecimento do

¹¹⁵ Entrevista realizada com o Informante BR 12 em 16/06/2021.

¹¹⁶ Entrevista realizada com o Informante BR 11 em 11/06/2021.

trabalho desempenhado pelas mulheres nas unidades produtivas e a tendência machista que pode ser observada em muitas regiões do estado gaúcho. A entrevistada utilizou os seguintes termos em seu depoimento:

Sim, até porque na propriedade quase sempre os pais observam que o jovem homem, a mão de obra dele né, ele tem mais força, tem mais fibra, ele consegue tocar melhor a propriedade que a filha. E quase sempre a filha casa e vai morar com outro jovem que já está colocado em outra propriedade. Às vezes não é nem pelo êxodo de sair do meio rural, mas ela só troca de propriedade. E ainda ela não é considerada a trabalhadora, a mulher sempre considerada ajudante do marido, que isso também a gente escuta muito ainda. Mas sim, as mulheres têm mais dificuldade de permanência. Às vezes é pela força física que consideram que a gente não tem força, mas acredito que é porque o nosso estado é um tanto machista também. A gente não pode deixar de referendar isso. Então o êxodo das meninas quase sempre é maior. (Informação verbal¹¹⁷)

Outro entrevistado, representante da direção regional do SINTRAF-Sul e da direção estadual da FETRAF-RS, destacou em seu depoimento a dificuldade que as jovens mulheres têm para buscarem sua inserção nos processos produtivos e decisórios das unidades produtivas familiares. Nesse sentido, para esse interlocutor,

E aí uma coisa que me deixa meio que grilado é a função de muitas mulheres, muitas moças, enfim elas tendo um disparo maior de saída da propriedade que propriamente o filho homem. Nós vamos ter assim, eu tenho esse sentimento que têm muito mais filhos homens hoje que ficam na propriedade e muito mais filhas mulheres que saem da propriedade. Então, não é parelho né, porque a mulher tem mais dificuldade ainda de ter uma inserção dentro da propriedade. (Informação verbal¹¹⁸)

A posição de uma das representantes da direção estadual da FETAG-RS e da Regional Sul da federação é no sentido de convergir com o que foi expresso acima, ainda que na opinião dela, o êxodo rural de jovens mulheres tem diminuído com o passar do tempo. No entanto, é perceptível a existência de muitos homens solteiros (“solteirões”) no espaço rural, como reflexo da masculinização da população rural devido ao êxodo rural feminino. Na opinião dessa entrevistada,

Olha, eu acho que agora está meio parelho. Tinha uma época que as moças saíam mais do meio rural. No meu ponto de vista, parece que os meninos tão ficando mais [...]. Mas anos atrás, as meninas saíam bem mais. A gente vê muitos solteirões, solteironas no meio rural a gente vê poucas, tem, mas poucas. (Informação verbal¹¹⁹)

Convém registrar a opinião da representante da CEJTTR da FETAG-RS de que a inserção das meninas nas atividades produtivas dos estabelecimentos rurais traz um olhar diferenciado para a produção, além de alternativas para que o trabalho se torne menos penoso e mais rentável. A entrevistada argumentou que

¹¹⁷ Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

¹¹⁸ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

¹¹⁹ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

[...] inclusive as meninas que ficam na propriedade, das que nós temos na comissão [CEJTTR], algumas produzem agroecológico, outras PANCs¹²⁰, então buscam outras alternativas né, suculentas, as agroindústrias. Elas buscam alternativas para não ser tão pesado o serviço, mas que também traga renda para aquela propriedade. Então é um olhar diferente sim que a mulher tem dentro da propriedade e para a propriedade. (Informação verbal¹²¹)

O representante da direção regional do SINTRAF-Sul e da direção estadual da FETRAF-RS manifestou ainda sua preocupação com a falta de políticas públicas voltadas especificamente para jovens mulheres. Na opinião desse entrevistado, é notória a saída de jovens mulheres da agricultura e do espaço rural em função da falta de incentivos específicos para o público feminino. Ele sustenta que:

E é mais difícil ainda ter política pública voltada para a mulher, jovem mulher. Tem alguma política pública que qualquer tipo de governo, ou que qualquer tipo de entidade... Nem as entidades, até é uma cobrança nossa também, que é feita especificamente para jovens mulheres no meio rural. Qualquer tipo de formação, enfim... Não tem, não tem, não tem. E aí isso é uma debandada né, aquilo sai assim de bando, como diz o gaúcho. Então isso é algo assim muito notório e está aí, entendeu? E vai repercutir lá na frente né? (Informação verbal¹²²)

Em outra entrevista, nosso depoente também apontou para a maior tendência de saída de jovens mulheres da agricultura. No entanto, lembrou que as jovens mulheres têm se envolvido mais com as atividades produtivas em maior medida do que há algum tempo, o que desperta o maior interesse pela permanência na agricultura. Para esse interlocutor,

É isso dali as gurias tão indo embora mais do que os guris, isso é certo. Hoje em dia tem muita guria também se envolvendo mais na atividade assim, que tão ganhando mais vontade disso dali... Até mesmo por causa da mecanização. Hoje em dia as gurias também dirigem trator, isso e aquilo, e muitas gostam disso dali. Antigamente também não era assim. Mas só que tu enxergas muito, as gurias geralmente tendem a ir embora. Então assim, a gente vê aqui interior assim, com certeza tem muito mais o guri do que guria. (Informação verbal¹²³)

Conectando à seção anterior, sobre as relações intrafamiliares com as relações de gênero, ambas guardam amplas conexões entre si. Ou seja, se os rapazes encaram dificuldades para encontrar sua colocação dentro das unidades produtivas familiares, no caso das moças essas barreiras são ainda maiores. Apesar de que, aparentemente, o êxodo rural feminino tenha diminuído e as jovens tenham se inserido cada vez mais nas atividades produtivas agropecuárias, esse assunto deve ser alvo de atenção, tanto por parte das organizações sociais da agricultura familiar,

¹²⁰ A entrevistada se referiu às plantas alimentícias não-convencionais.

¹²¹ Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

¹²² Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

¹²³ Entrevista realizada com o Informante BR 10 em 01/06/2021.

como por parte do poder público, no sentido de que devem existir incentivos para um maior protagonismo feminino, especialmente das jovens nas atividades produtivas agropecuárias. Logo, são também necessárias diferentes ações que possibilitem a discussão e a mudança cultural no sentido da ruptura com a ideia de que as cidades sejam garantia de melhores oportunidades para as jovens.

Em alguns depoimentos surgiu essa tese de que estaríamos diante de uma inflexão na dinâmica que envia as mulheres jovens para fora do espaço rural em maior medida que de homens jovens. Todavia, ao que parece, essa tendência não se verifica quando vista sob a ótica dos dados censitários. A próxima seção abordará a categoria de análise “Remuneração, estrutura e mecanização das unidades produtivas”.

4.3.5 Remuneração, estrutura e mecanização das unidades produtivas

Durante a realização da pesquisa de campo, um elemento bastante recorrente diz respeito à remuneração, estrutura e mecanização das unidades produtivas familiares. Assim, os discursos em torno a essa questão acabaram por ensejar uma categoria de análise que será tratada nessa subseção da tese.

Nessa perspectiva, um dos ex-presidentes do SINTRAF-Sul e ex-representante da FETRAF-RS indicou que a melhora nas condições de renda e de vida das famílias tem contribuído para a permanência de jovens no campo. Esse entrevistado utilizou os seguintes termos para manifestar sua opinião:

Eu acho que ainda é importante o debate da sucessão, vamos dizer assim, no geral. Existe uma defasagem. Eu acho já foi pior né, uma porque não se existia o orgulho de ser agricultor, não existia orgulho do que se fazia. A condição financeira eu acho, a condição de vida das famílias em geral melhorou bastante, isso também faz muita gente permanecer. (Informação verbal¹²⁴)

Por sua vez, outro entrevistado (representante da Regional Sul da FETAG-RS) opinou que nas localidades onde as famílias possuem uma geração de renda maior, é perceptível a maior permanência de jovens no campo. No entanto, o inverso é verdadeiro, em vista de que o êxodo da juventude rural é maior naqueles casos em que as unidades produtivas familiares são menos rentáveis e menos estruturadas. O interlocutor argumentou que

Nas regiões, nas localidades onde existe uma geração de renda, onde os pais têm uma geração de renda maior, a gente observa os jovens ficando com mais facilidade. Nasquelas regiões onde a arrecadação das famílias, ela é

¹²⁴ Entrevista realizada com o Informante BR 07 em 26/07/2021.

menor, a gente nota o êxodo, saindo, principalmente naquelas famílias menores desenvolvidas. E está ficando no campo nessas regiões jovens que realmente não têm acesso às políticas públicas ou não tem uma renda regular ou que não tem condição de gerar renda muito favorável, então ali está ficando escassa as pessoas. Então a gente está vendo aí um esvaziamento do campo bem grande. Tão saindo principalmente para ser mão de obra nas periferias das cidades, esse pessoal que tem menos renda, tem menos estudo e não vê em sua localidade uma condição de se manter. (Informação verbal¹²⁵)

Outra representante da Regional Sul da FETAG-RS concordou com os argumentos acima, indicando também que a sucessão geracional é mais difícil no caso das famílias que possuem uma geração de renda menor. A entrevistada expôs sua opinião nos seguintes termos:

A sucessão, então, é bem complicado, né, aquelas famílias que têm assim condições melhores... Vou dar um exemplo aqui, Canguçu, município de Canguçu, com pequenas propriedades produtoras de tabaco e soja, esses que têm uma condição melhor financeira tão conseguindo fazer a sucessão, mas vamos dizer sim não seria a palavra certa, mas famílias mais pobres assim, mais humildes, é bem mais difícil, então eles estão procurando uma outra forma, tão tentando ir para cidade, procurar serviço na cidade. A sucessão é bem complicada né, mas é mais ou menos assim. (Informação verbal¹²⁶)

Em outra entrevista, a interlocutora (representante da direção estadual da FETAG-RS e da Regional Sul da federação) apontou que nos últimos anos a agricultura vem sendo mais valorizada e mais rentável financeiramente. De acordo com sua percepção, em função da valorização dos produtos agrícolas, muitas pessoas jovens têm optado por permanecer na agricultura. As expressões utilizadas pela entrevistada foram as seguintes:

Porque eu vejo assim, já está agora quase, quem fica na agricultura, de uns dois anos para cá parece que está sendo mais valorizada a agricultura. Eu conheço muita gente da minha idade que estudou, se formou não na área de agricultura, e está trabalhando com os pais na propriedade, ajudando a tocar. Aqui na região mesmo tem muita gente que trabalha na cidade, mais ou menos da minha idade, mas tem bastante no meio rural. (Informação verbal¹²⁷)

Outro representante da direção da Regional Sul da FETAG-RS também comentou sobre o fato de que muitos produtos agrícolas estão mais valorizados, o que, na opinião dele, favorece a sucessão geracional. Esse mesmo entrevistado indicou ainda a importância de estabelecimentos rurais estruturados como motivação para a permanência de jovens na agricultura. A opinião do interlocutor foi manifestada da seguinte forma:

¹²⁵ Entrevista realizada com o Informante BR 08 em 21/05/2021.

¹²⁶ Entrevista realizada com a Informante BR 09 em 28/05/2021.

¹²⁷ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

A agricultura está num momento bom, os produtos pegaram valor [...]. Eu vejo um bom momento pro jovem, enxergo com bons olhos, que a sucessão vai aparecer [...]. Ou então, a nível de propriedade, uma propriedade bem estruturada com irrigação, terra produtiva, bem localizada, esse jovem sai se ele quiser. (Informação verbal¹²⁸)

Nessa lógica, o depoimento de um dos representantes da direção regional do SINTRAF-Sul e da direção estadual da FETRAF-RS é no sentido de frisar que a maior tendência de permanência de jovens no campo é no caso de unidades produtivas melhor estruturadas. Porém, esse entrevistado mencionou ainda dois aspectos importantes nesse sentido, de um lado, a necessidade de políticas públicas que facilitem a estruturação das unidades produtivas; de outro, a reiterada saída de jovens mulheres, mesmo nos casos em que as unidades produtivas familiares relativamente bem situadas do ponto de vista econômico e produtivo:

As propriedades mais estruturadas os filhos ficam. E as propriedades menos estruturadas os filhos vão embora. Isso é algo... Por isso que eu insisto na política pública para esse fim né, porque se o piá está lá e vê que não tem nenhuma estrutura para ele, e vê o vizinho ali, ele diz “ah, eu não vou ficar aqui porque esse cara aí tem tudo e eu não tenho nada, não consigo acessar”, entendeu? Então as propriedades que têm mais estrutura os filhos ficam. E as propriedades que têm menos estrutura... Nessa lógica é isso, a propriedade mais estruturada o piá fica, mas o homem né, a guria acaba indo embora também. (Informação verbal¹²⁹)

Um dos representantes jovens da Regional Sul da FETAG-RS citou, além da estrutura das unidades produtivas, outros dois aspectos importantes para a permanência de jovens no campo: a maior valorização dos produtos agrícolas e a mecanização das unidades produtivas. Segundo ele:

Eu acho que assim, propriedades que são mais estruturadas, assim, com infraestrutura, é mais fácil do jovem ficar, no meu entender. Tu enxergas, assim, que propriedades com infraestrutura boa já, com uma fonte de renda boa, bem estruturada já, a propriedade bem equipada, é mais fácil, tu enxergas mais é sucessão. Agora se é uma propriedade que já não tá tão bem, assim, a possibilidade do jovem ir embora é muito maior [...]. Nos últimos anos teve mais valorização também dos produtos da agricultura, isso também influencia. Porque um tempo atrás nada tinha valor nenhum. Agora já tem alguma coisa, um pouquinho que seja, tem um valor, né? Aí isso também influencia. Fora que a mecanização também, né, isso o trabalho não é mais tão braçal que nem antigamente, isso é aquilo [...]. Mas a mecanização, isso dali sem dúvidas que isso é uma coisa que atrai mais os jovens né, porque antigamente era tudo mais braçal, ou isso e aquilo, e hoje em dia, conseguindo mecanizar bastante coisa, isso dali é uma coisa, é um ponto positivo no meu entender. (Informação verbal¹³⁰)

Nessa perspectiva da mecanização, outro jovem representante da Regional Sul da FETAG-RS lembrou o cultivo do fumo, que é muito presente na região, e a

¹²⁸ Entrevista realizada com o Informante BR 12 em 16/06/2021.

¹²⁹ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

¹³⁰ Entrevista realizada com o Informante BR 10 em 01/06/2021.

penosidade do trabalho nessa atividade. O interlocutor citou que um trabalho menos árduo, com possibilidade de mecanização e com rentabilidade financeira pode favorecer a permanência de jovens no campo. Para ele,

Acho que a mecanização também influencia, uma questão bastante difícil, aqui na volta é bastante trabalho com fumo, muito trabalho braçal, poucas propriedades que têm condição financeira para evoluir e comprar maquinário, ainda mais agora nos últimos tempos. Para permanecer, ficar bem, tem que tá sempre correndo atrás de evolução, pra facilitar o serviço. Que realmente muita gente acaba não tendo esses recursos todos para evoluir, vamos dizer assim. Aí um serviço mais desgastante, mais dificultoso acaba sendo uma realidade difícil [...]. Mas se a propriedade tá mais bem estruturada, se tem um trabalho, uma rentabilidade maior, acho que sim, o jovem vê que ali é futuro e permanece. Acho que daí então quem tem mais dificuldades, tá lidando num serviço que não vê futuro, obviamente vai procurar correr atrás de outra coisa. (Informação verbal¹³¹)

Nessa categoria de análise, outro aspecto que surgiu em alguns depoimentos foi a relação entre rentabilidade e fumicultura. Nessa perspectiva, uma das entrevistadas, representante do SINTRAF-Sul, citou a rentabilidade que muitos jovens têm na produção de fumo como um motivador para a permanência na agricultura. Na opinião dessa interlocutora, a motivação não é a produção de fumo em si, mas a rentabilidade que pode gerar para as famílias produtoras e para os jovens. Ela sustentou que

E eu acho que isso tá interligado com a função de que desde cedo os jovens já tem a sua própria renda, que na maioria das vezes plantam fumo. Aí já trabalham para si, já tem a renda ali e se motivam com aquilo, gostam de morar ali e já acabam ficando. Por causa que normalmente, o quê que acontece? O jovem sai de casa porque ele quer buscar a renda dele. Poucas vezes é porque não gosta do lugar onde mora. Muito poucas vezes. [...] E aí se está em casa, o pai e a mãe não dão oportunidade de fazer alguma coisa para si, não dão oportunidade do jovem fazer alguma coisa do jeito que ele acha que é certo. O quê que ele vai fazer? Vai embora, vai achar alguma forma de ganhar o dinheiro dele sem se incomodar [...]. Mas eu sei que a nossa região, que muitos jovens ficam porque desde cedo eles ganham... Eles ganham, eles têm um espacinho de terra que eles podem plantar o próprio fumo deles e dali tirar a renda deles. Não por ser o fumo, mas pela renda que eles têm daquilo ali desde cedo. Eu acho que isso motiva alguns a ficar. (Informação verbal¹³²)

Também com um olhar sobre a fumicultura, um dos representantes jovens da Regional Sul da FETAG-RS falou sobre a comercialização da produção e a problemática na relação das famílias agricultoras com as indústrias do tabaco. Esse aspecto pode, muitas vezes, afastar os jovens da agricultura e do espaço rural. Sua posição é expressa nos seguintes termos:

A comercialização é sempre uma questão bem complicada, mercadoria e coisa no interior. Porque o cara sempre acaba falando que fica refém das

¹³¹ Entrevista realizada com o Informante BR 11 em 11/06/2021.

¹³² Entrevista realizada com a Informante BR 04 em 27/11/2019.

empresas fumageiras e do preço é as grandes empresas que ditam o preço, e o cara fica refém dessa questão. Acaba não tendo como correr atrás de algo melhor. Interfere bastante. É complicado ver que o serviço que o cara fez acaba com um preço que não está bom, a gente não gosta, não tá favorável, mas não se tem escolha muitas vezes. (Informação verbal¹³³)

Nessa lógica, um dos representantes do SINTRAF-Sul e da direção estadual da FETRAF-RS manifestou sua preocupação com o futuro da agricultura e desses jovens que têm ficado no espaço rural em função da rentabilidade da produção de fumo. Esse entrevistado argumentou que a agenda sindical precisa aprofundar as discussões sobre o futuro da agricultura, porque a fumicultura não parece ser promissora:

E uma coisa que ainda é um ponto negativo, que eu vejo assim, que alguns jovens ainda tão no interior e que eles conseguem ficar no interior é a função da fumicultura, né? Porque é isso, a fumicultura traz uma renda pra algumas famílias, não para todos né, a gente sabe muito bem disso, mas que o pai vai lá e dá uma motinha pro guri e o guri, o guri né, fica na propriedade. A guria não, o guri. Então, bom qual é o tipo de agricultura que nós queremos pra esses jovens? É o que está segurando ainda alguns jovens na propriedade que é a fumicultura? Então é isso, outras questões que precisamos discutir, outras questões que precisam entrar em pauta para o futuro aí. (Informação verbal¹³⁴)

Ou seja, nestas últimas falas a questão do fumo como fonte de renda potencial para ampliar as chances de permanência dos jovens na atividade agrícola é relativizada, deixando transparecer que são problemas relativos a um tipo de produção cujos resultados são bastante discutíveis para as famílias rurais.

Ademais, a falta de serviços e infraestrutura no meio rural pode influenciar a decisão de jovens, rapazes ou moças, em permanecer na agricultura. Esse é o foco da próxima subseção.

4.3.6 Serviços e infraestrutura no meio rural

Determinados aspectos relacionados aos serviços e à infraestrutura no meio rural foram mencionados por alguns entrevistados, o que fez com que houvesse a decisão de construir uma categoria de análise centrada nessa questão a partir dos depoimentos dos entrevistados. Assim, conforme um dos representantes da direção estadual da FETRAF-RS, alguns pontos que dizem respeito a serviços e infraestrutura no espaço rural estão presentes na agenda de pautas da federação, a exemplo da

¹³³ Entrevista realizada com o Informante BR 11 em 11/06/2021.

¹³⁴ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

segurança, energia elétrica, internet e serviços de saúde no meio rural. Conforme as palavras desse entrevistado,

O debate da educação é um tema que nós temos tratado bastante; o debate dos direitos, né, como a saúde, também está presente no último período nas nossas pautas, a questão da segurança no meio rural, da infraestrutura, né, a internet, a energia elétrica, do conjunto das questões que também são necessárias para que as pessoas possam ter uma condição de vida boa no campo e poder permanecer. (Informação verbal¹³⁵)

Nesse sentido, um dos representantes jovens da Regional Sul da FETAG-RS opinou que alguns serviços e facilidades que antes só havia nas cidades e hoje estão presentes no espaço rural podem favorecer a permanência de jovens no campo ou até mesmo o retorno daqueles que já saíram em busca de melhores oportunidades. Porém, o interlocutor destacou ainda que as cidades possuem algumas comodidades que atraem jovens rurais. Esse entrevistado utilizou os seguintes termos para manifestar sua opinião:

E agora, para permanecer ou voltar, eu acho que muito, assim, passa nas facilidades que hoje em dia têm, já tem mais internet, claro que muito mais precário do que na cidade, mas já existe. Tem muitos lugares que não pega, mas sinal de telefone é mais difícil ainda, aí fica mais complicado, mas já tendo internet ajuda [...]. Porém se percebe alguns casos recentes de jovens retornando para a agricultura, pois aos poucos o acesso à internet e demais confortos da cidade estão se tornando mais acessíveis na zona rural [...]. Porém, ao meu ver, as principais dificuldades que fazem o jovem abandonar o campo, ainda são o pouco acesso dos jovens rurais a confortos existentes nas cidades. (Informação verbal¹³⁶)

A representante da CEJTTR mencionou em seu depoimento a internet como um dos principais gargalos no meio rural, sobretudo para aqueles jovens que buscam permanecer no espaço rural e avançar nos estudos. Para ela, além da falta de sinal de internet de qualidade, a questão do lazer também é um fator que deixa a desejar em muitas localidades rurais. Conforme suas palavras,

E a nossa principal deficiência no movimento sindical agora é uma internet de qualidade para as pessoas poder estudar. Porque a gente sabe que desde o ano passado a gente com tudo em EaD, né, é uma dificuldade muito grande de acesso. O acesso à internet, à informação, a essas tecnologias, porque para conseguir pagar uma conta no aplicativo do banco também precisa ter internet. Então a gente viu que a dificuldade momentânea agora é a internet né, a dificuldade de poder ter na comodidade da sua propriedade acesso a essas demandas tão importantes. Além disso, a parte do lazer também, né? Porque quase sempre quando tu queres fazer algo diferente tu precisas ir até a vila, até a cidade. (Informação verbal¹³⁷)

¹³⁵ Entrevista realizada com o Informante BR 01 em 18/09/2019.

¹³⁶ Entrevista realizada com o Informante BR 10 em 01/06/2021.

¹³⁷ Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

Um dos representantes da direção regional do SINTRAF-Sul e da FETRAF-RS também manifestou em seu depoimento a falta de oportunidades de lazer na zona rural. Para ele, além de alguns campeonatos de futebol e festas, não existem alternativas de ócio e recreação. Esse entrevistado manifestou ainda sua preocupação com o consumo de álcool e cigarro por jovens no meio rural:

Quais são as atividades que os jovens têm pra sua diversão nos finais de semana? Um futebolzinho aqui e ali, um bailezinho e acabou né, não tem mais nada que isso. E os municípios, nenhum consegue de fato criar uma política de suporte para entretenimento, então fica muito voltado ali ao consumo de álcool, cigarro, enfim, a gente vê muito isso [...]. Então isso é uma coisa que pega muito [...]. Até há poucos dias também não tinha internet no interior, hoje tem, precariamente, mas tem. (Informação verbal¹³⁸)

Outra entrevistada, também representante do SINTRAF-Sul, sintetizou em sua fala, fazendo uso de seu exemplo pessoal, alguns aspectos relacionados a serviços e infraestrutura no meio rural que podem ser importantes fatores motivadores para a permanência de jovens nesse espaço. Para ela, pontos como a distância até a cidade, acesso à internet, atividades de lazer e entretenimento, educação e cultura podem ser relevantes para a permanência de jovens no meio rural e para a sucessão geracional na agricultura familiar. Para ela,

Ah, e um outro ponto que eu vejo assim que é bem interessante de ressaltar, é que a gente não mora tão longe da cidade... Não é perto, mas 20 km é perto se comparar com outras pessoas que moram 60, 80 km da cidade. E a gente tem acesso à internet, a gente a gente mora no lugar bom... Eu gosto muito daqui não sou meio suspeita de falar! Mas a gente mora num lugar bonito, a gente mora num lugar do lado da escola, a gente está sempre no meio do movimento... [...]. Questão de lazer assim, a comunidade se organiza, tem os campeonatos, tem futebol sábado, tem futebol domingo, tem as festas de igreja. A escola também por ser aqui do lado a gente se envolve bastante, o diretor aqui é uma pessoa, assim, muito legal e ele levantou a escola. Tipo, tem grupo de dança, tem grupo de dança pomerana, tem grupo dança gauchesca, então tudo isso ajuda a levantar a autoestima da comunidade, né, incentivar as pessoas para que fiquem aqui. (Informação verbal¹³⁹)

Além disso, também merece registro a falta de qualidade no fornecimento de energia elétrica no meio rural. Nesse sentido, uma das representantes da direção da Regional Sul e da direção estadual da FETAG-RS comentou que há casos em que a rede de distribuição não dá conta de suprir as necessidades das unidades produtivas, impedindo, por exemplo, a instalação de novos empreendimentos. A entrevistada sustentou ainda que:

Eu vejo que uma das coisas é a infraestrutura da própria propriedade também, a questão da luz também. Por exemplo, no verão lá em casa quando

¹³⁸ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

¹³⁹ Entrevista realizada com a Informante BR 04 em 27/11/2019.

a gente estava criando frango, tu tinhas que desligar tudo dentro de casa, às vezes desligar os ventiladores tudo no aviário para poder tirar leite de tardezinha. Aí como é que tu vais fazer? Ou tu queres montar uma agroindústria, mas daqui a pouco do teu lado tu tem teu vizinho com duas estufas elétricas. Aqui é um problema a luz, às vezes dá um ventinho e falta luz. Como é que tu vais montar uma agroindústria? E também eu vejo que as condições das estradas contribuem pra não incentivar o jovem. Às vezes é uma série de coisas... (Informação verbal¹⁴⁰)

Por tudo isso, a carência de serviços e infraestrutura na zona rural tem afastado muitos jovens da agricultura. As luzes da cidade são um atrativo, não somente no que diz respeito a oportunidades de trabalho, mas também no que afeta a comodidades, qualidade de serviços e infraestrutura. Nesse contexto está o tema do acesso à internet, ponto abordado em várias entrevistas. Ainda que determinadas regiões já tenham sinal de internet disponível, dois aspectos merecem registro: o primeiro é a qualidade do sinal, muito aquém daquele disponível nas cidades, o que limita muito o acesso a certas atividades; o segundo aspecto é que em muitas regiões o sinal ainda é inexistente, sendo que muitos jovens rurais se encontram completamente excluídos dos serviços digitais. Esse ponto é crucial no que tange ao acesso a cursos de atualização, à informação e também ao lazer e entretenimento.

Ainda, outro ponto de atenção é a carência de atividades de lazer e recreação. Ainda que em algumas regiões exista uma diversidade de atividades, como esportes, festas e encontros, em outras a agenda é bastante restrita, o que pode afastar os jovens dessas zonas ou até mesmo do espaço rural como um todo. Há ainda um outro assunto que cobra importância no elenco de categorias abordadas na pesquisa.

4.3.7 Reconhecimento social da agricultura e do espaço rural

Durante o trabalho de campo muitos temas e questões foram suscitadas na fala dos entrevistados e entrevistadas. Um deles diz respeito ao reconhecimento social da agricultura e do espaço rural, bem como as respectivas interfaces com a sucessão e o futuro dos jovens no campo. O exame desse tema motivou o desenho de outra categoria de análise que será tratada nos próximos parágrafos.

Nessa perspectiva, um dos ex-presidentes do SINTRAF-Sul e ex-representante da FETRAF-RS comentou que tem notado um aumento no orgulho dos jovens agricultores em sustentarem sua profissão e se afirmarem como agricultores

¹⁴⁰ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

familiares, o que, em sua opinião, é reflexo de um aumento no reconhecimento social da agricultura e do espaço rural. O entrevistado manifestou que:

E hoje assim, esse contato que eu tenho hoje, eu vejo diferença bastante nisso, a gurizada tem orgulho de arrumar o trator, de arrumar a ferramenta, e ter o orgulho de ser agricultor. Dizer que é agricultor familiar, que é produtor de alimento [...]. Eu acho que mudou bastante esse sentido assim, sabe, o respeito com o agricultor e a postura nos espaços onde ele vai. E aí acho que se deve ter muito isso, ao dizer da importância de produzir alimentos, da importância econômica que ele tem, da importância, da força que ele tem coletivamente. Então essas discussões que a gente fez, desse período todo, acho que houve bastante evolução nesse sentido assim. (Informação verbal¹⁴¹)

No entanto, um dos representantes jovens da Regional Sul da FETAG-RS apontou em sua entrevista que a desvalorização do agricultor como um todo está entre “[...] *as principais dificuldades que fazem o jovem abandonar o campo*” (informação verbal). Outro jovem representante da Regional Sul da FETAG-RS opinou que apesar de identificar alguns avanços no reconhecimento da agricultura e dos agricultores, há um longo caminho a ser percorrido para uma valorização de um ofício – a produção de alimentos – cuja importância é central para a sociedade como um todo. No seu modo de ver as coisas:

Acho que é uma coisa que o reconhecimento está aumentando só agora nos últimos tempos. E mesmo assim ainda é uma classe, agricultor, bastante mal vista. E mal sabem os outros que dependem do agricultor, quão importante somos. Mas apesar de agora está progredindo bastante, o pessoal tá tendo essa visão da importância do agricultor, acho que ainda é uma coisa vista meio de lado, não tem todo o reconhecimento que deveria, por tão importante que é o alimento, a comida. Um trabalho quão difícil que é e o reconhecimento não é tanto como deveria, vamos dizer assim. Apesar que tem aumentado bastante, o pessoal tem reparado no agricultor nos últimos tempos. (Informação verbal¹⁴²)

Na discussão sobre o reconhecimento social da agricultura e do espaço rural, é importante frisar o papel que as mídias exercem na construção dessa percepção pela sociedade como um todo. Nesse sentido, um dos representantes do SINTRAF-Sul e da FETRAF-RS sinalizou que no reconhecimento que eventualmente exista, não há menção à distinção existente entre a agropecuária como um todo e a agricultura familiar propriamente dita. Na opinião do entrevistado, esse panorama foi desenhado pela mídia, na medida em que campanhas publicitárias evidenciam um único tipo de agricultura e de agricultores. O interlocutor argumentou que

Hoje, para a sociedade, a agricultura é top, é pop. Eles levam todos eles praticamente para o mesmo caminho. A sociedade enxerga o agricultor como um nível só, porque o discurso de muitas pessoas e da mídia falam que o

¹⁴¹ Entrevista realizada com o Informante BR 07 em 26/07/2021.

¹⁴² Entrevista realizada com o Informante BR 11 em 11/06/2021.

agricultor é um só, pequeno, grande e médio. E a sociedade vê isso hoje, a agricultura como um aspecto importante para a sobrevivência dos municípios, dos pequenos municípios, mas enxerga ela como uma categoria só, não consegue separar o grande com o pequeno. E isso propriamente a mídia, quando tu vês aí, espaços aí na mídia falando de uma pequena propriedade, uma pequena iniciativa lá dizendo que a agricultura é isso, é top, é pop. Então criaram uma marca aí dizendo que a agricultura é uma só. E eu vejo que não, a gente sabe que não, a gente tem clareza que não, que o tratamento tem que ser diferenciado. Mas a sociedade não vê mais o agricultor que está lá fora como uma pessoa sem conhecimento, nesse sentido, até tem esse reconhecimento que o agricultor é importante, mas não consegue diferenciar do grande e do pequeno. (Informação verbal¹⁴³)

Sumarizando assim, no que diz respeito ao reconhecimento social da agricultura, os entrevistados e entrevistadas indicaram que essa questão avançou muito pouco. De fato, a campanha “Agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo”, levada a cabo pela Rede Globo de Televisão, mediante financiamento das grandes empresas do agronegócio exportador buscam passar essa ideia de unidade de uma classe agrícola que, definitivamente, não existe. O tratamento dispensado às diversas coletividades que fazem parte do arco de alianças em torno à agricultura familiar é infinitamente precário, se comparado com o agronegócio exportador de *commodities*.

A abordagem aqui exposta não seria minimamente completa sem avaliar uma aproximação sobre o modo como entrevistadas e entrevistados avaliam o grau de efetividade das ações propostas para a juventude rural. Esse é o foco da próxima subseção.

4.4 Ações das organizações para a juventude rural

Conforme já mencionado, algumas percepções das organizações sindicais refletem demandas exclusivas para a juventude rural, enquanto outras tangenciam necessidades latentes – não necessariamente explícitas – de agricultores e agricultoras de diferentes faixas etárias, podendo influenciar direta ou indiretamente na permanência de jovens na agricultura.

Nesse sentido, um dos representantes da direção estadual da FETRAF-RS mencionou que muitas lutas da federação têm característica, sendo do interesse tanto agricultores jovens como não jovens. Para ele,

[...] tivemos lutas que transpassam né, por exemplo, a luta da reforma da Previdência, ela transpassa a todos os agricultores, interessa desde o que está aposentado ou dos jovens. Eu sempre falo daquele que tem 8 ou 80

¹⁴³ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

anos. A manutenção dos programas, por exemplo, o Pronaf, o PAA, merenda escolar, todos eles transpassam. (Informação verbal¹⁴⁴)

No que diz respeito às ações do SINTRAF-Sul voltadas para a juventude rural, uma das entrevistadas citou a luta e a implementação de políticas públicas para esse público, mesmo que os jovens fossem beneficiários indiretos. Como exemplos de lutas por políticas públicas, essa interlocutora mencionou o acesso à internet no meio rural e uma educação voltada para as demandas da agricultura. Já como exemplos de implementação de políticas públicas, foram citados o Programa Nacional de Habitação Rural (o PNHR, com prioridade para beneficiar jovens) e atividades de formação, como os programas Terra Solidária e Consórcio Social da Juventude Rural, já citados anteriormente. Entretanto, em seu depoimento a entrevistada pontuou que atualmente não existe no sindicato um trabalho específico e consistente para a juventude rural:

Lutar por políticas públicas para os jovens. Questão da internet no meio rural, questão de formação, questão de educação mais voltada para a pauta da agricultura [...]. Muito também a gente atuou na questão da habitação, lutou muitas vezes de beneficiar um jovem, imaginando também de que ele tendo uma casa melhor, com qualidade, com salubridade, né, que desse mais dignidade pra aquela família, que ele também não sentisse muitas vezes vontade de sair de vergonha de ter uma casa feia. Que a gente sabe, “ah parece bobagem”, não é bobagem! [...]. Acho que bastante formação, assim, foi o nosso foco. Fora lutar pelas políticas públicas que muitas a gente também não conseguiu implementar, a gente já fez formação específica para jovens. **Hoje, hoje, a gente não tem nada específico nessa pauta, sendo bem sincera, hoje não tem nada.** (Informação verbal¹⁴⁵; destaque nosso)

Outro interlocutor, representante do SINTRAF-Sul e da direção estadual da FETRAF-RS, também destacou que o sindicato já teve uma atuação bastante forte com a juventude rural e com o conjunto da agricultura familiar. No entanto, não deixou de sublinhar as dificuldades atuais para desenvolver esse tipo de trabalho, principalmente como consequência do desmantelamento de políticas públicas voltadas para essa categoria social e da falta de incentivos públicos para organizações sociais da classe. O entrevistado sustentou ainda que:

Na verdade, o SINTRAF, ele já teve algumas ações mais, como vou te dizer, com mais frequência em relação ao todo da Agricultura Familiar, mas principalmente com a juventude, né, nós tivemos aí ações muito relevantes no meu pensamento em função da gente ter aí a formação de jovens agricultores aí nesse nosso interior a fora [...]. **Infelizmente com as políticas públicas acabaram e hoje nós estamos tentando com as nossas forças, com nossos recursos financeiros, estrutura, estamos aí praticamente fazendo o mínimo de ações voltadas ao jovem do meio rural.** (Informação verbal¹⁴⁶; destaque nosso)

¹⁴⁴ Entrevista realizada com o Informante BR 06 em 15/06/2020.

¹⁴⁵ Entrevista realizada com a Informante BR 02 em 26/09/2019.

¹⁴⁶ Entrevista realizada com o Informante BR 15 em 07/07/2021.

Outra representante da FETRAF-RS salientou a importância de ações executadas no passado, as quais resultaram na implementação de políticas públicas, muitas delas voltadas a atividades de formação para a juventude rural. Essa entrevistada explicou que,

Eu acho que a FETRAF já teve um trabalho muito bom na questão da juventude que agora nesse último período também não vem tendo muitas ações. Acho que fizemos ações importantes de luta, de mobilização para a conquista de políticas públicas para juventude no meio rural. E essa construção dos coletivos, a nível de municípios, a nível de região, estadual e região sul, acho que teve um papel importante, inclusive em projetos de formação, como nós tivemos o Consórcio Social da Juventude Rural, onde era um curso de formação para jovens, focado em algumas áreas específicas como fruticultura, bovinocultura de leite, enfim, então era uma capacitação, uma formação de jovens pra que eles permanecessem no campo produzindo alimentos e se especializando em uma área. Depois também tivemos outros cursos de formação que envolvia mais a questão da gestão da propriedade, de projeto de desenvolvimento pra agricultura, acho que também teve um papel importante esses projetos. (Informação verbal¹⁴⁷)

Entretanto, a mesma interlocutora não deixou de registrar em seu depoimento a interrupção de muitas dessas ações pela falta de recursos e ressaltou a falta de financiamento público na atual conjuntura política do país, o que tem prejudicado, em grande medida, o desenvolvimento de trabalhos com a juventude rural. A entrevistada argumentou que

Então, acho que se teve esse papel importante desses projetos e é uma pena que a gente não conseguiu dar continuidade. Também muito pela questão de falta de recursos, né, porque **boa parte desses projetos sempre tinha recursos por parte do Governo Federal**, e hoje não temos mais essa disponibilidade de recursos para essas linhas de projetos. (Informação verbal¹⁴⁸; destaque nosso)

Outro representante da direção estadual da FETRAF-RS também mencionou em sua entrevista a falta de capacidade da federação para desenvolver trabalhos contínuos com a juventude rural, evidenciando ainda que esse público tem sido prejudicado pelo atual momento político no Brasil. Para ele,

E de certa forma, a gente não teve capacidade então de continuar elaborando, continuar executando né, políticas voltadas específicas dentro dos nossos coletivos, que a gente tem coletivos de jovens, coletivo de mulheres e assim por diante. Então, esse tema da juventude **também foi um dos temas que foram altamente prejudicados** né, pela essa questão conjuntural. (Informação verbal¹⁴⁹; destaque nosso)

Já no que diz respeito à atuação da FETAG-RS, da Regional Sul e seus STRs, também se percebe uma hodierna carência de atividades voltadas especificamente

¹⁴⁷ Entrevista realizada com a Informante BR 05 em 27/01/2020.

¹⁴⁸ Entrevista realizada com a Informante BR 05 em 27/01/2020.

¹⁴⁹ Entrevista realizada com o Informante BR 06 em 15/06/2020.

para a juventude rural e para a sucessão na agricultura familiar, o que foi manifestado nos depoimentos a que tivemos acesso nessa pesquisa.

Para um dos representantes da Regional Sul da FETAG-RS, utilizando o exemplo do município de Canguçu, basicamente o trabalho realizado atualmente com jovens rurais diz respeito à participação em escolas do campo¹⁵⁰ do município. Além disso, o entrevistado mencionou que não existe em tal sindicato um trabalho específico para a juventude rural, o que, para ele, também é reflexo das necessidades de isolamento social impostas pela pandemia de Covid-19. De acordo com os termos utilizados por esse entrevistado,

Canguçu hoje, a gente tem a escola do campo, acho que são 7 escolas em turno integral, onde a gente já teve oportunidade de fazer palestras, falar tanto com jovens, com alunos quanto com professores, sempre no sentido de valorizar o local ou ambiente onde ele está. Então esse é um pouco que a gente tem de trabalho hoje prático, essa intenção de fazer os grupos de jovens no município e trabalhar as escolas do campo [...]. Então, questão de trabalho com jovens dentro do Sindicato não temos. **Tenho que ser bem franco, não temos um trabalho específico para juventude, até porque a gente tá aí nessa função de pandemia.** No penúltimo ano nós tínhamos um planejamento junto com a assessoria da Regional de fazer os grupos de jovens, até a gente está devendo um evento numa comunidade aqui onde a gente tinha a proposta de juntar ali 50, 60 jovens para fazer uma gincana e falar um pouco do que é o movimento sindical. Tava previsto para maio de 2020, mas com essa função acabou travando tudo. Esse tipo de trabalho não está acontecendo. (Informação verbal¹⁵¹)

Um dos jovens representantes da Regional Sul da FETAG-RS apontou que, no caso de São Lourenço do Sul, assim como em Canguçu, não existe um trabalho específico com a juventude rural. O que há, segundo ele, além dos grupos de jovens, são programas que tangenciam algumas demandas do conjunto da agricultura familiar do município. O interlocutor mencionou que

Pois é, assim, a nível Municipal às vezes é difícil dizer exatamente uma coisa... Acredito que seria todos os programas que têm. Um pouco eles com certeza todos eles colaboram, né, que nem o troca-troca, que nem... Tudo o que o sindicato tem e ele ajude em qualquer coisa que o agricultor precise e que o jovem precise, o que tem de descontos em médicos, tudo que coisa, acho que com certeza isso dali ele colabora. Mas assim, acho que não teria assim, fora os grupos de jovens, exatamente uma atividade para jovens ficar. (Informação verbal¹⁵²)

A nível regional, sobre as ações da Regional Sul da FETAG-RS, uma das entrevistadas destacou dois pontos: a possibilidade de jovens acessarem políticas

¹⁵⁰ Escolas que fazem parte do programa EDUCCAN, conforme anteriormente citado nesta tese.

¹⁵¹ Entrevista realizada com o Informante BR 08 em 21/05/2021.

¹⁵² Entrevista realizada com o Informante BR 10 em 01/06/2021.

públicas e algumas atividades de formação. A interlocutora também apontou para as limitações no trabalho impostas pela pandemia de Covid-19. Para ela,

Na regional a gente tem a linha de acesso à terra, esse Terra Brasil. Tem a possibilidade também dos jovens fazer seus projetos de financiamento dentro dos sindicatos também. Tudo que é ligado ao jovem e ao meio rural a regional se preocupa. Então às vezes a gente faz até também algumas capacitações de cursos, agora é online, mas de primeiro a gente fazia presencial, algumas capacitações de bem-estar, no ano passado a gente queria fazer umas palestras mais técnicas. Pega o pessoal do pêssego, pessoal do leite, hortifrúti, fazer algumas capacitações que eles possam aplicar nas propriedades. Mas esse Covid atrapalhou completamente a vida de todo mundo. (Informação verbal¹⁵³)

Outra representante da Regional Sul da FETAG-RS comentou em diversos momentos durante seu depoimento sobre as dificuldades em desenvolver ações voltadas para a juventude rural. Uma das explicações que a interlocutora indicou foi a pandemia de Covid-19, o que dificultou a execução de ações. Entretanto, ela não deixou de mencionar a dificuldade que a entidade encontra para organizar socialmente a juventude a ela ligada. A entrevistada sustentou que

Dentro do estado, a gente tem uma comissão bem grande. Dentro de outras regiões mais a gente também tem comissões bem boas, mas quanto a nós aqui quanto nós, Regional, **hoje a gente não tem nada**. A gente teve uma comissão como eu te disse a gente tentou um trabalho, a gente teria esse projeto quanto ao município de Canguçu e também teria um projeto quanto Regional. Seriam as visitas às comunidades e depois juntar um grupo e visitar um grupo de famílias. Depois disso a gente faria um encontro, trazermos dados de juventude, de tudo que a gente conversar com eles e depois a gente traria resultado para eles. Tentaria formar esses grupos, mas a pandemia nos atrapalhou bastante. (Informação verbal¹⁵⁴; grifos nossos)

Em outra parte da mesma entrevista, a interlocutora comentou ainda que as dificuldades encontradas nos municípios são maiores que as dificuldades na Regional como um todo para trabalhos com a juventude rural. Segundo ela,

A juventude ela não quer participar, eu não sei se por não ter muito conhecimento, mas o que a gente conseguia assim era eventos grandes, quando o evento de Regional a gente conseguiu juntar uns 30, 40 jovens. A gente fez intercâmbio, fazia reuniões, mas quanto aos municípios, a gente tem muita dificuldade, muita dificuldade de juntar para fazer um evento [...].

Quando a gente começou, a gente tinha um coordenador. Ele era o nosso representante da Juventude dentro da Regional, a gente vinha tentando desenvolver um trabalho com os jovens, mas não é fácil, é bem complicado. A nível estado parece que as coisas andam mais do que a nível Regional. E a nível Regional anda um pouquinho mais do que a nível Municipal. Então a gente vem nessa escala bem complicada. (Informação verbal¹⁵⁵)

¹⁵³ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

¹⁵⁴ Entrevista realizada com a Informante BR 09 em 28/05/2021.

¹⁵⁵ Entrevista realizada com a Informante BR 09 em 28/05/2021.

Apesar disso, essa entrevistada apontou ainda para um projeto da Regional em trabalhar o tema da sucessão com as famílias agricultoras, tanto com as gerações mais jovens como com as gerações mais velhas:

Então a gente tem, tem um projeto para trabalhar as famílias, né, mas hoje a gente tá com tudo no papel, não tem como te dizer, assim, nem quando nem como a gente vai fazer porque a gente planeja e estamos com tudo no papel, mas a gente tem um projeto para trabalhar as famílias, toda a família, os jovens, os pais, todo mundo. E a gente está com isso, a gente precisa esperar, né, a gente precisa ver o quê que vai dar [a pandemia]. Mas além das informações que a gente já tava levando, a gente tem esses projetos para trabalhar com família sim, trabalhar com jovens, sim. (Informação verbal¹⁵⁶)

Em outra entrevista, um dos representantes da direção da Regional Sul da FETAG-RS falou sobre o planejamento de atividades a serem realizadas conjuntamente com filhos e pais agricultores, no sentido de incentivar os diálogos e processos sucessórios. Entretanto, não deixou de mencionar os poucos avanços no assunto até o momento:

Na regional nós estamos tentando buscar, resgatar esse jovem, estamos achando alguma coisa ainda, botando assim alguns cronogramas adiante agora, pós-pandemia, fazer alguns eventos e trazer alguma pessoa que fale isso pro jovem e fale isso pros pais. Porque não adianta falar só com o jovem. Então tem que falar com os pais e com o jovem. [...] A FETAG vem trabalhando muito forte no jovem e sucessão rural. Vem trabalhando muito forte. Só que é um caminho que **não se conseguiu praticamente fazer quase nada**, assim. Mas a gente está tentando fazer atividades. Vai ter essa videoconferência agora em julho sobre sucessão familiar com uma psicóloga. (Informação verbal¹⁵⁷; grifos nossos)

Outra representante da Regional Sul e da direção estadual da FETAG-RS comentou que em outras regionais sindicais da federação o trabalho com jovens é bastante forte, o que não acontece na Regional Sul:

Aqui na regional a gente não consegue trabalhar tão forte com jovens. Mas pra ti ter uma ideia, tem regionais que tem a comissão regional de jovens, e tem as comissões dos sindicatos. Aqui não é tanto porque a gente não consegue trabalhar, eu não sei o quê que tem que não anda. A gente vai até um pedaço, aí para. Mas tem regionais que é bem importante, eles se reúnem todos os meses, levam as capacitações, trabalham também muito a parte psicológica dos jovens, tem cursos de formação também. (Informação verbal¹⁵⁸)

A representante da CEJTTR da FETAG-RS manifestou em sua entrevista que a Regional Sul não é a única regional sindical da federação que enfrenta dificuldades no trabalho com jovens. Para ela, das 23 regionais que compõem a FETAG-RS, 15 têm boa participação da juventude e as demais enfrentam dificuldades nessa área:

¹⁵⁶ Entrevista realizada com a Informante BR 09 em 28/05/2021.

¹⁵⁷ Entrevista realizada com o Informante BR 12 em 16/06/2021.

¹⁵⁸ Entrevista realizada com a Informante BR 13 em 21/06/2021.

Pra ser bem sincera contigo, a gente tem isso não só na Regional Sul, a gente tem em mais regionais. A gente pode dizer hoje que das 23 regionais, nós temos 15 que estão bem representadas e os jovens participam. E as outras têm dificuldades. Mas a grande dificuldade é os próprios dirigentes, porque cada sindicato pela lógica, respeitando as normas de seus estatutos, alguns já implementaram e outros não, **a gente tem uma regra no artigo 7º que é cumprir as cotas de 20% dos jovens em todas as instâncias. A gente tem isso, foi deliberado no congresso da Contag em 2005 e nós estamos em 2021 e isso ainda não foi atingido como deveria.** (Informação verbal¹⁵⁹; destaques nossos)

Essa entrevistada manifestou ainda no depoimento sua opinião sobre o porquê das dificuldades na Regional Sul para o trabalho com jovens. Na sua opinião, apesar de não ser a única regional sindical da federação que enfrenta esse tipo de problema, a falta de espaço representativo para os jovens é um dos problemas. A interlocutora utilizou os seguintes termos para manifestar sua opinião:

Principalmente aí na Sul, os nossos dirigentes ainda são muito velhos, **velhos assim digo de pensamento, porque eles têm medo que a juventude vai roubar o espaço deles.** Então a gente tem essa grande dificuldade. A gente conseguiu ter aí um coordenador e uma coordenadora, por algum tempo, eles entraram junto comigo inclusive. A menina logo saiu porque era menina e aí todo mundo dizia que era melhor deixar só um. Então optaram pelo rapaz, e ele disse que não tinha vez e voz dentro da Regional. Tudo que a gente conversava enquanto comissão ele levava, mas não era ponderado. Então ele disse que não teria sentido ele continuar sendo coordenador. E ele também não se sentiu à vontade, não se sentiu pertencente. Entre outras regionais é da mesma forma. Aquele presidente que entrou jovem no sindicato, hoje ele tá há 50 anos frente a um sindicato, e ele não tem esse entendimento da falta de buscar o jovem. Então a gente tem muita dificuldade de ter as comissões regionais. Por muitas vezes a gente tem jovens nos municípios já organizados, mas a nível regional não. Muito depende do coordenador, do assessor [...]. Mas é nesse sentido, de não se sentir pertencente. (Informação verbal¹⁶⁰; destaques nossos)

Toda essa discussão sobre as categorias de análise das entrevistas realizadas no Brasil, desde as necessidades para a juventude rural até as ações da FETRAF-RS, da FETAG-RS e suas respectivas instâncias organizativas até as ações dessas entidades para a juventude rural, traz elementos fundamentais para compreender os vieses dos processos sucessórios na agricultura familiar do sul do Rio Grande do Sul.

Ficou evidente que a FETRAF-RS, a FETAG-RS e seus respectivos espaços organizativos possuem ações voltadas para a juventude rural, ainda que o financiamento público para esse tipo de atividades esteja em franca derrocada. No entanto, é importante observar que apesar de serem realizadas atividades desse tipo, a maioria das ações não trata diretamente da sucessão geracional.

¹⁵⁹ Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

¹⁶⁰ Entrevista realizada com a Informante BR 14 em 28/06/2021.

Além disso, se por um lado a FETRAF-RS alega falta de recursos para desenvolver atividades, na Regional Sul da FETAG-RS a falta de participação de jovens dentro da diretoria pode ser uma das explicações pelo baixo envolvimento da juventude nas atividades. Nesse sentido, parece fundamental que as organizações, mesmo em um cenário atual adverso no Brasil para o financiamento público de atividades promovidas por entidades sindicais, avancem nessa pauta, para não estarem reféns unicamente da implementação de políticas públicas e dos ciclos e instabilidades políticas em diferentes esferas. Ainda que a pandemia de Covid-19 tenha imposto dificuldades e limitações para muitos dos trabalhos previstos, especialmente no caso da Regional Sul da FETAG-RS, vale questionar: sem sucessão geracional na agricultura familiar, qual será o futuro dessas organizações sindicais?

É notável que a atuação das entidades com ações voltadas para a juventude rural sempre esteve bastante vinculada à implementação de políticas públicas com foco nesse público. Na falta de incentivos públicos, tanto a FETRAF-RS como a FETAG-RS e suas respectivas instâncias organizativas aparentam se tornar, em maior ou menor medida, agências estáticas no que diz respeito ao trabalho com a juventude rural. Por um lado, isso é compreensível, na medida em que há uma escassez de recursos financeiros para subsidiar diferentes frentes de trabalho das organizações sociais. Por outro lado, esse fato representa um grande gargalo na atuação das próprias entidades sindicais, afinal, se a tendência de redução do número de agricultores se concretizar no futuro, também diminuirá a base social para o trabalho dessas organizações.

Assim, com o fim dessa seção, o próximo capítulo da tese está destinado a apresentar a pesquisa empírica realizada na Espanha, assim como discutir as referidas categorias de análise e as ações das organizações agrárias espanholas para a juventude rural.

5 A pesquisa empírica na Espanha

Este capítulo está destinado a apresentar e discutir os resultados das entrevistas levadas a cabo na Espanha. Estas entrevistas foram realizadas com representantes de duas organizações profissionais agrárias que compõem esse estudo, a saber: COAG e UPA. Além disso, fará parte da discussão desse capítulo as entrevistas realizadas com o então Ministro de Agricultura da Espanha, Sr. Luis Planas¹⁶¹, e com uma representante do Comitê Europeu de Jovens Agricultores (CEJA).

Nesse sentido, a quantificação das categorias de análise mencionadas pelos representantes destas instituições está exposta nas tabelas a seguir. A tabela 16 apresenta a contagem absoluta de quantas vezes estas categorias de análise foram mencionadas pelos representantes de cada organização, enquanto a tabela 17 apresenta a frequência relativa (porcentagem) destas mesmas categorias. Já a figura 13 representa graficamente, na forma de um Diagrama de Sankey, as menções das categorias de análise pelos representantes de cada organização.

Tabela 16. Contagem absoluta das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.

Categorias de análise	Organizações			
	COAG	UPA	Outros	Totais
Acesso à terra e investimentos iniciais	27	10	1	38
Ações da organização para a juventude rural	11	8	3	22
Atuação da organização	12	11	4	27
Formação	6	9	1	16
Futuro da agricultura	3	1	1	5
Políticas públicas para a juventude rural	26	15	7	48
Preocupação com a escassez de jovens	6	3	2	11
Reconhecimento social da agricultura e do espaço rural	11	2	2	15
Rentabilidade das unidades produtivas	17	5	2	24
Serviços e infraestrutura no meio rural	6	6	1	13
Titularidade compartilhada	5	2	0	7
Visão da organização sobre Agricultura Familiar	3	0	1	4
Totais	134	73	25	232

Fonte: Elaboração do autor com o uso do programa informático AtlasTi.

¹⁶¹ Ver, a propósito: <https://www.mapa.gob.es/es/ministerio/luis-planas/Luis-Planas.aspx>. Acesso em maio de 2021.

Tabela 17. Frequências relativas totais, em porcentagem (%), das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.

Categorias de análise	Organizações			
	COAG	UPA	Outros	Totais
Acesso à terra e investimentos iniciais	11,6	4,3	0,4	16,4
Ações da organização para a juventude rural	4,7	3,4	1,3	9,5
Atuação da organização	5,2	4,7	1,7	11,6
Formação	2,6	3,9	0,4	6,9
Futuro da agricultura	1,3	0,4	0,4	2,2
Políticas públicas para a juventude rural	11,2	6,5	3,0	20,7
Preocupação com a escassez de jovens	2,6	1,3	0,9	4,7
Reconhecimento social da agricultura e do espaço rural	4,7	0,9	0,9	6,5
Rentabilidade das unidades produtivas	7,3	2,2	0,9	10,3
Serviços e infraestrutura no meio rural	2,6	2,6	0,4	5,6
Titularidade compartilhada	2,2	0,9	0,0	3,0
Visão da organização sobre Agricultura Familiar	1,3	0,0	0,4	1,7
Totais	57,8	31,5	10,8	100,0

Fonte: Elaboração do autor com o uso do programa informático AtlasTi.

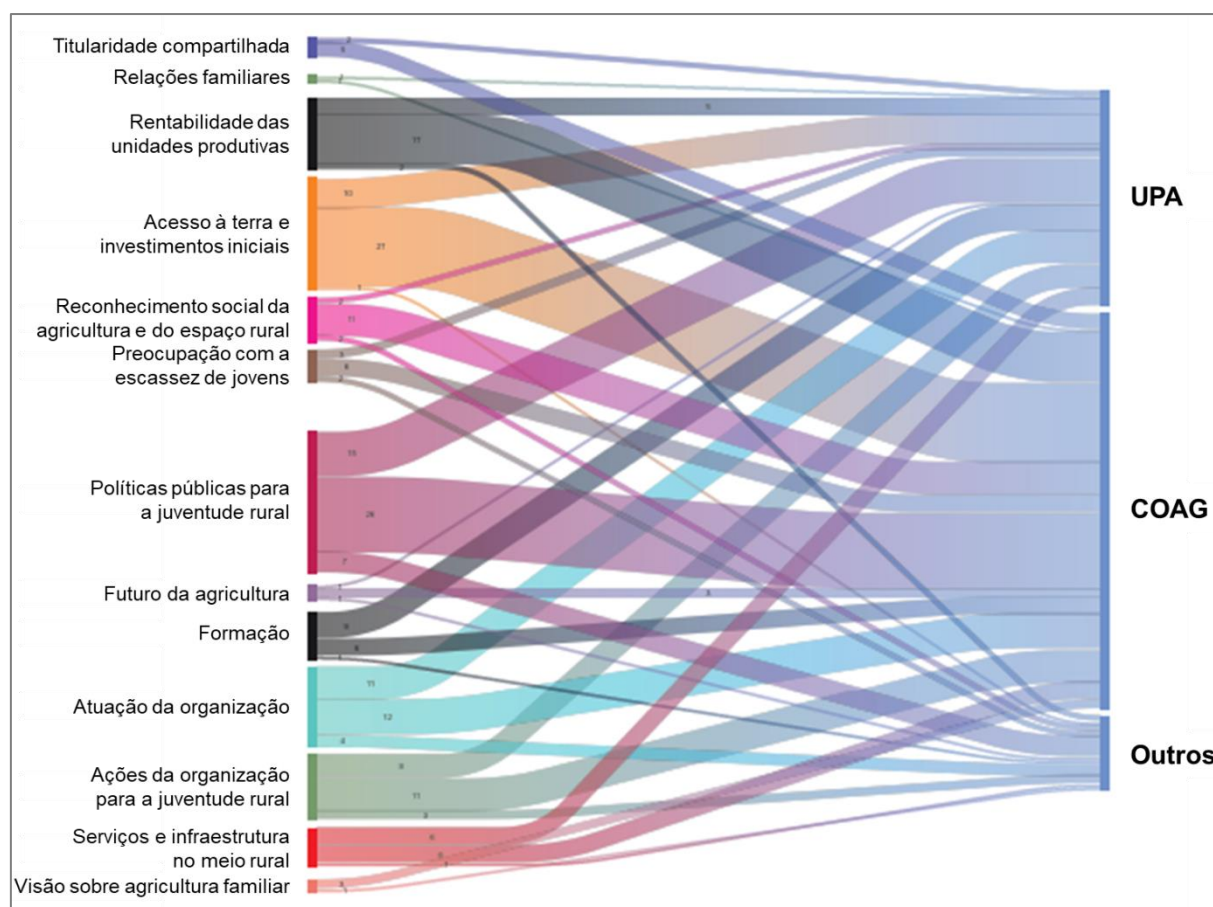


Figura 11. Diagrama de Sankey com a representação gráfica das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.

Fonte: Elaboração do autor com o uso do programa informático AtlasTi.

Com base nos dados apresentados acima, é perceptível que, dentre as categorias de análise que refletem as dificuldades para a sucessão geracional e incorporação de jovens ao setor agrário espanhol, há um destaque para três delas: “políticas públicas para a juventude rural”, “acesso à terra e investimentos iniciais” e “rentabilidade das unidades produtivas”. Somadas, estas categorias de análise representam 47,9% do total de menções categorizadas a partir da análise dos depoimentos.

Não obstante, quando analisamos os discursos dos representantes de cada organização, respectivamente, em cada coluna da tabela a seguir (tabela 18), percebemos que os representantes da COAG também indicaram estas mesmas categorias de análise como as principais necessidades.

Tabela 18. Frequências relativas às colunas (organizações), em porcentagem (%), das categorias de análise mencionadas pelos representantes de cada organização.

Categorias de análise	Organizações		
	COAG	UPA	Outros
Acesso à terra e investimentos iniciais	<u>20,1</u>	<u>13,7</u>	4,0
Ações da organização para a juventude rural	8,2	11,0	12,0
Atuação da organização	9,0	15,1	16,0
Formação	4,5	<u>12,3</u>	4,0
Futuro da agricultura	2,2	1,4	4,0
Políticas públicas para a juventude rural	<u>19,4</u>	<u>20,5</u>	<u>28,0</u>
Preocupação com a escassez de jovens	4,5	4,1	8,0
Reconhecimento social da agricultura e do espaço rural	8,2	2,7	<u>8,0</u>
Rentabilidade das unidades produtivas	<u>12,7</u>	6,8	<u>8,0</u>
Serviços e infraestrutura no meio rural	4,5	8,2	4,0
Titularidade compartilhada	3,7	2,7	0,0
Visão da organização sobre Agricultura Familiar	2,2	0,0	4,0
Totais	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor com o programa informático AtlasTi.

Já entre os discursos dos representantes da UPA, destacaram-se as seguintes categorias análise: “políticas públicas para a juventude rural”, “acesso à terra e investimentos iniciais” e “formação”.

De forma um pouco distinta, o Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação da Espanha e a representante do CEJA evidenciaram as seguintes categorias de análise como as principais necessidades: “políticas públicas para a juventude rural”, “reconhecimento social da agricultura e do espaço rural” e “rentabilidade das unidades produtivas”.

Assim, de maneira geral, cinco categorias de análise foram destaque nos discursos dos entrevistados e entrevistadas: “acesso à terra e investimentos iniciais”, “formação”, “políticas públicas para a juventude rural”, “reconhecimento social da agricultura e do espaço rural” e “rentabilidade das unidades produtivas”. Entretanto, além destas, não menos importante, na sequência desta tese também serão discutidas as categorias de análise “serviços e infraestruturas no meio rural” e “titularidade compartilhada”. Mas antes disso cabe apresentar as organizações espanholas que fizeram parte do universo empírico da pesquisa na Espanha.

5.1 As organizações espanholas representadas na pesquisa

Após apresentado o panorama inicial e antes de avançar para os discursos e discutir as referidas categorias de análise, cabe aqui apresentar as organizações sindicais que integram o recorte desta pesquisa, assim como os seus respectivos focos de atenção e pautas de atuação. Mas, antes disso, da mesma forma que anteriormente as organizações sindicais brasileiras foram situadas no contexto sociopolítico do sindicalismo rural no país, os próximos parágrafos são dedicados a posicionar a COAG e a UPA dentro do sindicalismo agrário naquele país.

A retomada do regime democrático na Espanha¹⁶² e o advento de uma nova constituição (1978) tornou possível a liberdade sindical e o surgimento de novos sindicatos. No entanto, apesar dessa possibilidade estar ancorada na reforma democrática, muitas organizações verticais de representação antecederam o período anterior à redemocratização se mantiveram em exercício. Nesse sentido, para Moyano (2002), o longo período da ditadura e a presença continuada dos organismos corporativos, a ela ligados, impediram que se assentassem no setor agrário espanhol as bases para a consolidação de um movimento associativo e sindical semelhante ao que aconteceu em outros países europeus.

Essas instituições - que se mantiveram com a instauração do regime democrático na Espanha - se transformaram nas Câmaras Agrárias, em seus níveis local, provincial e nacional, desempenhando importantes funções em diferentes esferas. Não obstante, com o reconhecimento da liberdade sindical, o sindicalismo

¹⁶² O marco da transição se dá após a morte do ditador Francisco Franco, que ascendeu ao poder após um golpe militar (1936), período que marca uma sangrenta guerra civil que levou à morte mais de meio milhão de pessoas.

agrário espanhol começou uma nova etapa, apesar das condições pouco favoráveis para seu desenvolvimento (DE LA FUENTE, 1991), pois os sindicatos criados possuíam competências limitadas no contexto sociopolítico da época (MOYANO, 1983).

Esse autor observa que, já nesse período, havia uma diferença entre as organizações representativas dos trabalhadores assalariados e as organizações representativas dos agricultores, mencionando que *“ambos tipos de sindicalismo poseen una dinámica propia y una problemática específica que exigen un tratamiento separado”* (MOYANO, 1983, p. 34). Ademais, convém ressaltar que a mesma fonte identifica três grandes tendências organizativas no sindicalismo entre as entidades agrárias representativas espanholas: um sindicalismo de classe, um sindicalismo empresarial e um sindicalismo reformista.

As organizações da primeira via, representando o sindicalismo de classe,

conciben la sociedad rural como una sociedad dividida en clases con intereses no sólo distintos sino, en muchas ocasiones, antagónicos, que dan a la dinámica social que acontece en su seno una naturaleza intensamente conflictiva, latente o manifiesta según las circunstancias. En lo que respecta a los agricultores, el sindicalismo «de clase» entiende que los agricultores familiares y los empresarios agrícolas constituyen dos clases sociales con intereses distintos, por ocupar posiciones diferentes en el sistema capitalista de producción y distribución y la defensa de los cuales resultaría imposible de articular de forma conjunta en una misma estructura organizativa al ser problemáticas tan específicas que difícilmente pueden ser conciliables en un programa reivindicativo común (MOYANO, 1983, p. 34-35, destacado no original).

Por outro lado, o sindicalismo empresarial

presenta en su discurso ideológico a la «dimensión empresarial» como variable hegemónica. Ello significa que este tipo de sindicalismo concibe la explotación agrícola como una empresa cuyo objetivo fundamental ha de ser la obtención del máximo beneficio económico (MOYANO, 1983, p. 37, destacado no original).

Já a via reformista do sindicalismo espanhol é uma espécie de terceira via entre o sindicalismo de classe e o sindicalismo empresarial. Assim, para as organizações dessa vertente,

la concepción de la sociedad rural como una sociedad ciertamente heterogénea, en la que se relacionan grupos sociales de muy diversas características y con intereses diferentes, pero que, de ningún modo, pueden considerarse como grupos antagónicos ni concebirse sus interrelaciones como intrínsecamente conflictivas (MOYANO, 1983, p. 38).

Dessa forma,

A diferencia del sindicalismo «de clase», el sindicalismo «reformista» no cree que los agricultores familiares vivan una situación de explotación por motivos

de tipo estructural, ligados a la propia naturaleza del sistema económico capitalista, ni concluyen que la mejora de las condiciones de vida de los pequeños y medianos agricultores exija, inevitablemente, el cambio del modelo de sociedad imperante. Por lo que aboga es por una corrección de los efectos negativos que dicho modelo de desarrollo ocasiona sobre determinados grupos sociales, para evitar que las desigualdades económicas sean cada vez mayores e impedir que la estabilidad del sistema pueda verse amenazada por los conflictos inevitablemente surgidos de ese contexto (MOYANO, 1983, p. 38; destacado no original).

Além disso, o mesmo autor identifica dois discursos dominantes no sindicalismo agrário europeu, que se aplicam também ao caso espanhol: o discurso empresarial e o discurso neo-campesino (MOYANO, 2002). O discurso empresarial entende que as explorações agrárias, familiares ou não, devem ser modernas e viáveis, como uma empresa onde deve-se buscar a rentabilidade ao capital investido nela. Para este discurso, a agricultura deve continuar cumprindo um papel funcional em termos produtivos para o sistema econômico, aceitando, não obstante, uma intervenção mínima e subsidiária do Estado quando o próprio setor agrário não logra se autorregular.

Já o discurso neo-campesino está baseado em uma concepção plural e diversificada do mundo agrícola e rural: um mundo renovado culturalmente no qual a agricultura familiar deve continuar ocupando um lugar central como elemento dinamizador. Este discurso não concorda com a visão homogeneizadora que o discurso empresarial lança sobre o setor agrário e exalta o caráter heterogêneo do mesmo, assumindo sua diversidade social e estrutural (MOYANO, 2002).

Essas diferenças também estão refletidas nos discursos sobre a instalação de jovens na agricultura. O discurso empresarial está associado a uma visão de modernização da agricultura através de um caráter seletivo de quem deve estar à frente das explorações agrárias. Assim, para as organizações inseridas nesta categoria, a política de incorporação à agricultura deve buscar “[...] *jóvenes altamente cualificados que asuman la titularidad de explotaciones modernas y viables y que se comprometan a desarrollar la actividad agraria como actividad principal*” (MOYANO e FERNANDEZ, 1990, p. 17).

Por outro lado, o discurso neo-campesino está associado a uma visão de desenvolvimento rural, onde as organizações inseridas aqui entendem que

[...] la instalación es, sobre todo, una instalación de jóvenes en el medio rural, más que de profesionales de la agricultura, y por ello se oponen a que los programas de ayudas tengan un carácter demasiado selectivo, principalmente en lo que respecta a los requisitos de formación profesional, a los criterios para medir la viabilidad de los proyectos de instalación o a las

exigencias de dedicación a título principal para los jóvenes beneficiarios (MOYANO e FERNANDEZ, 1990, p. 18).

Dentro desse contexto de diversidade política e de tendências organizativas, depois de sucessivos projetos de fusão entre as distintas organizações que surgiram a partir da segunda metade da década de 1970, o sindicalismo agrário espanhol se consolidou em três opções, que representam distintas trajetórias ideológicas e culturais, articulando bases sociais com características também diferentes, logrando reconhecimento pelos poderes públicos da Espanha e da União Europeia (MOYANO, 2012). Precisamente, estas três opções são: a *Asociación Agraria de Jóvenes Agricultores* (ASAJA), a *Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos del Estado Español* (COAG) e a *Unión de Pequeños Agricultores* (UPA) (MOYANO, 2002).

Para o autor, a ASAJA – ainda que em seu nome esteja presente a expressão “Jovens Agricultores” – articula os interesses de um heterogêneo setor de agricultores, liderado por titulares de grandes e médias unidades produtivas modernizadas (ou com possibilidades de ser) (MOYANO, 2002), sem necessariamente serem jovens. Embora a ASAJA articule uma ampla base de pequenos agricultores, o que predomina é a cultura empresarial e patronal, definida em torno dos problemas das grandes e médias explorações agrícolas que contratam regularmente mão de obra assalariada e cujos titulares residem, de maneira geral, em zonas urbanas (MOYANO, 2012). Tudo isso também está refletido na filiação da ASAJA à *Confederación Española de Organizaciones Empresariales* (CEOE), organização patronal representante dos interesses do empresariado espanhol.

Já a COAG é apontada pela mesma fonte como uma coordenadora de organizações regionais, originadas durante a transição democrática, sendo que seus principais dirigentes procediam de movimentos de esquerda, do nacionalismo catalão o do catolicismo progressista. Atualmente, a forma de organização da COAG é bastante descentralizada. A agricultura familiar é sua marca identitária, ainda que sua base social seja bastante heterogênea (MOYANO, 2002).

Conforme levantado durante a pesquisa de campo, a COAG procedeu internamente com sucessivas discussões sobre a possibilidade de filiação à *Confederación Sindical de Comisiones Obreras* (CCOO), mas a opção da organização foi por seguir sem ligação formal com nenhuma confederação sindical.

A UPA, por sua vez, é uma organização filiada à central sindical *Unión General de Trabajadores* (UGT), gozando de um estatuto como federação de pequenos agricultores. A UPA expandiu sua atuação fora das zonas tradicionais de influência *ugetista*, incorporando diversas organizações de pequenos agricultores em situações de, em maior ou menor medida, dissidência com as já citadas organizações ASAJA e COAG (MOYANO, 2002). A mesma fonte aponta que a UPA, por seu vínculo com a UGT, adquiriu um importante protagonismo no sindicalismo agrário espanhol, apesar da precariedade de suas bases sociais em muitas regiões.

Estas diferenças marcam traços distintos entre as referidas organizações na definição de suas reivindicações e estratégias em defesa de um determinado modelo de agricultura, estabelecendo também diferenças nos comportamentos e discursos de seus dirigentes (MOYANO, 2012). Isto foi perceptível nas grandes manifestações agrárias no final de 2019 e início de 2020 empreendidas por toda a Espanha com o lema “*Por unos precios justos*”, onde apesar de existir uma aparência de unidade do movimento sindical agrário no país, a diversidade foi uma característica nitidamente presente¹⁶³. Conforme Moyano (2020a, p. 31-32),

Manos y rostros curtidos por las muchas horas pasadas en el tractor, por el duro trabajo en la tierra a la intemperie o por la dedicación sin límite al ganado en los establos, se mezclan en las manifestaciones con manos más refinadas y rostros de piel cuidada, más acostumbrados a gestionar sus propiedades, que al trabajo directo en ellas. El vestuario también delata las diferencias existentes entre los manifestantes, reflejando su distinta vinculación con la actividad agrícola y ganadera: en unos, muestra una relación más estrecha y directa; en otros, más distante y, en todo caso, mediada por el trabajo de los asalariados que contratan.

Não obstante, COAG, UPA e ASAJA constituem os eixos fundamentais em torno dos quais se articulam a efeitos de representação dos interesses dos agricultores espanhóis. Em suma, a ASAJA é uma organização que, tanto no perfil de seus dirigentes como na sua cultura sindical, se aproxima mais do discurso empresarial, enquanto a COAG e a UPA exaltam o discurso neo-campesino, sobretudo no que se refere a sua dimensão social (MOYANO, 2002). Tudo isso reflete um sindicalismo agrário plural e diversificado em distintas organizações, desvelando a heterogeneidade da estrutura agrária no país (MOYANO, 2012).

Convém ressaltar ainda que tanto a COAG como a UPA, organizações abarcadas no recorte empírico desta tese, contemplam em sua estrutura

¹⁶³ A propósito, ver cobertura fotográfica do jornal *El País*, disponível em: https://elpais.com/elpais/2020/02/14/album/1581680003_215345.html. Acesso em março de 2022.

organizacional instituições que trabalham especificamente com jovens e com mulheres. No caso da COAG, a federação *Juventudes Agrarias* trabalha em particular com jovens agricultores e suas pautas, enquanto a *Confederación de Asociaciones de Mujeres del Medio Rural* (CERES) estreita o trabalho com mulheres rurais. Conquanto, no que diz respeito à UPA, a *UPA Joven* é uma organização interna responsável pelo trabalho com jovens agricultores e a *Federación de Asociaciones de Mujeres Rurales* (FADEMUR) abarca o trabalho com mulheres rurais.

Todas estas organizações serão caracterizadas com mais detalhes nos próximos subitens.

5.1.1 A COAG: Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos

A *Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos* (COAG) foi a primeira organização agrária profissional que surgiu na Espanha, no final da década de 1970 (COAG, 2021). A própria organização se considera como

[...] plural, independiente y reivindicativa, representativa en todas las Comunidades Autónomas. Defiende los intereses del modelo social y profesional de agricultura, mayoritario en España, y da servicio a más de 150.000 agricultores y ganaderos [...] en todo el territorio nacional (COAG, 2021).

Para Moyano (2002, p. 588), a COAG se trata de

una coordinadora de organizaciones regionales y provinciales llamadas "uniones", surgidas en el seno de los movimientos de oposición al corporativismo franquista durante la transición democrática, y cuyos principales dirigentes procedían de las filas de la izquierda política, del nacionalismo catalán o del catolicismo progresista. [...] En la actualidad, COAG es una organización escasamente centralizada – de hecho es una coordinadora – en cuyo seno las uniones gozan de plena autonomía. Aunque el eje de la explotación familiar agraria actúa como seña de identidad para el conjunto del movimiento, la base social de COAG es, sin embargo, bastante heterogénea, ya que en ella confluyen agricultores familiares con explotaciones modernas, junto a pequeños agricultores con escasas posibilidades de hacer viables sus propias explotaciones.

Um dos nossos interlocutores, representante da COAG, mencionou que a organização defende um modelo de agricultura que prima pela função social da atividade, além de defender questões ambientais, a agroecologia e trabalhar também no âmbito do consumo. Conforme suas próprias palavras,

Defendemos un modelo social y profesional de agricultura, y lógicamente defendemos todo que conlleva un compromiso con trabajadores que contratemos también. [...] Y la parte también luego de agricultura ecológica, toda la cuestión medioambiental, un compromiso con la sostenibilidad en el

hecho producir alimentos. Y también muy sensibilizados y trabajando la parte del consumidor [...]. (Informação verbal¹⁶⁴)

Em relação ao trabalho propriamente dito, outro entrevistado representante da COAG afirmou que consiste em duas partes: uma administrativa e burocrática, que envolve também o assessoramento técnico aos agricultores para a gestão da PAC, e outra parte de defesa sindical, com incidência nas administrações públicas através de pautas reivindicativas. De acordo com esse entrevistado,

Tiene dos partes, una parte muy administrativa con cuestiones de burocracia 100 por 100, con el tema de gestión administrativa de la PAC, de ayudas a los agricultores, asesoramiento técnico de todo tipo. Y luego tiene otra parte de defensa sindical, peleas con las administraciones locales, nacionales y europeas. (Informação verbal¹⁶⁵)

Já no que tange à estrutura administrativa e organização interna da entidade, conforme uma das interlocutoras, a COAG possui uma organização a nível provincial, autonômico e nacional, apesar da independência em cada um desses níveis. A entrevistada utilizou o organograma andaluz como exemplo. Conforme suas palavras,

Nosotros en COAG estamos organizados a nivel de las provincias, cada provincia tiene su estatuto y tiene su independencia como organización. Así estamos integrados en lo que es la estructura andaluza, lo que es COAG Andalucía. Tenemos representación de todas las provincias de Andalucía, en la ejecutiva andaluza. Y luego hay COAG nacional. (Informação verbal¹⁶⁶)

Além disso, conforme mencionado, existem algumas estruturas dentro da COAG que são responsáveis por temas específicos, como é o caso da federação Juventudes Agrárias ou da *Confederación de Asociaciones de Mujeres del Medio Rural* (CERES). Esta última, conforme palavras de sua presidenta,

[...] en el área de mujer tocamos temas específicos de mujeres. Entonces, uno de los temas específicos de mujeres, es, por ejemplo, la participación de la mujer en órganos donde se decide, el empoderamiento de la mujer [...]. Trabajamos para que las mujeres sean titulares de explotaciones, no que tengan como ayuda familiar, que casi siempre estamos... y la mujer no cotiza la seguridad social, no está de alta. Es una ayuda familiar o ama de casa. Entonces luchamos para que estas mujeres sepan decidir y que es un derecho estar dada de alta en la seguridad social con cotizaciones [...]. Trabajamos en la formación, formación de mujeres específica. Y todo eso es para la participación, claro, para llegar y estar donde se decide, [...] poner sobre la mesa nuestras ideas, nuestro sentir, nuestra dificultades, y luego pues propuestas. [...] participamos en el Ministerio de Agricultura, con el gobierno, participamos activamente en todo el referente a mujeres. Entonces, llevamos toda la formación de una organización agraria, más representamos a las mujeres. Y llevamos propuestas para mejorar el trabajo que hacemos. (Informação verbal¹⁶⁷)

¹⁶⁴ Entrevista realizada com o Informante ES 03 em 17/07/2020.

¹⁶⁵ Entrevista realizada com o Informante ES 09 em 08/09/2020.

¹⁶⁶ Entrevista realizada com a Informante ES 08 em 13/08/2020.

¹⁶⁷ Entrevista realizada com a Informante ES 04 em 23/07/2020.

Já a federação *Juventudes Agrárias* é constituída atualmente como uma federação com representação em diferentes territórios através da integração de associações ou áreas de juventude (JUVENTUDES AGRARIAS, 2021). De acordo com nosso interlocutor, coordenador da federação, o que era um grupo de trabalho deu origem à entidade, que tem como finalidade principal lutar pela sucessão geracional na agricultura. O entrevistado aproveitou sua fala para destacar as ajudas da PAC para primeira instalação de jovens agricultores, assunto que será melhor discutido na sequência desta tese. De acordo com ele,

Éramos un grupo de trabajo de diferentes provincias donde cada vez que se veía que había algún tipo de problema de jóvenes, pues hacíamos reuniones tanto presenciales como vía Skype o ahora Zoom, e intentábamos poner nuestras ideas en la arena para el relevo generacional. Que no es otra finalidad principal de que la tiene nuestra federación de jóvenes, luchar por el relevo generacional. Sí es verdad que una importante de las que tenemos es la ayuda, no sé si en Sudamérica existe algo o no, un apoyo verdadero mediante la PAC para el relevo generacional, que nosotros desde que nos hemos formado, aparte de intentar buscar diferentes soluciones, hemos intentado luchar por mejorar mucho la ayuda, ya no a nivel de dinero, sino a nivel de aplicación. (Informação verbal¹⁶⁸)

Assim, com base em tais relatos e informações, percebe-se que a COAG é uma organização agrária que possui grande relevância no território espanhol, com representatividade em todas as Comunidades Autônomas do país e poder de incidência política. Tal importância também justifica o porquê de a escolha dessa entidade fazer parte do recorte empírico da presente pesquisa.

Passamos agora para uma apresentação da outra importante organização agrária espanhola que faz parte do recorte empírico dessa pesquisa: a *Unión de los Pequeños Agricultores y Ganaderos* (UPA).

5.1.2 A UPA: Unión de los Pequeños Agricultores y Ganaderos

A outra organização profissional agrária espanhola que faz parte do recorte deste estudo é a UPA, que conta com mais de 80 mil filiados em todo o território espanhol. A UPA

[...] es la organización profesional que agrupa, representa y defiende los intereses de los profesionales de la agricultura y la ganadería en España. UPA es la organización que aglutina al colectivo mayoritario del sector agrario: las explotaciones familiares cuyos titulares son pequeños y medianos agricultores y ganaderos (UPA, 2021a).

¹⁶⁸ Entrevista realizada com o Informante ES 06 em 27/07/2020.

Para um de seus representantes entrevistado durante a pesquisa,

[...] la UPA, que es la Unión de Pequeños Agricultores y Ganaderos, viene de lo que es la Unión General de Trabajadores. Había una organización de trabajadores agrícolas, y a partir de ahí, a primeros de los años 80, pues se planteó que había una cierta problemática con pequeños agricultores desde el punto de vista de organización social, y bueno, que sería interesante tener una estructura pequeña relativa al tema de pequeños agricultores. La UPA empezó como una sección dentro de la Federación de Trabajadores de la Tierra donde estuve trabajando varios años, y al año 87 ya se constituyó como una organización propia dentro de la estructura UGT. El primer congreso, de fundación de la UPA fue en 87. [...] Nuestro modelo es como dice el título, de pequeños agricultores, sobre todo de agricultura familiar. Ese modelo que defendemos desde siempre, buscar políticas y priorizar al modelo de agricultura familiar, pequeñas y medianas explotaciones. (Informação verbal¹⁶⁹)

Para a UPA (2021b), a exploração familiar é aquela entendida como um tipo de estabelecimento rural representada pelo titular da unidade produtiva familiar, podendo ainda empregar mão de obra externa à família. A própria organização entende ainda que esse modelo de agricultura está vinculado ao território através de uma gestão sustentável do mesmo. Para a organização,

[...] da empleo al titular o titulares de la explotación, pudiendo tener o no trabajadores contratados, y que está implicada en el territorio donde está ubicada la explotación y, por tanto, lo gestiona de manera sostenible, invierte en él y trabaja por él. Por tanto, no se trata de una definición únicamente económica, sino que necesariamente debe atender a consideraciones sociales y territoriales. Se trata de un modelo de explotación agraria socioeconómico ligado al territorio a través de una gestión sostenible del mismo. (UPA, 2021b)

Assim como a COAG, a UPA também possui em sua estrutura organizações específicas para o trabalho com mulheres e com jovens. No primeiro caso, essa organização é a *Federación de Asociaciones de Mujeres Rurales* (FADEMUR), uma organização progressista que luta por alcançar a igualdade e o progresso das mulheres que vivem e trabalham no meio rural (FADEMUR, 2021). De acordo com sua representante, entrevistada durante a pesquisa de campo, a FADEMUR é uma organização irmã da UPA e que conta com aproximadamente 55 mil mulheres ligadas de alguma forma à instituição. De acordo com as palavras da entrevistada,

FADEMUR es una organización hermana de UPA. Fue constituida como federación en 2004 con distintas asociaciones de distintos sectores rurales. Son tres ejes principales de trabajo: reivindicaciones frente a las administraciones públicas e difundir información sobre el rural y las mujeres rurales; fomentar el emprendimiento rural de proyectos llevados a cabo por mujeres, e; trabajar en el combate de la violencia de género en el medio rural. Aproximadamente, 55 mil mujeres en España están vinculadas de alguna forma a FADEMUR. (Informação verbal¹⁷⁰)

¹⁶⁹ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

¹⁷⁰ Entrevista realizada com a Informante ES 10 em 18/02/2021.

Logo, a organização *UPA Joven*, de acordo com seu representante que participou dessa pesquisa de campo, nasceu no seio da UPA no início da década de 2010, a partir da necessidade de organizar os jovens e motivar os filhos dos agricultores já filiados à UPA sobre o tema da sucessão geracional. Segundo o entrevistado, a finalidade da *UPA Joven* é basicamente trazer à tona as perspectivas dos jovens para afrontar os problemas da agricultura. Nas suas próprias palavras,

La organización UPA Joven nace, digamos, lógicamente, del seno de UPA. Entonces es un momento que hablamos hace unos 10, 12 años, más o menos, creo que fue en 2011 cuando se fundó. Digamos que se veía que había una necesidad quizás de organizar a los jóvenes de la misma organización o también motivar a los hijos de los afiliados, de los socios de la organización con el tema ese del relevo generacional, de hacer llegar también a las administraciones las problemáticas más concretas de los jóvenes, aunque en muchos casos son similares a las dos veteranos, de alguna manera. [...] La finalidad de la organización básicamente es hacer de altavoz de la problemática de los jóvenes para, digamos, que nuestra organización tenga también un enfoque desde la perspectiva de los jóvenes a la hora de afrontar problemas de la agricultura o del agricultor. (Informação verbal¹⁷¹)

Essas informações também demonstram a relevância que a UPA e suas organizações (*UPA Joven* e FADEMUR) gozam no âmbito do setor agrário espanhol, também justificando os motivos para seus representantes fazerem parte do universo empírico dessa investigação científica.

Agora que foram apresentadas a UPA e a COAG, a seguir, serão apresentadas as outras duas organizações que estiveram representadas durante a pesquisa de campo, de um lado, o Ministério de Agricultura da Espanha (MAPA/Espanha), na figura do Ministro Exmo. Sr. Luis Planas, de outro, o Comitê Europeu de Jovens Agricultores (CEJA), na figura de uma de suas representantes na sede da organização em Bruxelas.

5.1.3 O Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação (MAPA/Espanha) e o Comitê Europeu de Jovens Agricultores (CEJA)

O Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação (MAPA/Espanha) é o órgão competente no âmbito da Administração Geral do Estado Espanhol para a proposição e execução da política governamental em matéria de alocação de recursos agrícolas, pecuários e pesqueiros, indústria agroalimentar, desenvolvimento rural e alimentação.

¹⁷¹ Entrevista realizada com o Informante ES 12 em 10/03/2021.

Compete ao MAPA, no âmbito das atribuições do Estado, a proposição e implementação das orientações gerais do governo em matéria de política agrícola, pesqueira e alimentar (MAPA, 2021a).

Nesse sentido, para o então Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação, Sr. Luis Planas, que foi entrevistado durante a pesquisa de campo, o impulso do conhecimento e da formação de jovens é um dos elementos fundamentais para garantir o futuro do meio rural. Para ele,

El futuro del medio rural pasa sin duda, por el impulso del triángulo que forman la incorporación de jóvenes y mujeres al medio rural, el desarrollo de un regadío eficiente y el impulso de la innovación y la digitalización. Con estos tres elementos buscamos promover una agricultura más sostenible y rentable, que permita producir más alimentos con una menor utilización de recursos [...]. El impulso del conocimiento y de la agricultura inteligente, así como los nuevos modelos de negocio y emprendimiento que estimulen el empleo de calidad, son elementos fundamentales para garantizar el futuro del medio rural. En el ministerio trabajamos para impulsar la formación de los jóvenes agricultores, facilitando el intercambio de experiencias y la digitalización de las tareas agrícolas. (Informação verbal¹⁷²)

Já no que diz respeito ao Comitê Europeu de Jovens Agricultores (CEJA), sua criação foi em Roma, Itália, em 1958 por organizações que representavam jovens agricultores dos seis Estados membros fundadores da então Comunidade Econômica Europeia. Durante décadas, a CEJA tem trabalhado para direcionar as preocupações dos jovens agricultores às instituições europeias e para influenciar a formulação de políticas a nível da União Europeia (CEJA, 2021).

A atuação do comitê se dá como um fórum de comunicação entre jovens agricultores e os espaços deliberativos da União Europeia. O principal objetivo do CEJA é promover um setor agrícola mais jovem e inovador em toda a União Europeia e criar boas condições de trabalho e de vida para os jovens que se estabelecem na agricultura e àqueles que já estão instalados (CEJA, 2021). Nesse sentido, de acordo com o depoimento de sua representante,

Nosotros no somos parte de la Comisión Europea, somos una ONG. Entonces no tenemos ningún voto formal, no tenemos ningún... Nuestra voz es de advocacy [...]. El nombre del CEJA suena como muy formal como si fuéramos parte de la Unión Europea, pero no, para nada. Ellos nos dan fondos que nos ayuda... Ayuda para nuestras actividades. Porque es interés de la Unión Europea que nosotros tenemos acá dándoles ideas sobre qué es lo que los agricultores jóvenes necesitan. Porque es uno de los 9 objetivos de la próxima PAC: mejorar la cantidad de jóvenes en la agricultura. Hay 9 objetivos y esto es uno de ellos. Así que es importante. Lo que sí es difícil decir es exactamente cuánto nos toman en serio. [...] No es que todo lo que

¹⁷² Entrevista realizada com o Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação em 22/12/2020.

decimos ellos lo toman y dicen “ah ok, sí”. Muchas veces no es así. (Informação verbal¹⁷³)

Participam do CEJA cerca de 30 organizações de jovens agricultores de todos os países (27) membros da União Europeia. Não obstante, conforme as palavras da interlocutora, o CEJA não promove atividades isoladas nos países. As atividades nos países são de responsabilidade e autonomia das organizações que fazem parte do comitê. Segundo a entrevistada,

Nosotros no hacemos nada en ningún país. Todas las actividades que hacemos son específicas relativas a política europea: Legislación Europea Miembros del Parlamento de Europa, la Comisión Europea. Dejamos que nuestros miembros hagan sus actividades y son totalmente independientes, ellos pueden hacer lo que quieren, no es que nosotros le decimos “tenéis que apoyar esto”, jamás. Lo que hacemos nosotros es coleccionar las opiniones de nuestros miembros a nivel europeo. (Informação verbal¹⁷⁴)

Sem embargo, a pauta da sucessão geracional e incorporação de jovens na agricultura faz parte das agendas tanto do MAPA/Espanha quanto do CEJA. Mas é necessário distinguir as responsabilidades e atuação dos dois organismos: enquanto o primeiro é responsável pela proposição e execução de políticas agrárias na Espanha, o segundo atua como uma porta de diálogo entre a União Europeia e as organizações agrárias de jovens de cada país.

Durante a pesquisa de campo, os representantes de todas as organizações demonstraram preocupação com a escassez de jovens agricultores e a falta de jovens interessados pela atividade agrária. Esse aspecto será ampliado na seção subsequente. Posteriormente, serão abordadas as principais necessidades apontadas pelos entrevistados para incrementar a sucessão geracional e incorporação de jovens na agricultura, as quais constituem as categorias de análise das entrevistas realizadas na Espanha.

5.2 Preocupação com a escassez de jovens agricultores

Conforme já exposto na revisão bibliográfica desta tese, é um fato que a população agrária espanhola está envelhecida e que há uma escassez de jovens interessados na/pela agricultura. Além disso, convém registrar que dentre o universo de entrevistados durante a pesquisa de campo, os representantes de todas as

¹⁷³ Entrevista realizada com a Informante ES 05 em 23/07/2020.

¹⁷⁴ Entrevista realizada com a Informante ES 05 em 23/07/2020.

organizações manifestaram preocupação com o baixo número de agricultores jovens ou de jovens interessados por incorporar-se a esta atividade agrária na Espanha.

Nesse sentido, um dos interlocutores, nesse caso representante da COAG, mencionou com ares de grande preocupação a idade média da população agrária e a escassez de jovens interessados em seguir na profissão. Além disso, o entrevistado comentou que quase um terço dos agricultores já estão aposentados. Conforme suas palavras,

Y la población [agraria] es muy envejecida. Y cada vez más. Porque hay una parte ascendiente de la población que está en torno a los 50 a 65 años, que en los próximos 10 años lo vamos a perder. Y no tenemos por detrás a nadie. A parte de que casi un 30% son agricultores jubilados, que complementan su pensión con agricultura y con las ayudas de la PAC. Y tenemos un serio problema. Tenemos un serio problema. Da miedo. (Informação verbal¹⁷⁵)

De forma complementar, outro entrevistado, também representante da COAG concordou que a população agrária espanhola está bastante envelhecida. Para ele, a questão da sucessão geracional na agricultura requer uma atenção especial:

Primero, hace falta que los jóvenes se incorporen porque la edad media del agricultor está en 55, cerca de 60 años. La edad media en España. Entonces, hace muchísima falta, y además, el relevo generacional y la gente que cobra la PAC, las ayudas europeas de la PAC, pues creo que 40%, por ahí, son más de 55 años. En torno de 40%, más de 55 años. Bueno, entonces tenemos tanto una población cuanto el sector agrario en general, está bastante envejecido. Entonces, hace mucha falta relevo generacional. (Informação verbal¹⁷⁶)

Uma das entrevistadas, representante da CERES, mencionou que a falta de interesse pela sucessão geracional na agricultura afeta jovens homens e mulheres e o setor agrário como um todo, causando um progressivo envelhecimento da população agrária. Conforme suas palavras, “*El relevo generacional es algo que afecta a hombres y a mujeres, y al sector primario, a la agricultura. ¿Por qué? Pues porque, por ejemplo, en España, el sector primario está envejecido. Está envejecido*” (Informação verbal¹⁷⁷).

Além disso, um representante da UPA concordou que a sucessão geracional na agricultura é um problema na Espanha aproximadamente 60% dos agricultores espanhóis estão prestes a aposentar-se. Além disso, o interlocutor relacionou a falta de sucessão geracional e o despovoamento de territórios rurais como os dois

¹⁷⁵ Entrevista realizada com o Informante ES 09 em 08/09/2020.

¹⁷⁶ Entrevista realizada com o Informante ES 02 em 13/07/2020.

¹⁷⁷ Entrevista realizada com a Informante ES 04 em 23/07/2020.

principais problemas da agricultura e do meio rural espanhol. De acordo com suas palavras,

*Bueno, pues aquí el relevo generacional como te puedes imaginar es un problema. Es un gran problema porque la población está muy envejecida. Prácticamente **Pues seis de cada diez agricultores están a punto de jubilarse, tienen una edad bastante alta, Y si contamos en cuenta también el desequilibrio territorial que hay en gran parte del territorio, tenemos prácticamente media España con grandes problemas de despoblamiento** [...]. Logo consideramos que esto es una, o debería ser, una política de estado, o sea, si pudiésemos hablar de los grandes problemas de la agricultura y del medio rural general en España, yo al menos considero dos. Hay muchos, pero para poner una escala, considero el tema del despoblamiento y el tema del relevo generacional. Esas dos cuestiones consideramos que deben ser estrategias políticas de Estado. (Informação verbal¹⁷⁸; destaques nossos)*

Outro entrevistado, representante da UPA Joven, também mencionou essa relação entre a falta de sucessão geracional e o problema de despovoamento de áreas rurais na Espanha. Nesse sentido, expressou sua opinião do seguinte modo:

[...] sobre relevo generacional, de cómo vemos este problema, que tiene que ver y que está muy vinculado con otros problemas que están ahí de fondo, como la despoblación del medio rural. Aquí en España tenemos un problema importante de abandono de las zonas rurales, que la población migra hacia las ciudades y a los núcleos más urbanos donde hay más oportunidades. (Informação verbal¹⁷⁹)

Uma das causas para esse grau de envelhecimento da população agrária, segundo um dos interlocutores, está na menor motivação que a agricultura representa para os jovens hoje em dia em comparação com décadas atrás. Isso porque, segundo ele, os custos de produção estão atualmente mais elevados, os produtos agrícolas não recebem uma remuneração adequada, além de uma elevada carga burocrática:

Yo creo que hay menos motivación hoy que hace 50 años. Hace 50 años, no había muchas opciones, no había muchas alternativas. Era el campo, era la agricultura. También es verdad que en aquella época la agricultura motivaba, la agricultura se remuneraba. Los costes de producción eran mucho más bajos. Había mucho menos cargas burocráticas, era más sencillo. (Informação verbal¹⁸⁰)

De acordo com nossa entrevistada, representante do CEJA, em nível europeu, o Comitê não possui estudos precisos com dados exatos, entretanto, a percepção da organização é que o número de agricultores jovens tem baixado substancialmente. De acordo com ela, “No tenemos datos exactos. Lo que sí vemos es que los números

¹⁷⁸ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

¹⁷⁹ Entrevista realizada com o Informante ES 12 em 10/03/2021.

¹⁸⁰ Entrevista realizada com o Informante ES 03 em 17/07/2020.

de agricultores jóvenes está bajando, totalmente. Y eso en general es un problema en toda Europa y en todo el mundo” (Informação verbal¹⁸¹).

Para o CEJA, são três as principais dificuldades para a sucessão geracional na agricultura europeia: a dificuldade no acesso à terra, aspectos relacionados à formação e à difusão de informações e as dificuldades de acesso ao crédito. Conforme a sua representante,

Lo que decimos es que hay tres dificultades para entrar en el sector. No es necesariamente en esa orden, pero en general son tres. Primero es el acceso a la tierra, que en toda Europa está demasiado cara y hay muchas razones para eso, después te digo más. Según es acceso a la información, entonces tener toda la información, todos los datos que necesita para ser un buen agricultor, empezar a ser un agricultor. Y tercero es acceso al crédito, es decir, si tienes 25 años y vas a un banco pidiendo 10 millones de dólares para empezar tu granja, no te lo van aceptar porque vos no tenéis un historial de crédito de la cual... Así, esas son las tres cosas que en general siempre comunicamos que son lo que hace más difícil para gente joven entrar al sector. Después cada una de ellas tiene sus propios problemas y obstáculos. (Informação verbal¹⁸²)

O próprio Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação da Espanha mencionou na entrevista realizada durante a pesquisa de campo que os jovens são o futuro do meio rural, mas o governo precisa se voltar para o tema da incorporação de jovens e mulheres na atividade agrária, na tentativa de reverter a atual situação na Espanha de masculinização e de envelhecimento de grande parte da população agrária. Nos termos do Ministro,

En este ámbito, los jóvenes son el futuro de un sector agrario más competitivo y la garantía de disponer de un medio rural poblado, más sostenible y basado en el conocimiento. Por eso, el Gobierno se va a volcar en la incorporación de jóvenes y de la mujer a la actividad agraria, a través de medidas que contribuyan a revertir la situación actual de masculinización y envejecimiento de gran parte del campo español. (Informação verbal¹⁸³)

Nesse sentido, é perceptível a preocupação das organizações que fizeram parte do recorte empírico espanhol dessa pesquisa em relação à escassez de jovens agricultores, ao baixo índice sucessório na atividade agrária e aos desdobramentos que tal situação acarreta. A partir disso, na sequência, serão abordadas as categorias de análise que tratam especificamente, no entendimento das organizações entrevistadas, das necessidades para jovens agricultores e que consequentemente afetam a decisão em suceder ou não seus progenitores na atividade agrária.

¹⁸¹ Entrevista realizada com a Informante ES 05 em 23/07/2020.

¹⁸² Entrevista realizada com a Informante ES 05 em 23/07/2020.

¹⁸³ Entrevista realizada com o Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação em 22/12/2020.

5.3 Necessidades e demandas para jovens agricultores a partir das categorias de análise: o caso espanhol

Conforme exposto anteriormente, a partir dos discursos dos entrevistados, as necessidades para jovens agricultores foram divididas categorias de análise. No caso das entrevistas realizadas na Espanha, essa divisão se deu em sete categorias de análise (figura 14): “acesso à terra e investimentos iniciais”; “formação”; “reconhecimento social da agricultura e do espaço rural”; “rentabilidade das unidades produtivas”; “serviços e infraestrutura no meio rural”, e; “titularidade compartilhada”.

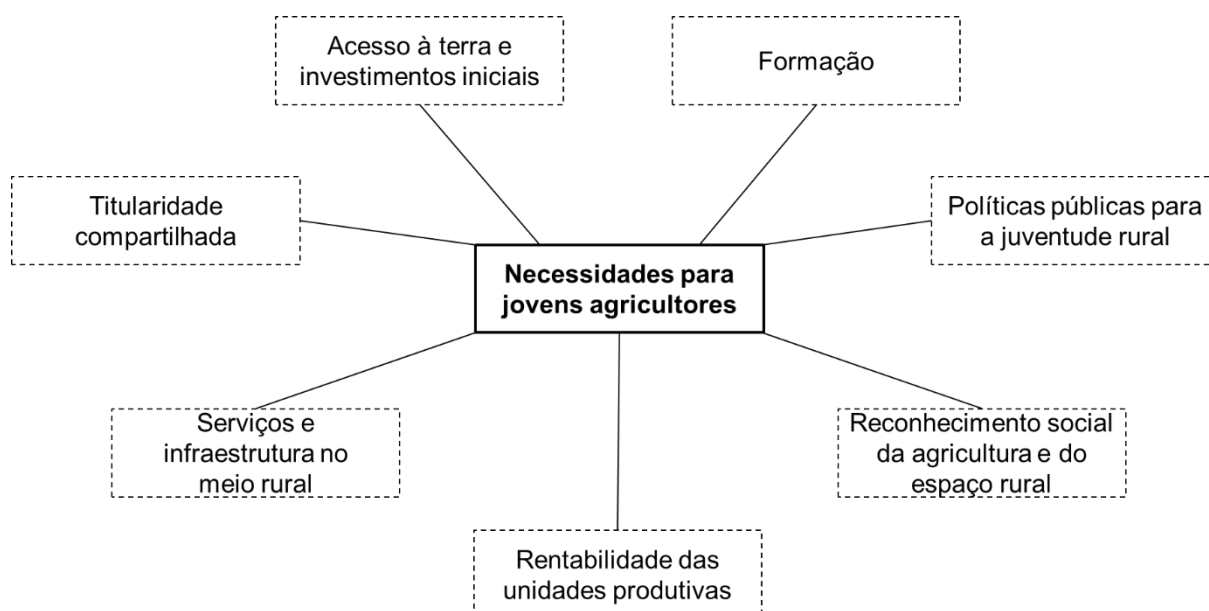


Figura 12. Categorias construídas a partir das necessidades para jovens agricultores apontadas nos discursos dos entrevistados.

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa de campo.

A seguir, serão discutidas cada uma dessas categorias de análise, a começar pela dificuldade de “acesso à terra e investimentos iniciais”.

5.3.1 Acesso à terra e investimentos iniciais

Como visto anteriormente, a categoria de análise “acesso à terra e investimentos iniciais” foi uma das mais mencionadas pelos entrevistados. O próprio MAPA/Espanha assinalou recentemente, em um estudo que, sem dúvida, as dificuldades de acesso à terra influenciam a sucessão geracional na agricultura (MAPA, 2021b). Esse estudo assinala que a problemática é o obstáculo mais

importante para que jovens agricultores, de ambos os sexos, possam incorporar-se à atividade agrária. Mas o documento também destaca que em setores mais especializados e de exploração mais intensiva, os jovens consideram menos importante a terra e pesam mais o conhecimento (MAPA, 2021b).

A imobilidade do mercado de terras, o alto preço tanto para aquisição quanto para arrendamento e os altos investimentos iniciais necessários para a instalação de jovens no setor agrário, são, sem dúvida, fatores que dificultam a sucessão geracional e a instalação de jovens na agricultura. Esses aspectos foram tratados nas entrevistas ao longo da pesquisa de campo, conforme abordaremos nos próximos parágrafos.

Para um dos interlocutores, o principal aspecto relacionado com as dificuldades de sucessão geracional no setor agrário espanhol é precisamente o problema de acesso à terra devido aos altos preços de aquisição e/ou para arrendamento. Segundo ele, a atual remuneração dos produtos agrários e a rentabilidade da agricultura não permitem pagar o preço especulativo que as terras têm apresentado. Conforme suas palavras,

El problema mayoritario que tenemos en mi punto de vista, del relevo generacional, no son los apoyos públicos, hay un problema de acceso a la tierra porque la tierra es muy cara. [...]. En ese sentido, decir que el problema que tenemos es que la tierra está más cara que el mercado agroalimentario te permite pagar. La remuneración de los precios agrarios en Europa, en España y en Andalucía no da para pagar los precios especulativos que tiene la tierra. (Informação verbal¹⁸⁴)

Outro entrevistado, representante da COAG e da área de Juventudes Agrárias da organização concordou com esses argumentos. Para ele,

Entonces, una empresa, cualquiera, que se quiera meter, necesita un patrimonio, unas inversiones gigantescas en lo que es inmovilizado, que al final es tu terreno. Ya sea bien en propiedad o en el arrendamiento. Y no todo el mundo de los jóvenes agricultores está dispuesto a comprar, poder comprar el terreno que tú necesitas para que tu empresa sea viable sin arrendamiento. Entonces, es un problema serio, [...]. la falta de precio de la mitad de los productos, y la gigantesca inversión que necesita, haya visto el valor de la tierra en Andalucía. (Informação verbal¹⁸⁵)

Para a representante da CERES, a maioria das incorporações de jovens ao setor agrário é de filhos ou filhas de agricultores, isso porque é praticamente impossível um jovem que não tenha origem agrária conseguir acessar terras produtivas. De acordo com os termos utilizados por ela,

A ver, el acceso a la tierra, es que la chica o el chico joven que no venga de una familia de campesino, es prácticamente imposible que puedan incorporarse. La mayoría de incorporaciones que hay es que vienen de

¹⁸⁴ Entrevista realizada com o Informante ES 03 em 17/07/2020.

¹⁸⁵ Entrevista realizada com o Informante ES 09 em 08/09/2020.

campesino, y hay algunas tierras que son las que ellos cultivan. ¿Por qué? El acceso a la tierra, es que no hay tierra, la tierra es muy cara, entonces, no tienen forma, no tienen forma. Necesitan avales muy fuertes porque son préstamos muy grandes. Entonces son una serie de requisitos que no pueden. (Informação verbal¹⁸⁶)

Outra entrevistada, representante da FADEMUR, convergiu com esse mesmo entendimento. Essa interlocutora indicou que é praticamente impossível um jovem, seja homem ou mulher, começar na atividade agrária sem que faça parte de uma família que já seja agricultora. Além disso, ela também comentou que geralmente as mulheres saem para estudar e não ficam no espaço rural. Conforme suas palavras,

Normalmente, las mujeres salen para estudiar y no se quedan en los pueblos. Pero en los últimos años se percibe muchos casos de jóvenes mujeres que salieron para trabajar y volvieron para gestionar la explotación de sus padres. También hay casos, pero esos sí son excepciones, de mujeres que no tienen relación con la actividad agraria y se tornan agricultoras o ganaderas, pero así como ocurre con los jóvenes hombres, es muy difícil instalarse sin ya tener acceso a una explotación o a una infraestructura mínima. Empezar de cero es casi imposible tanto para hombres como para mujeres. (Informação verbal¹⁸⁷)

Segundo outro entrevistado, representante da COAG, existem dois fatores que dificultam o acesso à terra e que, direta ou indiretamente, inflacionam seu preço: um é o arraigo cultural que a terra representa para os agricultores e agricultoras e, outro, é o baixo valor das pensões de aposentadoria para agricultores na Espanha, o que faz com que esses agricultores, mesmo depois de aposentados, sigam exercendo a profissão como forma de complementar a renda. Esse interlocutor argumenta que:

¿Y qué ocurre, por qué hay tan poco relevo? Bueno, pues una parte por los mayores, que ya llegan a la edad de pensión, cuando se van, que se jubilan, pues la jubilación del campo es bastante baja. [...] Entonces claro, el jubilado que le queda 600 Euros, digamos, de pensión, pues al final tiene que seguir cultivando la tierra porque no les llega la pensión para sobrevivir. Y luego hay otra cosa también que es el arraigo cultural que hay con la tierra, ser agricultor no es una empresa más. El agricultor tiene un arraigo [...]. Entonces, por una parte es el tema económico, y por otra parte es que un agricultor sin su explotación, digamos, que es él que dirija, él que sea que lleva aquello y es su vida, digamos, es una parte de su vida. Y le costa también dejar de trabajar por esa parte y dejar para un hijo la dirección de la explotación. Entonces estas dos partes también dificultan: las pensiones y el arraigo que hay en el campo. Otra parte también que crea dificultad para que los jóvenes si incorporen es el precio de la tierra. En España el precio de la tierra es bastante caro. [...] Entonces esa es otra dificultad que hay, el precio de la tierra. (Informação verbal¹⁸⁸)

Outra representante da COAG também mencionou o fato de que os baixos valores das pensões de aposentadoria fazem com que os agricultores já aposentados

¹⁸⁶ Entrevista realizada com a Informante ES 04 em 23/07/2020.

¹⁸⁷ Entrevista realizada com a Informante ES 10 em 18/02/2021.

¹⁸⁸ Entrevista realizada com o Informante ES 02 em 13/07/2020.

sigam vinculados a suas unidades produtivas e à agricultura e se trata, tema este bastante complexo. Para ela,

*Ese tema es un tema bastante complejo. Tenemos que tener en cuenta cuando nuestros mayores se jubilan, y muchos de ellos se jubilan... O sea, la vinculación con la tierra no la pierden porque siguen estando pendientes de su explotación, pero es cierto que ese tema de jubilación y aquí el problema radica en las pensiones. Han estado autónomos toda su vida, han contribuido con sus impuestos con su trabajo y la jubilación que le queda a un autónomo es una miseria. Tal y como está hoy en día lo que es la calidad de vida, o sea el poder adquisitivo, el precio de las cosas, nuestros mayores no pueden vivir con esas pensiones. Entonces claro, no lo voy a justificar. Y tengo el problema de acceso a la tierra, yo lo sufro. Lo sufro yo y sufrimos todos los compañeros jóvenes que me rodean, y eso siempre hablamos del mismo tema, el problema de acceso a la tierra. **Los mayores no sueltan la tierra porque es una manera de complementar esa pensión. Entonces habría que plantear a nivel estatal una medida, una solución para que de alguna manera se resuelva el tema de las pensiones** (Informação verbal¹⁸⁹; grifos nossos).*

A mesma interlocutora ainda completou:

Por eso te digo que es un tema difícil de resolver, es muy complejo, no es solamente una parte, hay que ver una parte y la otra, habría que intentar buscar una solución intermedia. Porque lo cierto y verdad es que el campo está envejeciendo y los jóvenes cada vez lo tienen más difícil a la hora de incorporarse. Entonces no es una cuestión que se pueda resolver... que tú digas "vamos a resolverlo dentro de 20 años", no. (Informação verbal¹⁹⁰)

O representante da federação Juventudes Agrárias mencionou que além da complementação da renda de agricultores já aposentados dar-se com o exercício da agricultura, as subvenções da PAC também servem de complemento. Para ele, o baixo valor das pensões de aposentadoria é um problema não agrário que, ao fim e ao cabo, está resolvendo-se em maior ou menor medida com o orçamento da PAC que deveria ser destinado para questões agrárias. De acordo com suas palavras,

¿Qué ocurre? Que tienen pensiones que son bajas, la mayoría de los agricultores. La mayoría de los agricultores han cotizado a lo largo de su vida por el mínimo, y le queda una pensión de 600, 700 euros. ¿Qué pasa? Que con lo que le vienen de la PAC, complementan la renta y pueden vivir dignamente. Al final estamos resolviendo un problema que no es agrario, con dinero agrario. Estamos resolviendo un problema social de que esa gente ha cotizado el mínimo o no tenía posibilidad de cotizar por una mayor base. Entonces, estamos resolviendo un poco la problemática de las pensiones bajas con el dinero que viene para la compensación de los precios agrarios. (Informação verbal¹⁹¹)

Outro entrevistado também mencionou esse tema, concordando com os argumentos acima de que se trata de um problema social cujo equacionamento conta com as ajudas da PAC. Para ele, todas as leis permitem que agricultores aposentados

¹⁸⁹ Entrevista realizada com a Informante ES 08 em 13/08/2020.

¹⁹⁰ Entrevista realizada com a Informante ES 08 em 13/08/2020.

¹⁹¹ Entrevista realizada com o Informante ES 06 em 27/07/2020.

possam seguir exercendo a atividade agrária e recebendo ajudas da PAC. Tal interlocutor utilizou os seguintes termos para expor sua posição:

Es un problema social que lo parchearan con las ayudas de la PAC, ayudas que deberían ir a los profesionales, y lo intentarían, lo problema social que tenemos, parchear de esa manera. Es mala gestión administrativa. Además, tienen todas las leyes abiertas para que puedan seguir ejerciendo su actividad agraria. No es que cometan ilegalidad ni nada, que pueden seguir contratando personal, pueden seguir teniendo sus ingresos agrarios, todo abierto. (Informação verbal¹⁹²)

Outro aspecto mencionado que dificulta o acesso à terra por parte de jovens que buscam instalar-se na agricultura é o momento da transferência das terras dos pais para os filhos. O entrevistado, representante da UPA, também comentou que agricultores já aposentados seguem recebendo subvenções da PAC, o que dificulta a transferência das terras e de direitos associados aos filhos para que possam incorporar-se como agricultores. Conforme suas palavras,

*Y sobre el acceso a la tierra, pues aquí hay una cultura de gente mayor, aquí tenemos mucha gente mayor que está cobrando las ayudas PAC, incluso algunos están jubilados ya, otros no están jubilados, pero hay mucho la cultura de **“esta tierra es mía y mi hijo me ayuda”, pero no se da la explotación al hijo. Falta incentivos para de alguna manera...** Y perdona, esa transición de la explotación no solamente es físicamente, por las tierras en sí, sino por los derechos de la PAC que van asociados de alguna manera a esas tierras, ¿no? El tema de los derechos de la PAC está limitando mucho el acceso a la tierra de los jóvenes que se incorporan. (Informação verbal¹⁹³, grifos nossos).*

Para o mesmo representante da UPA, esse aspecto faz com que muitos jovens que já estão incorporados ao setor agrário e exercendo a profissão de agricultor tenham dificuldade no acesso a terras, além de não terem direito a subvenções da PAC porque não são titulares de explorações agrárias. Nesse sentido, para a UPA, conforme as palavras de nosso interlocutor,

*Consideramos que hay mucha población agrícola que está recibiendo las ayudas PAC y con una edad bastante elevada, mucho de ellos ya jubilados, no, y sin embargo jóvenes que están trabajando en el campo, pero no son titulares de la explotación, u otros que quieren acceder... [...] mucha gente de edad avanzada sigue cobrando ayudas PAC, derechos, **mientras jóvenes que están incluso ya en el campo, trabajando en el campo, pero ayudando su padre y tal, no, no pueden ser titulares.** (Informação verbal¹⁹⁴; destaques nossos).*

Um aspecto mencionado em diferentes entrevistas diz respeito a fundos de investimento que trabalham de forma especulativa com o mercado de terras. Esses fundos de investimento, além de investir na produção agropecuária, compram uma

¹⁹² Entrevista realizada com o Informante ES 09 em 08/09/2020.

¹⁹³ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

¹⁹⁴ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

quantidade grande de terras, o que prejudica os jovens que buscam sua incorporação ao setor agrário. As terras adquiridas por esses fundos de investimento geralmente são aquelas mais bem situadas, mais produtivas, com direitos a subvenções da PAC, além de direitos de irrigação e uso de água.

Sobre isso, a representante da CERES mencionou os seguintes termos:

Y luego otra cosa añadida son los fondos de inversión que están viniendo. Están llegando fondos de inversión, grandes empresas de Holanda, de Alemania, no, de fuera, que llegan... Aquí, alrededor mío, me pueden llegar a mí igual que llegan a mi vecino, y dicen "alquílenme sus tierras". Alquila la tierra, tú te quedas trabajando como un jornalero, yo me quedaría como una jornalera, pero yo ya no soy dueña de mi tierra. Ellos siembran, hacen y yo soy una trabajadora más. Se están quedando con las tierras. Porque la alimentación es un negocio. (Informação verbal¹⁹⁵)

Outra interlocutora, representante da COAG, mencionou que esses fundos de investimento buscam aquelas terras que possuem maior valor agregado, com direitos de irrigação e que permitem, por exemplo, a exploração superintensiva de olivares. Ela utilizou as seguintes palavras para se referir a essa especulação no mercado de terras:

Hay mucha especulación con la tierra, hay un nivel de circulación bestial, hay muchos fondos de inversiones que están aquí adquiriendo tierras. Sobre todo, lo que nos preocupa están aquí adquiriendo tierras con derechos de regadío, con derechos de riego. Hay un movimiento especulativo también muy grande con el tema del olivar superintensivo. Y la verdad que el escenario, el panorama que tenemos nosotros ahora mismo no es nada nada bueno. (Informação verbal¹⁹⁶)

Além dos problemas associados à dificuldade de acesso à terra e dos altos investimentos iniciais necessários, também é importante registrar uma outra questão levantada pelo representante da *UPA Joven*: as dificuldades de acesso ao crédito para financiar os projetos de incorporação. Para esse interlocutor,

Con el tema de las incorporaciones de jóvenes, yo creo que es fundamental apoyar el relevo generacional. Y hay que apoyar el relevo generacional lógicamente con dinero, con ayudas para incorporación, porque básicamente los jóvenes tienen varios problemas a la hora de incorporarse. El problema de acceso a la tierra y problemas de financiar su proyecto [...]. En algunos casos ha sido yo quien ayudó a jóvenes con su plan de incorporación, y han tenido que renunciar su proyecto porque han tenido dificultades de encontrar un banco que financie su proyecto. (Informação verbal¹⁹⁷)

Esse mesmo interlocutor complementou, informando que

[...] la falta de financiación es otro de los puntales de la problemática a la hora de incorporarse, porque cualquier negocio, lógicamente necesita dinero. Y el caso de la agricultura, mucho. Es verdad también que un hijo de agricultor, un joven o una joven, que la familia ha tenido vinculación con la agricultura

¹⁹⁵ Entrevista realizada com a Informante ES 04 em 23/07/2020.

¹⁹⁶ Entrevista realizada com a Informante ES 08 em 13/08/2020.

¹⁹⁷ Entrevista realizada com o Informante ES 12 em 10/03/2021.

*previa, lo tiene mucho más fácil que otro que no tiene nada que ver con la agricultura. ¿Por qué? Porque ya tiene las estructuras, en muchos casos ya tiene tierras, tiene maquinarias, bienes, experiencia, lo han vivido más de cerca. Sin embargo, un joven que se ha dedicado a cualquier otra cosa y se quisiera incorporar a la agricultura, lo tiene mucho más complicado, porque la inversión que tiene que hacer en maquinaria, en infraestructuras, en buscar tierras, es muchísimo mayor. Ese es un problema añadido. **Acceder a crédito por un joven es difícil, porque si tú no has trabajado en nada, tampoco tienes pocos ahorros, no tienes patrimonio, no tiene quien avaluar, es complicado que un banco te ofrezca o puedas acceder a un préstamo o a un crédito por las líneas convencionales.** Entonces, yo creo que ahí la administración tendría que adentrar un poquito. (Informação verbal¹⁹⁸; destaques nossos).*

Além desse aspecto de facilitar o acesso a crédito a jovens, foram levantadas, durante as entrevistas, outras possibilidades e alternativas pelos interlocutores as quais dizem respeito, basicamente, a incentivos públicos em diferentes níveis administrativos: comarcais, autonômicos e nacionais.

A representante CERES comentou durante a entrevista que existem terras abandonadas que poderiam ser destinadas a pessoas jovens que tenham interesse na agricultura. Para ela, as prefeituras (*ayuntamientos*) poderiam fazer essa intermediação:

Luego el tema, también se ha trabajado mucho desde COAG, por el tema de las tierras que hay abandonadas. Que esas tierras abandonadas puedan, personas que quieren incorporarse, que puedan acceder, o que se hagan cargo los ayuntamientos, y que esas tierras puedan coger personas que quieren incorporarse en el sector agrario. Que también es muy importante. (Informação verbal¹⁹⁹)

Um dos interlocutores representantes da UPA mencionou o tema da tributação para a transferência de terras também como alternativa e possibilidade para facilitar a sucessão geracional e incorporação de jovens na agricultura. O entrevistado afirmou que a UPA considera que, além de ajudas financeiras para a incorporação de jovens, deveria haver uma flexibilidade fiscal (incentivos ou redução de impostos) para facilitar a transmissão de terras para gerações mais novas. Conforme suas palavras,

En cuanto a otras cuestiones, pues fiscalidad: consideramos que aparte de las ayudas, todo lo que supone el tema de la transmisión de tierras en términos de impuestos, debería haber una flexibilidad para facilitar tanto a nivel de la tramitación como a nivel de la clase impositiva, impuestos sobre transmisiones, cuando esa transmisión se hace hacia jóvenes. Jóvenes que se incorporan o incluso jóvenes que están incorporados ya, pero que decidan aumentar su explotación y tal, no, eso por un lado. (Informação verbal²⁰⁰)

¹⁹⁸ Entrevista realizada com o Informante ES 12 em 10/03/2021.

¹⁹⁹ Entrevista realizada com a Informante ES 04 em 23/07/2020.

²⁰⁰ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

O mesmo entrevistado mencionou ainda que a UPA demandou do poder público incentivos para que agricultores de idade mais avançada, que seguem cobrando subvenções da PAC, pudessem ceder esses direitos para agricultores mais jovens. Contudo, a mesma fonte também informou que isso parece não ser possível na PAC post-2020 (2021-2027), ainda que o segundo pilar (desenvolvimento rural) pudesse contemplar algum tipo de cooperação para facilitar a transferência de direitos da PAC entre agricultores de idade avançada e agricultores jovens. Segundo ele,

Luego hay un elemento que nosotros estábamos demandando de poder dar algún incentivo a aquellos agricultores ya de elevada edad que siguen cobrando ayudas PAC para que pudiesen ceder sus derechos y sus tierras... Al menos sus derechos, que sus tierras sigan en propiedad del agricultor originario, pero que cedan sus derechos para que el agricultor joven fuese titular. Eso parece ser que no se va poder conseguir, pero sí hay una vía dentro del paquete de desarrollo rural, de algo similar a una forma de cooperación, de poner en contacto agricultores de cierta edad con jóvenes para facilitar eso. (Informação verbal²⁰¹)

Sem embargo, com base nos argumentos dos interlocutores, percebe-se que a dificuldade de acesso à terra possui diferentes faces que, direta ou indiretamente, inflacionam o preço da terra e dificultam o acesso por parte daqueles que buscam na agricultura seu exercício laboral. O primeiro deles é o arraigo cultural que a terra representa para os agricultores e agricultoras familiares. Com isso, é difícil que as famílias agricultoras disponibilizem suas terras para venda ou arrendamento, diminuindo a oferta e tornando-as mais caras. O segundo aspecto está relacionado ao baixo valor das pensões de aposentadoria no país, o que faz com que os agricultores, mesmo após aposentados, sigam exercendo suas atividades agropecuárias e cobrando as ajudas financeiras diretas da PAC como forma de complemento de renda. O último dos três aspectos diz respeito à especulação de fundos de investimento no mercado de terras e no setor agrário espanhol como um todo. Esse fato, além de interferir diretamente na disponibilidade de terras e no seu preço, pode influenciar também na organização socioprodutiva e no futuro do setor agrário em certas regiões, especialmente naquelas onde existem terras férteis, passíveis de irrigação e mecanização. Esse ponto indica a necessidade de mais atenção por parte do poder público e de novos estudos.

Além dos fatores acima, ligados em maior ou menor medida, a aspectos de natureza econômica, há que se considerar ainda aqueles fatores de natureza jurídica, na perspectiva do direito sucessório e da divisão de terras entre herdeiros. De maneira

²⁰¹ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

geral, as leis espanholas favorecem a divisão da propriedade entre todos os herdeiros no caso de falecimento de seus proprietários titulares. Nessa área do direito sucessório, em se tratando de propriedades rurais da agricultura familiar, se tem muito o que fazer para facilitar que a sucessão na titularidade de uma exploração agrária possa ser feita com prioridade àquele membro da família que queira instalar-se como agricultor ou agricultora.

Logo, é importante registrar que o documento do MAPA/España anteriormente referido aponta que sobre a dificuldade de acesso à terra por parte de jovens agricultores incidem variáveis de diferentes ordens (econômicas, sociais, culturais, etc.) e que é necessário situar a problemática em um contexto de ordenação territorial, desenvolvimento rural, de relações urbanas e rurais e de cooperação privada e pública (MAPA, 2021b). Essas reflexões, em maior ou menor medida, vão ao encontro dos aspectos discutidos nesta tese.

Algumas possibilidades foram sugeridas durante a pesquisa de campo, como a criação de “bancos de terras”, a intermediação por parte de diferentes esferas do poder público entre jovens interessados na agricultura e terras abandonadas ou em desuso ou ainda o incentivo à transferência da exploração agrária (com opção de compra) a um novo agricultor por parte do titular, uma vez que este alcance a idade para aposentadoria.

Encerrada essa seção, a seguir serão analisados os discursos dos entrevistados e entrevistadas sobre a questão da rentabilidade das explorações agrárias e da atividade agropecuária em si.

5.3.2 Rentabilidade das unidades produtivas

No cenário espanhol, aparecem de forma recorrente manifestações que aludem à escassa rentabilidade de muitas explorações agrárias como reflexo, em geral, dos baixos preços pagos para uma grande parte dos produtos agrícolas. Esse aspecto foi fortemente expressado nas grandes manifestações agrárias no final de 2019 e início de 2020, com o lema “*Por unos precios justos*” (MOYANO, 2020a)²⁰². Entretanto, somente em alguns pontos demandados durante as manifestações é possível a

²⁰² Essas manifestações foram interrompidas durante 2020 e boa parte de 2021 pela pandemia de Covid-19, mas foram retomadas no final de 2021, tendo sequência no início de 2022.

atuação do poder público. Em outros, como o caso de fixar preços mínimos para os produtos agrários, juridicamente não é possível devido ao marco de livre comércio e concorrência em que se move a União Europeia (MOYANO, 2020b). Assim, é necessária a busca por outras vias que possam afrontar o problema.

Nesse sentido, esta subseção é dedicada a discutir a categoria de análise “Rentabilidade das unidades produtivas”, a partir da apreciação dos discursos dos entrevistados.

O representante da federação Juventudes Agrárias, utilizou os seguintes termos para relacionar o tema da sucessão geracional com a problemática dos baixos preços pagos para uma grande parte dos produtos agrários:

*El tema del relevo generacional muchas veces es complicado porque ni el agricultor que se jubila quiere soltar la tierra ni hay gente detrás que quiera dedicarse al sector agrario, por la problemática de los precios, porque **el campo no lo hace atractivo, porque hay campaña que se lo van a perder y campaña que se lo van a ganar. Y nadie trabaja para perder dinero.** El campo, sobre todo europeo, la problemática que tiene son los costes que tiene. Tenemos que competir con el resto del mundo, cuando nuestros costes son mayores que del resto del mundo. (Informação verbal²⁰³; grifos nossos).*

As incertezas dos mercados e a falta de autonomia das famílias produtoras para cobrarem preços justos por seus produtos também foram aspectos atribuídos ao baixo interesse de jovens pela atividade agrária. Nesse sentido, um dos representantes da COAG mencionou que

Otra dificultad también que hay para la incorporación, bueno, pues, es la incertidumbre que hay en los mercados. En los mercados de los productos agrarios, los precios de los productos siempre se lo ponen la industria o los intermediarios. Nosotros no tenemos capacidad de poner precio en nuestros productos. Toda la cadena alimentaria le ponen precio a los productos agrarios, menos los agricultores que no se lo pueden poner. (Informação verbal²⁰⁴)

Outro representante da COAG citou ainda que, ao mesmo tempo que os preços dos produtos agrários estão cada vez mais baixos, os custos de produção têm se elevado, também afetando negativamente a rentabilidade das unidades produtivas. Segundo ele,

[...] es que el balance de lo que exportamos y de lo que importamos, somos deficitarios. O sea, nos meten mucho más productos de lo que podemos vender fuera. Y eso nos hace, eso unido a los fondos de inversión, están haciendo que la tierra se dispare en el precio, pero los precios de los productos están cada vez más bajos. Por otro lado los costes de producción se disparan porque la semilla, los fertilizantes y el agua, la energía, la mano

²⁰³ Entrevista realizada com o Informante ES 06 em 27/07/2020.

²⁰⁴ Entrevista realizada com o Informante ES 02 em 13/07/2020.

de obra, todo eso se han disparado los costes de una forma bastante alta.
(Informação verbal²⁰⁵)

Para a representante da área de mulheres da COAG, há casos em que o preço pago para agricultores é menor que os custos de produção. Na Espanha, essa prática é chamada de “*venta a perdida*”, ou seja, se refere a transações comerciais que se realizam com preço abaixo dos custos de produção. Conforme as palavras da entrevistada,

Pero fundamentalmente yo creo que la problemática, el problema que tenemos ahora más grave de todos, que nos afecta a los que ya estamos incorporados y a las personas que se van a incorporar, a los jóvenes, es el tema de nos pagaren los alimentos por debajo de los costes de producción. Porque es que no se puede sobrevivir. Es que tu empiezas en una empresa, un emprendimiento, tiene mucha ilusión, pide un crédito, si es que te lo dan, porque también está muy complicado. Empieza a trabajar con ilusión, pero llega a un momento que tú percibes menos de lo que tú gasta por cultivar. (Informação verbal²⁰⁶; grifos nossos)

Logo, ao olhar para essa categoria de análise com uma perspectiva de gênero, é interessante perceber alguns aspectos. Para uma das representantes da COAG, o tema da sucessão geracional e instalação de jovens no setor agrário afeta principalmente as mulheres, pela baixa atratividade econômica (rentabilidade) que representa gerir e trabalhar em uma exploração agrária. De acordo com ela, “*sí es verdad que se está siendo algo difícil, algo difícil, el tema del relevo generacional y de la incorporación, sobre todo de mujeres, es algo difícil porque tenemos un problema que es que las explotaciones no están siendo rentables*” (Informação verbal²⁰⁷).

É interessante ainda agregar a essa visão a perspectiva trazida pela representante da FADEMUR. Para ela, as explorações agrárias geridas por mulheres muitas vezes possuem uma menor dimensão quando comparadas às geridas por homens, ocasionando em uma rentabilidade ainda mais baixa. Para ela, se a rentabilidade de uma exploração agrária é baixa, a sucessão geracional não será atrativa para os jovens (de ambos os sexos) e os próprios pais incentivarão os filhos para deixarem a atividade agrária. Conforme suas próprias palavras,

Muchas veces, las mujeres están al frente de explotaciones menores en comparación con explotaciones gestionadas por varones. Tal hecho, asociado a los conocidos obstáculos y la mayor carga de trabajo que las mujeres tienen, hace con que la rentabilidad de esas explotaciones más pequeñas sea muy baja en comparación con explotaciones mayores o gestionadas por hombres. Pero si una explotación tiene baja rentabilidad, no será atractiva para los jóvenes, hombres o mujeres, y los propios

²⁰⁵ Entrevista realizada com o Informante ES 03 em 17/07/2020.

²⁰⁶ Entrevista realizada com a Informante ES 04 em 23/07/2020.

²⁰⁷ Entrevista realizada com a Informante ES 08 em 13/08/2020.

padres incentivarán a los hijos/as que dejen la actividad agraria.
(Informação verbal²⁰⁸; grifos nossos)

No contexto dos diferentes segmentos que formam o setor agrário, há certas diferenças. Um dos representantes da UPA mencionou que naqueles setores mais pujantes, mais rentáveis e mais tecnificados como, por exemplo, irrigação e cultivo protegido, é comum que o interesse de jovens pela atividade seja maior. Conforme suas palavras,

Suele haber más incorporación en aquellos sectores más pujantes, sectores en modelo de regadío, en zonas de regadío es una agricultura evidentemente mucho más rentable, más tecnificada, con más mano de obra, entonces se nota que la incorporación es a más, ¿no? (Informação verbal²⁰⁹)

O próprio Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação reconheceu na entrevista durante a pesquisa de campo que as debilidades apontadas sobre a baixa rentabilidade da maioria das explorações agrárias precisam ser afrontadas. Nesse sentido, o governo espanhol começou, após as manifestações agrárias de 2020, uma série de medidas para amenizar a problemática. De acordo com os termos utilizados pelo Ministro,

Desde el primer momento en que se produjeron las movilizaciones del sector agrario, el Gobierno mostró su firme voluntad de trabajar para que los agricultores y ganaderos recibieran una remuneración justa y que su trabajo fuera reconocido socialmente. Para ello, en el ministerio convocamos una Mesa de Diálogo Agrario, que permitió intercambiar puntos con las organizaciones profesionales agrarias, a la que presentamos un paquete de medidas para valorizar el trabajo del sector. Entre estas iniciativas, podemos destacar la modificación de la ley de la cadena alimentaria, para dotarla de mayor transparencia y remunerar de manera más justa al sector productor. En una primera fase, el Gobierno introdujo [...] la obligatoriedad de que el comprador pague por el producto al vendedor a un precio superior al de los costes de producción. Y en una segunda fase, el Consejo de Ministros aprobó a principios de noviembre el proyecto de reforma de la ley de la cadena alimentaria, para incorporar mecanismos de refuerzo y la trasposición al ordenamiento jurídico español de la directiva comunitaria sobre prácticas comerciales desleales. (Informação verbal²¹⁰)

Não obstante, no cenário europeu, para o CEJA, a porcentagem de ganhos que os agricultores obtêm, está, de fato, bastante baixa. Isso faz com que os jovens busquem melhores oportunidades nas cidades e não tenham interesse pela atividade agrária. De acordo com as palavras da representante do comitê,

*Segundo, lo que queremos es que el dinero que gana un agricultor sea justo, sea lo que el agricultor merece por todo el trabajo que pone y que no tengamos un porcentaje de ganancias tan bajo, como las de ahora. Entonces, que el sector sea competitivo con otros sectores, **porque lo que vemos ahora es que la gente joven no quiere ser agricultor porque, entre todo***

²⁰⁸ Entrevista realizada com a Informante ES 10 em 18/02/2021.

²⁰⁹ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

²¹⁰ Entrevista realizada com o Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação em 22/12/2020.

también, el salario no es competitivo. Prefieren trabajar en las ciudades. (Informação verbal²¹¹; destaques nossos).

Além do exposto até aqui, o representante da *UPA Joven* mencionou que algumas faces dessa problemática da baixa rentabilidade estão ao alcance dos agricultores buscarem saídas possíveis, em outros casos, não. A questão dos preços e das incertezas dos mercados são exemplos do que claramente escapa ao domínio dos agricultores. Para ele,

¿Tú te quedarías en una empresa de tu padre que es ruinosa? [...] Tú te imaginas que si tu padre tuviera una empresa familiar te dijese “hijo, tú estudias e te dedicas a otra cosa”? No, lo lógico es “hijo, estudia, vuelve y dale una vuelta al negocio”. Eso es lo lógico. Pues eso es algo que solo pasa en el medio rural, en la agricultura. ¿Por qué? No tiene ningún sentido. [...] El tema de los precios es recurrente, el tema de los mercados es recurrente. Yo siempre digo, hay cosas que están en la mano del agricultor solucionar, y cosas que no. (Informação verbal²¹²; grifos nossos)

Esse mesmo interlocutor relacionou ainda a problemática da baixa rentabilidade das unidades produtivas com a falta de formação específica para a comercialização da produção. Conforme suas palavras,

*Hemos hecho mucho esfuerzo, hemos dedicado muchas horas a formarnos desde un punto de vista agronómico, es decir, como producir más con menos, como gastar menos agua, como gastar menos fitosanitarios, como llevar nuestra explotación a un siguiente nivel de rendimiento. Pero sin embargo no hemos gastado ningún minuto, hablo en general eh, no hemos gastado ningún minuto en formarnos en cómo vender nuestro producto. No somos capaces de escalar en la cadena comercial. **No somos capaces de comercializar nuestro producto. Es decir, somos vendedores pasivos.** Viene un señor y me compra la cosecha. ¿A qué precio? A que vaya el mercado. El año que va bien, bien. El año que va mal, ruina.* (Informação verbal²¹³; destaques nossos)

Logo, uma das representantes da COAG, apesar de incidir que considera os preços pagos para os agricultores estão uma “vergonha”, mencionou que, em sua opinião, as próprias organizações profissionais agrárias precisam mudar o discurso negativo comumente associado à agricultura e ao meio rural. Para ela, os agricultores precisam buscar mais autonomia na comercialização e subir alguns elos na cadeia alimentar. Segundo seus termos,

Antes de todo esto [pandemia] ha habido muchas movilizaciones en el campo por el tema de los precios, que son movilizaciones justas, porque es verdad que es una vergüenza el tema de los de los precios que se están pagando en origen, pero creo que también tenemos que dar un poco la vuelta esos discursos negativos de siempre, no, de dar esa visión del agro como “yo estoy aquí trabajando dejándome la piel para...” Tenemos que volver a ser

²¹¹ Entrevista realizada com a Informante ES 05 em 23/07/2020.

²¹² Entrevista realizada com o Informante ES 12 em 10/03/2021.

²¹³ Entrevista realizada com o Informante ES 12 em 10/03/2021.

propietarios y propietarias de esos sistemas de distribución, es decir, si nos están machacando la distribución organicemos nos y seamos nosotras que lo hagamos. (Informação verbal²¹⁴)

De certa forma, o representante da *UPA Joven* também concorda com esse aspecto. De acordo com esse entrevistado,

[...] nosotros llevamos un discurso de que “bien, la cosa va mal. Aquí hay que venir llorados de casa, de acuerdo, ya hemos llorado todos, y ahora ¿qué hacemos? Vamos a ver qué hacemos”. Ese es nuestro objetivo, ya hemos llorado, ya la cosa va mal, lo sabemos todos, todo el negocio está muy feo, todo eso ya sabemos todos. Y ahora, ¿qué hacemos? “Quien quiere hacer algo, que se apunte. Y el que no, pues nada, ya está”. Los que se apuntan, ¿quiénes son? Los más jóvenes, la gente joven. (Informação verbal²¹⁵)

Nesse sentido, com base em todos esses discursos, é preciso registrar que a rentabilidade da atividade agropecuária, para além da ação política, requer que o próprio setor agrário busque uma melhor organização para ser mais eficiente na sua relação com os demais elos da cadeia alimentar. E, para isso, é preciso contar com agricultoras e agricultores dinâmicos, com mentalidade empreendedora, favoráveis à inovação e propensos a projetos de cooperação que transcendam o âmbito estrito da individualidade das unidades produtivas. Para tanto, surge, mais uma vez, a importância da renovação e sucessão geracional na atividade agrária.

Aproveitando o discurso de um dos entrevistados que busca associar a problemática da baixa rentabilidade das unidades produtivas com a falta de formação específica para a agricultura, a próxima subseção está destinada a apresentar e discutir a categoria de análise “Formação socioprofissional”.

5.3.3 Formação socioprofissional

A agricultura atual exige um nível de conhecimento técnico e administrativo mais alto dentro de um contexto de crescente complexidade, se comparado com o mundo de antanho. Ainda que seja de fundamental importância a transmissão de saberes populares e conhecimentos locais, é evidente que as formas atuais de gerir as explorações agrárias obrigam os agricultores a buscar conhecimentos sobre, por exemplo, o funcionamento do mercado, as ferramentas digitais, temas fiscais, novas tecnologias disponíveis, etc. Nesse sentido, esta seção está destinada a analisar o

²¹⁴ Entrevista realizada com a Informante ES 01 em 05/06/2020.

²¹⁵ Entrevista realizada com o Informante ES 12 em 10/03/2021.

tema da formação e como este foi abordado nos discursos dos entrevistados e entrevistadas.

A nível continental, o próprio CEJA elencou a questão da formação entre os três principais desafios para a sucessão geracional na agricultura europeia. Não necessariamente nesta ordem, mas como exposto anteriormente, a representante do CEJA que participou da pesquisa de campo elencou o acesso à terra, o acesso à informação e o acesso ao crédito como os principais obstáculos.

Já na Espanha, para um dos representantes da COAG, a agricultura sempre foi mal vista e o entendimento geral da sociedade é que para ser agricultor não necessitava estudos. Mas na opinião desse representante, esse cenário está mudando um pouco, mas, sobretudo, está mudando a visão de quem vive na cidade, não dos agricultores em si. Segundo suas próprias palavras,

La agricultura siempre fue muy mal vista, siempre se ha visto “si no estudias, al campo” [...]. Es decir, los que están estudiando sería ilógico que estuvieran en la agricultura, pero tiene que ir cambiando. Yo siempre lo digo, yo estudié, tengo mi carrera y me dedico al campo, y yo aplico todo. Pero todavía anda ese fantasma, sobre todo hace unos años, era eso, “no estudias, vas al campo, a la explotación”. Y en términos eses, yo creo que va cambiando un poco la visión, pero creo que quien cambia de visión es más la gente de la ciudad, no sé si porque van a un grupo de consumo, o por las diferentes actividades del grupo de consumo... Más que la gente del campo, que muchas veces si escucha eso, “si no estudias, aquí te quedas”. Todavía aquí sigue siendo la visión del agricultor como una persona analfabeta, vamos, eso en los años 60, años 70, para que la gente si fuera a la ciudad y lo hicieron España super bien. (Informação verbal²¹⁶)

Esse mesmo representante comentou que no próprio sistema educativo formal (escolas e institutos de educação), faltam exemplos de uma educação em si que valorize a agricultura. Para ele, isso é preciso mudar: “[...] si hay algo es referente a la germinación de semillas, de ciclo vegetativo, y además le ponen cualquier planta, no ponen una cebolla ni nada. No si habla de agricultura, no, no. Muy poquito. Hay que cambiar eso” (Informação verbal²¹⁷).

Logo, um dos representantes da UPA mencionou que a formação profissional no sistema formal voltada para a agricultura é importante, mas para ele, a prioridade está na formação contínua, ao longo do tempo. Para ele, pode-se aproveitar as tecnologias de ensino remoto para fomentar a continuidade dessa formação. Conforme seus próprios termos,

Aquí se llama la formación profesional, pero bueno, yo creo que es importante, pero yo priorizo la formación continua, más que la formación

²¹⁶ Entrevista realizada com o Informante ES 07 em 11/08/2020.

²¹⁷ Entrevista realizada com o Informante ES 07 em 11/08/2020.

reglada. Por ejemplo, un chico joven que no quiere estudiar, quiere estar en el pueblo y quiere formarse agricultor, pues bueno, una mayor parte de agricultores no ha frecuentado una formación profesional agraria. Yo veo importante en la agricultura sobre todo la formación continuada, en una formación con las nuevas tecnologías. [...] Los jóvenes están bastante formados, pero lógicamente la formación es continua, ahora con la transferencia de información con las nuevas tecnologías, [...] yo creo que las nuevas tecnologías son muy importantes de cara a fomentar esta formación, una formación continua, sobre todo el tema de innovación. (Informação verbal²¹⁸)

Para o representante da *UPA Joven*, é necessário apoio econômico para os jovens agricultores, mas também é fundamental a formação no sentido de entender, em maior ou menor medida, o caráter empresarial da agricultura. Para ele, a agricultura atual precisa de um ponto de vista mais profissional que a agricultura de décadas atrás. Conforme suas palavras,

Hay que apoyar los jóvenes económicamente, pero luego también hace falta formarlos. Formarlos mucho. Que sean capaces de entender que la agricultura es como una empresa, y que como tal, no puedo hacer las cosas igual a mi padre o mi abuelo. Tengo que mirarlo desde un punto de vista profesional. (Informação verbal²¹⁹)

Nesse sentido, os representantes entrevistados de ambas as organizações agrárias (COAG e UPA) reforçaram, em seus discursos, a importância da formação para jovens agricultores. Para o representante da área de Juventudes Agrárias da COAG, a organização entende que a formação agrária é fundamental: “*Y desde COAG, apostamos que la formación agraria es fundamental*” (Informação verbal²²⁰). E para o representante da *UPA Joven*, o processo de instalação de jovens no setor agrário deveria ter uma base mais sólida na formação e também, nas etapas posteriores através de atividades de assessoramento. Em verdade, importante seria o acompanhamento de seus projetos e planos de incorporação à agricultura. Segundo ele,

Yo creo que el proceso de incorporación a la agricultura tendría que tener una base más sólida por parte de los jóvenes, y esa parte más sólida es formación, formación, formación. Formar, incorporar y luego seguimiento. Y acompañamiento durante los primeros años de esa incorporación, para ayudarle con los pequeños problemas que van surgiendo. Yo creo que eso sería muy importante. (Informação verbal²²¹)

Outro representante da UPA elencou uma possibilidade dentro da nova PAC (2021-2027) para tutorias a jovens agricultores nos primeiros anos após sua incorporação. Para esse interlocutor, esse tipo de assessoramento (o que seria

²¹⁸ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

²¹⁹ Entrevista realizada com o Informante ES 12 em 10/03/2021.

²²⁰ Entrevista realizada com o Informante ES 06 em 27/07/2020.

²²¹ Entrevista realizada com o Informante ES 12 em 10/03/2021.

equivalente aos serviços de extensão rural oferecidos em grande parte do Brasil) é importante não só para jovens agricultores, mas para as explorações agrárias como um todo, o qual poderia ser executado pelas organizações profissionais agrárias. De acordo com suas palavras,

Dentro de la posibilidad de la futura PAC, una especie de tutoría, para que ese joven que se incorpora, bueno, tenga ciertas orientaciones en los primeros años que se incorpora. De cara un apoyo. Ahí también está el tema asesoría a explotaciones agrarias, que no es para incorporación, es a nivel general, pero es una herramienta muy importante que podemos ejecutar las OPAS, no únicamente, también otras, pero que puede ser una vía. No solamente en el momento de la incorporación o para hacer una mejora en el plan de incorporación, sino sobre todo en los primeros años para facilitar cualquier aspecto de mejora de la explotación, de condiciones de mercado, de acceso a determinadas políticas de desarrollo rural y tal. Eso en cuanto al segundo pilar [de la PAC]. (Informação verbal²²²)

Nesse sentido, a própria UPA já executa algumas atividades de formação. Ainda que essas atividades não sejam dirigidas especificamente a jovens agricultores, é exatamente esse público que mais as demanda. Conforme as palavras desse mesmo representante da organização,

El plan de formación que tenemos está de alguna manera bastante dirigido al tema de jóvenes, porque son los que más demandan el tema de formación. La formación es abierta a todo el mundo, pero en los cursos que tenemos, la gente mayor generalmente pasa bastante, ¿no? Y esa formación se da también de acuerdo con las necesidades que nos pasan los técnicos de cada territorio... “Mira, aquí hay una demanda por la instalación de regadíos”, otro “necesitamos formación en el tema de agricultura de precisión”. (Informação verbal²²³)

É importante registrar que na Espanha já existiu um serviço público de extensão rural, chamado de *Servicio de Extensión Agraria* (SEA): uma rede pública de escritórios locais com profissionais agrícolas encarregados de assessorar aos agricultores em tudo que fosse relativo à modernização das explorações agrárias, seguindo os princípios da Revolução Verde. Esses serviços foram criados na década de 1950 e foram extintos como tais quase 40 anos depois, no início dos anos 1990 (GÓMEZ BENITO; LUQUE PULGAR, 2007).

O SEA estava integrado ao Ministério de Agricultura da época e, além de promover a modernização da agricultura, realizava tarefas de dinamização social, sendo, neste sentido, considerados pioneiros de desenvolvimento rural na Espanha. Com o processo de democratização ocorrido na Espanha no final dos anos 1970, o SEA foi dissolvido e seus funcionários foram transferidos para as Comunidades

²²² Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

²²³ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

Autônomas, sendo integrados nas novas estruturas administrativas regionais. Na maioria das Comunidades Autônomas, os antigos funcionários do SEA formaram os novos escritórios comarcais agrários (*Oficinas Comarcales Agrarias*), desempenhando não mais tarefas de assessoramento técnico aos agricultores, mas sim de gestão administrativa, a exemplo da gestão das ajudas da PAC.

Atualmente, os agricultores recebem apoio técnico e/ou administrativo através de outros meios, como as cooperativas agropecuárias, as organizações sindicais agrárias, os escritórios comarcais agrários ou ainda através das próprias empresas que fazem parte do complexo agroindustrial (empresas de sementes, fertilizantes e agrotóxicos) (MOYANO, 2019). Esses serviços são desempenhados sob demanda e não formam parte de um plano de assessoramento técnico como ocorria com o SEA, não possuindo sua filosofia nem sua metodologia de trabalho. Nesse sentido, o que atualmente as organizações sindicais agrárias da Espanha apontam como uma necessidade, no passado existiu. Entretanto, vale registrar o que asseveram autores como Moyano (2019), o qual entende que os serviços de extensão rural no contexto espanhol não devem ser de responsabilidade da administração pública.

Além do exposto até aqui, uma das representantes da COAG também relacionou o tema da formação com as discussões de gênero. Segundo ela, o que talvez ajude para uma maior equidade de gênero no espaço rural, ainda que seja mais difícil a incorporação de mulheres que de homens, é que as mulheres buscaram formação sobre temas relacionados ao empoderamento feminino. Para a entrevistada, a formação contínua, também sob uma perspectiva de gênero, pode favorecer a incorporação de jovens mulheres. De acordo com ela,

*Bueno, nosotros tenemos el mismo problema de lo que es el machismo, porque es el arraigo del patriarcado. Aquí también lo tenemos en Andalucía, lo tenemos en Córdoba, tenemos en los pueblos y además, en el medio rural. Quizás lo que sí ayude es que las mujeres se han formado. No me refiero a formarse en llegar a la universidad, que también influye pero, me refiero que las mujeres se han formado, las mujeres toman conciencia de su situación, desde esa desigualdad de las estructuras que existen, **ve esa dificultad de que una mujer se quiere incorporarse lo tenga más difícil que un hombre por el mero hecho de ser mujer. Y yo creo que el tomar conciencia de esa desigualdad estructural, de esa quizás falta de oportunidades, así que si las mujeres se unen y se trabaja desde el empoderamiento femenino, si se trabaja desde una perspectiva de género, las cosas mejoran.*** (Informação verbal²²⁴; destaques nossos)

²²⁴ Entrevista realizada com a Informante ES 08 em 13/08/2020.

Com base em todos esses depoimentos, é perceptível que os agricultores e agricultoras de hoje em dia necessitam estar formados em temas que vão além da produção em si. Nesse sentido, além de temas fiscais e relacionados ao mercado de produtos agrários, é necessário avaliar os efeitos da atividade agrícola e pecuária no equilíbrio dos ecossistemas, prestando atenção a tudo que está relacionado com o cenário de mudanças climáticas e perda de biodiversidade, ainda que esses assuntos não tenham sido destacados nas entrevistas. E para que os jovens agricultores tenham uma base formativa sólida em todos esses temas, é preciso uma grande reforma dos programas educativos, tanto em nível de formação continuada e não-formal, como na educação formal (educação secundária orientada à formação profissional e educação de nível superior).

Logo, o Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação da Espanha afirmou que o Ministério está trabalhando para impulsionar a formação de jovens agricultores, de modo a facilitar, segundo sua visão das coisas, a troca de experiências, a inovação e a digitalização de tarefas agrícolas. Conforme as palavras do Ministro, ações nesse sentido farão parte do Plano Estratégico Nacional para implementação da nova PAC (2021-2027):

El impulso del conocimiento y de la agricultura inteligente, así como los nuevos modelos de negocio y emprendimiento que estimulen el empleo de calidad, son elementos fundamentales para garantizar el futuro del medio rural. En el ministerio trabajamos para impulsar la formación de los jóvenes agricultores, facilitando el intercambio de experiencias y la digitalización de las tareas agrícolas. En este ámbito, el ministerio ha elaborado el “Estudio de necesidades formativas de la juventud rural”, que incluye actuaciones destinadas a incentivar la incorporación de jóvenes a la agricultura. Este documento se va a incorporar al Plan Estratégico para la aplicación de la Política Agraria Común en España, que actualmente estamos elaborando junto a las comunidades autónomas. (Informação verbal²²⁵)

É preciso considerar que o cenário do agricultor atual e futuro é muito diferente do cenário colocado há poucas décadas atrás. Assim, os programas de formação agrária (formal e/ou continuada) também necessitam ser distintos da educação tradicional. Isso não significa dizer que os conhecimentos locais não sejam importantes, mas é necessário incorporar aos saberes populares novos conteúdos temáticos, novas habilidades e ferramentas tecnológicas para afrontar os grandes desafios da agricultura do presente e do futuro.

²²⁵ Entrevista realizada com o Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação em 22/12/2020.

Sobre a formação socioprofissional, cabe a ressalva de que a agricultura de hoje em dia exige um grau superior de conhecimentos técnicos e administrativos do que aqueles transmitidos entre gerações ao longo do tempo. Sem dúvida, a transmissão de saberes tradicionais e conhecimentos locais é importante, mas é evidente que as atuais formas de gestão das explorações agrárias exigem dos agricultores a aquisição de novas ferramentas sobre o funcionamento dos mercados, em meio à transição do mundo analógico para o mundo digital. Além disso, é necessário avaliar os efeitos da atividade agropecuária no equilíbrio dos ecossistemas, atentando ainda a tudo o que está relacionado com o cenário de mudanças climáticas e perda de biodiversidade.

Tudo isto exige uma grande reforma dos programas educativos. Parece imprescindível que os institutos educacionais adotem uma nova postura, que valorizem a agricultura, a pecuária e o setor agrário como um todo; uma reforma conceitual no sentido de fazer despertar o interesse por parte daqueles jovens em processo de formação socioprofissional para a sucessão geracional seja possível.

Além disso, a pesquisa de campo revelou a necessidade da formação continuada para aquelas pessoas que já não estão mais nos bancos escolares, a qual pode ser ofertada pelas OPAS (a exemplo da COAG e da UPA), tratando de temas necessários para a atividade agrária atual e que podem favorecer a sucessão geracional na agricultura.

Finalizando esse tópico, é preciso mencionar que, por vezes, a falta de serviços e infraestrutura no meio rural pode dificultar não só o acesso à formação formal ou continuada, mas também a decisão dos indivíduos de seguir no campo. É o que será apreciado a seguir, na seção sobre a categoria de análise “Serviços e infraestrutura no meio rural”.

5.3.4 Serviços e infraestrutura no meio rural

As luzes das cidades seguem sendo um forte atrativo entre os jovens, não só em relação às oportunidades de lazer e recreação, mas também pela maior qualidade dos serviços básicos disponíveis no espaço urbano. Isso explica, em parte, o crescente processo de concentração da população mundial nas cidades. No caso espanhol, o processo de despovoamento rural (*España vaciada*) vem deixando fortes

sinas na demografia. Nesse sentido, esta subseção busca apresentar e discutir os discursos dos entrevistados sobre a categoria de análise “Serviços e infraestrutura no meio rural”.

De pronto, é preciso registrar que a perspectiva de gênero se mostra algo aderida a essa categoria de análise. Desse modo, poucas mulheres buscam se incorporar à agricultura e seguir no espaço rural, sendo que a falta de serviços e infraestrutura no meio rural é umas das principais causas dessa dinâmica.

Para a representante da FADEMUR, é exatamente essa a principal dificuldade para a instalação de jovens mulheres na agricultura. Como exemplo, a interlocutora citou a falta de colégios, creches (“*guarderías*”) ou de centros de cuidado de idosos nos municípios rurais, o que é um desafio a mais para as mulheres que ali vivem, tendo em vista que o cuidado dos filhos ou dos idosos da família geralmente é tarefa a elas atribuída. Na sua acepção, as mulheres rurais necessitam estar vinculadas ao território através dessa rede de serviços. De acordo com suas palavras,

*Ejemplo de ello es la falta de colegios o de centros de cuidado de niños o personas mayores. Tal hecho hace con que la carga de trabajo para las mujeres sea mucho mayor, al tener que cuidar de los hijos o de las personas mayores que hacen parte de la familia. Es la vinculación al territorio, es decir, **las mujeres necesitan vincularse a la red de servicios que hay en el territorio; en no habiendo servicios, no hay vinculación, lo que conlleva efectos negativos en la permanencia de mujeres en los territorios rurales.*** (Informação verbal²²⁶; destaques nossos).

A representante da CERES concordou com os argumentos acima, afirmando que a falta de serviços no espaço rural é o principal fator que faz com que as mulheres busquem oportunidades nos espaços urbanos. Segundo ela, sem serviços disponíveis nos municípios rurais, dificilmente as mulheres seguirão nesse espaço e na agricultura, conquanto dificilmente se poderá afrontar o problema de despovoamento rural na Espanha. Conforme os termos utilizados por essa entrevistada,

*Porque claro, si la mujer se va... Si una mamá se va, decide irse, se va la familia completa. Entonces ahí, ¿qué pedimos? Pedimos que haya servicios, que haya colegios, que también con la crisis que hemos tenido en 2008, quitaron muchos servicios, quitaron colegios, quitaron institutos, quitaron centros de salud. Entonces, todo eso, a una mujer, no le facilita el empleo. Si no tenemos ayuda a domicilio, que aquí en España las ayudas a domicilio es una empresa que hay, que la paga el gobierno, específica para cuidar a las personas mayores, **si no hay personas que cuiden las personas mayores, eso lo toca hacer las mujeres. Si no tenemos una guardería, la mujer no puede estar activa trabajando, no puede incorporarse, tiene que cuidar de su hijo. Si no tenemos medio de transporte, la mujer no se queda en un pueblo si no tiene carnet de conducir e ir a 20 kilómetros llevar el niño al cole todos los días. Entonces, primero tienen que desarrollar unos planes***

²²⁶ Entrevista realizada com a Informante ES 10 em 18/02/2021.

estratégicos para que las mujeres nos quedamos en los pueblos y nos faciliten el poder vivir en ello, si no, difícilmente vamos a poder acabar con la despoblación. (Informação verbal²²⁷)

Outra entrevistada – representante da COAG – mencionou, também, as dificuldades e a falta de serviços disponíveis para mulheres que estão na agricultura e têm filhos pequenos. E para ela, é preciso investir em serviços e infraestrutura nos espaços rurais para facilitar a instalação de pessoas jovens, especialmente mulheres, na agricultura:

*Si tú quieres trabajar en el campo y tienes niños pequeños en edad no escolar, no hay guardería. Si yo por ejemplo tengo que trabajar, tengo que echar mi jornada de trabajo tengo que estar pendiente de mi explotación y yo no tengo ahora un recurso que puede hacer una guardería, lo tienes complicado, ¿no? Por eso yo creo que también los jóvenes, lo que buscan es eso... **Hay pueblo que, bueno, que están que están luchando por eso, por tener su recurso, por tener su guardería, para que la gente joven no se marche.** También hay apostar, hay que ponerle también las cosas fáciles a los que se van a incorporar, a los que deciden quedarse trabajando en la tierra. (Informação verbal²²⁸; destaques nossos).*

Para além da perspectiva de gênero, a falta de serviços e infraestrutura no meio rural é considerada de maneira geral como um obstáculo que dificulta a sucessão geracional e a instalação de jovens na agricultura. Um dos representantes da UPA mencionou, durante a entrevista, que independente da rentabilidade que possa ter uma exploração agrária, as condições do entorno rural exercem influência, em maior ou menor medida, na decisão dos jovens em permanecer, na atividade agrária, assim como, constituir família e seguir no meio rural. De acordo com esse interlocutor,

[...] eso hace con que el relevo generacional sea muy complicado. Sea muy complicado, no solamente por la actividad agrícola y ganadera, independientemente de la rentabilidad que puede tener una explotación o no, lo que depende de distintas circunstancias, podemos hablar del problema de rentabilidad del campo, sino ya por las condiciones del entorno del medio rural, no, de la falta de equipamiento, la falta de servicios... De que los jóvenes, bueno, pues a la hora de formar una familia, pues en determinadas zonas puede tener una explotación que sea rentable, pero otras circunstancias le hacen que su calidad de vida y determinadas cuestiones sean no adecuadas para tener su familia con hijos y tienden a ir a la ciudad o a pueblos de mayor importancia. (Informação verbal²²⁹)

Esse mesmo interlocutor mencionou ainda que a UPA entende que as ajudas financeiras da PAC para a incorporação de jovens são importantes, mas existem outras questões que limitam a sucessão geracional, para além dos fatores econômicos, como no caso da falta de serviços e infraestrutura no meio rural. Sua visão em relação ao assunto é expressa do seguinte modo:

²²⁷ Entrevista realizada com a Informante ES 04 em 23/07/2020.

²²⁸ Entrevista realizada com a Informante ES 08 em 13/08/2020.

²²⁹ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

*Y no solamente con las ayudas de incorporación, creemos que es importante las ayudas de incorporación, pero hay otras cuestiones que limita ese relevo generacional aparte de las ayudas de incorporación. El relevo generacional no es solamente cuestión de rentabilidad de la explotación del joven agricultor o ganadero, ni de las ayudas de incorporación, sino de otras cuestiones que puede ser el tema de fiscalidad, el tema de acceso a la tierra, tema de derechos de la PAC, como comentamos, de la calidad de equipamientos, servicios y estructuras [...]. **Parece mentira, pero hay muchas comarcas que no llega internet o llega una internet con una calidad bastante baja, no, y a lo mejor para mantener una conexión sencilla vale, pero para determinadas tecnologías que hay, o determinadas tecnologías, aplicaciones que si quiere poner en la agricultura de precisión, sensores y tal, no, pues falta...** Por veces tenemos la posibilidad, la tecnología, pero nos falta la herramienta para aplicar por la falta de acceso a internet de calidad. (Informação verbal²³⁰; grifos nossos)*

Sobre o acesso à internet comentado no depoimento acima, a representante da CERES também mencionou essa dificuldade: *“a todos los lugares no llega la internet. Hay lugares que es imposible, estamos hablando del medio rural”* (Informação verbal²³¹). Isso faz com que haja obstáculos não só para a aplicação de novas tecnologias à agricultura, mas também no que diz respeito ao acesso à informação, à formação (formal ou continuada) ou até mesmo a atividades de ócio ou recreação.

A própria representante do CEJA mencionou que o desejo da instituição é ver as zonas rurais de toda Europa com oportunidades, com jovens e com infraestrutura, a exemplo do acesso à internet: *“Lo que queremos ver son zonas rurales con oportunidades, también con gente joven, zonas rurales que tengan la infraestructura como el wifi, banda ancha, que se requiere para vivir bien hoy en día, por toda Europa”* (Informação verbal²³²).

Para finalizar essa seção, cabe sublinhar que as entrevistas evidenciaram falas que mencionam certa carência de serviços e infraestrutura no meio rural espanhol. Em certa medida, converge para o que se havia visto no caso brasileiro. No caso espanhol as marcas na demografia do país, em maior ou menor medida, refletem o processo de despovoamento rural descrito no fenômeno da *España vaciada*. Nesse contexto, as mulheres são mais incisivas na explicitação das carências do mundo rural, com ênfase na escassez de colégios, creches e serviços de atendimento de idosos. Tais deficiências acabam por recair sobre os seus ombros, as quais são encarregadas de prestar um serviço que não é reconhecido pelo Estado.

²³⁰ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

²³¹ Entrevista realizada com a Informante ES 04 em 23/07/2020.

²³² Entrevista realizada com a Informante ES 05 em 23/07/2020.

Já em relação à infraestrutura, a dificuldade de acesso à internet em muitas zonas rurais esteve entre os pontos mais comentados pelos interlocutores. Assim, as condições do entorno rural também influenciam na permanência ou incorporação de jovens na agricultura, na medida em que as cidades seguem atraindo-os. Isso não só pelas opções de lazer e recreação, mas também pela qualidade superior dos serviços básicos, se comparados com o que recebem as pessoas da cidade.

A importância estratégica das atividades agropecuárias no atendimento à demanda de alimentos, durante o auge da pandemia de Covid-19, não se viu refletida na mudança ao atendimento das necessidades dos estabelecimentos rurais. Em toda a cadeia de abastecimento alimentar, a agricultura nem sempre é o elo mais visível e mais valorizado. Os entrevistados também abordaram esse tema, o que será ampliado na próxima subseção desta tese.

5.3.5 Reconhecimento social da agricultura e do espaço rural

Alguns estudos chamaram a atenção para o problema do reconhecimento social atribuído aos produtores rurais por parte da sociedade espanhola. Em duas edições do chamado “agrobarômetro” para o caso andaluz (IESA, 2008; 2009)²³³ esse aspecto é sublinhado. Em maior ou menor medida tal situação fortalece a tendência de que filhas e filhos busquem, alhures, outras atividades profissionais desvinculadas da produção agropecuária.

Esse tema também foi abordado pelos interlocutores durante as entrevistas da pesquisa de campo. Em nível Europeu, a representante do CEJA demonstrou preocupação com a saúde mental das agricultoras e agricultores, no sentido do isolamento social de uma grande parte pessoas e do baixo reconhecimento social que recebem pela atividade que exercem. Para ela,

Y también otra cosa, creo, es que el sector no se vea tan negativamente. Porque también hoy en día, recibe mucho... Es un sector muy complicado, con muchos problemas, y uno de ellos también es la salud mental, de la gente viviendo en áreas rurales que están aisladas, trabajan solos y lo que se ve, que se siente en la culpa del mundo de todo lo que tiene que ver con

²³³ Se trata de um projeto desenvolvido pelo IESA/CSIC que teve por objetivo analisar como a população andaluza percebe os temas relacionados com a agricultura e o meio ambiente, permitindo estudar os fatores (sociodemográficos, estruturais, geográficos, etc.) que incidem sobre a opinião dos entrevistados.

los problemas de animales, de cambio climático. (Informação verbal²³⁴; destaques nossos).

Nesse sentido, um dos representantes da COAG mencionou que a opção pelo campo sempre era a última alternativa profissional que os pais desejavam para os filhos. O desejo dos pais, em geral, era que os filhos estudassem e fossem trabalhar em outros setores. Segundo a perspectiva deste entrevistado, *“Y el tema cultura que te digo, el campo era lo último, todo mundo que estaba en el campo, lo que quería era que su hijo no fuera del campo, que dejara el campo, que estudiara y que se fuera a la industria, a la construcción o lo que sea”* (Informação verbal²³⁵).

O representante da federação Juventudes Agrárias utilizou seu exemplo pessoal e familiar para demonstrar que muitos agricultores não têm o desejo de que seus filhos sejam seus sucessores. O interlocutor argumentou que a mentalidade dos agricultores mais velhos muitas vezes é de que quem se dedica ao campo é porque não tem competência para outras profissões. Sua fala foi nos seguintes termos:

*Yo, en mi casa, hemos sido dos niños yo me fui fuera a Sevilla, soy ingeniero técnico agrícola, mi hermano también ha estudiado, y **para mi madre, decirle que nos queremos dedicar a la actividad agraria, para mi madre era un disgusto.** Ella no entendía que tuvo una tienda de ropa y demás y ella había trabajado mucho para que nosotros estudiáramos y no nos dedicásemos al campo. Sí es verdad que mi madre es una mujer mayor, mi madre tiene 75 años, pero la mentalidad que tenía mi madre era de que dedicarse al campo, **al campo va los que sirven para absolutamente nada.*** (Informação verbal²³⁶; destaques nossos)

Outro representante da COAG também comentou que o campo era o destino reservado a quem não se dedica aos estudos: *“Como te comentaba, ‘si no estudias, al campo’. Es decir, los que están estudiando sería ilógico que estuvieran en la agricultura, pero tiene que ir cambiando”* (Informação verbal²³⁷).

Outro interlocutor - também representante da COAG - concordou com essa afirmação, exemplificando que a agricultura sempre foi uma profissão marginal na Espanha e que falta uma valorização da profissão no próprio sistema de educação formal (escolas e colégios). Para ele,

*Agricultura siempre ha sido una profesión marginal, en España sigue siendo una profesión marginal, y en el tema de los colegios no entra como una profesión prioritaria para los niños. De hecho, no profundizan mucho más que el ámbito de los alimentos. Hay muchos niños, que aun siendo Jaén un pueblo pequeño, Jaén no deja de ser un pueblo pequeño, tiene 150 mil habitantes, hay muchos niños que nunca vieron una gallina. Y a una vaca tampoco. [...] **Aquí siempre, lo que te he dicho antes, siempre hay un dicho que, “lo***

²³⁴ Entrevista realizada com a Informante ES 05 em 23/07/2020.

²³⁵ Entrevista realizada com o Informante ES 02 em 13/07/2020.

²³⁶ Entrevista realizada com o Informante ES 06 em 27/07/2020.

²³⁷ Entrevista realizada com o Informante ES 07 em 11/08/2020.

que vale, vale, y lo que no, para la agricultura". Y es todo al contrario. Los agricultores son mucho más técnicos, mucho más profesionales y requieren un nivel técnico mucho más elevado. (Informação verbal²³⁸; destaques nossos)

Uma das representantes da COAG mencionou em seu depoimento que a sociedade não valoriza adequadamente o esforço dos agricultores para produzir alimentos. Para ela, exemplo dessa falta de reconhecimento é o próprio preço baixo pago para uma grande parte dos produtos agrícolas, incluindo as grandes cadeias distribuidoras e supermercados. De acordo com essa depoente:

*Y yo creo que la sociedad no valora el esfuerzo que hacemos nosotros a la hora de producir alimentos. Yo creo que nuestro trabajo no está reconocido no está reconocido en el precio del producto, no lo reconoce las cadenas que son las cadenas distribuidoras, los supermercados. [...] **Queda mucho camino y seguimos reivindicando eso, la dignificación de nuestra profesión** y que la sociedad lo valore, lo reconozca. (Informação verbal²³⁹; destaques nossos)*

Para o representante da UPA Joven, é preciso dignificar a profissão de agricultor para atrair pessoas interessadas, inovadoras e talentosas para o setor. Para ele, o papel de dignificar a profissão de agricultor passa pelo poder público:

Hay que dignificar la profesión de agricultor. Porque si parece que lo que no valga tiene que se dedicar a la agricultura, ¿cómo se va atraer talento al sector? Es dignificándole. [...] Si ya todos están diciendo "el agricultor es un ignorante que lleva la boina enroscada por la ceja", ¿quién va querer ser agricultor? Yo voy a querer ser informático, ingeniero, fontanero, cualquier otra cosa que no agricultor. Claro, si ya desde jovencito me están diciendo que agricultor no vale... [...] Yo creo que desde las administraciones se tendría que hacer un esfuerzo importante en dignificar la profesión de agricultor. Lo primero, porque si no dignificamos la profesión de agricultor, no vamos a generar esa atracción de talento al sector. Porque los jóvenes, cuando somos jóvenes y empezamos a estudiar, no pensamos en eso, pensamos en formarnos y tener una buena profesión. Y eso es una equivocación, porque en muchos casos parece que los agricultores somos pobres. (Informação verbal²⁴⁰)

Nesse sentido, o próprio Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação da Espanha reconheceu, na entrevista realizada durante a pesquisa de campo, que os agricultores necessitam receber uma remuneração justa por seus produtos e que seu trabalho seja reconhecido socialmente. A partir das mobilizações agrárias de 2020, o governo espanhol apresentou, para as organizações profissionais agrárias, um pacote de medidas para valorizar o trabalho dos produtores. De acordo com as palavras do próprio Ministro,

Desde el primer momento en que se produjeron las movilizaciones del sector agrario, el Gobierno mostró su firme voluntad de trabajar para que los

²³⁸ Entrevista realizada com o Informante ES 09 em 08/09/2020.

²³⁹ Entrevista realizada com a Informante ES 08 em 13/08/2020.

²⁴⁰ Entrevista realizada com o Informante ES 12 em 10/03/2021.

agricultores y ganaderos recibieran una remuneración justa y que su trabajo fuera reconocido socialmente. Para ello, en el ministerio convocamos una Mesa de Diálogo Agrario, que permitió intercambiar puntos de con las organizaciones profesionales agrarias, a la que presentamos un paquete de medidas para valorizar el trabajo del sector. (Informação verbal²⁴¹)

Por outro lado, um dos entrevistados representantes da COAG explicou ainda que, além do baixo reconhecimento social da agricultura, muitos jovens que trabalham com seus pais na exploração agrária não possuem um reconhecimento de situação laboral. Quer dizer, trabalham como agricultores em conjunto com seus pais, mas não têm regularizada sua situação profissional como agricultores. Logo, as pessoas nessa situação estão invisibilizadas, tanto do ponto de vista social como sob a ótica legal (profissão, seguridade social, etc.). De acordo com esse entrevistado,

Y otra problemática que hay es que si el joven está relacionado con la agricultura, o con la mujer igual, pero están ayudando en la explotación o son trabajadores de la explotación, no tienen ninguna relación con la situación agraria, y las personas que tengan esa explotación lo acompañe y lo lleve, pero no puede ser afiliado tampoco. Y es una verdadera problemática porque hay muchas personas del ámbito agrícola que están olvidadas, están perdidas, no aparecen vinculadas. (Informação verbal²⁴²)

Por tudo isso, abordar o problema da baixa visibilidade da atividade agrária torna-se imperativo no sentido de tentar romper o estigma que paira desde há muito tempo. Isso exige uma espécie de “revolução cultural” na sociedade, na qual se impliquem todas as áreas e departamentos da administração pública, para além do mundo agrário. Trata-se de uma transformação no sentido de romper estereótipos e clichês negativos sobre a agricultura. No limite, trata-se de mostrar que a profissão de agricultor, ainda que sensível às inclemências climáticas e demandadora de plena dedicação laboral, pode ser ela equiparável, por sua tecnificação e qualificação, a qualquer outra profissão que existe na atualidade.

Assim, o baixo reconhecimento social que a agricultura recebe em comparação a outras profissões e setores surgiu de modo claro durante a pesquisa de campo. Nessa perspectiva, dois tópicos. O primeiro é que os próprios pais agricultores, via de regra, reproduzem a máxima de recomendar aos filhos que estudem se incorporem a outros universos laborais. A outra está relacionada ao entendimento da sociedade em geral de que o campo seja o destino de quem não logrou avançar nos estudos. Contudo, esses entendimentos parecem estar mudando, ao passo que a agricultura

²⁴¹ Entrevista realizada com o Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação em 22/12/2020.

²⁴² Entrevista realizada com o Informante ES 07 em 11/08/2020.

espanhola exige cada vez mais profissionais inovadores e tecnificados, que possam dar conta dos desafios presentes e futuros do setor agrário.

Essa é uma faceta que merece aprofundamento. A cultura de supervalorizar a cidade está ligada ao adensamento urbano e ao surgimento das metrópoles. O lado escuro ou invisível desse cenário – no contexto espanhol – foi magistralmente descrito nos estudos sobre a aludida “*España vaciada*”. À luz dos depoimentos colhidos poder-se-ia pensar que o esforço no sentido de dar visibilidade à atividade agrária passa por romper o véu de desinformação e preconceito que reina sobre a produção agropecuária em geral e sobre a profissão de agricultora e de agricultor.

Além disso, constatou-se que, o fato dos filhos trabalharem na exploração agrária junto aos pais e exerçam profissionalmente a agricultura, tal trabalho não é juridicamente reconhecido sob o ponto de vista laboral. Legalmente, é importante que haja alguma base legal para dar visibilidade e, sobretudo, respaldo jurídico àquelas pessoas que trabalham na agricultura, mas não aparecem vinculadas como titulares de nenhuma exploração agrária. Diante disso, estão elas alienadas da possibilidade de contribuir ao sistema de seguridade social e de adjudicar-se os direitos correspondentes.

A lei espanhola sobre a titularidade compartilhada de explorações agrárias foi concebida na perspectiva de ser um instrumento de reconhecimento e valorização das pessoas que trabalham na agricultura, especialmente no caso de mulheres e jovens. Todavia, a implementação dessa medida ficou aquém das expectativas das organizações profissionais agrárias. É exatamente esse o assunto que será abordado na sequência.

5.3.6 Titularidade compartilhada de explorações agrárias

As mulheres e jovens representam uma grande parte das pessoas que trabalham em explorações agrárias espanholas, mas, infelizmente, na maior parte dos casos somente os homens, chefes de família, figuram como titulares das explorações. Enquanto isso, o trabalho das mulheres e jovens geralmente é considerado como uma ajuda familiar, sem, muitas vezes, qualquer respaldo jurídico ou laboral (MAPA, 2021c).

Um dos entrevistados, representante da COAG, indicou preocupação sobre esse grupo de pessoas - mulheres e jovens agricultores - não aparecer vinculado a nenhuma exploração agrária. Para ele, a titularidade compartilhada daria muita visibilidade ao trabalho na agricultura de jovens e mulheres, ainda que, segundo seu ponto de vista, até agora essa lei foi um fracasso. Conforme suas palavras,

*Tenemos que ver también las necesidades que tienen ese grupo de personas, y ¿cómo es posible que esas personas no aparezcan en ninguna explotación? Hay una ley que está dando la posibilidad de que la titularidad sea compartida. **De esa forma, la mujer o el joven podrían introducirse dentro del mundo agrario, pero esto ha sido un fracaso, no ha habido introducciones, no se han hecho bien las cosas.** [...] La titularidad compartida daría mucha visibilidad sobre todo a los jóvenes y las mujeres. (Informação verbal²⁴³; destaques nossos)*

No caso específico das mulheres, o trabalho nas explorações agrárias muitas vezes é visto como uma extensão de suas tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças e idosos. Uma das entrevistadas, durante a pesquisa de campo, relacionou essa questão de gênero com a sucessão geracional na agricultura nos seguintes termos:

*Sobre la relación entre el relevo en explotaciones agrarias y las cuestiones de género, una de las principales características es la invisibilidad del trabajo de las mujeres, sobre todo en la agricultura, lo que muchas veces no incentiva a las jóvenes mujeres a seguir en la agricultura. Muchas veces, **el trabajo de las mujeres es considerado como "ayuda familiar", sin que ellas tengan derechos asociados a la explotación.** Una alternativa para eso puede ser la ejecución de hecho de la ley de titularidad compartida. (Informação verbal²⁴⁴; destaques nossos).*

Na mesma entrevista, essa interlocutora definiu como “frustrante” a implementação da lei, porque não foi prioridade da administração pública nacional e de grande parte das Comunidades Autônomas, tendo poucos incentivos e um excesso de burocracia. Logo, da maneira como segue a gestão das explorações agrárias espanholas, se a rentabilidade é baixa, é difícil que duas pessoas possam contribuir para a seguridade social. De acordo com essa entrevistada,

*La Ley fue promulgada en 2011 y entró en vigor en 2012. Se trata de que, si la explotación es gestionada por dos personas, esas dos personas tienen los mismos derechos. **Pero la aplicación de la ley es frustrante, porque no fue prioridad de las administraciones públicas,** hubieron pocos incentivos, exceso de burocracia. Luego, sin titularidad compartida, si la renta de la explotación es baja, es difícil que dos personas puedan cotizar a partir de esa renta. (Informação verbal²⁴⁵)*

²⁴³ Entrevista realizada com o Informante ES 07 em 11/08/2020.

²⁴⁴ Entrevista realizada com a Informante ES 10 em 18/02/2021.

²⁴⁵ Entrevista realizada com a Informante ES 10 em 18/02/2021.

A principal problemática colocada pelos entrevistados durante a pesquisa de campo para as explorações que não estão registradas em regime de titularidade compartilhada é manter em dia todas as pessoas da família com as contribuições para a seguridade social. A mesma entrevistada citada acima usou os seguintes termos para exemplificar a dificuldade de contribuir com a seguridade social para duas pessoas, a partir da renda de sua exploração agrária:

*Por ejemplo, yo que tengo una explotación, a mí me cuesta trabajo pagar mi autónomo los 12 meses del año. Imagínate si tuviera que pagar dos autónomos, que yo no podría. **Porque la explotación, hay años que no es rentable. Pero no porque yo no produzca alimentos. Yo puedo producir muchísimos kilos de ajo, muchísimos kilos de patata y que a la hora de comercializarlo, pues no haya precio. Entonces, no podemos pagar dos autónomos.*** (Informação verbal²⁴⁷; destaques nossos)

Por tudo isso, convém ratificar que o próprio MAPA/Espanha (2021c) indica que o trabalho de mulheres e jovens geralmente é considerado como uma ajuda familiar, sem respaldos jurídicos ou laborais. Nesse sentido, diversos foram os depoimentos que mencionaram que a lei espanhola de titularidade compartilhada de explorações agrárias poderia ser um importante marco, especialmente para o reconhecimento – formal e social – do trabalho por mulheres e jovens agricultores que não são titulares de estabelecimentos rurais. Entretanto, o fracasso na aplicação da Lei na maioria das Comunidades Autônomas espanholas está bastante evidente na fala dos representantes das organizações da agricultura familiar (a exemplo do que foi dito por representantes da UPA, da COAG, da FADEMUR e da CERES).

A questão da titularidade compartilhada de explorações agrárias é um exemplo de política pública direcionada, em maior ou menor medida, para a juventude e para facilitar a sucessão na titularidade de explorações agrárias, mas infelizmente, sua implementação vem se dando aquém das expectativas geradas. Nesse contexto vale a pena ponderar, ainda que, sinteticamente, as diferenças entre o Brasil e a Espanha em relação aos aspectos abordados anteriormente.

Em primeiro lugar é preciso dizer que no Brasil as pessoas que trabalham em regime de **economia familiar** – no caso unidades familiares de produção – têm a garantia de aposentadoria (1 salário-mínimo) para o homem e a mulher que atuam nessas condições. Trata-se de legislação construída a partir da constituição de 1988²⁴⁸. Em segundo lugar, o Brasil criou uma legislação própria para a agricultura

²⁴⁷ Entrevista realizada com a Informante ES 08 em 13/08/2020.

²⁴⁸ Sobre esse assunto, ver a propósito Caldas, Anjos e Bezerra (2010) e Caldas e Sacco dos Anjos (2005).

familiar, reconhecendo o status jurídico dessa forma social de produção – a Lei da Agricultura Familiar – promulgada em 2006 durante o segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, juntamente com outras políticas de grande impacto social dentro do marco do programa “Fome Zero”.

Mas é fundamental abordar especificamente o tema de políticas agrárias direcionadas para a sucessão geracional e instalação de jovens na agricultura, especialmente no contexto europeu onde existem subvenções econômicas no contexto da PAC. Assim, a seção a seguir está direcionada a discutir a categoria de análise “Políticas públicas para a juventude rural” no âmbito espanhol.

5.3.7 Políticas públicas para a juventude rural

Em termos de políticas públicas voltadas para a sucessão geracional e instalação de jovens na agricultura, é interessante notar que, de maneira geral, a política agrária europeia sempre abordou a temática a partir de um enfoque de incentivos econômicos com base na implementação de programas de ajuda financeira à instalação de jovens na agricultura. Exemplo marcante disso são as ajudas financeiras da PAC específicas para a primeira instalação de jovens agricultores, levadas a cabo desde 1985.

Estas medidas, como assinalado, baseadas em estímulos econômicos, se mostraram pouco eficazes frente ao problema da falta de renovação geracional na agricultura europeia. Alguns estudos demonstram isso, como é o caso de Piras (2019). Além disso, a pesquisa de campo trouxe à tona a visão dos entrevistados e entrevistadas sobre essa questão.

Um dos representantes da COAG explicou que a PAC incentiva a instalação de jovens na agricultura por meio de ajudas econômicas ligadas ao segundo pilar (desenvolvimento rural) desta política europeia. Para ele, geralmente são os filhos ou filhas de agricultores que acessam essas ajudas para buscar a sucessão de seus pais na agricultura. De acordo com suas palavras,

Hay que decir que en España la Política Agraria Comunitaria incentiva la instalación de jóvenes en la actividad agraria. El segundo pilar de la PAC hay una línea de apoyo para gente que se instala por primera vez en la actividad agraria. Generalmente son hijos o hijas de agricultores. Tienen también

algunos que no, que son agricultores nuevos, pero por general son hijos de agricultores. (Informação verbal²⁴⁹)

Outro representante da COAG complementou essa informação, mencionando que esses incentivos são financiados, em grande parte, através de orçamento da União Europeia, sendo implementados através dos Planos de Desenvolvimento Rural (PDR). No caso espanhol, existe um PDR para cada Comunidade Autônoma, que estabelece as linhas regionais de execução da PAC. Esse mesmo interlocutor mencionou ainda que essas ajudas podem chegar a 70 mil euros para cada jovem que as solicite. Nos seus próprios termos,

Esas ayudas vienen desde Europa y están dentro del que se llama PDR, Plan de Desarrollo Rural. Son ayudas interesantes que pueden llegar incluso en el máximo, 70 mil euros puede llegar. Y el mínimo puede ser 30 o 45 mil euros. Si están en cooperativa, si crean empleo, entonces ese tipo de cosa va sumando y puede llegar hasta 70 mil euros. (Informação verbal²⁵⁰)

Um dos informantes comentou que no caso da Andaluzia, de 2015 a 2020, mais de 3.500 jovens foram beneficiados por essas ajudas. Esse mesmo entrevistado detalhou que 75% do valor orçamentário desse incentivo para a instalação de jovens agricultores é financiado pela União Europeia, 12,5% pelo Governo Nacional e 12,5% pelo orçamento da Comunidade Autônoma. Para ele,

3.516 jóvenes en los últimos 5 años se han instalado en Andalucía con el programa de apoyo del FEADER. Eso dentro del que es el segundo pilar de la PAC. Son ayudas que pueden ir de los 30 a los 70 mil Euros, ya dependiendo todavía de una serie de requisitos que se tiene que cumplir. Está financiado fundamentalmente por fondos europeos. La Junta de Andalucía y el Gobierno de España también tienen que responder por 25% los dos: 12,5% Andalucía, 12,5% España y 75% Europa. (Informação verbal²⁵¹)

Esse mesmo interlocutor explicou ainda que além dos incentivos financeiros do segundo pilar da PAC, o Governo Espanhol também destinou 2% dos recursos do primeiro pilar da referida Política para jovens que se instalaram pela primeira vez na atividade agrária. Nesse caso, se trata dos pagamentos diretos da PAC que foram priorizados para jovens agricultores. De acordo com os termos do entrevistado,

Luego, 2% del primer pilar de la PAC, de lo que es el pago básico que son las ayudas para la renta... La última reforma que se hizo, se está aplicando ya, desde 2014 hasta 2020, se destinó un 2% del fondo, del fondo que a España ha llegado. Eran unos 100 millones de Euros que se destinaron a jóvenes que se instalan por primera vez en la actividad agraria. Eso se aplica al pago básico, a los derechos que tu tenga en función de las hectáreas admisibles, que tengan digamos, sean elegibles para obtener las subvenciones de la PAC. (Informação verbal²⁵²)

²⁴⁹ Entrevista realizada com o Informante ES 03 em 17/07/2020.

²⁵⁰ Entrevista realizada com o Informante ES 02 em 13/07/2020.

²⁵¹ Entrevista realizada com o Informante ES 03 em 17/07/2020.

²⁵² Entrevista realizada com o Informante ES 03 em 17/07/2020.

Mas apesar dessas ajudas e subvenções, na opinião de uma das entrevistadas, também representante da COAG, a PAC poderia haver um olhar mais voltado para modelos de agricultura que estão gerando mais empregos no campo, independente da área admissível para receber os pagamentos diretos da PAC. Nas palavras dela,

Para mí un criterio que se olvida en las políticas europeas, todos están mirando en base a rentabilidades de producción, no, rendimiento y rendimiento. Pero lo que no si mira es que distintos modelos agrarios están generando más empleo de calidad en el campo. Es decir, de qué me sirve, no, pues primar con ayudas europeas el que una persona tenga en posesión 500 hectáreas cuando esa persona apenas está generando empleo con esas quinientas hectáreas. En cambio, una persona que quizá tenga unas producciones más diversificadas o que haya unido una transformación de esa materia prima, no está recibiendo ningún tipo de ayuda. Está recibiendo menos ayudas europeas. (Informação verbal²⁵³)

Nesse sentido, o representante da UPA Joven mencionou que grandes proprietários de terras podem receber até 1 milhão de euros, dependendo da área de suas propriedades. Na opinião desse entrevistado, quem possui uma área agrária tão grande que pode chegar a essa cifra em ingressos econômicos da PAC, realmente não necessita dessas ajudas diretas para complemento da renda. Para ele, é necessário ter um limite superior, para que esses grandes valores possam ser redirecionados a agricultores, inclusive jovens, que realmente necessitam dessas ajudas. Na sua aceção,

Me parece que se dan demasiadas ayudas a gente que no las necesita. En España hay casos de gente que recibe 1 millón de euros de la PAC. Y la mayoría de los que reciben esas cantidades están afincados en la Castellana de Madrid. Es decir, son grandes terratenientes que tienen la finca ahí y que van allí a veranear y tal. Yo creo que una explotación que le dan 1 millón de euros en ayudas, no necesita 1 millón de euros en ayudas. Si tiene una dimensión suficiente para generar tantos derechos de la PAC, es que no necesita ese dinero. Ya tiene una dimensión que tiene que ser viable desde sí. [...] Yo creo que topar las ayudas por arriba es fundamental, y que a partir de "X" hectáreas o "X" derechos, hubiera un reparto hacia los agricultores realmente profesionales, los que viven y que tienen realmente una vinculación con el territorio. (Informação verbal²⁵⁴)

A própria representante do CEJA manifestou a mesma preocupação, indicando que no contexto europeu existe uma espécie de mercado de terras associado a direitos da PAC. Além disso, para ela, é imprecisa a definição de quem é agricultor que de fato tem direito a receber os pagamentos diretos da PAC. De acordo com seus próprios termos:

*Relativo a la PAC y al acceso a la tierra, algo muy importante. En el primer pilar de la PAC tiene pagamientos directos a los agricultores. Y eso es por hectárea. **Lo que pasa es que la definición de quién es agricultor y quien***

²⁵³ Entrevista realizada com a Informante ES 01 em 05/06/2020.

²⁵⁴ Entrevista realizada com o Informante ES 12 em 10/03/2021.

*no es agricultor no es muy buena. Entonces, por ejemplo, el ministro de República Checa, él recibe estos pagamientos, que deberían ir a agricultores. Pero, porque él es dueño de tierra, recibe pagamientos por la tierra que tiene. **Mucha gente hace eso: compran tierra porque ellos saben que van a recibir dinero de Europa. Entonces esto es un problema, porque significa que los fondos se van, en vez de a la gente que necesitan de los fondos, se van a gente que no necesita, porque ya tienen un montón de dinero.** Entonces CEJA, lo que quiere, es definir mejor quién debería recibir, quién es el agricultor que merece recibir estos fondos. Esa es una de las razones de las cuales también el precio de la tierra es muy alto, por la PAC. (Informação verbal²⁵⁵; destaques nossos).*

Para o representante da UPA Joven, os objetivos da PAC teriam que priorizar mais metas e objetivos sociais, buscando evitar o despovoamento rural e fortalecer a sucessão geracional na agricultura. Esse entrevistado argumentou que o dinheiro recebido por grandes proprietários poderia ser direcionado para agricultores familiares, buscando manter o espaço rural povoado e ativo. Conforme suas palavras,

*En los objetivos de la PAC, que se están metiendo cada vez más factores medioambientales, se están olvidando en cierta medida de los factores sociales. Los factores sociales es evitar la despoblación del medio rural, fortalecer el relevo generacional, es decir, que haya gente trabajando en el medio rural. **Yo creo que se tendría que hacer una política en la que digamos, esa gente que está recibiendo tanto dinero, que no necesita, su explotación no requiere ese dinero, fuera realmente fortalecer las explotaciones familiares, que realmente sí necesita ese dinero, esas ayudas para ser viables y para que la gente no abandone y se mantenga en la explotación agraria, que los agricultores se queden en sus pueblos y mantengan las explotaciones vivas y evitamos la despoblación.** Yo creo que ese es uno de los objetivos que se distorsiona en la PAC, aunque se pretende corregir. (Informação verbal²⁵⁶; destaques nossos).*

Trazendo um recorte de gênero para a discussão desse tema sobre políticas públicas para a juventude rural, é importante registrar que a PAC prioriza a incorporação na agricultura de jovens mulheres. Essa prioridade se dá através de uma pontuação extra que elas recebem em comparação a jovens do sexo masculino no momento de solicitarem as ajudas para a primeira incorporação na agricultura. Um dos representantes da COAG mencionou que: “Hay unas discriminación positiva en la normativa para las mujeres, y en la concurrencia competitiva de las ayudas, tienen más puntuación. No en la intensidad de la ayuda, no más dinero, pero sí en la puntuación para que accedan a eso” (Informação verbal²⁵⁷).

Outro interlocutor, também representante da COAG, detalhou que

Hay un incentivo a las mujeres, a la cuestión de incentivar todo el tema de la incorporación de mujeres, y estas ayudas están sometidas a una concurrencia competitiva. Entonces, muchas mujeres, sobre todo de familias

²⁵⁵ Entrevista realizada com a Informante ES 05 em 23/07/2020.

²⁵⁶ Entrevista realizada com o Informante ES 12 em 10/03/2021.

²⁵⁷ Entrevista realizada com o Informante ES 09 em 08/09/2020.

de agricultores, que tienen varios hermanos o hermanas, muchas veces son ellas que acceden, justamente por esa condición de tener más ventaja para acceder. Porque si hay 25 millones de euros en una convocatoria y se hace un criterio de selección, son 800 solicitantes y de estos, 200 no tienen puntos. (Informação verbal²⁵⁸)

Para outra representante da COAG, esse incentivo específico para incorporação de jovens mulheres está tendo êxito:

Se están incorporando mujeres, esto se está haciendo posible debido a unas ayudas de incorporación que vienen de la Unión Europea, de lo que es el pilar desarrollo rural, y bueno de las pocas convocatorias que se abren en la Junta de Andalucía, pues si se están incorporando mujeres jóvenes. (Informação verbal²⁵⁹)

Entretanto, apesar dos inegáveis pontos positivos da PAC, é importante registrar que em vários depoimentos foram mencionados problemas nessa Política ou aspectos que precisam ser corrigidos para o próximo período (2021-2027). Um desses temas, como já abordado na seção sobre a categoria de análise “Acesso à terra e investimentos iniciais”, é a questão de agricultores já aposentados que seguem recebendo subvenções da PAC. Mas é necessário abordar esse tema também sob a ótica da categoria de análise aqui em discussão.

Nesse sentido, o representante da federação Juventudes Agrárias expressou sua preocupação, reiterando que não sabe o que ocorreria se os agricultores aposentados não pudessem acessar os pagamentos diretos da PAC e essa ajudas fossem direcionadas para jovens: se a taxa de sucessão geracional na agricultura seria maior ou menor. De acordo com seus termos,

*La organización defiende que no podemos ir en contra a los que tienen poca superficie, [...] porque no estamos fijando población al territorio, ni estamos defendiendo un modelo social, pero sí es verdad que si a los jubilados se les prohibiese cobrar PAC, no sé qué ocurriría. No sé si se estaríamos en vías de despoblarnos, o en vías de que se produzca un relevo generacional en mayor medida. [...] **Es de lo más delicado que tenemos en Andalucía, el tema de los jubilados que cobren PAC.** (Informação verbal²⁶⁰; destaques nossos).*

Outro representante da COAG, nesse caso da província de Jaén, exemplificou que nessa parte da geografia andaluza a questão de agricultores aposentados - que seguem recebendo ajudas da PAC - está mais acentuada do que em outras regiões, em razão das suas características socioprodutivas. De acordo com ele,

Aquí además está mucho más acentuada que en otras regiones. Aquí, por lo que ya te he dicho, el cultivo del olivar nos es un cultivo muy exigente, entonces, al final, el agricultor jubilado puede seguir siendo empresario,

²⁵⁸ Entrevista realizada com o Informante ES 03 em 17/07/2020.

²⁵⁹ Entrevista realizada com a Informante ES 08 em 13/08/2020.

²⁶⁰ Entrevista realizada com o Informante ES 06 em 27/07/2020.

porque siempre la labor es más complicada de llegar en empresas de servicios que le hacen los cuatro cuidados mínimos que necesita el olivar. Y lógico, como complemento de su pensión. (Informação verbal²⁶¹)

Ademais, esse mesmo entrevistado utilizou seu exemplo familiar para detalhar o motivo de muitos agricultores aposentados continuarem exercendo atividades agrárias e seguirem recebendo ajudas da PAC:

*Mi padre se jubiló el año pasado con 800 euros. Ha cotizado toda la vida como agricultor autónomo, y porque tiene a cargo mi madre, si no estaría en torno de 600 e pocos euros. **Entonces, tiene que seguir desarrollando su actividad. ¿Por qué? Porque está concebido de esa manera el sistema. En vez de dar una pensión digna que puede retirarse de verdad, lo obliga, por así decirlo, a que siga ejerciendo su actividad agraria a través de agricultura, la PAC, y todo por ahí que va.** (Informação verbal²⁶²; destaques nossos).*

Conforme já mencionado anteriormente nesta tese, esse é um complexo problema que exige uma solução que não é simples, muito menos rápida. Se, por um lado, tem-se o baixo valor das aposentadorias para a maioria dos agricultores, por outro há muitos jovens que não conseguem acessar as subvenções da PAC porque estas seguem sendo recebidas por agricultores aposentados. Além disso, como já visto, esse aspecto também dificulta o acesso à terra por parte de jovens interessados em instalar-se na agricultura.

Entretanto, esse não foi o único gargalo da PAC apontado pelos interlocutores durante as entrevistas. Um tema também abordado foi a questão dos obstáculos à incorporação de jovens agricultores. O representante da federação Juventudes Agrárias mencionou que existem casos de alguns jovens, de ambos os sexos, que buscam ajudas da PAC para primeira instalação como agricultores, mas essa sucessão não é efetiva ou real, segundo as suas próprias palavras. Esse entrevistado utilizou os seguintes termos para falar descrever tal situação:

*Existen mujeres que se incorporan porque quieren seguir con la actividad agraria, y mujeres que se incorporan que por ser mujer y tiene más puntos, tiene más posibilidad de acceder a la ayuda. **Y muchas veces son relevos ficticios, no son relevos reales. Es una pena que pase eso. Bueno, igual que pasa con las mujeres pasa con los hombres. Existen incorporación de jóvenes que realmente no son reales, que su padre le incorpora a la actividad agraria durante cinco años, y a lo mejor durante esos cinco años se dedica a prepararse una oposición para la administración. [...] Yo conozco casos de fincas de explotaciones donde se han incorporado tres jóvenes. Y no que al primero le haya ido mal y venga el segundo y ha ido mal, porque al final son relevos que no son reales.** (Informação verbal²⁶³; destaques nossos).*

²⁶¹ Entrevista realizada com o Informante ES 09 em 08/09/2020.

²⁶² Entrevista realizada com o Informante ES 09 em 08/09/2020.

²⁶³ Entrevista realizada com o Informante ES 06 em 27/07/2020.

Outro representante da COAG também usou sua fala para enfatizar essa questão. Para ele, essas fraudes são unicamente para receber o valor que deveria ser destinado à incorporação real de um jovem e que as administrações públicas deveriam criar mecanismos para prevenir e combater esse tipo de situação. Este entrevistado usa palavras ainda mais fortes, ao falar de fraudes que deveriam ser coibidas pelas administrações públicas:

*Porque también en esas introducciones, también hay una serie de pillería. Por ejemplo, “yo soy el padre, mi hijo no quiere saber nada de la explotación”, o “soy la madre y mi hijo no quiere saber nada de la explotación, pongo la explotación a mi hijo o mi hija que no aparezca por aquí, y yo me llevo calentito, tengo maquinaria, tengo todo, y llevo los 30, 40, 50, 60 o hasta 70 mil euros”. **Esos fraudes deberían las administraciones ir por ellas.*** (Informação verbal²⁶⁴; destaques nossos)

Um dos entrevistados mencionou ainda dois problemas: o excesso de burocracia e as dificuldades econômicas para os jovens manterem o plano de incorporação que precisa ser apresentado para solicitar as ajudas da PAC. Para esse informante,

Y los agricultores tienen básicamente dos problemas: un, la burocracia, que para las ayudas es gigantesca, está muy, muy burocratizada [...], tiene una carga burocrática altísima. Y por otro lado, el tema del plan empresarial que tiene que cumplir, al final tú presenta un proyecto para la Junta de Andalucía, si te lo aprueban y te lo subvencionan, bueno, tiene una serie de compromisos. [...]. Los agricultores que al final, cuando terminen el proceso de instalación, por así decirlo, ya tienen que ser una empresa viable técnica y económicamente, y la parte económica es complicada. Son los dos problemas principales que tienen los agricultores. (Informação verbal²⁶⁵).

Com respeito aos planos empresariais, outro aspecto levantado pelo representante da federação Juventudes Agrárias foi a rigidez para manter os objetivos e as atividades traçadas no momento da solicitação da ajuda para incorporação. Essa rigidez é cobrada mesmo em cenários de crise que vivenciam determinados setores agrários. Até então, após aprovado um plano de incorporação, não eram aceitas mudanças no que havia sido projetado no plano a ser desenvolvido por esse jovem agricultor. De acordo com esse entrevistado, inclusive já aconteceram casos de jovens que tiveram que devolver o dinheiro recebido por não seguir pontualmente seu plano empresarial de incorporação à agricultura. Conforme suas palavras,

[...] muchos de esos planes empresariales hay gente que ya tuvo que devolver dinero y gente que, ojo, ha tenido que denegar la ayuda porque, como te he comentado antes, el tema de los planes empresariales son una

²⁶⁴ Entrevista realizada com o Informante ES 07 em 11/08/2020.

²⁶⁵ Entrevista realizada com o Informante ES 09 em 08/09/2020.

cosa que son muy cobrada, y no te puedes salir de la línea que le marca el plan empresarial. (Informação verbal²⁶⁶)

Outro ponto abordado pelos entrevistados nessa categoria de análise diz respeito ao novo período da PAC (2021-2027), o representante da UPA mencionou que parece que a política estará baseada nas mesmas linhas, apesar de que haverá uma certa autonomia para os países decidirem algumas prioridades através dos Planos Estratégicos Nacionais. Esse entrevistado que explicou que

Bueno, por lo que sabemos hasta ahora más o menos se basa en la misma línea que teníamos anteriormente, el tema de incorporación de jóvenes va seguir dentro del segundo pilar de la Política de Desarrollo Rural, como una medida de incorporación, que se incrementará la ayuda a principio, aunque tenga que decidir cada país, y a voluntad un poco de cada país, como lo quiere desarrollar en su Política de Desarrollo Rural [...]. En cuanto al primer pilar, se va seguir manteniendo un porcentaje de ayuda directamente, eso sería a nivel de España, nivel nacional, un porcentaje del pago compensatorio del primer pilar para los jóvenes que se incorporan. (Informação verbal²⁶⁷)

Em termos de perspectivas de gênero para a nova PAC (2021-2027), a representante da FADEMUR mencionou em seu depoimento que essa organização está com bastante esperança de que a equidade de gênero ganhe mais relevância, isso porque passará a ser um dos objetivos da política comunitária. Expressou sua posição nos seguintes termos:

[...] nosotras estamos muy esperanzadas. Eso porque el género pasará a ser uno de los objetivos de la PAC. Pero, depende de cómo los planes estratégicos nacionales abordarán la temática, tanto en relación a la aplicación de recursos del primer pilar como del segundo pilar. FADEMUR está esperanzada de que en España se pueda tener mejores perspectivas de género e igualdad con la aplicación de los recursos de la PAC en el próximo periodo. (Informação verbal²⁶⁸)

Em relação à sucessão geracional e incorporação de jovens, no próximo período da PAC (2021-2027), esse programa foi reforçado, mantendo-se uma ajuda específica para a instalação de jovens de até 100.000 euros (anteriormente o máximo era de 70.000 euros) para financiar os seus projetos de incorporação. Além disso, foi criado um suplemento (a ser fixado por cada país nos seus Planos Estratégicos Nacionais) para a ajuda direta a jovens que sejam titulares de explorações agrárias com direitos a subvenções da PAC.

Nesse sentido, o Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação da Espanha explicou na entrevista, durante a pesquisa de campo, que nas negociações da reforma da PAC para o próximo período, a Espanha conseguiu incrementar o orçamento

²⁶⁶ Entrevista realizada com o Informante ES 06 em 27/07/2020.

²⁶⁷ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

²⁶⁸ Entrevista realizada com a Informante ES 10 em 18/02/2021.

recebido da União Europeia em relação ao período anterior. Além disso, o Ministro afirmou que o governo mantém sua aposta firme para fortalecer o meio rural e facilitar a sucessão geracional e instalação de jovens na agricultura através dos recursos da PAC. De acordo com as suas próprias palavras,

En las negociaciones de la reforma de la Política Agraria Común (PAC) para el periodo 2021-2027, España ha conseguido un histórico acuerdo, muy beneficioso para nuestro sector agroalimentario. Desde el punto de vista económico, los agricultores y ganaderos españoles van a disponer de 47.724 millones de euros, cifra sensiblemente superior a la del periodo anterior que les va a permitir mantener la rentabilidad de sus explotaciones y afrontar con recursos los retos de la próxima década, fundamentalmente los relacionados con los nuevos objetivos medioambientales del Pacto Verde europeo. Además de garantizar la rentabilidad y sostenibilidad de las explotaciones, la nueva PAC incluye medidas para fijar población y atraer talento al medio rural, básicamente para impulsar la modernización y la transformación digital. A nivel nacional, el Gobierno mantiene una apuesta firme por impulsar un medio rural vivo y competitivo, que facilite el necesario relevo generacional. En los presupuestos Generales del Estado para 2021 se ha incorporado una nueva línea de ayuda, dotada con un millón de euros, para desarrollar el programa de acciones formativas para jóvenes agricultores en explotaciones modelo. (Informação verbal²⁶⁹)

Para além da abrangência da PAC, é preciso registrar aqui outras menções dos entrevistados. Nesse sentido, o representante da federação Juventudes Agrárias exemplificou a necessidade de assessoramento para jovens que se instalam como agricultores. Para esse entrevistado, seria interessante haver um suporte técnico prévio, a exemplo de um estágio em explorações agrárias modelo, para jovens que buscam instalar-se na agricultura. Nas suas palavras,

[...] otra estrategia que es el asesoramiento de los jóvenes que se instalaban. Un joven que se instala, yo, por ejemplo, que me instalé en una explotación de porcino, pues que hubiese hecho una especie de práctica en una otra explotación de porcino que sea modelo, vale, y haber estar compartiendo con la persona o familia que lleve esta explotación, pues 06 meses o incluso un año. [...] Queríamos que Andalucía hiciese algo así, de que un joven que se quisiera incorporar tuviese un asesoramiento previo por parte de agricultores. A lo mejor esa persona en ese tiempo, aparte de aprender, que era lo que se buscaba, puede llegar a comprender de que su explotación puede no funcionar por "X" motivo. (Informação verbal²⁷⁰)

Para o representante da UPA, a sucessão geracional e instalação de jovens na agricultura deveria ser uma política de estado, coordenada e com disponibilidade de orçamento, não somente uma questão *strictu senso* de destinação de ajudas financeiras. Além disso, o interlocutor mencionou, que nesse caso, deveriam intervir diferentes ministérios, com uma coordenação a nível nacional, mas com execução em nível territorial. De acordo com esse entrevistado,

²⁶⁹ Entrevista realizada com o Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação em 22/12/2020.

²⁷⁰ Entrevista realizada com o Informante ES 06 em 27/07/2020.

*¿Qué quiero decir política de estado? Pues que deberían ser, aparte de tener una gran voluntad política en nivel normativo, pero también presupuestario y de coordinación. Esas son cuestiones que no se deberían dejar exclusivamente a las comunidades autónomas, porque tenemos ya diferentes tipos aplicaciones y hay distorsiones... Unas líneas emanadas desde la propia administración. El caso del relevo generacional y del despoblamiento tienen que intervenir distintos ministerios porque ahí ya son políticas territoriales y tal. [...] No política de estado centralizada en la administración nacional, pero tener una política y ejecución más homogénea. Estamos viendo por ejemplo, el tema de incorporación de jóvenes, que al ser una medida que está emanada en la política de desarrollo rural y los problemas de desarrollo rural de cada comunidad autónoma, pues hay grandes diferencias de aplicaciones de unas CC.AA. a otras. [...] **Con lo cual cuando muchas veces se habla del tema de jóvenes, parece que nos quedamos en las ayudas para incorporación, que son importantes, pero lógicamente no es el único tema.** (Informação verbal²⁷¹; destaques nossos).*

Esse mesmo interlocutor mencionou que a UPA tem apostado em uma tentativa de que houvesse um programa de incorporação de jovens à agricultura com uma coordenação nacional, com os mesmos parâmetros, requisitos, cifras, cronograma de pagamentos, etc. em todas as comunidades autônomas do país. De acordo com ele,

[...] lo que nosotros estamos planteando es que al menos esa medida de incorporación sea dentro de un programa nacional. Para que tenga los mismos requisitos, las mismas ayudas, el mismo calendario de ayudas, las mismas condiciones, y no tengamos diferencias de unas a otras. (Informação verbal²⁷²)

Esses discursos fazem refletir que o malogro de muitas das políticas agrárias voltadas à sucessão geracional e instalação de jovens na agricultura se deve ao fato de que a gestão pública tenta tratar com programas setoriais um problema que tem múltiplas dimensões, de natureza transversal e para onde convergem fatores de diversas naturezas: culturais, econômicas, jurídicas, de formação, etc. É importante notar que até agora, este assunto foi abordado a partir de um enfoque de incentivos econômicos, centrado na implementação de programas de ajuda à instalação de jovens agricultores. Prova disso são as ajudas estabelecidas na Política Agrária Comum (PAC) há várias décadas e que se reforçarão no novo período de programação 2021-2027. Nesse novo período, haverá um suplemento da ajuda direta à renda baseado no primeiro pilar da PAC para o caso em que seja um jovem o titular da exploração agrária beneficiária, além de uma ajuda específica lastreada no segundo pilar da política para financiar durante vários anos os projetos de instalação de jovens na agricultura. Todavia, por mais otimista que sejam as autoridades do setor, há que acompanhar o real alcance destas medidas.

²⁷¹ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

²⁷² Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

Dada a importância da PAC no continente europeu, o próximo período de programação da política (2021-2027) é uma boa oportunidade para abordar este problema com sentido de Estado, aproveitando os recursos oferecidos pela União Europeia e definindo grandes linhas estratégicas com caráter integral. Assim, será possível impulsionar a necessária renovação geracional da agricultura espanhola com base em projetos inovadores e viáveis de instalação de novos agricultores. Os trabalhos desencadeados pelo MAPA/Espanha parecem convergir nessa direção, a exemplo do estudo sobre o acesso à terra (MAPA, 2021b).

Mas a inclusão do tema da sucessão geracional na elaboração do Plano Estratégico Nacional não deve ser um fim em si mesmo, mas a base para desenhar um programa nacional que mobilize, em torno de si, o conjunto da sociedade e permita renovar a agricultura espanhola. É necessário que o assunto seja tratado de um modo integrado, levando em conta, de forma mais pragmática, os distintos fatores que influenciam no processo sucessório. Isso implica ir mais além de uma visão unicamente centrada na ótica econômica.

Finalizando esse tópico da tese, é importante registrar que a percepção e as demandas das organizações profissionais agrárias são fundamentais no cenário da escassez de jovens, da sucessão geracional e instalação de novos produtores. Entretanto, além de demandar ações do poder público, essas organizações, em maior ou menor medida, também atuam em atividades voltadas para a juventude rural. Essas ações serão apresentadas e discutidas logo a seguir.

5.4 Ações das organizações para a juventude rural

Como mencionado anteriormente, algumas posições assumidas pelas organizações profissionais agrárias refletem demandas exclusivas da juventude rural, enquanto outras tangenciam necessidades gerais de agricultores e agricultoras de todas as idades, as quais podem influenciar na motivação dos jovens em eleger uma vida profissional dentro do marco da agricultura.

Nesse sentido, umas das ações desenvolvidas pela COAG e pela UPA pode influenciar a agricultores de diferentes idades e incentivar a instalação de jovens na agricultura. Esse parece ser o caso da iniciativa em torno da Lei da Cadeia Alimentar

na Espanha, a qual propõe legislar sobre preços justos para os produtos agrícolas. A representante da CERES (que, como mencionado anteriormente, é ligada à COAG) comentou que

*Claro, en COAG ¿qué estamos trabajando? Estamos trabajando en la Ley de la Cadena Agroalimentaria, para tener unos precios justos y para que esté prohibido vender bajo costo. ¿Qué ocurre? **Que se conseguimos una ley de la cadena agroalimentaria, donde percibamos unos precios justos, pues será mucho más atractivo para que nuestros jóvenes se incorporen.** Para que se incorporen o se queden en el campo, y no tengan que irse. (Informação verbal²⁷³; destaques nossos).*

Além disso, um dos representantes da COAG afirmou que a organização trabalha em favor da gestão das ajudas da PAC para a primeira instalação de jovens agricultores. Mas ao mesmo tempo, deixou claro que falta avançar em pautas específicas para jovens e para a sucessão geracional. De acordo com suas palavras,

*Yo creo que no, que no se están generando todas las cosas que se podrían hacer. Puesto que sí, tenemos esas ayudas PAC y estamos trabajando mucho como organización dentro de esa ayuda, pero no hacemos nada con... Hacemos lo mismo que hacemos con una persona que entra con 50 años dentro de la organización, con las que no tienen ayuda, **no se está haciendo ninguna labor. [...]** Por ejemplo, aquí en algunas provincias no si está haciendo una buena labor con la movilización de jóvenes. (Informação verbal²⁷⁴; grifos nossos).*

Outro representante da COAG explicou que esta organização tem grupos de jovens que pautam a atuação sindical e as reivindicações da entidade. Nas palavras desse entrevistado, esses grupos reconhecem a importância da transversalidade das agendas dos órgãos e entidades representativas. São grupos de jovens agricultores que possuem demandas específicas. Nas palavras do entrevistado,

Nuestro grupo específico, sindicales, de jóvenes agricultores tenía sus demandas específicas y demás, normalmente son grupos transversales, no son grupos como puede ser la sectorial del aceite de oliva, de frutos secos, de aceituna de mesa... Son grupos transversales que engloban... Porque al final, jóvenes pueden estar en cualquier cosa. Desde ganaderos hasta apicultores, hay algunos aldoneros incluso, y sobre todo olivereros, que es 80% da economía agrícola de la provincia. Tenemos nuestra actuación sindical, nuestras reivindicaciones, pero ya te digo, son grupos transversales, no son grupos sectoriales. (Informação verbal²⁷⁵)

Uma das ações para jovens agricultores levada a cabo por ambas as organizações (COAG e UPA) corresponde à gestão administrativa e burocrática das solicitações de ajudas da PAC para a primeira instalação de jovens agricultores. Esse trabalho vai desde o auxílio na organização da documentação até a elaboração do

²⁷³ Entrevista realizada com a Informante ES 04 em 23/07/2020.

²⁷⁴ Entrevista realizada com o Informante ES 07 em 11/08/2020.

²⁷⁵ Entrevista realizada com o Informante ES 09 em 08/09/2020.

plano empresarial de incorporação à agricultura do jovem solicitante. O representante da UPA se referiu a essa frente de trabalho nos seguintes termos:

Yo sé que nuestros técnicos en provincias, uno de los trabajos es hacer los expedientes no solamente de incorporación sino sobre todo el plan, el plan de incorporación que necesita para solicitar las ayudas de la PAC. Y luego también en determinadas áreas sectoriales, en algunos casos existe prioridad para los que son jóvenes, y también facilitar esa cuestión. (Informação verbal²⁷⁶)

Além disso, esse mesmo entrevistado mencionou que a UPA vem prestando alguns assessoramentos técnicos, os quais, ainda que de caráter pontual e limitado a algumas regiões, evidenciam a relevância deste tipo de pauta de atuação. Nas palavras desse entrevistado,

Bueno, vamos a ver, a nivel de apoyo a jóvenes, tenemos el asesoramiento que hacemos en las oficinas, en las oficinas comarcales y locales, y luego en aquellas zonas donde tenemos asesorías, estamos en La Rioja, en Castilla y León, en Galicia con asesorías, facilitamos también los proyectos para incorporación, el expediente y tal, y también el apoyo desde el punto de vista de mejorar su explotación. El tema de asesorías es puntual lo que se está haciendo, porque es en pocos sitios, pero vemos un marco de acción muy importante. (Informação verbal²⁷⁷)

Esse interlocutor comentou sobre a busca ou o aperfeiçoamento de políticas públicas para a juventude rural. Este depoente mencionou que a UPA busca apoios para os jovens em diferentes políticas setoriais. Segundo suas próprias palavras,

Y luego también en abrir políticas tanto a nivel de la PAC como en otras políticas sectoriales. Por ejemplo, ayer yo estaba trabajando por la tarde con el tema de apoyos para el viñedo para que tenga unos puntos diferenciados para aquellos que son jóvenes. Es decir, en las distintas políticas sectoriales, ver también apoyos para los jóvenes. Es decir, no solamente al joven que se incorpora, sino al joven que está en la explotación que tenga una diferenciación. Igual que hacemos para los jóvenes, hacemos para el tema de las mujeres rurales, que tengan unos apoyos diferenciados. (Informação verbal²⁷⁸)

Em termos de uma perspectiva de gênero, a representante da CERES mencionou que a organização trabalhou para que houvesse uma discriminação positiva para facilitar que as jovens mulheres acessassem as ajudas da PAC para uma primeira incorporação. Nesse sentido, tal interlocutora considera que

*En el tema, por ejemplo, de las subvenciones, que a veces vienen de Europa, vienen subvenciones para la incorporación de jóvenes, que ahí era donde te decía que en Andalucía hemos tenido el mayor número de solicitudes de incorporación de chicos y chicas jóvenes dentro de España. Sí que hemos trabajado mucho para tener una discriminación positiva hacia las mujeres. Porque en igualdad de condiciones suelen entrar siempre chicos. **Las mujeres no suelen entrar. Porque nuestras empresas son más pequeñas, aún que persistimos más en el tiempo, somos menos***

²⁷⁶ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

²⁷⁷ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

²⁷⁸ Entrevista realizada com o Informante ES 11 em 19/02/2021.

ambiciosas, pero necesita, vale, necesita... Entonces a veces piden tantos requisitos, que si no hay una discriminación positiva, las chicas no entran. Entonces se consiguió en su momento, hace algunos años, de que las chicas solicitaban una ayuda de primera instalación en el sector primario, le dieran no sé si son 2 o 3 puntos más por ser mujer. Y eso ha hecho, esa discriminación positiva de esos puntitos, ha hecho con que muchas chicas hayan podido incorporarse. Porque de otra manera no habría sido posible. Ese es un ejemplo de algo que hemos hecho para que las chicas se incorporen. (Informação verbal²⁷⁹; destaques nossos).

Já a representante da FADEMUR explicou que a organização atua apoiando projetos de jovens mulheres agricultoras no período pós-instalação na agricultura. Conforme suas palavras,

*Los expedientes de incorporación, específicamente, son llevados por la organización hermana UPA. **La actuación de FADEMUR se da más después de la instalación de hecho, apoyando proyectos de mujeres en las áreas de comercio, marketing, comunicación, agregación de valor, transformación de la producción, etc.** (Informação verbal²⁸⁰; grifos nossos).*

Em nível europeu, o CEJA atua como uma organização representante de jovens agricultores de todo o continente. Sua atuação se dá através da incidência (*advocacy*) dentro da União Europeia, dando voz às necessidades dos agricultores jovens. De acordo com as palavras da representante da instituição,

*Nosotros no somos parte de la Comisión Europea, somos una ONG. Entonces no tenemos ningún voto formal, no tenemos ningún... Nuestra voz es de advocacy [...]. El nombre del CEJA suena como muy formal como si fuéramos parte de la Unión Europea, pero no, para nada. Ellos nos dan fondos que nos ayuda... Ayuda para nuestras actividades. Porque es del interés de la Unión Europea que nosotros tenemos acá, dándonos ideas, dándonos ideas sobre qué es lo que los agricultores jóvenes necesitan. **Porque es uno de los 9 objetivos de la próxima PAC: mejorar la cantidad de jóvenes en agricultura.** Hay 9 objetivos y esto es uno de ellos. Así que es importante. (Informação verbal²⁸¹; grifos nossos).*

Com base nesses depoimentos, é possível constatar a convergência de pautas das duas organizações (COAG e UPA) no que tange à instalação de jovens agricultores. Ademais, a agenda sindical, com pequenas variações, está baseada na criação ou aperfeiçoamento de políticas e programas públicos que beneficiem, direta ou indiretamente, os jovens agricultores.

Além disso, tanto a UPA como a COAG usam suas estruturas para gerar e produzir mudanças efetivas. Respectivamente vale destacar o caso da UPA Joven e da federação Juventudes Agrárias. Já a FADEMUR e a CERES, ligadas, respectivamente, à UPA e à COAG, possuem suas próprias linhas de atuação no trabalho com mulheres, de forma que outrossim buscam inserir a perspectiva de

²⁷⁹ Entrevista realizada com a Informante ES 04 em 23/07/2020.

²⁸⁰ Entrevista realizada com a Informante ES 10 em 18/02/2021.

²⁸¹ Entrevista realizada com a Informante ES 05 em 23/07/2020.

gênero como eixo de orientação das diferentes políticas que impactam sobre o mundo rural. Por seu turno, o CEJA chama a si o compromisso de representar os jovens produtores no âmbito das estruturas de poder da União Europeia.

As informações aqui cotejadas dão conta de um considerável grau de aderência e de convergência das pautas das organizações sindicais no que tange às demandas específicas da juventude rural e dos imperativos que marcam a questão da sucessão dos estabelecimentos familiares. Há variações na forma de atuação, assim como no que tange à efetividade das medidas adotadas na Espanha e na Andaluzia como um todo. A próxima seção reúne algumas conclusões e as considerações finais deste estudo.

6 Conclusões

Esta tese doutoral teve como objeto central de estudo a análise de um tema multifacetado e complexo, qual seja, a questão da sucessão em estabelecimentos rurais familiares, bem como as interfaces que tal fenômeno guarda com as demandas e o futuro da juventude rural no caso brasileiro e espanhol, em perspectiva comparada. O olhar esteve dirigido no sentido de saber como as organizações sindicais dos dois países se posicionam em relação a questões que suscitam controvérsia e cuja relevância parece-nos claramente evidenciada.

À luz dos dados levantados, mediante o uso de fontes primárias (depoimentos colhidos no Brasil e na Espanha) e secundárias (trabalhos consultados e fontes estatísticas e censitárias), foi possível verificar recorrências e aspectos convergentes. Guardadas importantes diferenças, há também elementos que sinalizam para a existência de problemas semelhantes em ambos os contextos, como no caso da tendência progressiva de esvaziamento do meio rural e da crise de oportunidades vivenciada, de modo geral, pelas famílias, pelos jovens e pelas mulheres de um modo particular. A partir desse marco geral trataremos aqui de enunciar conclusões, tendo por base esse esforço por cotejar ambas as realidades, aqui representadas pela região do sul do Rio Grande do Sul e pela região da Andaluzia Ocidental.

No caso brasileiro, em relação aos aspectos demográficos, a pesquisa de campo revelou a preocupação das organizações sindicais com a escassez de jovens agricultores e com o futuro da agricultura familiar. Ademais, no entendimento dos entrevistados e entrevistadas, no sul do Rio Grande do Sul ainda está em marcha um processo de êxodo seletivo da juventude rural. Vários estudos já haviam descrito esse quadro. Essa saída tem refletido na diminuição, envelhecimento e masculinização da população rural, ainda que, aparentemente, em menor medida do que verificado em estudos realizados pelo menos até o início da década de 2010. No caso brasileiro a não realização do censo demográfico, previsto para ocorrer em 2020 e em 2021, impediu que tivéssemos bases para atualizar essa tendência.

No que diz respeito à atuação da FETRAF-RS e da FETAG-RS a questão da juventude rural, em maior ou menor medida, esteve presente ao longo do tempo. Nesse sentido, o desmantelamento de muitos programas públicos, voltados às pautas

da agricultura familiar, ocorrido, como é sabido, nos últimos seis anos, coloca em xeque tanto o trabalho com a juventude rural como o próprio futuro destas organizações e do leque de alianças construído em torno à defesa da agricultura familiar.

Durante as entrevistas, os representantes da FETRAF-RS e da FETAG-RS emergiram as principais necessidades da juventude rural e para a sucessão rural, as quais foram agrupadas nas seguintes categorias de análise: políticas públicas, acesso à terra e investimentos iniciais; formação socioprofissional; relações intrafamiliares; relações de gênero; remuneração, estrutura e mecanização das unidades produtivas; serviços e infraestrutura no meio rural, e; reconhecimento social da agricultura e do espaço rural.

Nesse sentido, foi explicitado pelos entrevistados e entrevistadas que são necessárias políticas públicas voltadas para a juventude rural e para fomentar processos sucessórios na agricultura familiar, mas não apenas programas relacionados à disponibilização de crédito. São necessárias políticas públicas que possibilitem, por exemplo, o acesso à terra e a comercialização da produção a preços justos com prioridade para esse público.

No rol de das iniciativas voltadas ao esforço de ampliar as chances de que juventude rural possa seguir no campo consta a melhoria das condições para um trabalho digno, no sentido de favorecer a geração de renda e garantia de qualidade de vida para a família. Assim, é preciso que as políticas sejam mais eficazes em garantir essas condições. São necessários programas que promovam ações em cadeia nos territórios, fomentando processos de desenvolvimento rural que incorporem a questão da sucessão geracional como objeto privilegiado de atenção do Estado. Nesse sentido, é concreta a necessidade de políticas intersetoriais que possam dar conta da complexidade do tema da sucessão geracional e interesse de jovens pela agricultura.

Além disso, durante os depoimentos, também foi apontada a necessidade de processos qualificados de formação socioprofissional, que valorizem a agricultura familiar e o espaço rural. Esses processos devem estar relacionados tanto ao sistema formal de educação, em escolas e colégios, quanto aos serviços de ATER prestados por organizações governamentais e da sociedade civil. Nessa lógica, é imprescindível que os jovens compreendam que a atividade agropecuária pode representar uma

oportunidade de geração de renda, qualidade de vida e autonomia profissional. Já sobre os serviços de ATER, é primordial que sejam fortalecidos e qualificados, na perspectiva de uma formação continuada para aqueles jovens que já estão instalados na agricultura e que não mais se encontram em período escolar.

Sobre as relações intrafamiliares, ficou evidente a preocupação dos depoentes com a falta de espaço para os jovens dentro das unidades produtivas familiares, sendo essa uma das principais dificuldades para os processos sucessórios. Apesar disso, as organizações têm dificuldade em promover ações efetivas e consistentes para tratar desse assunto que, sem espaço à dúvida, é delicado e necessita de especial atenção.

As dificuldades associadas à inclusão da pauta de gênero estão diretamente ligadas às relações intrafamiliares: se os rapazes enfrentam obstáculos para encontrar sua colocação dentro das unidades produtivas familiares, as moças encaram barreiras ainda maiores. Esse tema, assim como as relações intrafamiliares, devem ser alvo de atenção por parte das organizações sociais da agricultura familiar e por parte do poder público, ainda que seja um assunto delicado e difícil de interceder. Assim, uma das necessidades é que haja incentivos para uma maior inserção do público feminino – especialmente jovem – nas atividades produtivas agropecuárias e para uma mudança de paradigma no meio rural no sentido do reconhecimento de que as cidades não necessariamente asseguram melhores condições de vida e satisfação pessoal.

Sobre a remuneração, estrutura e mecanização das unidades produtivas, foi notório que a melhora nas condições de renda e de vida das famílias tem contribuído para a permanência de jovens no campo, abrindo um espaço, ainda que reduzido, para o surgimento de unidades produtivas melhor estruturadas e com melhores condições de mecanização. Nesses casos há indícios de que a sucessão geracional seja efetiva no âmbito das famílias. Entretanto, o inverso é verdadeiro: a sucessão geracional é mais difícil no caso das famílias que possuem uma geração menor de renda ou unidades produtivas com estrutura produtiva frágil ou precária. Convém registrar ainda a reiterada saída de jovens mulheres, mesmo nos casos em que as unidades produtivas familiares estão relativamente bem posicionadas do ponto de vista econômico e produtivo, o que também sinaliza para a importância da pauta de gênero no processo de sucessão geracional.

A carência de serviços e infraestrutura na zona rural é outro aspecto que foi apontado como possível motivador para o afastamento de jovens da agricultura. As

luzes da cidade seguem exercendo atração, não somente no que tange a um maior grau de diversidade de oportunidades de trabalho, mas também no que diz respeito a comodidades, qualidade de serviços e infraestrutura. Outro ponto de atenção é a carência de atividades de lazer e recreação nas áreas rurais: ainda que em algumas regiões haja uma diversidade de atividades, em outras não há muitos atrativos, o que pode igualmente afastar os jovens dessas zonas ou do espaço rural como um todo.

Por fim, as entrevistadas e entrevistados brasileiros apontaram a falta de reconhecimento social da agricultura e do espaço rural. Ainda que aparentemente tenha aumentado o orgulho dos jovens agricultores em assumir sua profissão e se afirmarem como agricultores familiares, a desvalorização do agricultor familiar como um todo parece estar entre as principais dificuldades que fazem o jovem abandonar o campo. A pesquisa também sinalizou que no reconhecimento social que eventualmente exista em torno da agricultura, não há menção à distinção existente entre a agropecuária como um todo e a agricultura familiar propriamente dita, principalmente por parte de campanhas publicitárias que buscam passar uma ideia de unidade de uma classe agrícola. O tratamento dispensado às diversas coletividades que fazem parte da agricultura familiar é infinitamente precário em comparação com o agronegócio.

Passando agora para as considerações finais do estudo no âmbito espanhol, cabe sublinhar que o número atual de agricultores com idade superior a 55 anos é alto, o que indica que poderão estar aposentados em uma década. Isso não implica que estes irão se retirar da agricultura, mas sim que a população agrária estará com uma idade média mais avançada e contar com atitudes menos propensas à inovação ou à incorporação das novas pautas, como a questão da agroecologia, da sustentabilidade, da geração de energias alternativas, do uso sustentável dos recursos naturais. Na elaboração desta tese doutoral tivemos acesso às entrevistas²⁸² realizadas por Caldas (2010) no trabalho de campo levado a cabo na Serra de Segura (Espanha). Numa das entrevistas uma jovem produtora, que reassumiu a exploração familiar, depois de anos vivendo no norte do país (Astúrias), manifestou-se nos seguintes termos acerca da questão de mudança no modo de produzir e das chances de incorporação da agroecologia pelas gerações atuais e pretéritas:

A mí ahora mismo... de ecología, mi padre no me puede transmitir nada, mi abuelo a lo mejor sí podría, pero mi padre ya no, porque él ha

²⁸² Tivemos acesso às entrevistas que Caldas (2010) realizou na Espanha mediante autorização prévia.

desaprendido, tristemente. Me puede transmitir muchas cosas del campo, truco, ciclo de aquí adaptado a climatología, pero de cerrar ciclo, de compostar, de cómo luchar contra las plagas de forma biológica, de entender el equilibrio en la huerta para que no haya posibilidad de plaga, para prevenir plagas, de utilizar las hierbas, sus principios activos, tanto para mí como para el cultivo, eso no me lo pueden transmitir ya. Entonces, yo tengo que formarme ahora, para poder volver a transmitirlo (destaques nossos).

É verdade que há setores e grupos de agricultores espanhóis que, graças à boa gestão, à cooperação, aos produtos diferenciados e à utilização de tecnologias adequadas à sua realidade socioprodutiva, resistem bem à concorrência nos mercados pela via da redução dos custos de produção e de uma inserção qualificada nos mercados. Mas ainda assim, mesmo nestes setores mais dinâmicos e inovadores, a sucessão geracional também se apresenta como uma necessidade peremptória.

Não obstante, os representantes de todas as organizações entrevistadas na Espanha (UPA, COAG, FADEMUR, CERES, MAPA/Espanha e CEJA) manifestaram preocupação com a escassez de jovens agricultores e com o futuro da agricultura, sobretudo, no que tange à agricultura familiar face à importância social deste segmento para o país. Nesse sentido, as principais necessidades elencadas pelos representantes dessas organizações foram agrupadas nas seguintes categorias de análise: acesso à terra e investimentos iniciais; rentabilidade das unidades produtivas; formação socioprofissional; serviços e infraestrutura no meio rural; reconhecimento social da agricultura e do espaço rural; titularidade compartilhada de explorações agrárias, e; políticas públicas para a juventude rural.

A categoria de análise relativa ao acesso à terra e aos investimentos iniciais foi uma das mais comentadas durante as entrevistas. Nessa perspectiva, existem fatores econômicos, culturais e jurídicos ligados às dificuldades de acesso à terra por jovens agricultores. Os aspectos de natureza econômica dizem respeito à imobilidade do mercado de terras, à baixa disponibilidade de solo agrícola para aquisição ou arrendamento (como assinalado anteriormente, por diferentes motivos) e à especulação imobiliária que vem ocorrendo no espaço rural espanhol. Já os fatores de natureza cultural estão relacionados ao arraigo cultural que a terra representa para os agricultores e agricultoras, em especial, no seio da própria família, sendo difícil que disponibilizem suas terras para venda ou arrendamento. O resultado se vê na redução da oferta de espaços para produção e no encarecimento do preço da terra.

Há que considerar ainda aqueles fatores de natureza jurídica, na perspectiva do direito sucessório da propriedade rural. De maneira geral, as leis espanholas

nacionais e autonômicas favorecem a divisão da propriedade no caso de falecimento de seus proprietários titulares entre todos os herdeiros. Assim, nessa área do direito sucessório, em se tratando principalmente da agricultura familiar, é possível desenvolver mecanismos para facilitar a sucessão na titularidade de uma exploração agrária no sentido de priorizar aquele membro da família que queira se instalar como agricultor ou agricultora.

Sobre a formação socioprofissional, as entrevistas indicaram que parece necessária uma reforma dos programas educativos no sentido de uma maior valorização da agricultura, da pecuária e do setor agrário como um todo. Além disso, a pesquisa de campo revelou a necessidade de uma formação continuada para aquelas pessoas que já passaram pelo processo educativo formal, tratando de temas atuais e necessários para a atividade agrária e que possam favorecer a sucessão geracional na agricultura.

No que diz respeito aos serviços e infraestrutura, as entrevistas evidenciaram que a carência destas estruturas no espaço rural espanhol contribui, em maior ou menor medida, para o processo de despovoamento rural, também chamado de *España vaciada*. Obviamente, não é apenas a população rural jovem que tem ido em direção às cidades, havendo elementos que indicam que as condições precárias do entorno rural também parecem influenciar a decisão de permanência ou incorporação de jovens na agricultura. Não são apenas problemas ligados a questões produtivas, mas de opções de lazer e recreação, de serviços sociais básicos para quem quer viver no campo.

Além disso, o baixo reconhecimento social que a agricultura recebe também esteve entre os aspectos mencionados no sentido de justificar o fraco interesse de jovens pela atividade agrária. Nessa lógica, duas circunstâncias merecem destaque. A primeira é que, via de regra, os próprios agricultores, até pouco tempo atrás, não incentivavam os filhos a seguirem na atividade agrária. A outra está relacionada ao próprio entendimento da sociedade, em geral, de que o campo era o destino fadado a quem não almejava avançar nos estudos. Portanto, ainda que essa perspectiva possa estar mudando, enfrentar a falta de visibilidade e reconhecimento da atividade agrária exige grandes mudanças. Romper com essa cultura de invisibilidade parecer ser um dos aspectos a ser considerado numa política de rejuvenescimento do campo.

O tema da titularidade compartilhada de explorações agrárias foi bastante mencionado. Diversos foram os depoimentos em que foi citada a Lei espanhola de titularidade compartilhada. Esta medida poderia ser um importante marco, especialmente para o reconhecimento do trabalho exercido por mulheres e jovens agricultores que não são titulares de estabelecimentos rurais. Entretanto, o fracasso na aplicação da Lei – na grande maioria das Comunidades Autônomas – foi evidenciado nos depoimentos junto às organizações da agricultura familiar.

No que diz respeito à política agrária, é importante notar que, até agora, este assunto foi abordado a partir de um enfoque de incentivos econômicos, baseado na implementação de programas de ajuda financeira à instalação de jovens agricultores. Exemplo nítido disso são as ajudas estabelecidas na Política Agrária Comum (PAC) há várias décadas. Essas medidas baseadas em incentivos econômicos tiveram poucos efeitos ao longo do tempo para amenizar o problema da falta de renovação geracional da agricultura europeia. O envelhecimento da população agrária é um fato contra o qual as soluções não podem ser simples ou pontuais. Como visto anteriormente, tal fato esteve presente em grande parte dos depoimentos dos entrevistados e entrevistadas durante a pesquisa de campo na Espanha.

Assim, no caso do universo empírico espanhol, a pesquisa apontou que sucessão geracional, a instalação de jovens na agricultura e a renovação geracional da população agrária é um desafio de grande complexidade que, portanto, deve ser afrontado de maneira integral, com políticas coordenadas nas diferentes áreas da ação pública (agricultura, educação, economia, tributação, etc.). No caso da Espanha, a sucessão geracional é um problema que afeta a todas as Comunidades Autônomas, destarte, teria que ser definido e ampliado à escala nacional, ainda que sua execução deva ser regionalizada e em colaboração com os governos autonômicos, respeitando as diferenças territoriais de uma região à outra.

Por fim, traçando um último paralelo entre os dois universos empíricos da pesquisa, é relevante perceber que apesar de os representantes entrevistados terem demonstrado preocupação com o futuro da agricultura familiar, as organizações se mostraram, de maneira geral, bastante reféns da implementação de políticas públicas. No caso da Espanha, tal fato está associado à execução de atividades relacionadas com a PAC, a qual terá um reforço nas ajudas à instalação de jovens agricultores no próximo período (2021-2027). Já no caso brasileiro, com o desmantelamento

verificado nos últimos anos de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, é perceptível uma decadência nas atividades voltadas para a juventude rural por parte das organizações sociais. Some-se a isso as dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19 e pela necessidade de isolamento social ao longo dos últimos dois anos também afetaram a realização de programas de largo espectro e de uma agenda mais consistente.

No que diz respeito a políticas públicas capazes de engendrar processos de sucessão geracional na agricultura familiar, alguns pontos merecem atenção. O primeiro deles é que nos dois âmbitos de estudo – Brasil e Espanha – parece haver uma carência de programas públicos capazes de integrar diferentes pautas e construir processos amplos de desenvolvimento rural, o que, *per se*, é capaz de favorecer a sucessão geracional e a permanência de jovens no campo. Entretanto, cabe sublinhar que nem tudo depende exclusivamente de incentivos públicos. Nesse sentido, de maneira geral, parece faltar uma integração das ações das entidades sindicais da agricultura familiar, no sentido de valorizar a juventude e discutir linhas estratégicas de atuação das organizações para incentivar a permanência de jovens no campo com qualidade de vida e geração de renda.

Além disso, fica evidente que os incentivos públicos para jovens agricultores, tanto no caso brasileiro como espanhol, ainda estão basicamente lastreados em incentivos econômicos (a PAC na Espanha e Europa ou o PRONAF e o PNCF no Brasil), o que não dá conta da complexidade do tema em tela. Conforme assinalado ao longo da tese, essa complexidade diz respeito, para além de aspectos de ordem econômica, a fatores de diferentes naturezas. Urge implementar medidas na esfera cultural, social, de formação socioprofissional, dos instrumentos jurídicos em torno ao incentivo à agricultura familiar e ao caráter socioprodutivo da terra.

Se um jovem ou uma jovem não tem o desejo de trabalhar na agricultura, tudo bem, faz parte da vocação e do processo de escolha profissional e laboral de cada indivíduo. Porém, o que não podemos assumir com naturalidade é a falta de condições para aqueles que almejam seguir na agricultura. Assim, é premente o envolvimento e integração de todos os setores da sociedade em prol da permanência de jovens no campo e da renovação geracional da população agrária dos dois países.

Referências

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. 2001.

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar**: desafio dos novos padrões sucessórios. 2. ed. Brasília, DF: Unesco, 1998.

ALBANI, I. C. Consórcio social da juventude rural. **Scientia Plena**, v. 11, n. 2, 2015.

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimos a família rural, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 14, ano 5, 66-83, 1990.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - Idese. 2019a. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico-novo-idese>. Acesso em julho de 2019.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Índice de Desenvolvimento Humano - Idh e Idhm. 2019b. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm>. Acesso em julho de 2019.

BETEMPS, L. R. Aspectos da colonização Francesa em Pelotas. **História em revista**, v. 5, n. 5, 1999.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Social. Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2021a. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em agosto de 2021.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Social. Pronaf Jovem. 2021b. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-jovem>. Acesso em outubro de 2021.

BOLTER, J. A. G. **Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar**: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFRGS, 2013.

BOLTER, J.; HAAS, J. Organização e atuação da Fetraf-Brasil e da Fetraf-Sul. IN: TEDESCO, J. C.; SEMINOTTI, J. J.; ROCHA, J. H. da. (Orgs.) **Movimentos**

e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas.
Chapecó: Ed. UFFS, p. 59-81, 2018.

BRASIL - Decreto Federal nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em abril de 2019.

BRASIL - Lei Federal nº 12.852, de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em agosto de 2018.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós modernidade. In: Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito. **Anais eletrônicos**. Quito, 2006.

BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**, ano 11, nº 12, Presidente Prudente, 2008.

CALDAS, N. V.; SACCO DOS ANJOS, F.; BEZERRA, A. J. A. Agricultura familiar e previdência social: implicações de uma política pública no Rio Grande do Sul. **Raízes** (UFPB), v. 30, p. 84-99, 2010.

CALDAS, N. V.; SACCO DOS ANJOS, F. Previdência social e agricultura familiar: estudo de impacto em quatro regiões do Rio Grande do Sul. **Redes** (Santa Cruz do Sul), Santa Cruz do Sul, v. 10, n.2, p. 213-327, 2005.

CAMARERO, L. R.; DEL PINO, J. A. Cambios en las estructuras de los hogares rurales: formas de adaptación y resiliência. **Revista Internacional de Sociología (RIS)**. Vol.72, nº 2, Mayo-Agosto, 377-401, 2014.

CAMARERO, L.; CRUZ, F.; GONZÁLEZ F.; DEL PINO, J.; OLIVA J.; SAMPEDROR. **La población rural de España. De los desequilibrios a la sostenibilidad social**. Barcelona: La Caixa, 2009.

CAMARERO, L. R.; SAMPEDRO, R. ¿Por qué se van las mujeres? El continuum de movilidad como hipótesis explicativa de la masculinización rural. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (Reis)**, n.º 124, pp. 73-105, 2008.

CANGUÇU. Prefeitura Municipal de Canguçu. Educação do Campo: EFASUL realiza ato inaugural. 04 de agosto de 2016. 2016. Disponível em: <https://www.cangucu.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/4038/Educa%C3%A7%C3%A3o-do-Campo:-EFASUL-realiza-ato-inaugural>. Acesso em agosto de 2021.

CANGUÇU. Prefeitura Municipal de Canguçu. Escolas do Campo. 04 de setembro de 2019. 2019. Disponível em: <https://www.cangucu.rs.gov.br/portal/projetos/13>. Acesso em agosto de 2021.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Programa Institucional de Internacionalização - CAPES/PrInt. Objetivo. 2020. Disponível em: <https://capes.gov.br/bolsas-e-auxilios-internacionais/capes-print>. Acesso em abril de 2020.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos feministas**. Ano 9, p. 22-55, 2001.

CASTILLO-QUERO, M.; GUERRERO-BAENA, M. D. Caracterización estructural, productiva y financiera de las explotaciones de jóvenes agricultores. **ITEA - Información Técnica Económica Agraria**, v. 115, p. 62-82, 2019.

CEJA. Comitê Europeu de Jovens Agricultores. Organização, quem somos. 2021. Disponível em: <https://www.ceja.eu/who-we-are/organisation>. Acesso em junho de 2021.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COAG. Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos. Quiénes somos. 2021. Disponível em: <http://coag.org/quienes-somos>. Acesso em junho de 2021.

CONEP. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Ofício circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, 24 de fevereiro de 2021. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf. Acesso em abril de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. Resolução Final da 3ª Conferência Nacional de Juventude. Brasília-DF, 2016. Disponível em: <https://conferenciajuventude.mdh.gov.br/3confjuv/#4>. Acesso em maio de 2020.

CONTI, I. L. **Organizações sociais e políticas públicas: inserção da Fetraf-Sul nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR-UFRGS). 2016.

DE LA FUENTE, G. **Las organizaciones agrarias españolas**. Madrid: Instituto de Estudios Económicos, 1991.

DEE. Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul - Dados. Composição da Microrregião de Pelotas. 2022. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!/home/unidadesgeograficas/microrregioes/30>. Acesso em março de 2022.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p. 31 - 50, 2002.

DÍAZ MÉNDEZ, C. Estrategias familiares para el tránsito a la vida activa de la juventud rural: modelos de inserción sociolaboral. **Reis**, p. 47-65, 1999.

DÍAZ PACHECO, S. Retos de futuro del sector agrario en Andalucía. **Anuario 2017**. Fundación de Estudios Rurales – Unión de los Pequeños Agricultores y Ganaderos, p. 276-279, 2017.

DIRVEN, M. **Las prácticas de herencia de tierras agrícolas: ¿una razón de más para el éxodo de la juventud?** Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Santiago de Chile, 2002.

EUROSTAT. Who we are. 2021. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/main/about/who-we-are>. Acesso em fevereiro de 2021.

FADEMUR. Federación de Asociaciones de Mujeres Rurales. Quiénes somos. 2021. Disponível em: <https://fademur.es/fademur/quienes-somos/>. Acesso em junho de 2021.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 21, n. 62, p. 27-44, 2006.

FEE. Metodologia Idese 2015. 2015a. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/metodologia/>. Acesso em dezembro de 2018.

FEE. PIB dos municípios do RS em 2015. 2015b. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/destaques/>. Acesso em fevereiro de 2019.

FERRARI, D. L., SILVESTRO, M. L., MELLO, M. A., TESTA, V. M., ABRAMOVAY, R. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004.

FETAG-RS. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul. Sobre. 2021a. Disponível em: <http://fetagrs.org.br/a-fetag-rs/sobre/>. Acesso em agosto de 2021.

FETAG-RS. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul. Período de Formação da FETAG: 1963 - 1969. 2021b. Disponível em:

<http://fetagrs.org.br/historia/periodo-de-formacao-da-fetag-1963-1969/>. Acesso em agosto de 2021.

FETAG-RS. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul. Estrutura. 2021c. Disponível em: <http://fetagrs.org.br/a-fetag-rs/estrutura/>. Acesso em agosto de 2021.

FETAG-RS. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul. Programa Jovem Saber. 2021d. Disponível em: http://fetagrs.org.br/departamentos_itens/programa-jovem-saber/. Acesso em agosto de 2021.

FISCHER H.; BURTON, R. J. Understanding farm succession as socially constructed endogenous cycles. **Sociologia Ruralis**, v. 54, p. 417-438, 2014.

FLAMENT, S.; MACIAS, B.; MONLLOR, N. **Incorporación de los jóvenes al campo em España**: relevo generacional y nuevos perfiles; barreras a las que se enfrentan y propuestas. Estudio para Mundubat y COAG, 2016.

FUNDACIÓN DE ESTUDIOS RURALES. **Anuario 2018**. 324f. 2018. Disponível em: <https://www.upa.es/upa/uControlador/index.php?nodo=1024&item=2459&pub=an>. Acesso em maio de 2019.

GALESKI, B. **Sociología del campesinado**. Barcelona: Península. 1977.

GARCÍA BARTOLOMÉ, J. M. Reflexiones sobre la situación de la juventude en la sociedad rural. **Estudios de Juventud**, nº 48, p. 9-19, 2000.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GÓMEZ BENITO, C.; LUQUE PULGAR, E. Modernización agraria, modernización administrativa y franquismo: el modelo educativo y administrativo del Servicio de Extensión Agraria (1955-1986). **Areas: Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n. 26, p. 131-149, 2007.

GONZÁLEZ, J.J. Efectos perversos de las estrategias familiares en la agricultura. In: GARRIDO MEDINA e GIL CALVO (Orgs.), **Estrategias familiares**. Madrid: Alianza Universidad, p. 132-144, 1993.

GRANDO, M. Z. A colonização europeia não portuguesa no município de Pelotas. **Ensaio FEE**, v. 5, n. 2, p. 47-56, 1984.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **RESR**, v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2017. Tabela 6778 - Número de estabelecimentos agropecuários. 2019a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778>. Acesso em abril de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2017. Tabela 6878 - Área dos estabelecimentos agropecuários. 2019b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6878>. Acesso em abril de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Agrícola Municipal. Tabela 5457 - Área plantada ou destinada à colheita. 2019c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>. Acesso em dezembro de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse Censo 2010. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=212&uf=43>. Acesso em agosto de 2018.

IESA. Instituto de Estudios Sociales Avanzados. **Agrobarómetro de Andalucía 2008. Encuesta a agricultores**. Informes y monografías. Córdoba: IESA, 2008.

IESA. Instituto de Estudios Sociales Avanzados. **Agrobarómetro de Andalucía 2009**. Informes y monografías. Córdoba: IESA, 2009.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996

JUNTA DE ANDALUCÍA. Caracterización del sector agrario y pesquero de Andalucía. 2020. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/estudios_informes/19/12/Fichas%202020_publicable.pdf. Acesso em fevereiro de 2021.

JUNTA DE ANDALUCÍA. Programa de desarrollo rural de Andalucía 2014-2020. 2014. Disponível em: <https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/PDRA14-20v4.pdf>. Acesso em fevereiro de 2021.

JUVENTUDES AGRARIAS. Quiénes somos. 2021. Disponível em: <https://juventudesagrarias.org/juventudes-agrarias/>. Acesso em junho de 2021.

LAMARCHE, H. Introdução Geral. In: LAMARCHE, H. **A agricultura familiar. Comparação internacional-uma realidade multiforme**. Campinas: Edunicamp, 1993.

LANDO, A. M.; BARROS, E. C. Capitalismo e colonização - os imigrantes no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J. H. **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 9-46, 1992.

LARRUBIA VARGAS, R.; NATERA RIVAS, J. J. Envejecimiento y masculinización de la población rural Andaluza. **Perspectives on rural development**, n. 3, p. 121-152, 2019.

MAPA. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente de España (extinto). Población y Sociedad Rural. 2012. Disponível em: <https://www.mapa.gob.es/es/ministerio/servicios/analisis-y-prospectiva/agrinfo.aspx>. Acesso em junho de 2020.

MAPA. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de España. Documento de partida, Subgrupo de Trabajo del Objetivo Específico 7. Perspectiva de género y despoblamiento. Versão 6.4. 2020a. Disponível em: https://www.mapa.gob.es/es/pac/post-2020/200622_oe71documentopartidav64_1_tcm30-520400.pdf. Acesso em janeiro de 2021.

MAPA. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de España. Historia de la PAC. 2020b. Disponível em: <https://www.mapa.gob.es/es/pac/historia-pac/>. Acesso em novembro de 2020.

MAPA. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de España. Programas de desarrollo rural 2014-2020. 2020c. Disponível em: <https://www.mapa.gob.es/es/desarrollo-rural/temas/programas-ue/periodo-2014-2020/programas-de-desarrollo-rural/>. Acesso em dezembro de 2020.

MAPA. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de España. Funciones y estructura. 2021a. Disponível em: <https://www.mapa.gob.es/es/ministerio/funciones-estructura/>. Acesso em junho de 2021.

MAPA. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de España. Estudio sobre el Acceso a la Tierra. Janeiro de 2021b. Disponível em: www.mapa.gob.es/es/desarrollo-rural/temas/jovenes-rurales/grupo-acceso-tierra. Acesso em setembro de 2021.

MAPA. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación de España. Titularidad compartida en las explotaciones agrarias. 2021c. Disponível em: https://www.mapa.gob.es/es/desarrollo-rural/temas/igualdad_genero_y_des_sostenible/titularidad_compartida/. Acesso em junho de 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTÍN CERDEÑO, V. J. La cadena agroalimentaria de Andalucía. **Anuario 2017**. Fundación de Estudios Rurales – Unión de los Pequeños Agricultores y Ganaderos, p. 287 - 296, 2017.

MASSOT, A. Análisis para la Comisión AGRI - La agricultura de Andalucía. Estudio. 2016. Disponível em:

[https://www.europarl.europa.eu/thinktank/es/document.html?reference=IPOL_S TU\(2016\)573431](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/es/document.html?reference=IPOL_S TU(2016)573431). Acesso em fevereiro de 2021.

MELLO, M. A. de; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; DORIGON, C.; FERRARI, D.L.; TESTA, V.M. Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, v.50, nº 1, p. 11-24, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro - São Paulo, ABRASCO - HUCITEC, 1992.

MINAYO, M. C. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 80 p, 1994.

MOYANO, E. El sindicalismo agrario en España: las Organizaciones Profesionales Agrarias (OPAS). **Revista de Extensión Agraria**, XXII, 01, p. 33-41, 1983.

MOYANO, E. Acción colectiva y organizaciones profesionales en la agricultura. In: GONZÁLEZ, J. J.; GÓMEZ, C (coord.). **Agricultura y sociedad en el cambio de siglo**. Madrid: McGraw-Hill Interamericana de España, 2002.

MOYANO, E. El Diario Rural. ¿Tiene sentido hablar de extensión agraria en pleno siglo XXI? 28 de setembro de 2019. 2019. Disponível em: <http://eldiariorural.es/tiene-sentido-hablar-de-extension-agraria-en-pleno-siglo-xxi/>. Acesso em março de 2022.

MOYANO, E. Las movilizaciones agrarias, entre la unidad y la pluralidad. **Agricultura Familiar en España**, p. 29-35. 2020a.

MOYANO, E. Agronegocios. Las reivindicaciones agrarias: entre el deseo y la realidad. 05 de fevereiro de 2020. 2020b. Disponível em: <https://www.agronegocios.es/las-reivindicaciones-agrarias-entre-el-deseo-y-la-realidad-eduardo-moyano-estrada/>. Acesso em junho de 2021.

MOYANO, E. Agronegocios. La PAC y el “nudo gordiano” de los derechos históricos. 16 de dezembro de 2020. 2020c. Disponível em: <https://www.agronegocios.es/la-pac-y-el-nudo-gordiano-de-los-derechos-historicos-por-eduardo-moyano-estrada-iesa-csic/>. Acesso em janeiro de 2021.

MOYANO, E.; FERNANDEZ, M. C. D. Teoría y práctica de la instalación de jóvenes en la agricultura. **Revista de Estudios Agro-sociales**, nº 154, p. 7-38, 1990.

MOYANO, E.; GARCÍA, T. The Conversation. Explicando la PAC para no especialistas. 15 de outubro de 2020. Disponível em: <https://theconversation.com/explicando-la-nueva-pac-para-no-especialistas-147654>. Acesso em outubro de 2020.

PARLAMENTO EUROPEU. Agronegocios. Transición hacia una nueva política agrícola de la UE. 10 de dezembro de 2020. Disponível em:

<https://www.agronegocios.es/transicion-a-una-nueva-politica-agricola-de-la-ue-proteccion-de-los-ingresos-de-los-agricultores-y-seguridad-alimentaria/>. Acesso em janeiro de 2021.

PETER, D. S.; CALIXTO, P. M. Agroecologia e educação ambiental na Escola Família Agrícola da Região Sul. In: **XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental**. 2017, Curitiba. Anais do XVI EPEA. Curitiba: Setor de Educação da UFPR, 2017.

PICOLOTTO, E. L. Movimentos sociais rurais no sul do Brasil: novas identidades e novas dinâmicas. **Revista Ideias - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 60-77, jul.-dez. 2007.

PICOLOTTO, E. L. A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrário**, v. 9, n. 18, 2009.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, 2011.

PICOLOTTO, E. L. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, v. 16, n. 35, 2014.

PICOLOTTO, E. L. Pluralismo, neocorporativismo e o sindicalismo dos agricultores familiares no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 01, p. 87-117, 2018.

PICOLOTTO, E. L.; BRANDENBURG, A. Uma grande oportunidade: o sindicalismo e seus projetos de ecologização da agricultura familiar. **Ambiente e Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 1-18, 2015.

PIRAS, F. La PAC y la instalación de jóvenes agricultores: algunas reflexiones desde Italia. **Agricultura Familiar em España**, p. 88-94, 2019.

POLLNOW, G. E. **Agricultura familiar e processos de certificação de orgânicos**: o caso do arroz Terra Livre. 2018. 120f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas. 2018.

POLLNOW, G. E. **Agricultura familiar e processos de certificação de orgânicos**: o caso do arroz Terra Livre. 1ª ed. Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

PPGSPAF. Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar - Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/spaf/pagina-exemplo/agricultura-e-desenvolvimento-rural-sustentavel/>. Acesso em maio de 2020.

REGIDOR J. G.; SÁNCHEZ-REYES, B. EU Measures to Encourage and Support New Entrants. 2012. Disponible en: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2012/495830/IPOL-AGRI_NT\(2012\)495830_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/note/join/2012/495830/IPOL-AGRI_NT(2012)495830_EN.pdf). Acesso em dezembro de 2020.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SACCO DOS ANJOS, F. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos Colonos-Operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: UFPel/Editora Universitária, 1995.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas, Brasil: UFPel/Editora Universitária, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Cambios demográficos en el Brasil meridional: La masculinización, el envejecimiento y la desagrarización de la población rural. **Perspectivas Sociales/Social Perspectives**, revista de la Universidad Autónoma de Nuevo León y The University of Texas at Austin, México, v. 5, nº 2, otoño/Fall, p. 71-111, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar, **Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: Editora da UFPel, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Pluriactividad y agricultura familiar en Brasil: el caso de Rio Grande do Sul. **Revista de la Cepal**, v. 93. p. 157-173. 2007.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: **44th Congresso da SOBER**, 2006. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2006.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; POLLNOW, G. E. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas. A transição demográfica no Brasil Rural Meridional. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 94-116, 2014.

SALAMONI, G. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas: UFPel, v. 7, n. 1, p. 25-42, 2001.

SALCEDO, S.; GUZMÁN, L. **Agricultura familiar en América Latina y el Caribe**: recomendaciones de política. Santiago: FAO, 497 p. 1a ed., 2014.

SÁNCHEZ HARO, R. El impulso decisivo al sector agrario andaluz como motor de riqueza y empleo. **Anuario 2017**. Fundación de Estudios Rurales – Unión de los Pequeños Agricultores y Ganaderos, p. 280 - 284, 2017.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SERRANO MARTÍNEZ, J. M. Resenha de "Atlas de la España Rural " de F. Molinero Hernando, R Majoral Moliné, J. M. García Bartolomé y G. García Fernández (coords.). **Papeles de Geografía**, n. 40, p. 199-202, 2004.

SEYFERTH, G. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. **Boletim do Museu Nacional**. N.S. Antropologia, n. 52, 1985.

SHANIN, T. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Anagrama, 1976.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI, 2001.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 236f. 2008.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, 2011.

UFPEL. Universidade Federal de Pelotas. Vice-Reitoria. Coordenação de Bibliotecas. **Manual de normas UFPel para trabalhos acadêmicos**. Pelotas, 2019. Revisão técnica de Aline Herbstrith Batista, Dafne Silva de Freitas e Patrícia de Borba Pereira. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/sisbi/normas-da-ufpel-para-trabalhos-academicos/>. Acesso em abril de 2020.

UNIÃO EUROPEIA. Rural Development Programmes 2014-2020: Key facts & figures. Focus area 2B: Entry of skilled farmers into the agricultural sector. Atualizado em março de 2016. Disponível em: https://enrd.ec.europa.eu/sites/enrd/files/focus-area-summary_2b.pdf. Acesso em janeiro de 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Red Europeia de Desarrollo Rural. Resúmenes de las prioridades y los ámbitos de interés. Atualizado em 04 de julho de 2017. Disponível em: https://enrd.ec.europa.eu/policy-in-action/rural-development-policy-figures/priority-focus-area-summaries_es. Acesso em janeiro de 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Jovens agricultores. 2020a. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/food-farming-fisheries/key-policies/common-agricultural-policy/income-support/young-farmers_pt. Acesso em novembro de 2020.

UNIÃO EUROPEIA. Ficha informativa sobre el programa nacional de desarrollo rural 2014-2020 de España. 2020b. Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming->

[fisheries/key_policies/documents/rdp-rdp-factsheet-spain-rural-network_es.pdf](#). Acesso em janeiro de 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Ficha informativa sobre el programa de desarrollo rural 2014-2020 de Andalucía. 2020c. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming-fisheries/key_policies/documents/rdp-factsheet-spain-andalucia_es.pdf. Acesso em janeiro de 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Agricultura. 06 de janeiro de 2021. Disponível em: https://europa.eu/european-union/topics/agriculture_pt. Acesso em janeiro de 2021.

UPA. Unión de los Pequeños Agricultores y Ganaderos. Quiénes somos. 2021a. Disponível em: <https://www.upa.es/upa/que-es-upa/quienes-somos/>. Acesso em junho de 2021.

UPA. Unión de los Pequeños Agricultores y Ganaderos. Agricultura familiar. 2021b. Disponível em: <https://www.upa.es/upa/que-es-upa/agricultura-familiar/>. Acesso em junho de 2021.

VIEIRA J. L.; BAHIANSE, D. V.; DA SILVA, S. M. Produção acadêmica sobre sucessão rural e agricultura familiar: uma análise do contexto brasileiro do período (2003-2018). **Extensão Rural**, Santa Maria, v.26, n.2, p. 89-103, 2019.

WOORTMAN, E. F. **Herdeiros parentes e compadres**. Brasília: Hucitec/UNB, 1994. 336 p.

ZUANAZZI, N. R. **Projeto juventude semeando terra solidária: avanços e limites**. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.

Apêndices

Apêndice A - Roteiro para entrevista semiestruturada com representantes da FETRAF-RS.

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

**Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola
Familiar**

Projeto de tese: Sair ou ficar? Agricultura familiar e sucessão geracional no extremo sul do Brasil e na Andaluzia na Espanha.

Doutorando: Germano Ehlert Pollnow

Comitê de orientação: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Fernando Garrido Fernández (IESA/CSIC, España)

Roteiro para entrevistas com representantes do FETRAF-RS

1. Falar um pouco da história e da estrutura da FETRAF-RS:
 - a. Quando foi criada?
 - b. Quais os fatores motivaram sua criação?
 - c. Como é a sua estrutura organizativa? Em quais municípios atua e como é a sua vinculação com os sindicatos municipais/regionais e com a CONTRAF Brasil?
 - d. Quantas famílias estão vinculadas atualmente?
 - e. Em quantos municípios e regiões do estado se dá sua atuação?
 - f. Como se dá a atuação? Quais as ações e atividades vêm sendo desenvolvidas?
2. Percepção sobre a agricultura familiar e a sucessão geracional:
 - a. Como a FETRAF-RS vê a agricultura familiar no estado?
 - b. Como a FETRAF-RS vê a sucessão geracional na agricultura familiar?
 - c. Como a FETRAF-RS vê o futuro da agricultura familiar e da juventude rural?
3. Projetos para a juventude rural:
 - a. Quais as ações e atividades a FETRAF-RS vem desenvolvendo para a juventude rural?

- b. Quais são os resultados produzidos pelas ações previstas e desenvolvidas pela FETRAF-RS para a permanência dos jovens no espaço rural e na agricultura?

Apêndice B - Roteiro para entrevista semiestruturada com representantes do SINTRAF-Sul.

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

**Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola
Familiar**

Projeto de tese: Sair ou ficar? Agricultura familiar e sucessão geracional no extremo sul do Brasil e na Andaluzia na Espanha.

Doutorando: Germano Ehlert Pollnow

Comitê de orientação: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Fernando Garrido Fernández (IESA/CSIC, España)

Roteiro para entrevistas com representantes do SINTRAF-Sul

1. Falar um pouco da história e da estrutura do Sintraf-Sul:
 - a. Quando foi criado?
 - b. Quais os fatores motivaram sua criação?
 - c. Como é a sua estrutura organizativa? Em quais municípios atua e como é a sua vinculação com a FETRAF-RS?
 - d. Quantas famílias atualmente estão vinculadas ao SINTRAF-Sul?
 - e. Como se dá a atuação? Quais as ações e atividades vêm sendo desenvolvidas?
2. Percepção sobre a agricultura familiar e a sucessão geracional:
 - a. Como o SINTRAF-Sul vê a agricultura familiar na região sul do RS?
 - b. Como o SINTRAF-Sul vê a sucessão geracional na agricultura familiar?
 - c. Como o SINTRAF-Sul vê o futuro da agricultura familiar e da juventude rural?
3. Projetos para a juventude rural:
 - a. Quais as ações e atividades o SINTRAF-Sul vem desenvolvendo para a juventude rural?
 - b. Quais são os resultados dessas ações que influenciam na permanência dos jovens no espaço rural e na agricultura?

Apêndice C - Roteiro para entrevista semiestruturada com representantes da FETAG-RS.

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar

Projeto de tese: Sair ou ficar? Agricultura familiar e sucessão geracional no extremo sul do Brasil e na Andaluzia na Espanha.

Doutorando: Germano Ehlert Pollnow

Comitê de orientação: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Fernando Garrido Fernández (IESA/CSIC, España)

Roteiro para entrevistas com representantes da FETAG-RS

1. Falar um pouco da história e da estrutura da FETAG-RS:
 - a. Quando foi criada? Quais fatores motivaram sua criação?
 - b. Como é a estrutura organizativa? Quais os espaços específicos para jovens rurais?
 - c. Aproximadamente, quantas famílias atualmente estão vinculadas à FETAG-RS? Quais são as principais características produtivas e sociais dessas famílias?
 - d. Como é a atuação da FETAG-RS? Quais ações vêm sendo desenvolvidas?
2. Percepção sobre a agricultura familiar e a sucessão geracional?
 - a. Como a FETAG-RS tem percebido a sucessão geracional e o futuro da agricultura?
 - b. Quais são as principais dificuldades e desafios para a sucessão geracional na agricultura familiar no RS?
3. A sucessão geracional e projetos para a juventude rural:
 - a. Qual é o papel que a FETAG-RS desenvolve no que diz respeito à sucessão geracional na agricultura familiar?
 - b. Existem outras atividades para a juventude rural que não estão relacionadas com a sucessão geracional?
 - c. Quais são os resultados dessas ações e em que medida influenciam na permanência de jovens no campo?

Apêndice D - Roteiro para entrevista semiestruturada com representantes da Regional Sul da FETAG-RS.

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar

Projeto de tese: Sair ou ficar? Agricultura familiar e sucessão geracional no extremo sul do Brasil e na Andaluzia na Espanha.

Doutorando: Germano Ehlert Pollnow

Comitê de orientação: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Fernando Garrido Fernández (IESA/CSIC, España)

Roteiro para entrevistas com representantes da Regional Sul da FETAG-RS

1. Falar um pouco da história e da estrutura da Regional Sul da FETAG-RS:
 - a. Quando foi criada? Quais fatores motivaram sua criação?
 - b. Como é a estrutura organizativa? Quais os espaços específicos para jovens rurais?
 - c. Aproximadamente, quantas famílias atualmente estão vinculadas à Regional Sul? Quais são as principais características produtivas e sociais dessas famílias?
 - d. Como é a atuação da Regional Sul? Quais ações vêm sendo desenvolvidas?
2. Percepção sobre a agricultura familiar e a sucessão geracional?
 - a. Como a Regional Sul tem percebido a sucessão geracional e o futuro da agricultura?
 - b. Quais são as principais dificuldades e desafios para a sucessão geracional na agricultura familiar na região sul do RS?
3. A sucessão geracional e projetos para a juventude rural:
 - a. Qual é o papel que a Regional Sul desenvolve no que diz respeito à sucessão geracional na agricultura familiar?
 - b. Existem outras atividades para a juventude rural que não estão relacionadas com a sucessão geracional?
 - c. Quais são os resultados dessas ações e em que medida influenciam na permanência de jovens no campo?

Apêndice E - Roteiro para entrevista semiestruturada com representantes de STRs vinculados à Regional Sul da FETAG-RS.

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar

Projeto de tese: Sair ou ficar? Agricultura familiar e sucessão geracional no extremo sul do Brasil e na Andaluzia na Espanha.

Doutorando: Germano Ehlert Pollnow

Comitê de orientação: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Fernando Garrido Fernández (IESA/CSIC, España)

Roteiro para entrevistas com representantes de STRs vinculados à Regional Sul da FETAG-RS

1. Falar um pouco do envolvimento com as atividades do Sindicato e da FETAG-RS:
 - a. De quais atividades você participa?
 - b. Em quais espaços você atua como representante?
 - c. Quais os espaços específicos na FETAG-RS para jovens rurais?
 - d. Como é a atuação do sindicato? Quais ações vêm sendo desenvolvidas?
2. Percepção sobre a agricultura familiar e a sucessão geracional?
 - a. Como o Sindicato e a FETAG-RS têm percebido a sucessão geracional e o futuro da agricultura?
 - b. Quais são as principais dificuldades e desafios para a sucessão geracional na agricultura familiar?
3. A sucessão geracional e projetos para a juventude rural:
 - a. Qual é o papel que o sindicato e a FETAG-RS desenvolve no que diz respeito à sucessão geracional na agricultura familiar?
 - b. Existem outras atividades para a juventude rural que não estão relacionadas com a sucessão geracional?
 - c. Quais são os resultados dessas ações e em que medida influenciam na permanência de jovens no campo?

Apêndice F - Roteiro para entrevista semiestruturada com representantes da COAG.

Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande del Sur, Brasil
Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar

Instituto de Estudos Sociais Avanzados (IESA), Córdoba, España

Proyecto de tesis: ¿Salir o quedarse? Agricultura y relevo generacional en el extremo sur de Brasil y en Andalucía en España.

Doctorando: Germano Ehlert Pollnow

Profesores tutores: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Fernando Garrido Fernández (IESA/CSIC, España)

Guión para entrevista con representantes da COAG

1. Hablar un poco sobre la historia y la estructura de COAG:
 - a. ¿Cuándo fue creada? ¿Cuáles factores motivaron su creación?
 - b. ¿Cómo es la estructura organizativa?
 - c. Aproximadamente, ¿cuántas familias actualmente están vinculadas a COAG en España? ¿Cuáles son las principales características productivas y sociales de esas familias?
 - d. ¿Cómo es la actuación de COAG? ¿Cuáles son las acciones y actividades que vienen siendo desarrolladas?
2. Percepción sobre la agricultura y el relevo generacional:
 - a. ¿Cómo COAG percibe el relevo generacional y el futuro de la actividad agraria?
 - b. ¿Cuáles son las principales dificultades y retos para el relevo generacional en la agricultura familiar de España?
3. El relevo generacional y proyectos para la juventud rural:
 - a. ¿Cuál es el papel que desarrolla COAG en la incorporación de personas jóvenes al sector agrario?
 - b. ¿Hay otras actividades para la juventud rural que no están relacionadas con la incorporación de jóvenes?
 - c. ¿Cuáles son los resultados de esas acciones y en qué medida influyen en la permanencia de jóvenes en el espacio rural y en la actividad agraria?

Apêndice G - Roteiro para entrevista semiestruturada com representantes da organização Juventudes Agrárias da COAG.

Universidad Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande del Sur, Brasil
Programa de Posgraduación en Sistemas de Producción Agrícola Familiar

Instituto de Estudios Sociales Avanzados (IESA), Córdoba, España

Proyecto de tesis: ¿Salir o quedarse? Agricultura y relevo generacional en el extremo sur de Brasil y en Andalucía en España.

Doctorando: Germano Ehlert Pollnow

Profesores tutores: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Fernando Garrido Fernández (IESA/CSIC, España)

Guión para entrevista con representantes de Juventudes Agrarias

1. Hablar un poco sobre la historia y la estructura de Juventudes Agrarias:
 - a. ¿Cuándo fue creada y cuáles factores motivaron su creación?
 - b. ¿Cómo es la estructura organizativa? ¿Cómo es su vinculación con COAG a nivel nacional?
 - c. ¿Cuántos jóvenes actualmente están vinculados a Juventudes Agrarias? ¿Cuáles son las principales características de esos jóvenes (área explotada, principales producciones, producción agroecológica, etc.)?
 - d. ¿Cómo es la actuación de Juventudes Agrarias? ¿Cuáles son las acciones y actividades que están siendo desarrolladas?
2. Percepción sobre la agricultura y el relevo generacional:
 - a. ¿Cómo Juventudes Agrarias percibe el relevo generacional en la agricultura y su relación con las cuestiones de género?
 - b. ¿Cómo Juventudes Agrarias ve el futuro de los jóvenes rurales?
3. Acciones para la juventud rural:
 - a. ¿Juventudes Agrarias desempeña acciones para la incorporación de jóvenes al sector agrario?
 - b. ¿Cuáles son los resultados de esas acciones que influyen en la permanencia de jóvenes en el espacio rural y en la agricultura?

Apêndice H - Roteiro para entrevista semiestruturada com representantes da CERES.

Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande del Sur, Brasil
Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar

Instituto de Estudos Sociais Avanzados (IESA), Córdoba, España

Proyecto de tesis: ¿Salir o quedarse? Agricultura y relevo generacional en el extremo sur de Brasil y en Andalucía en España.

Doctorando: Germano Ehlert Pollnow

Profesores tutores: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Fernando Garrido Fernández (IESA/CSIC, España)

Guión para entrevista con representantes de CERES

1. Hablar un poco sobre la historia y la estructura de CERES en Andalucía:
 - a. ¿Cuándo fue creada y cuáles factores motivaron su creación?
 - b. ¿Cómo es la estructura organizativa? ¿En cuáles municipios de la provincia actúa y cómo es su vinculación con COAG a nivel nacional?
 - c. ¿Cuántas mujeres actualmente están vinculadas a CERES? ¿Cuáles son las principales características de esas mujeres (área explotada, principales producciones, presencia de jóvenes, etc.)?
 - d. ¿Cómo es la actuación de CERES? ¿Cuáles son las acciones y actividades que vienen siendo desarrolladas?
2. Percepción sobre la agricultura y el relevo generacional:
 - a. ¿Cómo CERES percibe el relevo generacional en la agricultura y su relación con las cuestiones de género?
 - b. ¿Cómo CERES ve el futuro de las jóvenes rurales?
3. Acciones para la juventud rural:
 - a. ¿CERES desempeña acciones para la incorporación de mujeres jóvenes al sector agrario?
 - b. ¿Cuáles son los resultados de esas acciones que influyen en la permanencia de jóvenes en el espacio rural y en la agricultura?

Apêndice I - Roteiro para entrevista semiestruturada com representantes da UPA.

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Rio Grande del Sur, Brasil
Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar

Instituto de Estudos Sociais Avanzados (IESA), Córdoba, Espanha

Proyecto de tesis: ¿Salir o quedarse? Agricultura y relevo generacional en el extremo sur de Brasil y en Andalucía en España.

Doctorando: Germano Ehlert Pollnow

Profesores tutores: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas (UFPEL, Brasil); Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPEL, Brasil); Prof. Dr. Fernando Garrido Fernández (IESA/CSIC, España)

Guión para entrevista con representantes de UPA

1. Hablar un poco sobre la historia y la estructura de UPA:
 - a. ¿Cuándo fue creada? ¿Cuáles factores motivaron su creación?
 - b. ¿Cómo es la estructura organizativa?
 - c. Aproximadamente, ¿cuántas familias actualmente están vinculadas a UPA en España? ¿Cuáles son las principales características productivas y sociales de esas familias?
 - d. ¿Cómo es la actuación de UPA? ¿Cuáles son las acciones y actividades que vienen siendo desarrolladas?
2. Percepción sobre la agricultura y el relevo generacional:
 - a. ¿Cómo UPA percibe el relevo generacional y el futuro de la actividad agraria?
 - b. ¿Cuáles son las principales dificultades y retos para el relevo generacional en la agricultura familiar de España?
3. El relevo generacional y proyectos para la juventud rural:
 - a. ¿Cuál es el papel que desarrolla UPA en la incorporación de personas jóvenes al sector agrario?
 - b. ¿Hay otras actividades para la juventud rural que no están relacionadas con la incorporación de jóvenes?
 - c. ¿Cuáles son los resultados de esas acciones y en qué medida influyen en la permanencia de jóvenes en el espacio rural y en la actividad agraria?

Apêndice J - Roteiro para entrevista semiestruturada com representantes da *UPA Joven*.

Universidad Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande del Sur, Brasil
Programa de Posgraduación en Sistemas de Producción Agrícola Familiar

Instituto de Estudios Sociales Avanzados (IESA), Córdoba, España

Proyecto de tesis: ¿Salir o quedarse? Agricultura y relevo generacional en el extremo sur de Brasil y en Andalucía en España.

Doctorando: Germano Ehlert Pollnow

Profesores tutores: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Fernando Garrido Fernández (IESA/CSIC, España)

Guión para entrevista con representantes de *UPA Joven*

1. Hablar un poco sobre la historia y la estructura de *UPA Joven*:
 - a. ¿Cuándo fue creada y cuáles factores motivaron su creación?
 - b. ¿Cómo es la estructura organizativa en España y en Andalucía?
 - c. ¿Cómo es su vinculación con UPA a nivel nacional?
 - d. ¿Cuántos jóvenes actualmente están vinculados a *UPA Joven* en España y en Andalucía? ¿Cuáles son las principales características de esos jóvenes (área explotada, principales producciones, producción agroecológica, etc.)?
 - e. ¿Cómo es la actuación de *UPA Joven*? ¿Cuáles son las acciones y actividades que están siendo desarrolladas?
2. Percepción sobre la agricultura y el relevo generacional:
 - a. ¿Cómo *UPA Joven* percibe el relevo generacional en la agricultura y su relación con las cuestiones de género?
 - b. ¿Cómo *UPA Joven* ve el futuro de los jóvenes rurales?
3. Acciones para la juventud rural:
 - a. ¿*UPA Joven* desempeña acciones para la incorporación de jóvenes al sector agrario?
 - b. ¿Cuáles son los resultados de esas acciones que influyen en la permanencia de jóvenes en el espacio rural y en la agricultura?

Apêndice K - Roteiro para entrevista semiestruturada com representante da FADEMUR.

Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande del Sur, Brasil
Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar

Instituto de Estudos Sociais Avanzados (IESA), Córdoba, España

Proyecto de tesis: ¿Salir o quedarse? Agricultura y relevo generacional en el extremo sur de Brasil y en Andalucía en España.

Doctorando: Germano Ehlert Pollnow

Profesores tutores: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Fernando Garrido Fernández (IESA/CSIC, España)

Guión para entrevista con representantes FADEMUR

1. Hablar un poco sobre la historia y la estructura de FADEMUR:
 - a. ¿Cuándo fue creada y cuáles factores motivaron su creación?
 - b. ¿Cómo es la estructura organizativa?
 - c. Aproximadamente, ¿cuántas mujeres están vinculadas a FADEMUR? ¿Cuáles son las principales características productivas y sociales de esas mujeres?
 - d. ¿Cómo es la actuación de FADEMUR? ¿Cuáles son las acciones y actividades que vienen siendo desarrolladas?
2. El relevo generacional y la perspectiva de género:
 - a. ¿Cómo FADEMUR percibe el relevo generacional en la agricultura y su relación con las cuestiones de género?
 - b. ¿Cómo FADEMUR ve el futuro de las jóvenes rurales?
 - c. ¿Cuáles son las principales dificultades para la incorporación de jóvenes mujeres al sector agrario?
3. Acciones para la juventud rural:
 - a. ¿FADEMUR desempeña acciones para la incorporación de mujeres jóvenes al sector agrario?
 - b. ¿Cuáles son los resultados de esas acciones y en qué medida influyen en la permanencia de jóvenes en el espacio rural y en la actividad agraria?

Apêndice L - Roteiro para entrevista semiestruturada com o Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação da Espanha.

Universidad Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande del Sur, Brasil
Programa de Posgraduación en Sistemas de Producción Agrícola Familiar

Instituto de Estudios Sociales Avanzados (IESA), Córdoba, España

Proyecto de tesis: ¿Salir o quedarse? Agricultura y relevo generacional en el extremo sur de Brasil y en Andalucía en España.

Doctorando: Germano Ehlert Pollnow

Profesores tutores: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Fernando Garrido Fernández (IESA/CSIC, España)

Guión para entrevista con el Ministro de Agricultura, Pesca y Alimentación de España

1. ¿Cree Ud. que la agricultura española ha mostrado su fortaleza con motivo del abastecimiento de alimentos durante la pandemia COVID-19? ¿Qué aspectos destacaría Ud. del papel desempeñado por el sector agroalimentario español en este periodo?
2. Sin embargo, poco antes de la pandemia, el sector agrario manifestaba su malestar en forma de protesta, mostrando algunas debilidades ¿cuáles cree Ud. que son las debilidades que hay detrás de esta evidente fortaleza de la agricultura española?
3. ¿Cuáles son los grandes retos de la agricultura española de cara al futuro, y en qué lugar situaría Ud. el relevo generacional?
4. El tema de la instalación de jóvenes en la agricultura es de una gran complejidad en todos los países, ya que se combinan factores económicos, jurídicos culturales... ¿Cómo cree Ud. que debe afrontarse este desafío?
5. ¿Cómo valora las ayudas de la PAC a la instalación de jóvenes agricultores en la PAC? ¿Las considera suficientes? ¿Cómo podrían complementarse a nivel nacional o regional?

Apêndice M - Roteiro para entrevista semiestruturada com representante do CEJA.

Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande del Sur, Brasil
Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar

Instituto de Estudos Sociais Avanzados (IESA), Córdoba, Espanha

Proyecto de tesis: ¿Salir o quedarse? Agricultura y relevo generacional en el extremo sur de Brasil y en Andalucía en España.

Doctorando: Germano Ehlert Pollnow

Profesores tutores: Prof.^a Dr.^a Nádia Velleda Caldas (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos (UFPel, Brasil); Prof. Dr. Fernando Garrido Fernández (IESA/CSIC, España)

Guión con preguntas para representante del CEJA

1. Sobre la historia y la estructura del CEJA:
 - a. ¿Cómo es la estructura organizativa del CEJA y cómo es su actuación en los Estados Miembros de la Unión Europea?
 - b. ¿Cuáles son las acciones y actividades que a día de hoy son desarrolladas al nivel europeo y español?
 - c. Específicamente en España, ¿cómo se da la vinculación del CEJA, COAG Juventudes, *UPA Joven* y *ASAJA Joven*?
2. Percepción del CEJA sobre la agricultura y el relevo generacional:
 - a. ¿Cómo CEJA percibe la agricultura en Europa?
 - b. ¿Cómo CEJA percibe el relevo generacional en la agricultura europea y, sobre todo, en la agricultura española?
 - c. ¿Cómo CEJA percibe el futuro de la agricultura europea y de la juventud rural?
 - d. ¿Cuáles son los principales retos del relevo generacional en la agricultura?
3. La juventud rural y la nueva PAC:
 - a. ¿Cuáles son las perspectivas de la nueva PAC en términos de relevo generacional e incorporación de jóvenes a la agricultura y a la ganadería?
 - b. ¿Cuál es el balance que hace usted en relación a las iniciativas llevadas en el ámbito de la UE?